



1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOCHETE

JULHO 2021

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

ÍNDICE

1	NOTA INTRODUTÓRIA	1
2	ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL	2
2.1	Enquadramento Legal e Estrutura do Plano	2
2.2	Contexto Regional	4
2.3	O Concelho de Alcochete - Considerações Gerais	7
3	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	10
3.1	Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito supramunicipal.....	10
3.1.1	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	10
3.1.2	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB2030).....	13
3.1.3	Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC2026).....	14
3.1.4	Estratégia Turismo 2027	15
3.1.5	Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	16
3.1.6	Plano Nacional da Água (PNA2026).....	16
3.1.7	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)	17
3.1.8	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	18
3.1.9	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste/RH5 (PGRH)	21
3.1.10	Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (PG ZPE)	22
3.1.11	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT)	24
3.1.12	Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML).....	25
3.2	Outros Planos de âmbito supramunicipal.....	31
3.2.1	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC AML)	32
3.2.2	Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Montijo e Alcochete (PIMDFCI).....	34
3.2.3	Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa (PET)	36
3.3	Planos e Estudos de âmbito municipal	36
3.3.1	Plano Estratégico “Alcochete 2030”	37
3.3.2	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alcochete (PEDUS)	38
3.3.3	Plano Diretor Municipal de Alcochete em vigor	40
3.3.4	Planos de Pormenor	52
3.3.5	Área Urbana de Génese Ilegal.....	54
4	CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	55
4.1	Breve Enquadramento Biofísico	55
4.1.1	Climatologia	55
4.1.2	Geologia.....	61
4.1.3	Hidrogeologia.....	63
4.1.4	Análise Sismológica	69
4.1.5	Geomorfologia	75
4.1.6	Solos	77
4.1.7	Análise Fisiográfica	78
4.1.8	Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo.....	80
4.1.9	Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC).....	81
4.1.10	Áreas de Instabilidade de Vertentes	81
4.2	Valores Naturais.....	82
4.2.1	Estuário do Tejo – Breve Caracterização Biofísica.....	82
4.2.2	Outros Valores Naturais.....	85

4.3	Unidades de Paisagem.....	89
4.4	Potenciais Disfunções Ambientais.....	92
5	CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA.....	94
5.1	Caracterização Demográfica	94
5.1.1	Alcochete no contexto da AML	94
5.1.2	Curva demográfica e volume populacional atual.....	96
5.1.3	Distribuição territorial da população.....	97
5.1.4	Famílias: evolução recente, volume e dimensão familiar	98
5.1.5	Estrutura etária, grupos funcionais e índices-resumo.....	99
5.1.6	Componentes do crescimento: crescimento natural e migratório	102
5.1.7	População estrangeira	104
5.1.8	População com dificuldades de mobilidade	105
5.2	Caracterização Socioeconómica.....	107
5.2.1	Emprego e ocupação dos ativos.....	107
5.2.2	População por grandes grupos de Profissões	109
5.2.3	Desemprego e perfil da população desempregada	110
5.2.4	Nível de instrução.....	111
5.2.5	Mobilidade geográfica e complementaridades regionais	112
5.3	Estrutura Económica e Empresarial	115
5.3.1	Enquadramento	115
5.3.2	Sector Primário.....	116
5.3.3	Sector Secundário.....	124
5.3.4	Sector Terciário	129
5.3.5	Turismo	133
5.4	Considerações Finais – Quadro Síntese	142
6	USO, OCUPAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	144
6.1.1	Ocupação e Uso do Solo	144
6.1.2	Transposição da REM para a escala municipal.....	151
6.2	Povoamento e Evolução Urbanística	158
6.2.1	Evolução do Povoamento e Ocupação Urbana.....	159
6.2.2	Regeneração e Reabilitação Urbana	167
6.2.3	Dinâmica Urbanística.....	171
6.3	Sistema Urbano	174
6.3.1	Metodologia.....	175
6.3.2	O sistema urbano metropolitano	176
6.3.3	Dimensão demográfica dos centros urbanos	177
6.3.4	Dimensão funcional dos centros urbanos	179
6.3.5	Sistema Urbano de Alcochete	183
7	VALORES CULTURAIS.....	186
7.1	Enquadramento legal e regulamentar	187
7.2	Património classificado e em vias de classificação	189
7.2.1	Património Classificado	189
7.2.2	Património em vias de classificação	192
7.3	Património Arquitetónico inventariado.....	192
7.4	Património Arqueológico inventariado	194
8	HABITAÇÃO.....	195
8.1	Parque habitacional-indicadores fundamentais de diagnóstico	196
8.1.1	Edifícios, Alojamentos e pressão habitacional.....	196

8.1.2	Épocas de construção e dinâmicas de crescimento	198
8.1.3	Tipo de alojamentos e formas de ocupação	201
8.1.4	Condições de habitabilidade	203
8.1.5	Estado de Conservação	203
8.1.6	Tipo de propriedade e mercado de arrendamento	204
8.1.7	Condições de acesso a edifícios a pessoas com mobilidade condicionada	205
8.1.8	Habitação social	206
8.2	Carências habitacionais	210
8.3	Medidas de Política habitacional	213
9	EQUIPAMENTOS COLECTIVOS.....	218
9.1	Equipamentos Educativos.....	218
9.2	Equipamentos Sociais	222
9.3	Equipamentos de Saúde.....	226
9.4	Equipamentos Desportivos	227
9.5	Equipamentos Culturais.....	232
9.6	Equipamentos de Segurança e Proteção Civil.....	234
10	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	235
10.1	Enquadramento	235
10.2	Rede Viária.....	235
10.2.1	Inserção Nacional, Regional e Local	235
10.2.2	Rede Viária Concelhia	241
10.2.3	Perspetivas de Evolução	249
10.3	Transporte público de passageiros	251
10.3.1	Transporte Rodoviário	251
10.3.2	Transporte Fluvial.....	254
10.3.3	Transporte de Metro	254
11	INFRAESTRUTURAS URBANAS	256
11.1	Infraestruturas de Abastecimento de Água.....	257
11.2	Infraestruturas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	263
11.3	Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos.....	267
11.4	Infraestruturas Elétricas, de Comunicação e Gasistas	271
11.4.1	Infraestruturas Elétricas	272
11.4.2	Infraestruturas de Comunicação	273
11.4.3	Infraestruturas Gasistas	274
12	RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL	275
12.1	Perigos Naturais.....	277
12.2	Perigos Tecnológicos	282
12.3	Perigos Ambientais	284
12.4	Proteção Civil e Segurança	286
13	ANEXOS.....	289

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: O concelho de Alcochete na AML	5
Figura 2: Modelo Territorial do PNPT	12
Figura 3: Dinâmicas Territoriais	28
Figura 4: Modelo Territorial	28
Figura 5: Rede Ecológica Metropolitana no concelho de Alcochete	30
Figura 6: Projeções bioclimáticas para a AML	33
Figura 7: Perigosidade de Incêndio Florestal dos concelhos de Montijo-Alcochete (extrato)	34
Figura 8: Risco de Incêndio Florestal dos concelhos de Montijo-Alcochete (extrato)	35
Figura 9: Visão <i>Alcochete 2030</i>	38
Figura 10: Processo de construção do PEDU	39
Figura 11: Visão e Objetivos estratégicos do PEDU	40
Figura 12: Temperatura média máxima e mínima (1971-2000).....	57
Figura 13: Temperatura média do ar (1971-2000), em °C	57
Figura 14: Precipitação média total (1971-2000), em mm	58
Figura 15: Velocidade média mensal do vento (1971-2000), em km/h	59
Figura 16: Direções dominantes nos dias em que ocorrem velocidades $\geq 10,8$ m/s (2006/2016)	59
Figura 17: Distribuição das unidades geológicas aflorantes no concelho de Alcochete	63
Figura 18: Enquadramento hidrogeológico regional do concelho de Alcochete	64
Figura 19: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/68	66
Figura 20: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/69	67
Figura 21: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/800	67
Figura 22: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/855	67
Figura 23: Enquadramento Hidrogeológico do concelho de Alcochete	68
Figura 24: Isossistas para os sismos históricos de 1531, 1858 e 1909	70
Figura 25: Sismicidade histórica no concelho de Alcochete	71
Figura 26: Sismicidade instrumental no VIT: registo de epicentros de magnitude superior a 2	72
Figura 27: Sismicidade instrumental no concelho de Alcochete	73
Figura 28: Zonamento sísmico segundo o RSAEEP	75
Figura 29: Distribuição das classes de declives no concelho de Alcochete	76
Figura 30: Distribuição da exposição das vertentes no concelho de Alcochete	77
Figura 31: Unidades de Paisagem	91
Figura 32: Evolução da População e peso de cada município na AML	95
Figura 33: Localização dos Parques Empresariais e de Logística do Concelho	127
Figura 34: Extrato da Planta de Ordenamento do PIRANET	141
Figura 35: Transposição das Áreas Estruturantes Primárias da REM para o concelho de Alcochete	153
Figura 36: Transposição do Corredor Estruturante Primário da REM para o concelho de Alcochete	154
Figura 37: Transposição da Área Estruturante Secundária da REM para o concelho de Alcochete.....	155
Figura 38: Transposição do Corredor Estruturante Secundário da REM para o concelho de Alcochete	156
Figura 39: CEP e CES no concelho de Alcochete	157
Figura 40: Identificação das respetivas intrusões na REM.....	158
Figura 41: Delimitação da ARU do Núcleo Antigo de Alcochete	169
Figura 42: Edifícios concluídos entre 2011 e 2017	171
Figura 43: Evolução do número de fogos concluídos em construções novas	172
Figura 44: Sistema Urbano do concelho de Alcochete (2019)	185
Figura 45: Bairros de Habitação Social de Alcochete	207
Figura 46: Área territorial de intervenção do PAICD	215
Figura 47: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia	244
Figura 48: Distâncias Entre a Sede de Concelho e os Principais Pólos Geradores.....	248
Figura 49: Rede de Acessibilidades ao novo aeroporto complementar de Lisboa no Montijo	251
Figura 50: Expansão do Metro Sul do Tejo	255
Figura 51: Suscetibilidade sísmica na AML.....	278
Figura 52: Suscetibilidade de inundação por tsunamis na AML	279
Figura 53: Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes	281
Figura 54: Perigos Tecnológicos na AML	283
Figura 55: Perigosidade de Incêndio Florestal no concelho de Alcochete	284
Figura 56: Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA)	286

ÍNDICE DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1: Ribeira do Passil	80
Fotografia 2: Vala da Amieira	80
Fotografia 3 : Zona de Proteção Especial, zona ribeirinha em Alcochete	85
Fotografia 4: Salinas, Samouco	85
Fotografia 5: Ermida de Santo António da Ussa	87
Fotografia 6: Rio Tejo, Sapal das Hortas	87
Fotografia 7: Margem Norte do Tejo, São Francisco	88
Fotografia 8: Vista para o Paul do caranguejo, Monte Pontão	88
Fotografia 9: Mosaico urbano-agrícola	91
Fotografia 10: Vale e Salinas	91
Fotografia 11: Suinicultura	93
Fotografia 12: Exploração de inertes	93
Fotografia 13: Culturas temporárias	146
Fotografia 14: Áreas agrícolas heterogéneas	146
Fotografia 15: Floresta (montado), Barroca d'Alva	147
Fotografia 16: Zonas descobertas com pouca vegetação, praia dos Moinhos	147
Fotografia 17: <i>Freeport Outlet</i> de Alcochete	177
Fotografia 18: Comércio tradicional na vila de Alcochete	180
Fotografia 19: Restauração na Vila de Alcochete	182
Fotografia 20: Igreja Matriz de Alcochete	190
Fotografia 21: Igreja da Misericórdia de Alcochete	190
Fotografia 22: Capela da Nossa Senhora da Vida	190
Fotografia 23: Olaria Romana de Porto dos Cacos	191
Fotografia 24: Pórtico do antigo Convento de São Francisco	191
Fotografia 25: Edifícios com 1 ou 2 pisos dominantes	197
Fotografia 26: Exemplos da continuada dinâmica construtiva (5/2019)	200
Fotografia 27: Habitação de génese social	208
Fotografia 28: Estabelecimentos de Ensino (2019)	220
Fotografia 29: Equipamentos desportivos (2019)	230
Fotografia 30: Equipamentos culturais	233
Fotografia 31: ETAR de Alcochete	266
Fotografia 32: ETAR de Barroca d'Alva	266
Fotografia 33: Meios de recolha de resíduos indiferenciados	268
Fotografia 34: Ecopontos	269
Fotografia 35: Taludes do IP7/A12	280
Fotografia 36: Taludes que marginam o estuário do Tejo	280

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população do concelho de Alcochete (1981 a 2017)	97
Gráfico 2: Volume populacional das freguesias, 1991/2011 e densidade populacional (2011)	98
Gráfico 3: Evolução da população e das famílias, por freguesia/% (2001/2011)	99
Gráfico 4: Pirâmide etária de Alcochete (2011)	100
Gráfico 5: Grupos funcionais e índices-resumo	101
Gráfico 6: Índices-resumo da estrutura etária, concelho de Alcochete (2011)	102
Gráfico 7: Taxas de Natalidade e Mortalidade (‰), Alcochete e AML (2011 a 2017)	103
Gráfico 8: Saldo Natural e Migratório (N.º) no concelho de Alcochete (2011 a 2017)	103
Gráfico 9: População residente em Alcochete que já residiu ou nasceu no estrangeiro (2011)	104
Gráfico 10: População estrangeira com estatuto de residente, segundo principais nacionalidades (2017)	105
Gráfico 11: População segundo a sua condição perante a atividade económica (2011)	109
Gráfico 12: Nível de escolaridade atingido e taxa de analfabetismo (2001 e 2011)	112
Gráfico 13: Entradas, saídas e saldo pendular relativos ao município de Alcochete (1991 a 2011)	113
Gráfico 14: Entradas em Alcochete e Saídas de Alcochete, para trabalho ou estudo (2011)	114
Gráfico 15: População Empregada por sectores de atividade (2011)	116
Gráfico 16: Evolução do número de explorações e SAU (1989-2019)	117
Gráfico 17: Evolução da SAU por Classes de Superfície (1989-2019)	117
Gráfico 18: Composição da SAU por tipo de utilização (2019)	118
Gráfico 19: Evolução do Número de empresas do Sector secundário no Concelho (2011/2019)	125
Gráfico 20: Evolução do número de empresas do Sector Terciário no Concelho (2011-2019)	131
Gráfico 21: Escalonamento urbano e hierarquização dos centros (1991/2011)	179

Gráfico 22: Unidades funcionais por grandes grupos de funções centrais e por centro urbano (2019)	181
Gráfico 23: Edifícios por uso dominante e n.º de pisos	196
Gráfico 24: Edifícios concluídos entre 2011 e 2017 no concelho	200
Gráfico 25: Forma de ocupação dos alojamentos (2001/2011)	202
Gráfico 26: Alojamentos vagos, por situação (2011)	202
Gráfico 27: Alojamentos familiares de residência habitual, segundo o regime de propriedade (2011)	204
Gráfico 28: Alojamentos arrendados, ocupados como residência habitual, segundo o escalão da renda (2011)	205
Gráfico 29: Evolução do n.º de alunos do concelho de Alcochete, 2005/2006 a 2018/2019	221
Gráfico 30: Utentes e capacidade instalada nas valências de apoio à infância (2011/2019)	224
Gráfico 31: Utentes e capacidade instalada das valências de apoio social aos idosos (2011/2019)	225

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Alcochete no contexto metropolitano	6
Quadro 2: Objetivos e metas de DFCI para o concelho de Alcochete.....	35
Quadro 3: Sistematização da rede hidrográfica principal do concelho de Alcochete	79
Quadro 4: Caracterização das classes de Declives	80
Quadro 5: População na Área Metropolitana de Lisboa, por município (1991 a 2017).....	96
Quadro 6: Variação das Famílias e sua dimensão média, no concelho de Alcochete e AML (2001/2011).....	99
Quadro 7: População residente com 5 ou mais anos por tipo e grau de dificuldade sentido (2011)	106
Quadro 8: População residente, segundo a condição perante o trabalho (2001 e 2011)	107
Quadro 9: População residente empregada, por grupos de profissões (2011)	110
Quadro 10: Características do desemprego (2019)/Evolução do n.º de desempregados (2001/2019).....	111
Quadro 11: Principais indicadores das empresas do concelho (2019)	115
Quadro 12: Produção vegetal (2019)	119
Quadro 13: Efetivo animal no Concelho (2019).....	121
Quadro 14: Natureza Jurídica do Produtor (2019)	121
Quadro 15: Principais Indicadores das empresas do Sector Secundário do Concelho (2019)	126
Quadro 16: Principais indicadores das empresas do Sector Terciário do Concelho (2019)	130
Quadro 17: Indicadores das empresas de Alojamento, restauração e similares no Concelho (2019)	133
Quadro 18: Alojamento Turístico no Concelho (2021)	134
Quadro 19: Indicadores de ocupação do alojamento turístico (2011-2019).....	135
Quadro 20: Ocupação do solo do concelho de Alcochete e a referência aos POS do PROT	150
Quadro 21: EMPVA para o território do PROT-AML - concelho de Alcochete	151
Quadro 22: População residente por lugar, no concelho de Alcochete (2001/2011).....	175
Quadro 23: Evolução da população, por centro urbano, entre 2001 e 2011	178
Quadro 24: Unidades funcionais por grandes grupos de funções centrais, por centro urbano (2019)	180
Quadro 25: Funções Centrais do sector público, e nº de ordem, por centro urbano (2019)	183
Quadro 26: População e Alojamentos (2001/2011)	197
Quadro 27: Edifícios e alojamentos segundo a época de construção, em % (2011)	199
Quadro 28: Edifícios, por necessidade de reparação (2011).....	204
Quadro 29: Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos (2011)	206
Quadro 30: Parque habitacional propriedade do Município de Alcochete (2018).....	209
Quadro 31: Situações de carência habitacional, no concelho de Alcochete (2019).....	211
Quadro 32: Famílias com graves carências habitacionais, a realojar, na AML (2018)	212
Quadro 33: Intervenções públicas previstas no PAICD e Ponto de Situação em 2019	215
Quadro 34: Intervenções previstas no PAICD em execução física e financeira (5/2019)	216
Quadro 35: Indicadores de educação por município (2016/2017)	219
Quadro 36: Nº de alunos do concelho, por nível de ensino (2018/2019)	220
Quadro 37: População-alvo e respostas sociais existentes no município de Alcochete (2019).....	222
Quadro 38: Equipamentos sociais, por valência (2019)	223
Quadro 39: Centro de Saúde e Extensões, do concelho de Alcochete (2021)	227
Quadro 40: Equipamentos desportivos, por freguesia e área (2019)	228
Quadro 41: Número e área (m2) das instalações desportivas (2019)	229
Quadro 42: Dimensão Funcional Útil por habitante (2011/2017).....	230
Quadro 43: Dimensão Funcional Útil recomendada e existente no concelho, por tipologia (2019)	231
Quadro 44: Equipamento cultural no concelho de Alcochete (2019).....	232
Quadro 45: Principais Ligações à rede exterior	237
Quadro 46: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Polos Geradores	240
Quadro 47: Extensões Viárias por Categoria Administrativa	244
Quadro 48: Rede Viária Concelhia – Inventário Físico e Acessibilidades.....	245
Quadro 49: Caracterização das captações de água	258
Quadro 50: Caracterização dos Postos de Cloragem.....	258

Quadro 51: Caracterização da Estação Elevatória	259
Quadro 52: Caraterização das Adutoras / Condutas Elevatórias	259
Quadro 53: Caraterização dos Reservatórios	259
Quadro 54: Caraterização da Rede de Distribuição.....	260
Quadro 55: Qualidade da Água para Consumo Humano	262
Quadro 56: Água abastecida pelas entidades gestoras	263
Quadro 57: Drenagem e tratamento das águas residuais, no concelho de Alcochete (2000/2017)	264
Quadro 58: Características das ETAR no concelho de Alcochete.....	267
Quadro 59: Evolução do número de consumidores entre 2000 e 2016, no concelho de Alcochete.....	272
Quadro 60: Evolução do consumo e eletricidade entre 2000 e 2016, no concelho de Alcochete	272
Quadro 61: Indicadores de Comunicações em 2016.....	274
Quadro 62: Acessos a telefone e internet fixo no concelho de Alcochete	274
Quadro 63: Risco associado ao transporte de substâncias perigosas	283

1 NOTA INTRODUTÓRIA

Decorridos cerca de 2 anos após a ratificação do PDM de Alcochete (RCM n.º 141/97, de 22 de agosto), a Câmara Municipal de Alcochete (CMA) deliberou dar início ao seu processo de revisão – ao abrigo do D.L. n.º 380/99 de 22 de setembro –, em virtude das significativas transformações ocorridas no contexto local no final da década de 90 do século passado.

Por questões de ordem diversa os trabalhos de revisão do plano apenas tiveram início em 2006, tendo desde então conhecido diversos avanços e retrocessos. Entende o município, estarem agora reunidas as condições necessárias para o reinício dos trabalhos, que se pretende levar desta feita a termo, dotando Alcochete de um instrumento de planeamento que responda às necessidades e expectativas, do executivo municipal, dos seus técnicos, e sobretudo dos seus munícipes.

De referir que, tendo em consideração o longo historial do processo de revisão do PDM de Alcochete, os *Estudos de Caracterização* entregues em 2019, procuraram integrar, naquilo que se mantém atual e relevante, o trabalho que foi sendo desenvolvido desde 2006, designadamente a primeira versão dos *Estudos de Análise e Diagnóstico* (2007) e a respetiva *Adenda*, elaborada em 2011. Considera ainda as mudanças legislativas operadas e as orientações emanadas da Alteração ao PROT AML e de um conjunto significativo de outros planos e programas fundamentais para enquadrar desenvolvimento do plano, e estabelece a necessidade de se aprofundar temáticas como os riscos, a mobilidade e a hidrogeologia - questões com particular relevância no contexto de Alcochete -.

O *Relatório dos Estudos de Caracterização* agora entregue (julho 2021) considera as observações emitidas pela autarquia sobre o Relatório dos Estudos de Caracterização entregue em 2019 e ainda informação que foi sendo recolhida junto de outras entidades (identificadas no estudo) e no decurso de trabalhos de campo que continuaram a ser desenvolvidos.

A 1ª Revisão do PDM de Alcochete deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para promover uma reflexão profunda e integrada acerca daquilo que se ambiciona a médio/longo prazo para o concelho e do papel que se pretende que este desempenhe no contexto metropolitano. Trata-se de um processo que se pretende pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as realidades-problema do concelho.

2 ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

2.1 Enquadramento Legal e Estrutura do Plano

O enquadramento jurídico para elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que revê o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, revogando as anteriores versões, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 25/2021 de 29 de março.

De acordo com este diploma, o Plano Diretor Municipal "*estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal*" (artigo 95º).

Este Plano é de elaboração obrigatória e de acordo com o artigo 96º, "***define o modelo de organização territorial estabelecendo nomeadamente:***

- a) *"A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;*
- b) *Os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;*
- c) *Os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas, que sejam necessários à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais, e a identificação da estrutura ecológica municipal;*
- d) *A referenciação espacial dos usos e das atividades, nomeadamente através da definição das classes e das categorias de espaços;*
- e) *A definição de estratégias e dos critérios de localização, de distribuição e de desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
- f) *A identificação e a qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução dos programas e das políticas de desenvolvimento agrícola e florestal, bem como de recursos geológicos e energéticos;*

- g) A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;*
- h) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;*
- i) Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação;*
- j) Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;*
- k) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;*
- l) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano, identificando, para cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;*
- m) A identificação de condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal;*
- n) A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;*
- o) As condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;*
- p) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;*
- q) A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo;*
- r) O prazo de vigência.”*

O artigo 97º do RJIGT identifica o conteúdo documental do plano diretor municipal, em articulação com o conteúdo material expresso no artigo 96º, estabelecendo que o plano é então constituído por:

- Regulamento;
- Planta de ordenamento;

- Planta de condicionantes.

E acompanhado por:

- Relatório do Plano;
- Relatório Ambiental;
- Programa de execução;
- Plano de financiamento;
- Planta de enquadramento regional;
- Planta de situação existente;
- Planta de compromissos urbanísticos;
- Mapa de ruído;
- Relatório de ponderação das participações recebidas em sede de discussão pública;
- Ficha de dados estatísticos.

O Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial. O Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias de solo rústico e solo urbano a adotar em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Relativamente à cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, uma vez que o procedimento de Revisão do PDM de Alcochete foi iniciado em 2006 aplica-se o Decreto Regulamentar n.º10/2009, de 29 de maio.

A Revisão do PDM de Alcochete dá, então, resposta ao conteúdo material e documental definido por lei, abordando as diversas temáticas relevantes, que se encontram tratadas nos elementos que constituem e acompanham o Plano.

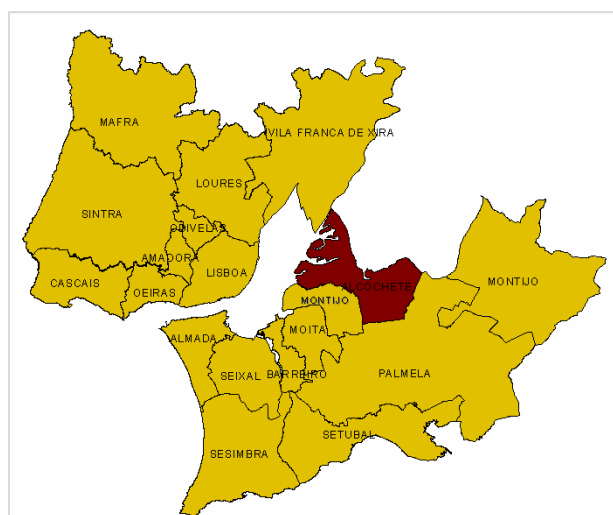
2.2 Contexto Regional

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e sobretudo regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação dos riscos de contexto e condicionantes exógenas, permitindo ainda a aplicação de estratégias de gestão e de intervenção na região que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território que a compõem.

O concelho de Alcochete encontra-se integrado na região urbana nacional de maior complexidade e dinamismo (social, económico, territorial...), a Área Metropolitana de Lisboa (AML), beneficiando, em complemento, de uma situação privilegiada do ponto de vista ambiental e paisagístico, fruto do seu posicionamento marginal ao Tejo e da sua integração na Reserva Natural do Estuário do Tejo, uma

das mais importantes zonas húmidas da Europa. De destacar ainda, pelo seu potencial natural, paisagístico e até económico, o ecossistema do montado, uma vez que constitui a principal área agro-silvo-pastoril da Área Metropolitana de Lisboa possuindo uma excecional diversidade biológica e valor ecológico.

Figura 1: O concelho de Alcochete na AML



Fonte: NRV/PROT

Relativamente ao que foram as recentes dinâmicas metropolitanas, nomeadamente a urbanística, verificou-se, por um lado, a compactação de algumas áreas urbanas que se encontravam menos consolidadas alicerçada na afirmação de alguns polos, e por outro, a manutenção do aparecimento de processos de fragmentação e dispersão da ocupação urbana que se pretendia conter, desta feita sustentado na concretização de um conjunto de infraestruturas rodoviárias e na consequente atratividade do transporte individual face ao coletivo. Esta é uma realidade transversal a um vasto conjunto de concelhos da AML, sendo Alcochete um bom espelho desta realidade.

A posição relativa de Alcochete e do Montijo alterou-se significativamente com a enorme redução da sua distância-tempo a Lisboa, decorrente da expressiva melhoria da acessibilidade rodoviária regional e nacional, o que veio criar novas condições ao desenvolvimento urbano desses concelhos. Para além deste facto, também uma certa saturação que ocorreu no Arco Ribeirinho Oeste, foi fator determinante na dinâmica demográfica e urbanística do concelho nas últimas décadas. Com a construção da Ponte Vasco da Gama e do troço do IC32 Alcochete – Coina, o eixo Setúbal-Montijo (que integra os concelhos de Alcochete, Montijo, Palmela e Setúbal) tem vindo a ser palco de mudanças significativas nos padrões de ocupação territorial.

Quadro 1: Alcochete no contexto metropolitano

Unidade Territorial	Superfície (km ²)	Nº de habitantes em 2001	Nº de habitantes em 2011	Variação 2001-2011	Peso relativo na AML em 2011	Densidade populacional em 2011 (hab/km ²)
Alcochete	128,4	13 010	17 569	35,0%	0,62%	136,9
Almada	70,0	160 825	174 030	8,2%	6,17%	2 485,8
Amadora	23,8	175 872	175 136	-0,4%	6,21%	7 364,8
Barreiro	36,4	79 012	78 764	-0,3%	2,79%	2 164,4
Cascais	97,4	170 683	206 479	21,0%	7,32%	2 119,9
Lisboa	100,1	564 657	552 700	-2,1%	19,59%	5 524,2
Loures	167,2	199 059	199 494	0,2%	7,07%	1 192,9
Mafra	291,7	54 358	76 685	41,1%	2,72%	262,9
Moita	55,3	67 449	66 029	-2,1%	2,34%	1 194,9
Montijo	348,6	39 168	51 222	30,8%	1,82%	146,9
Odivelas	26,5	133 847	145 142	8,4%	5,14%	5 468,8
Oeiras	45,9	162 128	172 120	6,2%	6,10%	3 751,5
Palmela	465,1	53 353	62 831	17,8%	2,23%	135,1
Seixal	95,5	150 271	158 269	5,3%	5,61%	1 658,1
Sesimbra	195,7	37 567	49 500	31,8%	1,75%	252,9
Setúbal	230,3	113 934	121 185	6,4%	4,29%	526,1
Sintra	319,2	363 749	377 835	3,9%	13,39%	1 183,6
Vila Franca de Xira	318,2	122 908	136 886	11,4%	4,85%	430,2
Total AML	3 015,2	2 661 850	2 821 876	6,0%	-	935,9

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE

No contexto metropolitano, e tendo como referência os dados do último recenseamento da população, Alcochete foi o segundo concelho que registou um maior crescimento populacional (o primeiro foi Mafra), embora continuasse a ser o concelho com menor peso populacional da AML (apenas 0,6%).

De registar é o facto da taxa de natalidade ter diminuído progressivamente desde 2015, embora em 2017 tenha registado uma pequena recuperação – em 2011 a taxa de natalidade era ligeiramente superior à média metropolitana (12,2‰ face a 11‰) e em 2017 a tendência inverteu-se (9,5‰ no concelho e 10,3‰ na AML). Importa por isso manter os esforços do município no reforço da sua atratividade.

A taxa de mortalidade tem oscilado ligeiramente, embora esteja sempre abaixo da média metropolitana; de notar é o facto de em 2017 Alcochete ter registado a mais baixa taxa da região (7,2‰ face à média de 9,6‰).

Também o índice de envelhecimento (de acordo com as Estimativas anuais do INE) apresenta um comportamento significativamente mais favorável face à realidade metropolitana, embora, tenha vindo a registar aumentos progressivos (tal como acontece na generalidade das unidades territoriais) – em 2017 o índice de envelhecimento concelhio foi de 95,2 e na AML 135,8.

Relativamente à forma como a população se distribui pelo território, Alcochete assume um posicionamento atípico no contexto da AML, não assumindo as características “tradicionais” de uma periferia suburbana da capital – a densidade populacional concelhia era de cerca de 136,9hab/km² face à média regional de 935,9hab/km² – tendo-se revelado capaz de atrair uma população jovem e qualificada, tendência que importa manter.

Embora a consolidação do Arco Ribeirinho Sul enquanto unidade territorial esteja ainda longe de concretizar, sendo este um eixo prioritário de desenvolvimento no contexto metropolitano, entende-se que Alcochete, face à sua excentricidade, terá de encontrar mecanismos de afirmação específicos, que passem pela exploração das suas características endógenas e da sua identidade singular, procurando equilibrar o desenvolvimento territorial com a sustentabilidade ambiental e paisagística, mantendo a coesão do interface urbano-rural-natural que (ainda) possui.

2.3 O Concelho de Alcochete - Considerações Gerais

Alcochete, apesar da dinâmica construtiva e demográfica sem precedentes, tem-se revelado capaz de manter a sua identidade, preservando uma imagem associada à qualidade paisagística, às características naturais proporcionadas pela frente ribeirinha e à ruralidade do território agroflorestal.

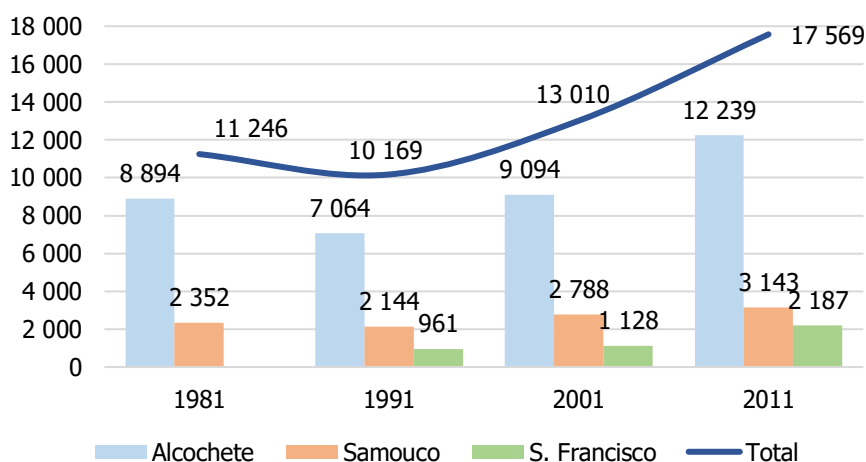
O concelho ocupa uma área de cerca de 128,4 km² e é constituído por 3 freguesias: Alcochete, Samouco e São Francisco. Os seus 17.569 habitantes (2011) distribuem-se pelas freguesias de forma bastante heterogénea – Alcochete concentrava cerca de 69,7% da população residente, Samouco albergava 17,9% e S. Francisco 12,4% dos residentes do concelho.

De notar, porém, que este facto não decorre apenas do forte efeito polarizador da sede concelhia, mas também da freguesia de Alcochete ser aquela que possui um território mais vasto, ocupando cerca de 93,1% da área total do concelho, contrastando com os 3,7% e 3,2% de Samouco e São Francisco.

As Estimativas Provisórias Anuais da População Residente previram que em 2017¹ residissem no concelho de Alcochete cerca 19 285 pessoas, o que denota um abrandamento do ritmo de crescimento populacional – a manterem-se os índices de crescimento do último período censitário seria de esperar que nesse ano a população se aproximasse já dos 21 000 habitantes. Ainda assim, a dinâmica demográfica mantém uma tendência favorável, mas que apenas poderá ser confirmada com os dados do próximo recenseamento.

¹ As estimativas serão atualizadas no *Relatório de Proposta (2021)*

Gráfico 1 - Evolução da População Reside no concelho de Alcochete (1981/2011)



Fonte: INE – Portugal, Censos 1981 a 2011

Além da vila de Alcochete que é, indubitavelmente, o maior centro urbano do concelho (em 2011 residia na vila cerca de 60,7% da população total do concelho), na rede urbana destacam-se os aglomerados de Samouco e São Francisco. As restantes povoações constituem núcleos ainda com características rurais, muitos deles com origem em antigos Montes agrícolas, apresentado uma dimensão populacional pouco expressiva, embora se note em alguns deles uma crescente tendência de consolidação de dinâmicas territoriais (por exemplo em Fonte da Senhora ou no Passil).

Embora se registre alguma pressão sobre o território rural a população residente, recenseada em 2011, fora dos aglomerados urbanos é residual (apenas 0,7%), não se observando fenómenos de dispersão preocupantes quando comparado com alguns concelhos limítrofes.

O parque edificado do concelho contabilizava, em 2011, 4.575 edifícios (65% só na freguesia de Alcochete) é relativamente recente, havendo apenas 15% de edifícios construídos antes de 1945 e 25% construídos após o ano 2000. De destacar neste contexto o facto de 94% dos edifícios recenseados serem exclusivamente residenciais, o que traduz o perfil monofuncional dos centros urbanos concelhios.

O número de alojamentos, que praticamente duplicou entre 1991 e 2011, situava-se, em 2011, nos 8.829 (70% situados na freguesia sede de concelho); destes 76% eram alojamentos de residência habitual, 14% encontravam-se vagos, e 10% seriam então de segunda residência.

A par destas dinâmicas Alcochete viu reforçada a sua rede de serviços e dotação de equipamentos coletivos, tendo também revelado capacidade de atrair novas empresas, em setores tão diversos como a floricultura/horticultura, as grandes superfícies comerciais, e a logística/distribuição, com claros contributos, quer para a consolidação da base económica concelhia e para a autonomia

funcional ao nível da dotação de emprego, quer para a melhoria generalizada da qualidade de vida dos seus residentes.

Alavancado pela melhoria da acessibilidade não apenas a Lisboa (Ponte Vasco da Gama) mas a toda a região metropolitana e ao sul do país (IC32, A12 e A13) o território concelhio foi sendo palco de expressivas transformações ao longo das últimas duas décadas, destacando-se o desenvolvimento urbano exponencial da frente ribeirinha, a crescente ocupação do espaço rural, a criação de áreas vocacionadas para a instalação de atividades económicas em setores como a logística e a distribuição, o crescente aproveitamento do potencial produtivo dos solos agrícolas, e a consolidação do papel do concelho enquanto espaço de elevado valor natural e paisagístico.

A significativa melhoria registada na acessibilidade ao exterior não foi acompanhada pela melhoria da rede interna que apresenta constrangimentos assinaláveis, sobretudo no que se refere à qualidade dos pavimentos e ao perfil transversal de alguns troços viários atualmente marcados por elevada intensidade de tráfego. A maior fragilidade relaciona-se contudo, e à semelhança do que acontece na generalidade dos concelhos metropolitanos mais periféricos, com os padrões de mobilidade da população, que se mantêm fortemente suportados no transporte individual, no caso de Alcochete resultado de uma pouco atrativa e insipiente oferta de transporte público.

Um dos desafios que se coloca a este território prende-se com a necessidade de consolidar as dinâmicas sociais, económicas e territoriais entretanto criadas, mantendo o seu efetivo populacional e incrementando a sua autonomia funcional, em particular em matéria de oferta de emprego, promovendo a atratividade residencial, a revitalização económica e a melhoria da qualidade do ambiente urbano, quer nos núcleos antigos (mais despovoados e degradados), quer nas áreas de urbanização recente (ainda desprovidas de funções urbanas).

3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito supramunicipal

Neste capítulo pretende fazer-se um enquadramento do concelho de Alcochete nos Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito supramunicipal, que possuam implicações no seu território. Assim, será efetuada uma síntese dos planos que se encontrem eficazes, focando os seus principais objetivos e opções, bem como uma breve referência àqueles que se encontram em elaboração, com o intuito de agilizar a articulação do PDM, na sua 1ª revisão, com os restantes Instrumentos de Gestão Territorial.

Identificam-se, então, os seguintes instrumentos (eficazes), sistematizando-se no presente capítulo aqueles que se consideram de maior relevância para a construção do modelo de desenvolvimento estratégico e territorial do concelho:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)
- Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)
- Estratégia Turismo 2027 (ET2027)
- Plano Rodoviário Nacional (PRN)
- Plano Nacional da Água (PNA)
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)
- Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste/RH5 (PGRH)
- Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (PG ZPE)
- Programa Regional de Ordenamento Florestal da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROF RLVT)
- Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML)

3.1.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Os programas territoriais de âmbito nacional definem o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, sendo o PNPOT o instrumento que estabelece as opções estratégicas de organização do território nacional e o modelo de estruturação territorial, bem com as grandes opções de investimento público, com impacte territorial significativo, suas prioridades e programação, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais planos e programas territoriais.

Conforme sustenta o RJIGT os planos municipais *“devem assegurar a programação e a concretização das políticas com incidência territorial, que como tal, estejam assumidas pelos programas territoriais de âmbito nacional e regional”*.

O primeiro PNPOT foi aprovado pela Lei nº 58/2007 de 4 de setembro e retificado pela Declaração de Retificação nº 80-A/2007, e ancorava a sua linha de rumo para o País, no horizonte 2025, num conjunto de objetivos estratégicos complementares e articulados, para os quais se definiram diferentes linhas de intervenção polarizadas pelos respetivos objetivos específicos, sendo que cada um destes objetivos se corporiza num conjunto de medidas.

Em setembro de 2014, foi tornado público o relatório de Avaliação do Programa de Ação 2007-2013, que faz o balanço da execução do Programa das Políticas do PNPOT e que refere *“ao longo das últimas décadas e por todo o país, os sistemas de planeamento urbano e territorial promovidos no âmbito das políticas públicas têm vindo a enfrentar inúmeros desafios, designadamente nas perspetivas do desenvolvimento urbano e rural, na eficaz proteção dos recursos naturais e gestão de riscos, na promoção da competitividade dos territórios, na garantia da eficiência energética e da mobilidade sustentável, na resposta às consequências das alterações climáticas, na programação do investimento nas infraestruturas e serviços coletivos e, bem assim, na implementação de uma verdadeira cultura cívica no planeamento e na gestão territorial”*.

Assim, em virtude das fragilidades e constrangimentos identificados, que se traduziram em obstáculos à plena execução do PNPOT, e de uma significativa alteração do enquadramento legal e das mudanças a que a realidade nacional tem vindo a assistir ao longo dos últimos anos, em 2016 o Governo entendeu ser chegado o momento de refletir sobre as grandes opções do programa, tendo determinado a alteração deste instrumento (Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto), cuja expectativa era que estivesse já em vigor.

A Lei n.º 99/2019, de 5 de Setembro veio aprovar a 1ª revisão ao PNPOT.

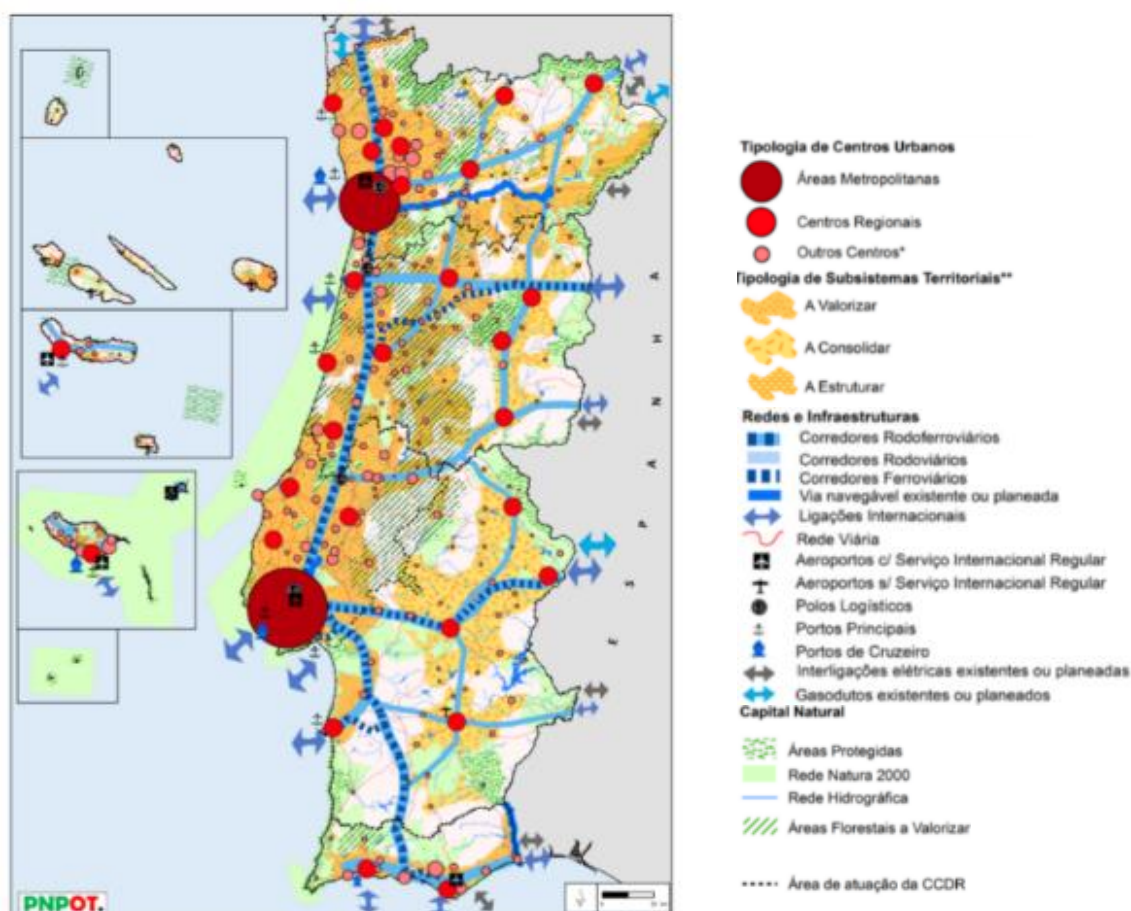
A Estratégia de Ordenamento do Território desenvolvida no âmbito do Programa Nacional é agora concebida para o horizonte 2030, tendo como cenário as visões prospetivas para a ano 2050. O Plano começa por identificar e avaliar aquelas que se perspetiva que sejam as tendências emergentes mais relevantes e previsíveis – mudanças críticas – nos domínios climático e ambiental, sociodemográfico, tecnológico e económico e social. A necessidade de gerir estas tendências territoriais, permite estabelecer conjunto de princípios base e determinar aqueles que serão os grandes desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas.

Por fim, o PNPOT, estabelecendo “um compromisso de organização do território reconhecendo o valor dos recursos e da diversidade territorial e antevendo a necessidade de adaptação às mudanças críticas emergentes” definiu para o território nacional aquele que será o Modelo Territorial, e que

deverá ser encarado como um elemento determinante para o reforço da coesão territorial, contribuindo “para uma maior coerência entre as políticas setoriais e as políticas de base territorial”.

O Modelo Territorial, tradução espacial da estratégia de desenvolvimento do país, tem suporte em quatro sistemas territoriais fundamentais – o sistema natural, o sistema urbano, o sistema socioeconómico e o sistema de conectividade – e identifica, num quadro prospetivo, os territórios especialmente vulneráveis às mudanças críticas, que importam contrariar.

Figura 2: Modelo Territorial do PNPOT



Fonte: PNPOT, julho/2018

Em articulação com a definição da Estratégia, o PNPOT estabelece um Programa de Ação – *Agenda para o Território* – que responde aos desafios territoriais que se perspetivam para o país, procurando concretizar o Modelo Territorial através da definição de um vasto conjunto de medidas de ação.

A *Agenda* pondera ainda as diretrizes para os demais Instrumentos de Gestão Territorial, sendo este um dos mais relevantes contributos do Programa para a revisão do PDM de Alcochete.

O documento identifica, Diretrizes de Coordenação e Articulação e Diretrizes de Conteúdo, estas últimas dirigidas aos PROT e PDM, por serem estes os instrumentos determinantes para a concretização das orientações e diretrizes de organização e funcionamento territorial emanadas do PNPOP nas respetivas áreas de incidência; há também diretrizes de conteúdo orientadas para os Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

3.1.2 Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB2030)

A ENCNB2030 encontra-se aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros 55/2018, de 7 de maio. Corresponde a um instrumento fundamental que aponta como componente estratégica fundamental, a redução da perda de biodiversidade.

Assume por esse motivo, e como um dos vetores fundamentais da política de conservação da natureza e biodiversidade a prosseguir, que as áreas protegidas e classificadas se constituem como "*ativos estratégicos do território*" assegurando por um lado, a proteção dos seus valores intrínsecos e, por outro lado, a sua valoração social e económica.

Estabelece para o efeito, três objetivos estratégicos (interdependentes):

1. Melhorar o estado de conservação do património natural

" (...) Os objetivos incluídos a este nível visam enquadrar as ações de conservação e gestão ativa das espécies e dos habitats e de proteção do património geológico, nomeadamente através da redução de pressões e ameaças específicas que sobre eles atuam, tendo em vista prevenir, travar e, quando possível, reduzir a deterioração do seu estado de conservação, melhorando-o quando necessário."

2. Promover o reconhecimento do valor do património natural

Destaca-se " (...) a necessidade de conceber e adotar uma estratégia que vise o mapeamento dos ecossistemas existentes em Portugal e seus serviços mais relevantes. Neste contexto, importa ainda proceder a uma avaliação do seu estado de conservação, bem como levar a cabo uma valoração dos serviços prestados, tendo presente a simultânea identificação das prioridades de recuperação de ecossistemas degradados, identificando a natureza das intervenções a adotar para contrariar essa degradação (...) "

3. Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade

Este objetivo estratégico " (...) pretende assegurar objetivos e metas relativos ao aprofundamento da integração da biodiversidade e da proteção do património geológico em sectores produtivos e económicos fundamentais (...) "

Com importância para o concelho de Alcochete destaca-se neste âmbito, os seguintes objetivos:

- Ao nível do sector agrícola - a necessidade de "*(...) Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade.*";
- Ao nível da floresta - "*(...) Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade*";
- Ao nível das águas interiores e sistemas fluviais - "*Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais.*";
- Ao nível do turismo – "*(...) Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo de natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural*";
- Infraestruturas de Transporte e de comunicações – "*Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações*";
- Tecido empresarial e património natural – "*(...) Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas e (...) Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas.*"

3.1.3 Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC2026)

A ENGIZC aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009 de 8 de setembro, tem como meta, alcançar uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável num prazo de 20 anos (2026).

Estabelece um referencial estratégico que enquadra diferentes temáticas nomeadamente associadas:

- Aos recursos (património natural e paisagístico, património histórico-cultural);
- Riscos (naturais, pressão antrópica, alterações climáticas);
- Usos e atividades (uso urbano, turismo e recreio, náutica, pesca comercial e aquicultura, atividade portuária, transporte marítimo e logístico, construção e reparação naval, produção e energia renovável, indústria, recursos minerais, investigação).

Identifica, e neste âmbito, os seguintes objetivos temáticos:

- "*Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico;*
- "*Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactes de natureza ambiental, social e económica;*

- *Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira;*
- *Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras.*

Com relevância para o concelho de Alcochete, o Plano identifica riscos associados a esses usos e atividades que deverão ser acautelados no âmbito do ordenamento e gestão desse território (ver ponto 12, do presente relatório).

3.1.4 Estratégia Turismo 2027

A ET 2027, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, constitui-se como o referencial estratégico para o Turismo em Portugal, na próxima década, comprometendo-se com metas de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Estabelece uma visão: "*(...) afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.*".

Tem como objetivo principal:

- *Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;*
- *Assegurar a estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;*
- *Promover uma integração das políticas setoriais;*
- *Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes;*
- *Agir com sentido estratégico no presente e no curto/ médio prazo."*

Identifica 5 eixos estratégicos:

- Eixo 1 — Valorizar o território e as comunidades;*
- Eixo 2 — Impulsionar a economia;*
- Eixo 3 — Potenciar o conhecimento;*
- Eixo 4 — Gerar redes e conectividade;*
- Eixo 5 — Projetar Portugal.*

Identifica ainda um conjunto de "*ativos estratégicos*" que constituem a base da oferta turística nacional e que se agrupam em três categorias:

- *Diferenciadores* – correspondem a características próprias (âncora) que constituem a base da oferta turística nacional (ex.: clima e luz, história, cultura e identidade, mar/água, natureza);
- *Qualificadores* - caracterizam-se por enriquecer a experiência turística e/ou por acrescentarem valor à oferta dos territórios (ex.: gastronomia e vinhos; eventos);

- *Emergentes* - ativos que começam a ser reconhecidos internacionalmente e que apresentam elevado potencial de crescimento, (ex.: bem-estar; living).

3.1.5 Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)

O PRN2000 foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto.

Constitui-se como um instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, " (...) *otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e o das populações em particular.*"

Com a entrada em vigor do DL n.º 182/2003 de 16 de agosto introduz um conjunto significativo de alterações de classificação ao plano rodoviário nacional - " (...) *Estas alterações traduzem uma melhoria das condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e das populações em particular, para além de permitirem otimizar a gestão da rede rodoviária nacional.*" -.

Este plano encontra-se desenvolvido no ponto 10.2.2 do presente relatório.

3.1.6 Plano Nacional da Água (PNA2026)

O PNA foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro e adota as disposições da Diretiva-Quadro da Água e da Lei da Água e da legislação comunitária e nacional aplicável.

Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e orientações a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e outros instrumentos de planeamento das águas. Tem como objetivo final, a proteção do recurso "Água". Tem um horizonte temporal de 10 anos (2016-2026).

Nesse âmbito, identifica três objetivos fundamentais para a gestão das águas:

- *"A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*

- *A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
- *O aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.”*

3.1.7 Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)

A Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) foi criada em 1976, por ser considerada uma área com *“um papel fundamental e insubstituível do ponto de vista ecológico e económico, uma vez que nele se concentra todo o material biológico arrastado ao longo do curso do rio, o que transforma o estuário numa zona extremamente rica em seres vivos e de importância fundamental no povoamento da nossa costa marítima”*. Possui uma área com cerca de 14.416ha distribuídos pelos concelhos de Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira.

Passados mais de 40 anos o Estuário do Tejo mantém toda a sua relevância ecológica e importância conservacionista.

Desde 2008, a RNET dispõe de plano de ordenamento (Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro), documento justificado pela necessidade desta área protegida dispor de um instrumento que *“assegure a proteção dos valores e recursos naturais e promova a sua articulação com o desenvolvimento económico sustentado”*, e que genericamente, tem como objetivos:

- *“Assegurar uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos subjacentes à classificação da Reserva;*
- *Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais e das espécies de flora e fauna selvagens protegidas;*
- *Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença;*
- *Determinar os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas e definir as respetivas prioridades de intervenção.”*

O PORNET, enquanto plano especial, estabelece, então, os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na área da RNET, com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade e a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais, privilegiando a manutenção da vocação natural da Reserva Natural do Estuário do Tejo enquanto *habitat* de aves migratórias. É seguindo este princípio que são definidos um conjunto de ações e atividades a promover, atos e atividades interditos e/ou condicionados.

O PORNET estabelece, para a sua área de intervenção, áreas sujeitas a diferentes níveis de proteção, definidos de acordo com a importância dos seus valores biofísicos e respetiva sensibilidade ecológica (áreas de proteção total, parcial ou complementar); complementarmente são identificadas áreas de intervenção específica, com características especiais (valor patrimonial, natural ou cultural, real ou potencial,) que pela sua particularidade requerem medidas ou ações específicas e complementares ao estabelecido para os diferentes níveis de proteção anteriores. Todas estas áreas encontram-se delimitadas na planta síntese do Plano e a sua utilização regulamentada no Regulamento.

Conforme determina o RJIGT no n.º 2 do seu artigo 200.º, os planos especiais de ordenamento do território deverão ser reconduzidos a programas especiais, passando os planos de ordenamento das áreas protegidas a ser designados por programas especiais das áreas protegidas; até à data, ainda não foi publicado o despacho que determina o início do procedimento de elaboração do programa especial da RNET, mantendo-se por isso em vigor o PORNET.

3.1.8 Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

Resultando da aplicação de duas diretivas comunitárias, as Diretivas n.ºs 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (Diretiva Aves), e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva Habitats), a Rede Natura 2000 constitui um instrumento fundamental da política da União Europeia, em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade. Esta rede é constituída por Zonas de Proteção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Diretiva Aves e que se destinam, essencialmente, a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats, e por zonas especiais de conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de contribuir para assegurar a conservação dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna incluídos nos seus anexos.

A Rede Natura 2000 é objeto de um plano sectorial (PSRN2000), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas e estabelecendo orientações para:

- A gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos SIC, nas ZEC e nas ZPE;
- As medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats.

Para efeitos do PSRN2000, são consideradas as áreas classificadas como sítios da Lista Nacional (um estatuto atribuído na fase intermédia do processo de inclusão na Rede Natura 2000 nas ZEC) e ZPE.

Neste contexto é constituída a **ZPE do Estuário do Tejo** (PTZPE0010)² e posteriormente o Estuário do Tejo é integrado na Lista Nacional de Sítios com a designação **do Sítio do Estuário do Tejo** (PTCON0009)³.

Os IGT de âmbito municipal, deverão contribuir de forma efetiva para a conservação dos valores naturais protegidos pelas Diretivas Aves e Habitats, o que implica uma maior integração dos seus objetivos nesses instrumentos de planeamento, designadamente compatibilizando, nos seus regulamentos, um conjunto de atos e atividades – construção de infraestruturas e acessibilidades, urbanização, turismo, recreio e lazer, etc. – e estabelecendo parâmetros de ocupação e de utilização do solo, que assegurem a compatibilização entre a conservação da biodiversidade, a regulação com os usos produtivos e o bem-estar das populações.

3.1.8.1 ZPE do Estuário do Tejo

A **ZPE do Estuário do Tejo** possui uma superfície total de 44.772ha, 8% integrada no concelho de Alcochete, que por sua vez tem cerca de 37% da sua área integrada na ZPE; em parte a ZPE é coincidente com a área classificada da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Segundo a sua ficha de caracterização (Anexo II do PSRN2000) o Estuário do Tejo, um dos maiores da Europa e com uma localização privilegiada para as rotas migratórias, "*alberga regularmente mais de 100.000 aves aquáticas invernantes destacando-se a utilização da área como local de invernada ou migração para grande número de espécies*".

O Plano Sectorial identifica a localização da ZPE na proximidade de zonas urbanas e industriais em expansão como um dos principais fatores de ameaça, uma vez que "*levanta uma série de problemas relativos a edificações e vias de comunicação bem como a pressão turística e urbana*". Refere ainda as questões da "*poluição industrial, doméstica e de origem agrícola, ou ainda resultante de dragagens, águas de lastro ou lavagem de tanques de embarcações; práticas de gestão agro-silvo-pastoril e atividades complementares desajustadas à conservação de espécies protegidas; e a caça furtiva*".

As orientações de gestão para esta zona – informação de caráter determinante no âmbito da elaboração do regulamento do PDM – são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, para algumas espécies de aves de rapina, para os passeriformes migradores de matos e bosques e passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas. É nesse sentido que no âmbito do Plano Sectorial são identificadas as espécies alvo da ZPE, consideradas como mais representativas, objeto das orientações de gestão consignadas na Diretiva e que uma vez tidas em conta levarão à

² Instituída pelo DL n. 280/94, de 5 de novembro, alterado pelos DL n.º 51/95, de 20 de março, DL n.º 46/97, de 24 de fevereiro, DL n.º 190/2002, de 5 de setembro e DL n.º 140/2002, de 20 de maio.

³ Instituído pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto.

conservação não só dessas espécies, mas de todas as espécies de aves de conservação obrigatória nesta área.

Nesta perspetiva deve ser encarada como fundamental a manutenção da diversidade de habitats aquáticos. Complementarmente, deverá ser assegurada a manutenção de manchas de habitats naturais e semi-naturais assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, a promoção do uso sustentável dos recursos existentes garantindo a competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE.

Uma última nota para referir que o número 3 do artigo 2º do DL nº. 280/94, de 5 de novembro (que cria a ZPE) determina que não se consideram incluídas na ZPE as áreas englobadas nos perímetros urbanos de Vila Franca de Xira, Alcochete, Samouco e Porto Alto. Apesar das retificações posteriormente efetuadas, note-se que se mantém a validade deste artigo. Contudo a definição dos limites da ZPE efetuada por este decreto não é rigorosa, uma vez que se verificam discrepâncias entre as coordenadas definidas em texto e a sua representação cartográfica. Em complemento, no caso de Alcochete os perímetros urbanos excluídos da ZPE não chegaram a ser clarificados. Ficou então estabelecido que, sobre esta matéria, se manteriam válidas as disposições do DL nº 51/95, de 20 de março e do DL nº 46/97, de 24 de fevereiro, bem como o artigo 2º do DL nº. 280/94, de 5 de novembro.

3.1.8.2 SIC do Estuário do Tejo

O **Sítio do Estuário do Tejo** (PTCON0009), embora com limites geográficos muito semelhantes aos da ZPE, ocupa uma área um pouco menor, totalizando 44.609ha – 19% integrado no concelho de Alcochete, que tem cerca de 60% da sua área classificada como SIC.

Trata-se de um Sítio de grande diversidade biológica e paisagística e enorme produtividade associada aos habitats da zona húmida estuarina e aos habitats terrestres, sendo a sua área de sapal “*a maior área contínua e a de maior significado do nosso país, bem conservada e estruturada*”; aqui ocorrem diversos habitats naturais e seminaturais considerados prioritários.

No Sítio, o Plano Sectorial, identifica enquanto principais fatores de ameaça, e à semelhança do já referenciado para a ZPE, “*a poluição industrial, doméstica e de origem agrícola ou ainda resultante de dragagens, águas de lastro ou lavagem de tanques de embarcações; a utilização de artes e métodos de pesca lesivos dos recursos haliêuticos; as práticas de gestão agro-silvo-pastoril e atividades complementares desajustadas à conservação de espécies protegidas; a pressão turística e urbana e a caça furtiva*”.

A gestão do Sítio deverá dar particular atenção à preservação dos diversos habitats associados ao ecossistema estuarino (lodaçais, sapais, vegetação halófila), assim como à conservação ou recuperação das zonas dulciaquícolas terrestres, nomeadamente promovendo a manutenção da

vegetação ribeirinha autóctone e condicionando as intervenções nas margens e leito de linhas de água, fundamentais ainda à conservação de numerosas espécies da fauna.

Para o efeito é necessário o correto ordenamento do território, em particular da construção urbano-turística e de infraestruturas e a promoção do uso sustentável dos recursos existentes, assegurando a competitividade económica e social das atividades. Deverão também ser evitadas ou corrigidas algumas práticas agro-pastoris com impactes negativos ao nível da contaminação dos solos e da água, e da destruição de habitats a qual se reflete ainda no estado de conservação de diversas espécies, bem como algumas práticas de pesca lesivas dos recursos haliêuticos. Por fim é destacada a necessidade de promover a regeneração natural dos habitats florestais protegidos e incrementada a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação, a elas associadas.

3.1.9 Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste/RH5 (PGRH)

A Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, transpuseram para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabeleceu um quadro de ação comunitário no domínio da política da água, consubstanciando uma significativa evolução no sistema de planeamento de recursos hídricos, o qual, no essencial, se encontrava definido no Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro.

Atualmente, em sede de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, a Lei da Água prevê a existência de três tipos de planos: o Plano Nacional da Água (PNA), os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) e os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA), nos quais se incluem medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos. O n.º 2 do artigo 3.º da referida lei estabelece a região hidrográfica como a unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica, motivo pelo qual, os planos de gestão de bacia hidrográfica, são elaborados numa perspetiva integrada, que tem por base a região hidrográfica.

Nos termos da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água, o planeamento de gestão das águas está estruturado em ciclos de 6 anos. Os primeiros PGRH, elaborados no âmbito deste quadro legal, estiveram vigentes até ao final 2015 (1º ciclo). A Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, aprova os Planos de Gestão de Região Hidrográfica de Portugal Continental para o período 2016-2021 (2º ciclo). Atualmente encontram-se em revisão dos PGRH referentes ao 2.º ciclo de planeamento, e que irão abranger o período 2022-2027 (3º ciclo).

O concelho de Alcochete integra a Região Hidrográfica do Tejo e ribeiras do Oeste (RH5), região hidrográfica internacional com uma área total em território português de 30.502 km², e que abrange as bacias hidrográficas e as águas costeiras integradas na região hidrográfica e constitui a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização social e económica das águas. Nesta RH encontram-se delimitadas 20 massas de água subterrâneas e 467 massas de água superficiais - 457 rios, quatro massas de água de transição e seis massas de água costeiras.

3.1.10 Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (PG ZPE)

Ao nível comunitário, a Reserva Natural do Estuário do Tejo foi designada como parte integrante da Rede Natura 2000, em virtude da aplicação da Diretiva n.º 79/409/CEE, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Diretiva Habitats), transpostas para ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

A Diretiva Aves prevê que os Estados-Membros adotem medidas de gestão nas áreas classificadas ao abrigo da Rede Natura 2000, através da implementação de Planos de Gestão. Estes são instrumentos indispensáveis à proteção eficaz destas áreas e constituem o mecanismo mais adequado para garantir a compatibilidade da conservação com os interesses económicos e sociais de cada sítio.

O Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo, aprovado pela Portaria n.º 670-A/99, de 30 de junho é o único Plano de Gestão de uma área classificada da Rede Natura 2000 concluído e regulamentado em Portugal, e decorre do disposto no artigo 5º do DL n.º 280/94, de 5 de novembro, que estabelece que a ZPE do Estuário do Tejo fica sujeita à elaboração de um Plano de Gestão, cujas medidas, em articulação com os instrumentos de ordenamento do território e planeamento, deverão permitir manter a ocupação agrícola e agroflorestal; o carácter rural do espaço, a exploração salineira; o exercício de atividades de pesca e aeronáutica em consonância com a conservação da natureza. Este plano define, assim, as formas de utilização do território da ZPE do Estuário do Tejo, de acordo com os seguintes objetivos:

1. Manter a ocupação agrícola e agroflorestal de acordo com padrões próximos dos atuais, caracterizados por grandes áreas abertas, pastoreio em regime extensivo e culturas anuais alternando com áreas de pousio;
2. Manter o carácter rural do espaço, associado a densidades de povoamento humano idênticas ou inferiores às atuais, sem prejuízo do aproveitamento dos recursos complementares da agricultura e da floresta;

3. Permitir a exploração salina em extensões significativas de áreas vocacionadas para esse fim, utilizando técnicas compatíveis com a biologia das espécies de aves inscritas no anexo I da Diretiva Aves Selvagens (n.º 79/409/CEE, de 2 de abril);
4. Assegurar que o exercício da pesca e da caça se faça com salvaguarda dos imperativos de conservação da natureza;
5. Em respeito das competências pela gestão do espaço aéreo definidas por lei, contribuir para assegurar que o exercício da atividade aeronáutica se faça sem perturbações significativas nas áreas e nos períodos de maior concentração de espécies do anexo I da Diretiva Aves Selvagens (n.º 79/409/CEE, de 2 de abril);
6. Procurar o envolvimento das populações nas medidas de gestão da ZPE e, de forma geral, assegurar o seu contributo para o desenvolvimento sustentado e a valorização do património natural existente.

O plano de gestão tem capacidade para gerir as formas de utilização do território da ZPE do Estuário do Tejo, estipulando o seu regulamento os atos e atividades proibidos e sujeitos a autorização, bem como os usos associados a cada uma das áreas de proteção. Estas áreas encontram-se delimitadas na carta de zonamento, de acordo com três graus de proteção distintos:

- Zona de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna (Prioridade I), onde se integram os habitats mais importantes para a conservação das aves aquáticas inscritas no anexo I da Diretiva Aves, que correspondem genericamente aos sapais e salinas, às zonas de lamas e às áreas de lezíria mais significativas. Nestas áreas exige-se o mínimo de interferência humana;
- Zona de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna (Prioridade II), correspondendo a zonas húmidas de lamas, cursos de água, mouchões e zonas terrestres de lezíria e floresta, constituindo habitats importantes para a conservação das populações de aves aquáticas e terrestres. Aqui apenas se autorizam alterações ao uso do solo que não coloquem em risco a manutenção dessas características;
- Zona de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna (Prioridade III), integra as águas estuarinas permanentemente alagadas, áreas agrícolas e de montado e as restantes áreas terrestres, funcionando como interface entre as Zonas de Prioridade I e II e as áreas urbanas e envolventes da ZPE.

O Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo define ainda linhas estratégicas de gestão com vista a atingir os objetivos definidos; os recursos financeiros, humanos e técnicos disponíveis para a sua implementação bem como um programa de ação com indicação de medidas concretas que visam a conservação, divulgação e sensibilização.

3.1.11 Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT)

Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal são instrumentos setoriais de gestão territorial, previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e regulados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, e estabelecem normas específicas de utilização e exploração florestal dos espaços florestais, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados. Genericamente, os PROF:

- Avaliam as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
- Definem o elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;
- Identificam os modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;
- E definem as normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar a estes espaços.

Em 2007, todo o território nacional passou a dispor de PROF, sendo que em 2019, por via das alterações introduzidas no elenco legislativo, em particular no RJIGT, estes instrumentos foram todos objeto de revisão, tendo os planos de 2007 sido revogados por via da *"degradação da respetiva forma jurídica"*.

De acrescentar que em 2019 foi publicada a 4ª alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009 (o Decreto-Lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro) com o intuito de clarificar o regime de vinculação dos programas regionais de ordenamento florestal em conformidade com o disposto na atual Lei de Bases de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

É assim neste contexto que a Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro vem publicar o Programa de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (que corresponde aos anteriores PROF da Área Metropolitana de Lisboa, do Oeste e do Ribatejo), instrumento de política setorial que define para os espaços florestais da região sobre a qual incide *"o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado deste espaço"*.

O PROF-LVT, à semelhança do que já acontecia com o anterior plano, divide a sua área de intervenção em sub-regiões homogéneas, integrando o concelho de Alcochete as sub-regiões:

1. **Charneca** – onde se visa a implementação e o desenvolvimento (com igual nível de prioridade) das seguintes funções gerais dos espaços florestais: produção; proteção; e silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

2. **Estuário do Tejo** – onde se visa a implementação e o desenvolvimento (com igual nível de prioridade) das seguintes funções gerais dos espaços florestais: conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; proteção; e recreio e valorização da paisagem.
3. **Península de Setúbal** – onde se visa a implementação e o desenvolvimento (com igual nível de prioridade) das seguintes funções gerais dos espaços florestais: produção; proteção; recreio e valorização da paisagem.

O PROF-LVT define para a região uma rede de corredores ecológicos (cartografados na sua carta síntese), que têm como objetivo fundamental “*favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas*”, e nos quais devem ser respeitadas as normas de silvicultura e gestão específicas estabelecidas no Plano.

Referir que, conforme regulamenta o Plano, os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda **contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal** no âmbito dos planos territoriais municipais e dos planos territoriais intermunicipais.

3.1.12 Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)

Os Programas Regionais de Ordenamento do Território são os IGT onde é definida a estratégia de desenvolvimento territorial de cada região “*integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias sub-regionais e municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais*”. Ou seja, pode afirmar-se que o sucesso e a implementação dos PROT encontram-se fortemente condicionados pela forma como se venham a desenvolver os PMOT, e em particular os PDM.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi a primeira região do país dotada de um instrumento de gestão territorial desta natureza, tendo o PROTAML sido ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril.

As mudanças de política (de natureza diversa e em alguns casos estruturantes) entretanto operadas determinaram, em junho de 2008, a necessidade de proceder à sua 1ª Alteração (conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho), alicerçada em duas questões fundamentais:

1. As opções relativas à localização/concretização de futuras grandes infraestruturas, nomeadamente o Novo Aeroporto de Lisboa, o corredor de Alta Velocidade Lisboa-Madrid, a

Terceira Travessia do Tejo (componente rodo-ferroviária) e as novas Plataformas Logísticas (Castanheira do Ribatejo e Poceirão);

2. As alterações introduzidas no quadro legal nacional, em diversas áreas com relação mais ou menos direta com o ordenamento do território, e em concreto a publicação, em 2007, do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT), a par da vigência do QREN 2007-2013 e da Estratégia Regional Lisboa 2020.

De enfatizar também que, no decurso dos primeiros anos deste século, os municípios da AML registaram alterações expressivas ao nível das dinâmicas sociais, económicas e territoriais, que desencadearam a reconfiguração e a afirmação de alguns dos seus espaços no contexto regional, e consolidaram a coesão territorial, tendo-se atenuado a excentricidade geográfica de determinadas áreas, de entre as quais se pode destacar o concelho de Alcochete, motivado, no essencial, pela concretização de importantes eixos de acessibilidade.

Decorridos mais de 10 anos desde a tomada de decisão de alteração do Plano, os pressupostos enunciados têm vindo a ser objeto de sucessivas transformações – veja-se, a título de exemplo, o caso da localização no novo aeroporto de Lisboa, e a publicação da legislação que atualmente enquadra o domínio do ordenamento do território e do urbanismo – pelo que, grande parte do trabalho que tinha sido desenvolvido no âmbito da alteração ao PROT-AML (objeto de Discussão Pública em 2010) carece atualmente de reflexão e revisão, motivo porque se escusa o presente documento de sobre ela se debruçar.

Assim, no contexto da presente análise, faz-se uma muito breve sistematização da versão do plano de 2002, que embora com quase vinte anos de vigência, é aquele que vigora.

O PROT-AML constitui um plano bastante exaustivo e detalhado, que, contudo, é reconhecido estar já significativamente desatualizado (e até ultrapassado) face às transformações que o país e a região enfrentaram nas últimas décadas. Por este motivo a abordagem que se segue procura centrar-se nas temáticas e orientações que se mantêm atuais e relevantes e que por isso estarão subjacentes ao desenvolvimento dos princípios e propostas de intervenção da Revisão do PDM de Alcochete.

A proposta do PROTAML visa os seguintes **objetivos fundamentais**:

- *"A contenção da expansão da Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como, nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico;*
- *A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;*

- *A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial no funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;*
- *A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.”*

A proposta apresentada no PROTAML fundamenta-se em quatro prioridades essenciais: **sustentabilidade ambiental; qualificação metropolitana; coesão sócioterritorial e organização do sistema metropolitano de transportes**, tendo como visão estratégica para a região a concretização do seguinte objetivo global:

Dar dimensão e centralidade europeia e ibérica a Área Metropolitana de Lisboa, espaço privilegiado e qualificado de relações euro-atlânticas, com recursos produtivos, científicos e tecnológicos avançados, um património natural, histórico, urbanístico e cultural singular, terra de intercâmbio e solidariedade, especialmente atrativa para residir, trabalhar e visitar.

No que diz respeito à **Estratégia Territorial** adotada no PROTAML, esta pressupõe a existência de três dimensões territoriais distintas:

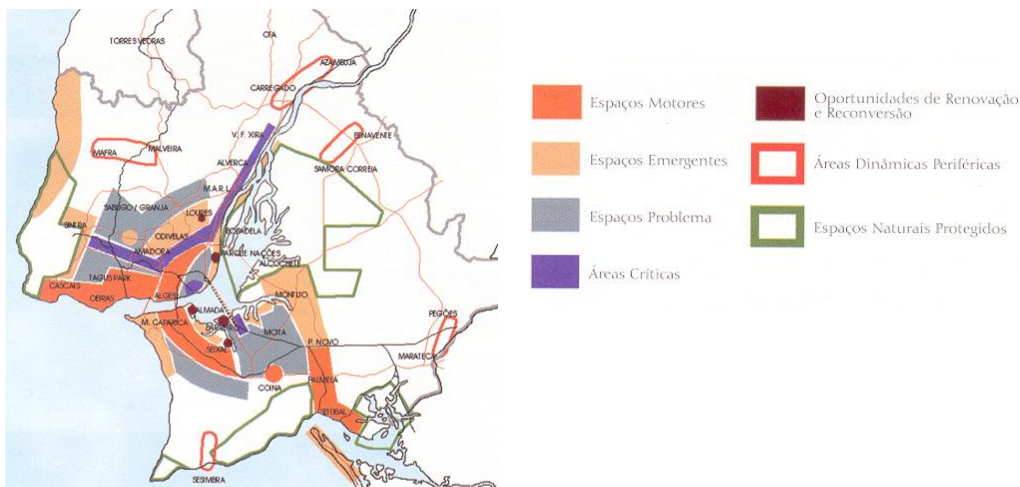
1. **Área Metropolitana Central**, unidade que agrega os núcleos urbanos ribeirinhos e os espaços onde se verificam maiores relações de dependência e maior articulação com Lisboa;
2. **Periferia Metropolitana**, constituída por uma estrutura urbana polinucleada e descontínua, onde ocorrem fortes relações de dependência entre diferentes núcleos urbanos e entre estes e o espaço rural (onde se enquadra o concelho de Alcochete);
3. **Região de Polarização Metropolitana**, por onde se desenvolve o efeito polarizador da AML e onde se verificam fortes relações de carácter social, económico e cultural.

Toda esta nova dimensão territorial decorrente da reconfiguração da AML, em grande parte induzida pela melhoria assinalável da acessibilidade regional, conduz a **Periferia Metropolitana** para um papel de maior destaque no panorama regional.

A alteração relativamente às dinâmicas e tendências dominantes de mudança, permitiram identificar um conjunto diferenciado de tipologias de espaço, estruturadas de acordo com as dinâmicas territoriais que lhes estão associadas.

O **eixo Alcochete-Montijo-Pinhal Novo** integra os **espaços emergentes**, áreas com potencialidade para induzirem mudanças positivas no panorama socioeconómico e/ou ambiental.

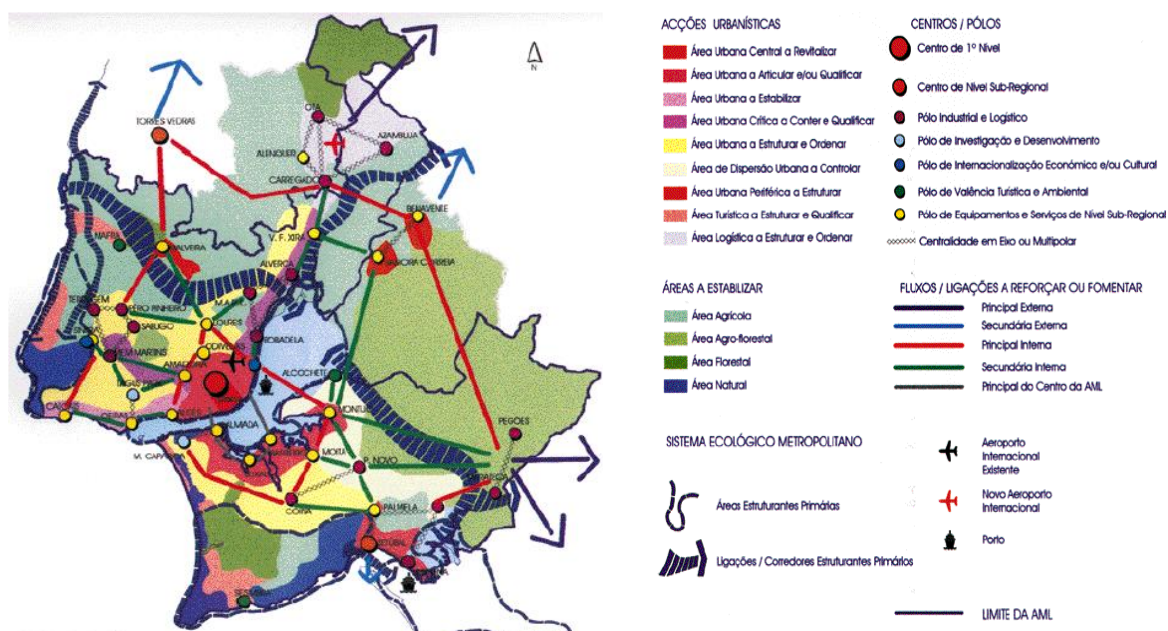
Figura 3: Dinâmicas Territoriais



Fonte: PROTAML

O esquema do **Modelo Territorial Proposto** visa tirar partido das características particulares da AML, promovendo a aproximação entre as duas margens (o conceito de Lisboa cidade de duas margens), nomeadamente através de novos corredores viários, e criando uma rede hierarquizada de centros e polos funcionais complementares, numa tentativa de contrariar o modelo de crescimento das periferias que se verificou ao longo das últimas décadas, assim como a tendência para a litoralização e densificação da área poente da AML e da frente ribeirinha norte

Figura 4: Modelo Territorial



Fonte: PROTAML

Nesta perspetiva, a estrutura do modelo territorial proposta pelo PROTAML reconhece **Alcochete** enquanto **Polo de Valência Turística e Ambiental**, funcionalmente articulado com o Arco Ribeirinho – “polo de valência para apoio ao turismo, recreio e lazer de muito baixa densidade, com uma forte componente ambiental, assim como área de vocação para a instalação de actividades de investigação e desenvolvimento ligadas ao meio estuarino.”

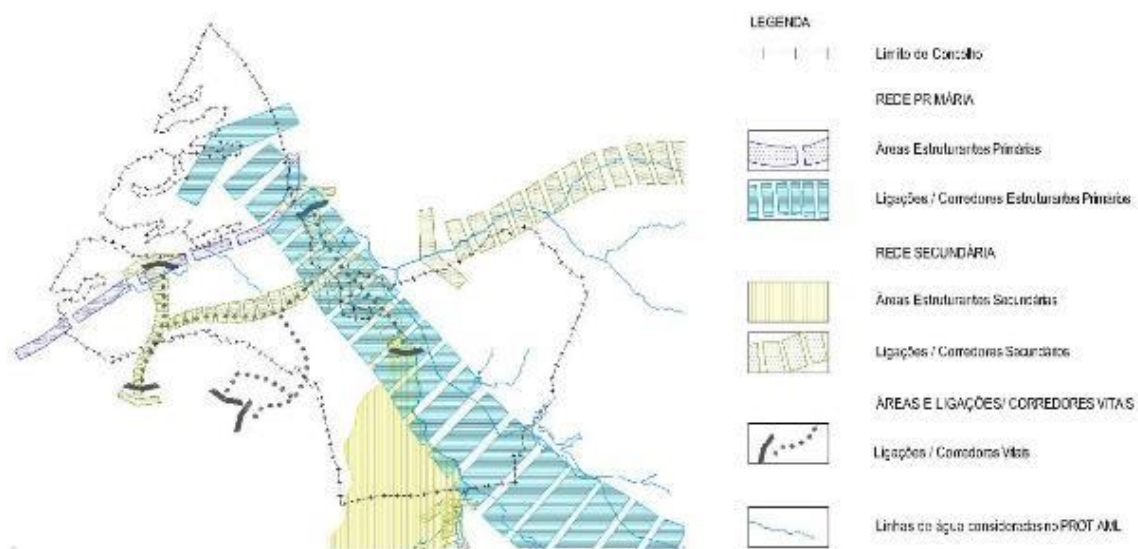
Subjacente à definição do modelo territorial está a divisão da AML em **unidades territoriais**, integrando o concelho de Alcochete três unidades distintas:

1. **Estuário do Tejo**, centro nevrálgico da AML, que constitui, em termos de valores naturais, uma área de importância estratégica regional e nacional. Apesar das ameaças que esta unidade territorial enfrenta atualmente, o Estuário possui condições para se constituir enquanto centro de desenvolvimento de atividades económicas e de recreio, e *“para funcionar como elemento aglutinador e estruturador do desenvolvimento de uma cidade de duas margens”*.
2. **Espaço de Transição Nascente**, engloba uma extensa área de uso predominantemente agrícola que se estende entre Alcochete e Palmela, onde os fenómenos da dispersão do povoamento se têm vindo a acentuar. Alcochete beneficia de uma localização privilegiada pelo seu posicionamento face ao estuário do Tejo, o que confere ao aglomerado um forte potencial para o desenvolvimento de atividades associadas ao turismo e lazer, relacionados com a natureza e o recreio náutico. De frisar o importante papel que toda esta unidade possui em termos da atividade agrícola (os solos possuem elevado potencial) e do equilíbrio do aquífero.
3. **Nascente Agroflorestal**, possui uma ocupação extensiva de grande homogeneidade, assente na exploração de recursos agroflorestais associados ao montado de sobro. Parte desta unidade integra a RNET, possuindo um enorme valor ecológico e agrícola no contexto da AML, constituindo uma das ligações estruturantes da Rede Ecológica Metropolitana uma vez que estabelece a ligação entre os estuários do Tejo e do Sado.

A **Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental** constitui um objetivo central no PROT-AML e é concretizada no Esquema de Modelo Territorial através da Rede Ecológica Metropolitana e das áreas a estabilizar considerados elementos estruturantes e decisivos para a sustentabilidade da região.

O PROT propõe uma rede de hierarquização de áreas estruturantes e ligações ou corredores que constituem a REM, integrando áreas e corredores primários, áreas e corredores secundários e áreas e ligações vitais para o Sistema Ecológico Metropolitano.

Figura 5: Rede Ecológica Metropolitana no concelho de Alcochete



Fonte: PROTAML

No que diz respeito à **Rede Primária**, a Área Estruturante Primária com relevância para o concelho é o Estuário do Tejo, que pela sua biodiversidade e valor paisagístico, integra uma área ecológica de importância vital (nacional e internacionalmente). Os Corredores e Ligações Estruturantes Primários asseguram as ligações e relações entre as áreas estruturantes primárias e os sistemas ecológicos de importância regional; estes deverão ser entendidos como os corredores preferenciais para as trocas entre ecossistemas, mas ao mesmo tempo representar espaços de desafogo e descompressão do sistema urbano, favorecendo e garantindo o desenvolvimento dos fenómenos naturais. No concelho de Alcochete assinala-se o atravessamento do corredor de ligação Estuário do Sado-Estuário do Tejo.

As Áreas e os Corredores/Ligações inseridas na **Rede Secundária** da REM incluem áreas e sistemas com dimensão suficiente para serem claramente identificados e com importância metropolitana e local na sustentabilidade do modelo territorial; constituem espaços ainda não predominantemente ocupados com edificações ou infraestruturas e com interesse e biodiversidade ecológica, na maior parte dos casos, matas caducifólias ou pernifólias ou vales e baixas aluvionares. No caso de Alcochete identifica-se no setor sul do concelho a presença de Áreas Estruturantes Secundárias, que embora sem preponderância de ocupação não se reconhece especial biodiversidade ecológica visto serem essencialmente sistemas culturais e parcelares complexos e culturas anuais, com exceção para pequenas e pontuais manchas de sobreiros. Os corredores assinalados como Corredores/Ligações Estruturantes Secundários acompanham na maior parte dos casos, as linhas de água ou cabeços que estabelecem as ligações ecológicas entre as áreas e unidades territoriais – ribeira do Vale de Palmela; vala da Amieira/ribeira do Vale dos Vinte Um; salinas do Samouco/Montijo; salinas do Samouco/vala da Amieira.

O conceito de **Áreas e Corredores Vitais** decorre da constatação do facto de nas áreas urbanas consolidadas, não estruturadas, fragmentadas e desordenadas do território metropolitano, o espaço livre, não edificado, ser já residual, devendo assumir-se enquanto áreas de concretização de espaços públicos, zonas de lazer e recreio, fundamentais para o funcionamento e qualidade do sistema urbano. No concelho de Alcochete identificam-se apenas seguintes Ligações/Corredores Vitais: vala da Amieira/ribeira do Vale dos Vinte Um; salinas do Samouco/Montijo; salinas do Samouco/vala da Amieira; Alcochete/Montijo.

Relativamente ao sistema de **Transportes**, o concelho de Alcochete está contido na designada Coroa de Transição (entre os 10km e os 30km). Nesta faixa o sistema de transportes periurbano terá de responder a dois padrões de deslocação: as deslocações radiais em relação a Lisboa e as que se processam entre os vários núcleos residenciais, de emprego e de comércio/serviços que se têm vindo a desenvolver nas aglomerações consolidadas na periferia de Lisboa. Para tal, genericamente, é fundamental: melhorar "*as condições de rebatimento TI e das redes de TC rodoviário*"; implementar "*um novo sistema de capacidade intermédia*"; criar um tarifário atrativo que não penalize os transbordos.

Por fim PROTAML define um conjunto de **Normas Orientadoras** que visam a concretização do Modelo de Desenvolvimento Territorial apresentado. Estas normas encontram-se divididas em: normas gerais (orientações para as ações e funções dominantes a favorecer), normas específicas (afetas aos sectores mais determinantes para o processo de planeamento ou às redes, equipamentos e estruturas fundamentais decisivas para a estruturação do território metropolitano) e ações urbanísticas (normas aplicáveis a determinadas áreas do Esquema de Modelo Territorial). Do conjunto de orientações territoriais definidas será devidamente acautelada, em fase posterior da revisão do Plano, a transposição e/ou integração de todas aquelas que possuam expressão territorial no concelho de Alcochete.

Face ao exposto, e tendo presente que a versão conhecida (e não vinculativa) da Alteração ao PROTAML (2010) introduzia alterações significativas à versão inicial do Plano (ainda em vigor) e com forte relevância para o território concelhio, importará sobre elas refletir em fase subsequente de definição do modelo de desenvolvimento territorial de Alcochete e da sua proposta de ordenamento, enquadrando o que se entender adequado ao atual momento.

3.2 Outros Planos de âmbito supramunicipal

Identificam-se ainda outros instrumentos de ordenamento com os quais o PDM se deverá articular pela relevância que assumem enquanto documentos orientadores, de natureza estratégica, ou operativos com contributos em domínios específicos e/ou essenciais em matéria de integração e coesão regional.

Seguidamente procede-se a uma muito breve abordagem sobre aqueles considerados mais significativos no contexto da presente caracterização territorial e de posterior desenvolvimento da proposta de revisão PDM, pelo seu âmbito, conteúdo e escala.

Identificam-se assim, os seguintes planos:

- Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC AML);
- Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Montijo e Alcochete (PIMDFCI);
- Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa (PET RL).

A abordagem a estes planos será retomada ao longo do documento, no âmbito da caracterização de temáticas específicas.

3.2.1 Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC AML)

O PMAAC-AML tem como principal objetivo principal reduzir a vulnerabilidade e preparar o território metropolitano para responder ao desafio colocado pela crise climática.

Atualmente, reconhece-se que os municípios têm um papel fundamental a desempenhar no incremento da resiliência e da capacidade de adaptação dos seus territórios aos efeitos (adversos e inevitáveis) das alterações climáticas, sendo os instrumentos de gestão territorial uma ferramenta fundamental para aplicar e concretizar as opções de adaptação às alterações climáticas. É cada vez mais urgente garantir que o ordenamento e planeamento territorial incorporam nas suas propostas, preocupações e soluções relativas à mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Referenciar que em termos de unidades morfoclimáticas, o concelho de Alcochete, integra na sua quase totalidade a unidade Vales do Tejo e do Sado (áreas de planície dos vales do Tejo e do Sado), caracterizada climaticamente por:

- Verão quente (Temperatura média do mês mais quente $\geq 22^{\circ}\text{C}$) com frequência relativamente elevada de dias de verão (mais de 110 dias/ano, em média) e de dias muito quentes (6/ano, em média);
- Inverno moderado (Temperatura mínima no mês mais frio entre 6 e 7°C);
- Precipitação anual reduzida, inferior a 650 mm e dias chuvosos pouco frequentes (cerca de 80 dias/ano)

Relativamente a projeções bioclimáticas apresenta-se de seguida (Figura 5) o esquema síntese que consta do PMAAC-AML e que procede à cenarização de dois períodos futuros até ao final do século (2041-70 e 2071-2100), destacando-se:

- . Um aumento generalizado da temperatura do ar;
- . Aumento da frequência dos dias mais quentes;

- . Ondas de calor mais frequentes e persistentes;
- . Diminuição generalizada da precipitação anual;
- . Secas mais frequentes e severas.

Na sequência do PMAAC e do "*Compromisso para a Adaptação às Alterações Climáticas*" em 2019, assinado pelos 18 municípios envolvidos (também pela Câmara Municipal de Alcochete), a autarquia deverá elaborar o seu documento estratégico concretizando e desenvolvendo a nível municipal, essa estratégia metropolitana.

Figura 6: Projeções bioclimáticas para a AML

 Aumento generalizado da temperatura do ar: • Temperatura média: +1,3°C a 3,2°C Subida mais acentuada da temperatura máxima: • +2,0°C (meados do século) a +3,5°C (final do século) • Aumento em todas as estações do ano, • maior no Outono e no Verão: +2,3°C (2041-2070); +4,0°C (2071-2100, RCP8.5) Temperatura mínima: • +1,2°C (2041-2070, RCP4.5); • +3,0°C (2071-2100, RCP8.5) Agravamento do gradiente térmico litoral-interior, mais vincado no verão: As maiores subidas são projetadas para as áreas mais interiores da AML Ondas de calor mais frequentes e persistentes: • +9 a +10 dias, meados do século • +12 a +23 dias (RCP8.5), no final do século • mais acentuado nos Vales do Tejo e do Sado Agravamento generalizado do desconforto térmico por calor: • +24 a +33 dias/ano (2041-2070) • +25 a +66 dias/ano (2071-2100) • maior agravamento na Peneplanície Alargamento do período de desconforto aos meses de Abril, Maio e Outubro	 Aumento da frequência de dias muito quentes: • mais acentuado no interior da AML: de +13 (2041-2070) a +35 dias (2071-2100, RCP8.5) • Atenuado no Litoral Ocidental • Podem vir a ocorrer também no Outono Aumento expressivo da frequência de dias de verão: • +25 (2041-2070, RCP4.5) a +55 (2071-2100, RCP8.5) • Atenuado no Litoral Ocidental Aumento expressivo da frequência de noites tropicais: • +6 a +12 dias (2041-2070); +34 dias (2071-2100, RCP8.5) Diminuição acentuada do número de dias em onda de frio: • -11 a -16 dias (2041-2070) • -14 a -18 dias (2041-2070) Redução acentuada do número de dias de stress por frio: • -65 a -75 dias (2041-2070) • Maior expressão na AML norte
 Diminuição generalizada da precipitação anual: • -5% a -6% (2041-2070); -4% (RCP4.5) a -17% (2071-2100, RCP8.5) Alargamento e acentuação da estação seca no regime pluviométrico anual: • diminuição em cerca de 25%, na Primavera e no Outono (2071-2100, RCP8.5) • diminuição no Verão • incerteza no Inverno: aumento no cenário RCP 4.5; diminuição no final do século, no cenário RCP 8.5 Diminuição do número de dias de precipitação: • -10 a -12 dias, em 2041-2070 • maiores reduções no Outono e na Primavera Aumento da frequência de dias com precipitação muito intensa (≥ 20 mm): • +1 a +2 dias por ano (Inverno)	 Secas mais frequentes e severas Valor médio anual do índice de seca: • próximo do limiar de seca fraca (2041-2070) • próximo do limiar de seca moderada (2071-2100)
 É expectável que a subida da temperatura do ar e o aumento do número de dias de stress térmico devido ao calor se agravem nas áreas de densidade urbana média e elevada, nomeadamente, onde ocorre o efeito ilha urbana de calor (atualmente com uma intensidade média de 3°C)	

Fonte: PMMAAC-AML, julho 2018 (volume I)

3.2.2 Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Montijo e Alcochete (PIMDFCI)

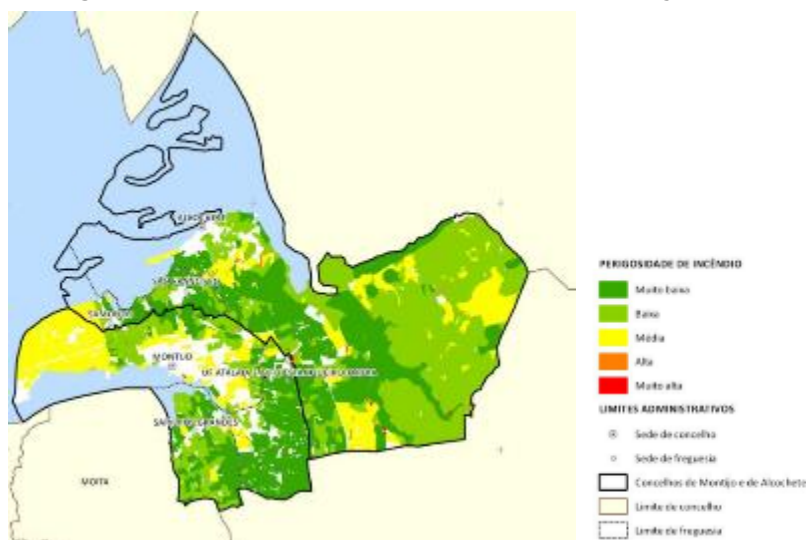
O PIMDFCI foi elaborado conjuntamente para os municípios de Montijo e Alcochete para o período 2015-2019, e veio atualizar o anterior plano, elaborado para o período 2008-2012. Atualmente está em curso a atualização/revisão deste documento encontrando-se (e em julho 2021) na fase de consulta pública.

O plano, para além de uma caracterização geral dos dois municípios – física, climática, demográfica, ocupação do solo – procede a uma caracterização aprofundada do histórico e casualidade dos incêndios florestais entre 2001 e 2013, o que permitiu obter um retrato detalhado relativamente aos incêndios florestais no concelho de Alcochete (distribuição temporal e territorial, causas, etc.).

De registar o facto de ambos os concelhos apresentarem muitas ocorrências e pouca área ardida; entre 2001 e 2013, em Alcochete foram registadas 196 ocorrências que resultaram em 64 ha de área ardida (apenas 0,5% da território concelhio).

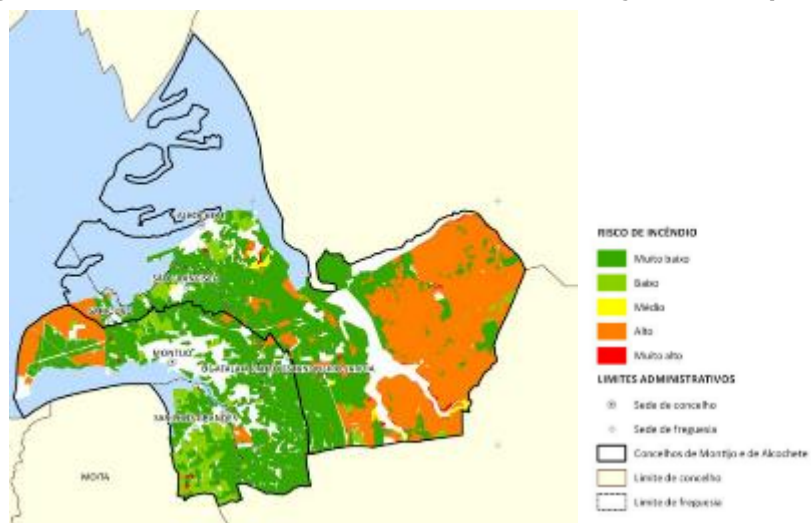
No Plano de Ação o PIMDFCI procede à cartografia de risco de incêndio e à definição de prioridades de defesa, definido, consequentemente os objetivos e metas do Plano para o quinquénio a que respeita, bem como um conjunto de eixos estratégicos de intervenção.

Figura 7: Perigosidade de Incêndio Florestal dos concelhos de Montijo-Alcochete (extrato)



Fonte: PIMDFCI Montijo e Alcochete (2015-2019)- Plano de Ação

Figura 8: Risco de Incêndio Florestal dos concelhos de Montijo-Alcochete (extrato)



Fonte: PIMDFCI Montijo e Alcochete (2015-2019)- Plano de Ação

Quadro 2: Objetivos e metas de DFCI para o concelho de Alcochete

OBJETIVOS	METAS ANUAIS				
	2015	2016	2017	2018	2019
REDUZIR A ÁREA ARDIDA ANUAL (não ultrapassar a área média anual ardida na última década)	Área < 5 ha	Área < 5 ha	Área < 4 ha	Área < 3 ha	Área < 3 ha
REDUZIR O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (não ultrapassar o n.º médio anual da última década)	N.º de ocorrências < 15	N.º de ocorrências < 15	N.º de ocorrências < 12	N.º de ocorrências < 10	N.º de ocorrências < 8
REDUZIR O NÚMERO DE REACENDIMENTOS	< 1	< 1	< 1	< 1	< 1
ASSEGURAR A 1.ª INTERVENÇÃO EM MENOS DE 20 MINUTOS	Em todo o concelho	Em todo o concelho	Em todo o concelho	Em todo o concelho	Em todo o concelho

Fonte: PIMDFCI Montijo e Alcochete (2015-2019)- Plano de Ação

Por fim, o PIMDFCI dispõe de um Plano Operacional para cada um dos municípios, documento que pretende reunir informação de apoio ao planeamento das ações de vigilância e deteção, primeira intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, e que procura também “*otimizar a utilização dos recursos disponíveis através do compromisso conjunto dos parceiros envolvidos com responsabilidades em matéria de DFCI no concelho*”.

3.2.3 Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa (PET)

O Plano Estratégico incide sobre o desenvolvimento turístico da Região de Lisboa para o período 2020-2024, e integra as orientações e o referencial estratégico identificado na Estratégia Turismo 2027 (ET2027).

Estabelece um novo protagonismo para o Tejo estabelece um modelo de desenvolvimento para o destino “Região Lisboa” assente em dois conceitos complementares: Polos Turísticos (polos consolidados, em desenvolvimento, a potenciar) e Produtos Transversais.

O concelho de Alcochete enquadra-se em 2 polos turísticos:

- no **Polo Reserva Natural do Estuário do Tejo** (zona norte) – que deverá posicionar-se no Turismo da Natureza, desenvolvendo experiências de turismo ativo ligadas aos atributos de tradição rural e usufruto do rio. Aponta-se neste âmbito a especificidade da Vila de Alcochete e a oportunidade de desenvolver atividades e experiências tradicionais relacionadas com os seus valores tradicionais (ex.: campinos, tauromoquia, ganadarias)
- o **Polo Arco Ribeirinho Sul** (zona sul, no limite com o concelho do Montijo) – que deverá posicionar-se na dinamização do Tejo, nomeadamente na exploração turística fluvial e nos acessos que a via Rio Tejo poderão conferir. Surge neste âmbito a referência ao trabalho desenvolvido em Alcochete de revitalização da sua frente ribeirinha (com forte potencial turístico) e a necessidade de desenvolvimento de infraestruturas dedicada à exploração turística fluvial.

Nesse âmbito, Alcochete integra-se e face ao seu “estágio de desenvolvimento” em “*polo a potenciar*” (“*com vocação e condições estruturais para ser um foco importante a médio/longo prazo*”), destacando-se, pelas suas características territoriais, o produto “natureza” e os qualificadores “gastronomia e vinho” e ainda “compras” no caso do Polo da Reserva Natural (referência ao *Freeport* aí instalado)

A Vila de Alcochete é ainda apontada como um caso de sucesso no turismo da Região pelo esforço desenvolvido na qualificação do seu centro urbano para captação de turismo.

3.3 Planos e Estudos de âmbito municipal

Uma vez sistematizados os planos, programas e estudos de âmbito supramunicipal com abrangência sobre o concelho de Alcochete, importa identificar que instrumentos de âmbito municipal, orientam, enquadram e disciplinam a intervenção neste território. Assim, faz-se de seguida uma síntese dos

planos municipais eficazes e relevantes em matéria de estratégia de desenvolvimento territorial e disciplina do planeamento e ordenamento municipal. Faz-se neste âmbito, uma abordagem ao Plano Diretor Municipal em vigor.

Para além dos planos referenciados de seguida, o município de Alcochete dispõe de outros documentos elaborados em momentos e contextos diversos, que embora não surjam sistematizados no presente capítulo serão considerados no âmbito da revisão do Plano sempre que se entenda que o seu conteúdo constitui uma mais-valia para a consolidação da estratégia e modelo de desenvolvimento territorial do município.

Identificam-se assim, os seguintes planos:

- Plano Estratégico “Alcochete 2030”
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alcochete (PEDUS)
- Plano Diretor Municipal de Alcochete (em vigor)

3.3.1 Plano Estratégico “Alcochete 2030”

Em 2009, consciente de se encontrar num momento ímpar, a autarquia deu início à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município – “Alcochete 2025”, processo amplamente participado, tendo realizado várias sessões públicas de debate, no sentido de envolver os agentes económicos, culturais, sociais e a população em geral.

Este documento, que se pretendia operacional e orientado para uma intervenção planeada e integrada, acabou por não ser concluído de acordo com os pressupostos inicialmente previstos devido ao contexto macroeconómico nacional que entretanto se verificou. É nesse contexto que surge a atualização do Plano, agora com o horizonte 2030 – **“Alcochete 2030: Visão e Estratégia”**.

O plano encontra suporte em dois pilares, sobre os quais se ancora e projeta a visão:

1. Um território de capitalidade nas funções associadas à biodiversidade, conservação e valorização da natureza e a função de “porta de entrada” da Reserva Natural do Estuário do Tejo;
2. Uma singularidade e forte identidade que permite construir uma atratividade diferenciadora, atribuindo a Alcochete um papel específico no contexto da Lisboa “Metrópole de duas margens”

Por sua vez a estratégia estrutura-se e organiza-se segundo três ambições:

- I. Afirmar o papel distintivo de Alcochete pelas funções que desempenhará como espaço de desenvolvimento turístico, fruição e lazer dos residentes e visitantes da região capital.

- II. Fomentar a especialização da base económica em atividades diferenciadoras que reforcem a afirmação da internacionalização e do cosmopolitismo de Lisboa.
- III. Desenvolver um modelo de vivência residencial distintivo que **privilegie os espaços já urbanizados, promovendo a regeneração e valorização dos núcleos existentes**, garantindo e valorizando a sustentabilidade ambiental, a **preservação dos espaços agrícolas e florestais**, fortalecendo a coesão social e afirmando a identidade cultural e singularidade da paisagem e do ambiente urbano.

Figura 9: Visão Alcochete 2030

*Alcochete deve afirmar-se,
no horizonte temporal de 2030,
como um território distintivo e cosmopolita da Lisboa
("metrópole de duas margens em torno do estuário do Tejo"),
desenvolvendo a sua atratividade pela singularidade,
qualidade e valorização económica
dos seus recursos naturais, ambientais, paisagísticos e culturais
e pela sua localização específica no contexto da região capital*

As orientações estratégicas vertidas neste documento serão fundamentais numa fase de definição da Estratégia de Desenvolvimento territorial.

3.3.2 Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alcochete (PEDUS)

O PEDUS de Alcochete constitui um documento precursor da instrução de um conjunto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020, mobilizando três prioridades de investimento:

- PI4.5- Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;
- PI6.5- Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;
- PI9.8- Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Neste contexto foram desenvolvidos três planos de ação distintos que estruturam o PEDUS:

1. Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)
2. Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD)
3. Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)

O PARU e PAICD são planos de escala local – o primeiro dirigido à ARU do Núcleo Antigo de Alcochete e o segundo ao bairro do Valbom – ao passo que o PAMUS se trata de um plano de escala sub-regional, dirigido à Área Metropolitana de Lisboa.

O PEDU começa por proceder a um diagnóstico da situação atual do concelho segundo um conjunto de domínios de análise (demografia, território, economia, mobilidade...), prosseguindo para a definição da Estratégia de Desenvolvimento Urbano do concelho.

Figura 10: Processo de construção do PEDU



Fonte: PEDUS de Alcochete, julho de 2016

A partir da definição das linhas orientadoras da estratégia e da projeção de uma Visão surgiu a necessidade de definir os objetivos estratégicos, em alinhamento com os princípios de crescimento e desenvolvimento sustentável e inclusivo e que permitiram a articulação entre os objetivos específicos dos três planos de ação que compõem o PEDU.

Figura 11: Visão e Objetivos estratégicos do PEDU



Fonte: PEDUS de Alcochete, julho de 2016

3.3.3 Plano Diretor Municipal de Alcochete em vigor

O processo de elaboração do PDM, cuja aprovação remonta a 1997⁴, revestiu-se de uma incerteza constante, decorrente da indefinição relativa à concretização de um conjunto de infraestruturas (rodoviárias e aeroportuárias) de grande dimensão e impacte territorial, tendo nesse sentido a proposta de Plano estabelecido uma orientação estratégica capaz de *"por um lado, potenciar os seus recursos endógenos e a sua especificidade territorial e de, por outro lado, procurar encontrar uma vocação mais específica que contribua para uma maior e melhor integração do concelho na AML"*.

Pouco mais de dois anos depois de ter entrado em vigor, a CMA deliberou (em 22 de dezembro de 1999) dar início ao seu processo de revisão, tendo como base os seguintes fundamentos:

1. Desajustamento do Plano com as perspetivas atuais do município, em face da rápida evolução do enquadramento regional resultante das novas acessibilidades;
2. Existência de desequilíbrio entre as áreas destinadas à habitação e as atividades económicas, o que poderá conferir ao concelho um papel de dormitório da AML;
3. Deficiente regulamentação dos usos não agrícolas em espaços rurais;
4. Necessidade de redimensionar os valores definidos para as cedências destinadas a espaços verdes e equipamentos;

⁴ Ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/97, de 22 de agosto, alterado pelo Aviso n.º 17956/2018, de 4 de dezembro

5. Necessidade de reequacionar os índices urbanísticos definidos para os espaços urbanos e urbanizáveis, que tendencialmente deverão ser reduzidos, bem como eventuais ajustamentos a alguns perímetros urbanos;
6. Promover a conformidade com o Plano Regional de Ordenamento do Território da AML, em particular no que respeita a medidas de defesa e promoção ambiental, bem como ao objetivo de transformar Alcochete em área de excelência para a fixação de atividades turísticas, lúdicas e de lazer;
7. Promover a articulação do Plano com a evolução dos conceitos de ordenamento refletivos nos novos regimes jurídicos dos planos e da urbanização/edificação.

De facto, o PDM foi elaborado num contexto em que, embora estivesse já perspectivada, ainda era grande a incerteza relativamente à construção da nova travessia do Tejo, não só no que respeitava aos detalhes do seu traçado e prazos de concretização e de outros projetos/intervenções relacionados, mas sobretudo aos efeitos que teria sobre os territórios situados na sua envolvente próxima.

O facto do desajustamento desse Plano ter sido diagnosticado numa fase tão precoce da sua vigência permite concluir quanto à sua relativa inoperância no domínio do ordenamento do território e às dificuldades da resolução das questões suscitadas na gestão urbanística corrente do concelho.

Estas circunstâncias criaram a necessidade de, para melhor enquadrar o desenvolvimento urbanístico e a ocupação das áreas de expansão, promover ao longo dos anos uma sucessão de planos de pormenor que foram permitindo ultrapassar as debilidades e constrangimentos que do PDM – entre 1997 e 2009 foram aprovados para o concelho 12 planos de pormenor, um número assinalável, mesmo no contexto da AML, sobretudo se atendermos à reduzida área “terrestre” do concelho.

3.3.3.1 Avaliação do PDM em vigor

Conforme já referido a aprovação do PDM remonta a 1997, porém os Estudos de Caracterização que estiveram na sua base datam de 1991 e o Relatório de Proposta do Plano (que integra as linhas estratégicas e os princípios de ordenamento subjacentes à proposta de ordenamento) data de final de 1995.

Assim, muito embora a entrada em vigor do atual PDM se tenha revestido de uma importância fundamental para o ordenamento territorial do concelho, uma vez que o município não dispunha, até 1997, de nenhum documento que disciplinasse de forma global e integrada todo o seu território, pode desde já antever-se que o desfecho da Avaliação do PDM em vigor que se poderá fazer no contexto da sua revisão, conduzirá à conclusão de que se está na presença de um documento muitíssimo desajustado face à realidade atual nas suas diversas vertentes.

A análise do PDM em vigor permitirá, acima de tudo contribuir para uma reflexão mais informada acerca daquelas que são as fragilidades inerentes ao atual processo de planeamento e gestão urbanística municipais, permitindo no âmbito da revisão do PDM definir um novo modelo de desenvolvimento e de uma proposta de ordenamento adequados e consentâneos com a realidade, dotando assim Alcochete de instrumento eficaz, capaz de responder (e corresponder) às necessidades e expectativas do município e dos seus munícipes.

3.3.3.2 Enquadramento Geral e Estratégico do PDM em vigor

Conforme referido, os Estudos Sectoriais do PDM datam do início da década de 90, altura em que, embora já se perspetivasse a construção de uma segunda travessia sobre o Tejo na zona de Lisboa, as incertezas em torno desse projeto, bem como de um conjunto de outras acessibilidades com relevância determinante para o concelho de Alcochete, eram ainda muitas, questão que persistiu e marcou todo o processo de elaboração do Plano.

No próprio Plano era reconhecido que, atendendo ao panorama de incerteza relativamente à concretização de um conjunto de infraestruturas (opções de localização e prazos de execução), o PDM então em elaboração seria um *“plano de transição com um tempo de vigência mais reduzido – 5 anos”*. Esse foi aliás o sentimento da Autarquia quando determinou a revisão do Plano ao fim de dois anos de vigência, contudo, decorridos mais de 20 anos desde a sua publicação o processo encontra-se ainda em curso com todas as consequências (nefastas) para o ordenamento e disciplina da ocupação do solo concelhia que daí advêm.

A opção foi assim por elaborar, à data, um Plano que no quadro estratégico do ordenamento concelhio, se orientou no sentido de, por um lado preservar as potencialidades concelhias, e por outro, enquadrar as tendências de transformação que se avizinhavam.

Os Estudos Demográficos do Plano (1991) foram feitos ainda com recurso a dados dos Censos 81 e Recenseamentos Eleitorais de 1989, que revelavam uma realidade que nada tem a ver com aquela que resultou da introdução das novas acessibilidades regionais e nacionais e do consequente reposicionamento do concelho no contexto da AML. O próprio documento reconhecia não haver bases *“para formular hipóteses de crescimento tendo em consideração a construção da nova ponte, mas somente a da previsão do seu crescimento se se continuarem a verificar as condicionantes anteriores”*, ainda assim, as estimativas feitas no pressuposto da construção da ponte não se revelaram completamente desajustadas face ao que se veio a verificar.

Em termos genéricos as principais potencialidades e mais-valias apontadas como vetores preferenciais de desenvolvimento do concelho eram semelhantes às de agora, ainda que num contexto local e regional pautado por significativas diferenças – o potencial natural e paisagístico foi considerado como

o principal fator de distinção no contexto metropolitano, e as atividades associadas ao turismo, recreio e lazer eram reconhecidas como alavancas chave do desenvolvimento de Alcochete.

Embora ao nível da base económica e da oferta de serviços o concelho tenha observado alterações muito expressivas, a grande maioria positivas (reforço da oferta de bens e serviços e de emprego), o aumento populacional (com aumento da população ativa residente no concelho) decorrente da melhoria das acessibilidades e consequente mobilidade das pessoas conduziu a um aumento dos fenómenos de suburbanização do concelho e aumento da dependência de emprego face ao exterior. Este facto é visível se se atender a que em 1981 35% das deslocações pendulares eram para fora do concelho, e em 2001 este valor era de cerca de metade do total das deslocações.

O relatório “Estudos Económicos” (1991) referia na sua conclusão que no âmbito do PDM se procuraria *“apresentar propostas que conduzam neste período de mudança e incertezas quanto à localização exata de duas grandes infraestruturas de transporte (ponte e aeroporto), ao desenvolvimento coordenado e equilibrado do tecido económico concelhio por forma a evitar estrangulamentos futuros”*, apontando como diretrizes a prosseguir a manutenção da indústria transformadora como uma importante alavanca da economia concelhia, a melhoria da dotação de infraestruturas e serviços de apoio às empresas, e o reforço generalizado da sua base económica, com particular destaque para a projeção turística.

Não foi, no entanto, aí que conduziram as dinâmicas de mercado, tendo-se verificado mesmo em algumas situações uma tendência oposta à indicada – a indústria transformadora diminuiu significativamente a sua relevância no contexto económico do concelho com o encerramento de algumas importantes unidades de produção, tendo-se verificado, porém, o crescimento e consolidação da atividade logística no concelho.

No domínio das atividades associadas ao turismo o seu crescimento ficou também aquém do perspectivado, embora Alcochete tenha alcançado uma maior notoriedade no contexto metropolitano, sobretudo nas atividades associadas ao recreio e lazer.

No âmbito das acessibilidades internas o PDM diagnosticava já uma significativa fragilidade no sector nascente do concelho, que aliás se mantém, continuando este a ser apenas servido pela EN4, sendo notória a ausência de uma rede municipal.

Em 1991 as carências habitacionais apontavam para a necessidade 550 novas habitações. As estimativas das necessidades habitacionais (no horizonte do Plano) por seu lado apontavam para o surgimento de cerca de 275 novas famílias, ou seja, seria necessário prever cerca de 800 novos fogos para a satisfação de ambas as necessidades (carências atuais +necessidades estimadas), no horizonte do Plano. O fenómeno de urbanização que o concelho conheceu com a entrada em funcionamento da Ponte Vasco da Gama ultrapassou por completo esta questão – entre 1991 e 2001 o número de alojamentos aumentou 44%, ou seja, surgiram em 10 anos cerca de 1.885 novos fogos.

Em termos de infraestruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais embora se tenham corrigido algumas das principais fragilidades identificadas, em grande medida decorrentes do aumento populacional, ainda persistem algumas das debilidades identificadas na época no sector nascente do concelho.

Na sequência do diagnóstico efetuado estabeleceram-se, à data, as seguintes linhas estratégicas de desenvolvimento e ordenamento:

- Projetar turisticamente o concelho com base no Estuário do Tejo e da Zona da charneca;
- Requalificar e reforçar o sector industrial e de serviços;
- Proteger e valorizar a atividade agrícola e pecuária;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente;
- Valorizar a vila de Alcochete;
- Reforçar e requalificar os aglomerados do Samouco e S. Francisco;
- Conservar e valorizar os ecossistemas, os recursos naturais e a paisagem rural;
- Melhorar a acessibilidade.

Relativamente à área económica um dos objetivos que o concelho se propunha alcançar era a fixação de população jovem, sendo para tal fundamental criar as condições necessárias ao nível da dotação de equipamentos, formação profissional e emprego. Muito embora o reposicionamento de Alcochete no contexto metropolitano e a melhoria generalizada da acessibilidade, sobretudo a Lisboa, ao longo das últimas décadas, o concelho mantém ainda uma forte dependência face ao exterior ao nível do emprego, embora seja inegável a crescente dinâmica económica interna que se tem vindo a registar. Contudo ao nível da dotação de equipamentos de apoio à população as melhorias são expressivas, estando assegurada a satisfação das necessidades atuais, muito embora este seja um domínio que necessita de ajustamentos permanentes fruto das dinâmicas sociais e territoriais que vão ocorrendo.

No domínio da atividade turística, Alcochete alcançou já assinalável notoriedade tendo vindo a registar um aumento (constante) do número de visitante. Trata-se, no entanto, de um turismo associado essencialmente, à visitação, recreio e lazer, sobretudo da população de outros concelhos da AML, e não tanto a um turismo de “permanência”, uma vez que o concelho não conseguiu ainda adquirir massa crítica suficiente ao nível da oferta de alojamento turístico e de serviços e atividades complementares de apoio à estadia (de curta ou média duração) de turistas.

O subsector da logística foi talvez aquele que conheceu um maior desenvolvimento com a criação de um conjunto de espaços dedicados ao acolhimento de empresas desta natureza, sobretudo na zona do Passil. Ainda assim, verifica-se que permanecem expectantes diversos espaços destinados à instalação de pequena e média indústria e atividades similares, nomeadamente na zona industrial do Batel e no Passil Park.

A instalação de atividades associadas à aquicultura ficou também aquém do que se esperava, não se registando a sua presença na base económica do concelho. Por seu lado a atividade agrícola mantém a sua relevância no contexto do concelho, sobretudo no domínio da horticultura e floricultura, estando mesmo a verificar-se um aumento da pressão sobre as áreas tradicionais da charneca (montado) em prole da agricultura de regadio.

No domínio do ordenamento do território regista-se o crescente esforço de valorização da vila de Alcochete, nomeadamente as intervenções feitas na frente ribeirinha e no núcleo antigo, contudo o PDM revelou-se incapaz de conter a pressão exercida sobre as áreas periféricas da vila, onde se registou um fenómeno de expansão da urbanização sem precedentes no concelho. De registar que, apesar de tudo a urbanização foi acontecendo com alguma preocupação de conexão com o tecido urbano existente, naturalmente que numas situações com mais sucesso que noutras, em grande medida da sua concretização decorrer da elaboração de planos de pormenor.

A acessibilidade interna e a articulação com a rede externa foi objeto de melhorias assinaláveis no que respeita à sede de concelho, verificando-se, ainda significativas debilidades nas ligações que servem os restantes aglomerados e polos de atividades económicas, sendo fundamental, a este nível o reforço da conectividade entre polos internos geradores de tráfego e entre estes e as principais vias de acessibilidade regional.

A questão da atividade náutica, sobretudo de recreio, era também apontada como um dos alicerces do desenvolvimento concelhio, no entanto as suas potencialidades permanecem por explorar considerando-se que esta seja uma componente a ver reforçada na estratégia de desenvolvimento que venha a ser estabelecida para o concelho, uma vez que o Estuário do Tejo constitui a mais-valia primordial deste território, sendo, contudo imprescindível que qualquer atividade que aí venha a ocorrer se pautar por princípios de sustentabilidade ambiental e salvaguarda e valorização da paisagem.

3.3.3.3 Princípios e Linhas de Orientação para o Ordenamento

Quanto à operacionalização das linhas estratégicas o PDM começou por estabelecer um conjunto de princípios de ordenamento do território que contribuíssem para a concretização das perspetivas de desenvolvimento, e que se encontravam suportadas nas diversas componentes do ordenamento estabelecidas da seguinte forma:

1. Estrutura de Proteção e Valorização Ambiental, a partir da qual as restantes ocupações e usos foram organizados. A sua delimitação foi apoiada na REN, integrando as salinas adjacentes ao Estuário, os corredores ao longo das principais linhas de água, e as áreas de máxima infiltração.
2. O ordenamento do espaço rural, que pressupunha uma aposta na atividade agrícola, embora admitindo que a sua importância pudesse sofrer uma contração decorrente do fenómeno de

urbanização. Prevvia a intensificação da atividade hortícola na faixa ribeirinha, o incremento da área ocupada por estufas e o risco de substituição de algumas áreas de montado por culturas regadas.

Neste domínio era proposto o reforço dos aglomerados de Samouco e S. Francisco através:

- da oferta no seu interior espaços para urbanizar diminuindo a dispersão na envolvente rural;
- da reestruturação das áreas de construção dispersa nas áreas periféricas, densificando-as, equipando-as e infraestruturando-as;
- da criação de áreas para instalação de atividades económicas, evitando a sua disseminação em espaço rural com aptidão agroflorestal.

3. O ordenamento das atividades industrial e de serviços, alicerçou-se sobretudo na criação de espaços destinados à instalação de atividades económicas que beneficiassem de uma boa acessibilidade. É nesse sentido que se propõe uma considerável expansão da já existente zona industrial do Batel, onde se pretendia instalar, para além de unidades industriais, também as grandes superfícies comerciais que viessem a surgir, o que não aconteceu.

4. O ordenamento da atividade turística pretendia contribuir para a diversificação da base económica do concelho, assente no aproveitamento das potencialidades do Estuário do Tejo e da frente ribeirinha e do espaço rural em presença. Nesse sentido foram propostas as seguintes intervenções:

- concretizar um empreendimento turístico na área de atividades ligadas ao Tejo;
- aproveitamento do pontão de Alcochete para apoio a passeios no rio;
- construção do passeio ribeirinho de Alcochete entre o centro da vila e a Praia dos Moinhos;
- concretizar a doca de recreio (marina) de Alcochete;
- criar dois empreendimentos turísticos, um na zona do Porto dos Cacos e outro na Barroca d'Alva, que ofereçam alojamento turístico em complemento com outras atividades de recreio

Neste sector ficaram por concretizar algumas das iniciativas propostas, em grande medida dependentes da iniciativa privada (empreendimentos turísticos) ou do apoio da administração central (marina), contudo este continua a ser um sector âncora para o concelho pelo que a estratégia de desenvolvimento poderá passar pela recuperação destas propostas.

5. **Hierarquia e Estrutura da Rede Viária**, apresentava-se uma proposta que se pretendia coerente com a solução de ocupação do território e que tinha como objetivos centrais garantir uma boa acessibilidade interna e uma boa articulação com a rede viária regional e nacional. Esta hierarquização foi feita atendendo essencialmente à rede de vias já existente, sendo apenas referenciada a necessidade de prever uma variante à EN4 na zona da Atalaia/Passil e equacionar uma variante à EN119 no atravessamento de Alcochete.

6. A **Rede Urbana** concelhia foi estruturada segundo duas perspetivas:

- Inter-concelhia, considerado a articulação da sede de concelho com os restantes aglomerados do Arco Ribeirinho e em particular com a cidade do Montijo, relativamente à qual era apontada a

necessidade de diminuir as dependências funcionais existentes. Numa ótica de complementaridade entre sedes concelhias, apontando-se um caminho de “especialização” para cada uma delas, em Alcochete sobressaía o seu potencial ambiental e paisagístico.

- Intra-concelhia, com uma aposta no reforço demográfico e funcional da vila de Alcochete, aumentando a autonomia concelhia e consequentemente diminuindo as deslocações pendulares para o exterior. A localização da sede da Reserva Natural do Estuário do Tejo era apontada como um elemento de polarização urbana, contudo esse facto teve reduzido impacto em todo o processo de afirmação e reforço de Alcochete.

Toda esta reflexão conduziu à definição de um conjunto de linhas (mestras) de orientação para o ordenamento do território concelho, que tinham como fim último consolidar os princípios de ordenamento e contribuir para o desenvolvimento territorial, social e económico de Alcochete:

1. Ordenamento da frente ribeirinha, articulando o concelho com o Estuário do Tejo através da criação das infraestruturas de apoio à náutica de recreio, da qualificação das frentes urbanas de Alcochete e Samouco e da preservação das salinas.
2. Ordenamento da ocupação urbana nas expansões dos aglomerados de Alcochete, Samouco e S. Francisco.
3. Ordenamento das áreas de atividades industriais, baseado na consolidação das áreas existentes.
4. Ordenamento da área rural no sentido de evitar a dispersão e valorizar a atividade agrícola.
5. Preservação das áreas húmidas integradas na Estrutura de Proteção e Valorização Ambiental do concelho.

De uma forma genérica pode considerar-se que o atual PDM contribuiu, ainda que com um forte apoio de outros instrumentos e programas, para a concretização das linhas de orientação estabelecidas. Importa, contudo, ressaltar que:

- A náutica de recreio é uma atividade pouco explorada no concelho não estando implementadas as estruturas de apoio necessárias ao seu desenvolvimento e à sua promoção.
- A atividade salífica encontra-se também estagnada, funcionando as salinas apenas como espaço de visita e atividades pedagógicas.
- Muito embora a ocupação das áreas de expansão dos aglomerados tenha sido feita através da concretização de planos de pormenor e procurando uma articulação com a malha urbana existente, nem sempre esta se desenvolveu numa ótica de sustentabilidade de ocupação do solo e de diversidade funcional.

- As atividades económicas do sector da indústria, logística e similares instalaram-se sobretudo na zona industrial do Batel e na área do Passil (não equacionada no âmbito do PDM), ao passo que a área afeta à antiga fábrica da *Firestone* se converteu numa grande superfície comercial de irradiação regional. Em relação à área da fábrica de explosivos mantem-se “expectante”, carecendo eventualmente, de nova abordagem estratégica.
- Embora se pretendesse contrariar o crescimento de fenómenos de dispersão, a permissão de edificação em áreas de vocação agrícola para uso habitacional conduziu ao seu incremento e mesmo a uma maior fragmentação da propriedade.
- A preservação dos espaços naturais e das áreas húmidas foi talvez o objetivo com maior sucesso de concretização.

Embora o concelho viva atualmente uma realidade muito diferente daquela verificada aquando da elaboração do PDM, há premissas que se mantêm atuais e objetivos cuja concretização continua a revelar-se fundamental para a prossecução de um modelo de desenvolvimento equilibrado, coeso, sustentável e sustentado, pelo que a análise acima sistematizada dará um contributo fundamental para a definição dos princípios gerais de ordenamento da Revisão do PDM de Alcochete, na fase do plano que se segue.

3.3.3.4 Proposta de Ordenamento Territorial

Uma vez estabelecidos os princípios de ordenamento o PDM prossegue para a definição da Proposta de Ordenamento, e consequente classificação e qualificação do solo e respetivo normativo legal, nos termos da legislação que vigorava à época, e que é substancialmente distinta da atual, quer ao nível dos pressupostos de base, quer da forma como se operacionaliza e concretiza a ocupação e transformação do solo.

O PDM classificava então o território concelhio nas seguintes categorias e subcategorias de espaço:

1. **Espaços Naturais** – têm como objetivo a preservação da qualidade ambiental, dos sistemas naturais e da paisagem e subdividem-se em:
 - Espaços naturais de categoria I, que integram as áreas do concelho de maior sensibilidade;
 - Espaços naturais de categoria II, que integram as áreas adjacentes às áreas húmidas mais sensíveis.
2. **Espaços Rurais** – têm como objetivo a preservação da estrutura de produção agrícola e do coberto vegetal e subdividem-se em:
 - Espaço rural de categoria I, que integram os espaços agrícolas;
 - Espaço rural de categoria II, que integram os espaços agroflorestais;
3. **Espaços Urbanos**, divididos em:

- Espaços urbanos consolidados, que integram as malhas urbanas existentes, com ocupação edificada consistente, com fins predominantemente habitacionais;
 - Espaço urbanos não consolidado, integra apenas uma área com alvará de loteamento no Passil;
 - Espaços urbanos a reestruturar, integram os núcleos antigos do Passil e Fonte da Senhora e as AUGI.
4. **Espaços Urbanizáveis**, distinguindo-se entre:
 - Espaços urbanizáveis de expansão, que se destinam à construção de novos conjuntos habitacionais e respetivas funções complementares;
 - Espaços urbanizáveis industriais, que integram os espaços destinado à instalação de unidades industriais, comerciais ou de serviços e respetivas funções complementares.
 5. **Espaços de Recreio e Lazer** – destinam-se predominantemente a usos públicos de recreio e lazer, ou de carácter turístico
 6. **Espaços Cultural** – abrange o núcleo rural da Barroca d'Alva e tem como objetivo a preservação das características específicas do local;
 7. **Espaço Militar** – corresponde ao espaço ocupado pela Base Aérea do Montijo no concelho;
 8. **Espaços Canais** – correspondem a corredores ativados por infraestruturas.

O PDM definiu ainda na sua Planta de Ordenamento dois núcleos de desenvolvimento turístico, um na Barroca d'Alva e outro em Rio Frio, que poderiam integrar estabelecimentos hoteleiros e similares e conjuntos turísticos, a concretizar por via de plano de pormenor. De frisar que apesar de ter sido desencadeado um plano para a Barroca d'Alva, até à data este não foi concluído, e consequentemente implementado. Quanto a Rio Frio as indefinições dos últimos anos relativas à localização do Novo Aeroporto de Lisboa condicionaram a elaboração de qualquer iniciativa de âmbito turístico nesta área, devendo no âmbito da presente revisão do PDM refletir-se acerca desta opção.

Tendo, mais uma vez, em linha de conta que passaram mais de 20 desde a aprovação desta proposta de ordenamento, e tendo em consideração o percurso que se tem vindo a fazer em matéria de planeamento estratégico e ordenamento territorial, à escala metropolitana e municipal, é expectável que a definição da estratégia e modelo de desenvolvimento territorial para o concelho sejam objeto de uma profunda alteração, contudo, a proposta de ordenamento em vigor será sempre o ponto de partida.

O PDM apresentava ainda um vasto conjunto de propostas setoriais distintas – equipamentos coletivos, infraestruturas urbanísticas, etc. – cuja avaliação será feita no âmbito da caracterização dos respetivos domínios de intervenção. De referir, porém, que o exponencial aumento populacional que o concelho registou no início deste século veio induzir uma alteração muito significativa nas necessidades de dotação de equipamentos e infraestruturização que o PDM perspetivou para o seu

horizonte, o que obrigou a que a sua programação/execução fosse sendo objeto de sucessivas alterações ao longo do tempo, fruto das dinâmicas demográficas, sociais e urbanísticas registadas.

3.3.3.5 Constrangimentos do PDM em vigor

Atualmente, é possível afirmar que o principal constrangimento associado ao atual PDM decorre do tempo decorrido desde a sua entrada em vigor e do facto de já então o documento aprovado padecer de desajustamentos face à realidade. Embora a proposta de ordenamento, em termos de definição do limite dos perímetros urbanos e de delimitação das subcategorias, se tenha revelado relativamente ajustada ao que foi o crescimento da urbanização concelhia, a sua regulamentação mostrou-se insuficiente para responder às solicitações feitas sobre o território, tendo sido necessário à Autarquia recorrer à elaboração de sucessivos planos de pormenor para a ocupação das principais áreas de expansão dos núcleos urbanos.

Uma outra fragilidade do atual Plano resulta da insuficiente e incipiente informação de que se dispunha, em termos quantitativos (diversidade de dados disponíveis) e qualitativos (rigor da informação cartográfica) o que colocou alguns entraves a uma adequada avaliação da situação existente e uma realista prospeção da realidade futura. Estas foram, aliás, questões, comuns à generalidade dos PDM da época, impossíveis de ultrapassar no contexto de então.

Para além disso em duas décadas o domínio do ordenamento do território assistiu a mudanças profundas, não só em termos de contexto legislativo, mas também ao nível das metodologias e dos próprios paradigmas. Nos anos 90, na grande maioria dos concelhos davam-se os primeiros passos nesta matéria; atualmente, já com uma prática de planeamento consolidada e com orientações sólidas e sustentadas, a nível nacional, regional e local, as preocupações são distintas.

Ultrapassadas que estão no momento presente todas as dificuldades decorrentes do rigor e qualidade da informação disponível e tendo presente toda a experiência adquirida no domínio do planeamento urbanístico e do ordenamento do território, importa, pois, sistematizar as principais debilidades e insuficiências do atual PDM ao nível do ordenamento e respetiva regulamentação, que será crucial debelar no contexto da sua revisão. Antes de mais, e pela sua transversalidade, referir a necessidade de adaptar o Plano ao atual quadro legal, em particular ao RJIGT, com destaque no que à classificação e qualificação do solo e sua programação se refere. Já num contexto de maior detalhe, e procurando refletir também aquelas que têm vindo a ser as preocupações expressas pelos serviços municipais, destacam-se:

- Excessiva dimensão dos perímetros urbanos, mesmo atendendo ao fenómeno de explosão da urbanização e crescente procura habitacional registada: em Alcochete grande parte da UE3 entre Quebrada e a EM502 permanece por ocupar; no Samouco todo o sector poente do perímetro urbano (atualmente com PP aprovado) registou uma dinâmica urbanística residual; em S.

Francisco a generalidade da UE3 não foi objeto de qualquer operação urbanística., no Passil toda a área a nascente do CM1205 (*espaços urbanos não consolidados*) integrada no perímetro urbano correspondia a um alvará em vigor, à data de elaboração do PDM, sendo contudo uma área onde nada aconteceu ao longo da vigência do plano, embora permaneça “aberto” o procedimento de elaboração de um PP.

- Afetação de áreas a *Espaços Urbanizáveis Industriais* desajustada, e excessiva, face à procura verificada: a UI1 foi ocupada por uma grande superfície comercial; a UI2 possui ainda um número significativo de lotes por ocupar; a UI3 não registou qualquer dinâmica de ocupação (mantendo apenas as instalações já existentes). A maior dinâmica neste sector ocorreu na área do Passil, onde embora não se encontrasse prevista no PDM, se verificou a instalação de um conjunto de atividades na área da logística e armazenagem.
- Incapacidade de concretização do *Espaço de Recreio e Lazer* (RL1) onde se encontram as antigas unidades de seca de bacalhau – sendo esta uma área privilegiada em termos de recursos naturais e paisagísticos, o seu não aproveitamento associado à obsolescência do conjunto edificado em presença constitui um recurso muito subaproveitado no concelho.
- Permissividade da regulamentação relativa à edificação de habitação, e mesmo de instalações e infraestruturas de apoio à atividade agrícola, nos *Espaços Rurais Agrícolas* – embora por norma a área mínima da parcela exigida para a edificação destas estruturas fosse de 3ha, estavam previstas uma série exceções que estiveram na origem do aumento do fenómeno de dispersão da ocupação, com particular relevância nas áreas situadas entre Alcochete e S. Francisco e a sul de Fonte da Senhora (Rego da Amoreira). Esta fragmentação da propriedade tem também tido como consequência o aumento da pressão sobre o *Espaços Agroflorestais*, onde as áreas de montado têm vindo a ser progressivamente substituídas por regadios extensivos (sobretudo no sector sul/poente da Terra dos Caramelos).
- Ausência de definição de prioridades de concretização das áreas classificadas como *Espaços Urbanizáveis*, o que conduziu à ocupação difusa dos perímetros urbanos, estando em alguns casos ocupadas áreas periféricas enquanto subsistem vagas áreas contíguas aos núcleos primitivos.

Embora não se possa afirmar que o PDM em vigor tenha constituído um entrave ao desenvolvimento concelhio – a realidade demonstra que o crescimento da urbanização no concelho revela sinais de relativa coerência e sustentabilidade – o facto é que se trata de um documento que pouco tem contribuído para a prossecução de um modelo de ordenamento territorial consentâneo com preocupações atuais e com as dinâmicas locais e estratégias regionais. É por isso fundamental promover uma revisão do PDM capaz de enquadrar a constante dinâmica (territorial, social e económica) vivida pelo concelho, dotando o município de um instrumento capaz de responder, por um

lado aos anseios e expectativas da Autarquia e dos seus munícipes, e por outro aos desafios que lhes são colocados no contexto metropolitano.

3.3.3.6 Participação preventiva no Processo de Revisão do PDM

A participação pública dos cidadãos é já uma prática perfeitamente enraizada no processo de planeamento, tendo o município de Alcochete inúmeras “provas dadas” no que toca ao envolvimento dos munícipes e demais atores e agentes locais.

A este propósito o RJIGT, no seu artigo 6º clarifica a forma como o direito à participação tem de estar subjacente a qualquer processo de “*elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos programas e planos territoriais*”, e os artigos 88º e 89º determinam a forma como ocorre, respetivamente, a participação e a discussão pública dos planos municipais.

O período de participação pública, para a formulação de sugestões e apresentação de informações, previsto ocorrer após comunicação da elaboração do plano decorreu entre 6 de setembro e 18 de outubro de 2002, tendo sido muito pouco participado, e por este motivo a CMA tem vindo a aceitar ao longo dos anos a apresentação de sugestões e pretensões por parte dos interessados.

A grande maioria das participações que têm vindo a ser recebidas prendem-se maioritariamente com a intenção dos proprietários verem determinada parcela reclassificada de solo rústico para solo urbano no âmbito da revisão do PDM, havendo ainda algumas participações solicitando a alteração de índices ou parâmetros urbanísticos. Em termos de distribuição territorial referir que, como seria expectável, a grande maioria das participações ocorre na envolvente dos perímetros urbanos (em vigor).

Tendo em consideração o tempo decorrido desde o início do procedimento de elaboração da revisão do PDM haveria vantagens em promover novo período de auscultação da população, porém, tendo em consideração a prática participativa já enraizada no município, considera-se que os serviços técnicos dispõem de informação que lhes permita elencar as principais preocupações e expectativas dos munícipes, e assim acautelar a sua integração, sempre que viável no contexto das propostas de revisão do plano.

3.3.4 Planos de Pormenor

Conforme já sobejamente referido, a construção da Ponte Vasco da Gama há cerca de duas décadas e a consequente integração (efetiva) de Alcochete na AML, e a sua “aproximação” à cidade de Lisboa, alteraram de forma significativa as dinâmicas sociais, económicas e territoriais deste concelho, tendo-se verificado no início do século um exponencial aumento da procura habitacional no concelho, e que ia muito além daquilo que o PDM em vigor tinha perspetivado quando estabeleceu a proposta de ordenamento e a regulamentação da ocupação do seu território. Perante facto o município entendeu

necessário promover um conjunto de planos de pormenor com o intuito de planear e programar determinados setores do concelho, permitindo responder às mudanças em perspetiva.

Atualmente encontram-se em vigor 12 planos de pormenor:

- Plano de Pormenor 4 - Quinta da Praia (1991);
- Plano de Pormenor da Quinta dos Flamingos (1997);
- Plano de Pormenor da Área Envolvente ao Quartel da GNR (1998);
- Plano de Pormenor da Quinta dos Barris (2000);
- Plano de Pormenor da Quebrada Norte- Alcochete (2001);
- Plano de Pormenor da Quebrada Sul- Alcochete (2001);
- Plano de Pormenor do Passil Norte (2001);
- Plano de Pormenor da Zona Poente do Samouco - Terra Nova (2002);
- Plano de Pormenor da Quinta do Cerrado da Praia (2006);
- Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil (2008);
- Plano de Pormenor de Quinta de Paço de Arcos- Fonte da Senhora (2008);
- Plano de Pormenor do Canto do Pinheiro (2009).

Encontra-se em elaboração 1 plano de pormenor:

- Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha-Batel (2021).

Encontram-se igualmente em elaboração outros planos, que tanto quanto foi possível apurar se encontram “suspensos” à data:

- Plano de Pormenor do Núcleo Antigo do Samouco;
- Plano de Pormenor da zona Envolvente à Sociedade Labor Samouquense;
- Plano de Pormenor do Núcleo Antigo de Alcochete;
- Plano de Pormenor do Alto dos Moinhos;
- Plano de Pormenor da zona Envolvente ao Parque Urbano;
- Plano de Pormenor do Passil Sul;
- Plano de Pormenor das Maças (AUGI);
- Plano de Pormenor da Barroca d’Alva.

De notar que o município demonstrou intenção de ver revogados pela revisão do PDM em curso todos os planos de pormenor em vigor. Por esta razão não se justifica proceder à sistematização e caracterização de cada um dos planos, remetendo-se para fase posterior uma avaliação e reflexão acerca da forma mais adequada de integração das suas disposições na proposta de ordenamento do PDM, tendo em consideração as suas características atuais (uso, grau de ocupação, etc.) e aos compromissos urbanísticos que possam, entretanto, vigorar.

Relativamente aos planos em elaboração, alguns deles há várias décadas, deverá igualmente equacionar-se a sua pertinência, constituindo a revisão do PDM uma oportunidade para ponderar acerca destas opções de planeamento, adotando abordagens adequadas às diferentes situações. Também esta reflexão se remete para fase subsequente de definição de estratégia de desenvolvimento territorial e das opções de ordenamento.

3.3.5 Área Urbana de Génese Ilegal

No concelho de Alcochete encontra-se formalmente constituída uma Área de Génese Ilegal (AUGI) a qual, e apesar da reduzida expressão territorial que possui, deverá ser objeto de abordagem adequada no âmbito da presente revisão do PDM.

Essa área corresponde à **AUGI do Bairro do Maçãs**, situada no interior do perímetro urbano de Fonte da Senhora, no qual foi formalizada a intenção de elaboração de um Plano de Pormenor para a sua reconversão, não tendo sido até à data concluído.

Trata-se de uma área com manifestas deficiências ao nível das infraestruturas básicas, existindo habitações sem ligação às redes públicas de abastecimento de água e saneamento, e cuja reconversão e reabilitação deve ser prioridade no contexto da intervenção municipal.

4 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

A caracterização biofísica visa sistematizar os aspetos estruturantes da paisagem e o funcionamento do território, no sentido de identificar e diagnosticar os valores presentes, as aptidões do território enquanto suporte de atividades humanas e, também, as potencialidades e os condicionalismos existentes sob o ponto de vista biofísico e paisagístico.

Através da análise de diversas variáveis, designadamente de enfoque físico, ecológico e cultural, referentes a elementos passivos em ordenamento do território, em função das suas características intrínsecas e das características socioeconómicas do local de ocorrência, é possível determinar a aptidão ou potencialidade biofísica para o desenvolvimento de ações de ordenamento. Assim, é possível alcançar conclusões que fundamentem uma intervenção adequada, obrigatoriamente compatível com a permanência dos valores presentes, e que limite potenciais impactes negativos.

A implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável implica garantir a permanência dos valores que determinam a qualidade da paisagem e a sustentabilidade dos sistemas físico e ecológico, considerados essenciais para um modelo territorial de referência.

4.1 Breve Enquadramento Biofísico

4.1.1 Climatologia

Para atualização deste descritor biofísico, seguiram-se os estudos efetuados no âmbito do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, Volume I - Definição do cenário base de adaptação para a AML (AML, 2018). Sendo a Área Metropolitana de Lisboa uma região fortemente urbanizada e com uma grande diversidade de paisagens humanizadas e naturais (ou naturalizadas), foi importante para o Plano referido definir as diferentes áreas de uso e ocupação do solo em termos climáticos locais. O Plano adotou como período de referência para a caracterização do clima atual o correspondente à normal climatológica 1971-2000, no qual se baseia a caracterização agora apresentada.

No Plano referido, o concelho de Alcochete insere-se na Unidade Morfoclimática da AML designada por Vales do Tejo e do Sado, e que no geral se caracteriza por:

- Áreas de planícies dos vales do Tejo e do Sado;
- Verão quente (T média mês mais quente $\geq 22^{\circ}\text{C}$) com frequência relativamente elevada de dias de verão (mais de 110 dias/ano, em média) e de dias muito quentes (6/ano, em média);
- Inverno moderado (T mínima mês mais frio entre 6 e 7°C);

- Precipitação anual reduzida, inferior a 650 mm e dias chuvosos pouco frequentes (cerca de 80 dias/ano).

De uma forma genérica, o clima do concelho de Alcochete corresponde perfeitamente às características de um clima mediterrâneo: Verão sem chuva, com muitas horas de sol e quente, em alternância nítida com uma estação fresca durante a qual se sucedem desordenadamente os dias de chuva e as abertas de sol. No entanto, a presença do rio Tejo, como massa de água de grandes dimensões, funciona como elemento regulador de um microclima, e deste modo influência o clima em vários meteoros, principalmente a temperatura e os ventos.

4.1.1.1 Temperatura

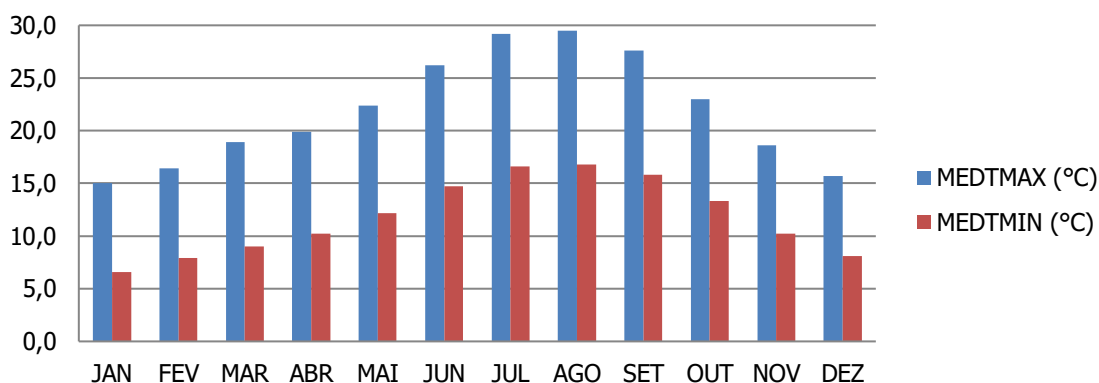
A diversidade espacial do comportamento da temperatura do ar na AML é controlada por um conjunto diverso de fatores condicionantes: a distância ao oceano; o relevo (cuja influência se estabelece através da altitude, da posição topográfica, das condições locais de exposição à radiação solar e à ventilação, e também em função das condições de abrigo relativamente ao ar marítimo); o tipo de ocupação do solo, com destaque para a importância da presença e da densidade da urbanização; a presença e/ou proximidade do estuário do Tejo (corpo de água com cerca de 320 km²); a latitude.

As áreas dos 'Vales do Tejo e do Sado' (VTS), apresentam aspetos bem particulares relativamente às suas Características térmicas, no contexto da AML. Abrigada da influência oceânica pela interposição das 'Serras e Colinas da Estremadura' (vale do Tejo) e da 'Serra da Arrábida' (vale do Sado), esta unidade apresenta já traços de maior continentalidade nos seus regimes térmicos, que apenas na Peneplanície tomam expressão mais acentuada.

Estas condições de maior continentalidade que caracterizam as planuras das áreas de VTS revelam-se especialmente no verão, que é relativamente quente no contexto da AML, com a média das máximas a ultrapassar os 29º C em julho e agosto, verificando-se igualmente uma maior frequência média anual de dias de verão (114,5) e de dias muito quentes (6,2), traduzindo uma prevalência das condições de calor na época estival.

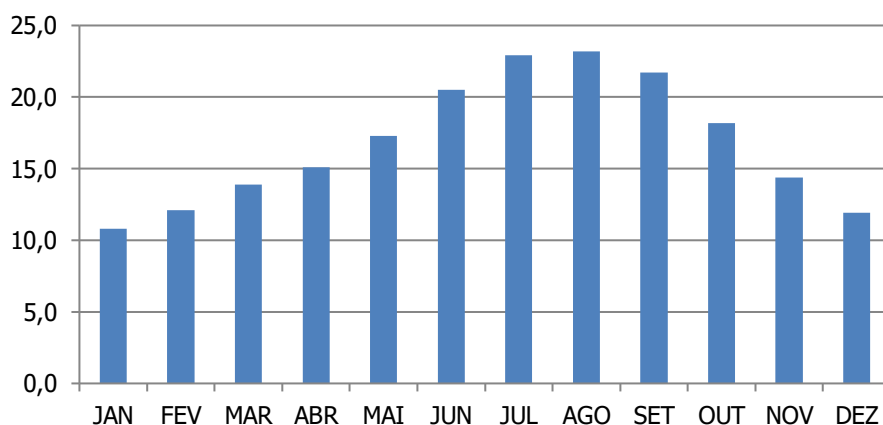
As Figura 12 e Figura 13 que ilustram, respetivamente, a temperatura média máxima e mínima e a temperatura média de verão, são reveladoras destas características.

Figura 12: Temperatura média máxima e mínima (1971-2000)



Fonte: PMAAC AML. 2018

Figura 13: Temperatura média do ar (1971-2000), em °C



Fonte: PMAAC AML. 2018

Da análise dos gráficos, conclui-se que, as temperaturas máximas nunca atingem os 30°C nos meses de Verão e as mínimas também nunca atingem valores inferiores a 5°C. Nos dias de Verão as temperaturas chegam a valores mais elevados, mas as temperaturas mínimas atingidas nos períodos noturnos permitem concluir que as amplitudes térmicas não são significativas, bastante atenuadas pela presença do rio Tejo.

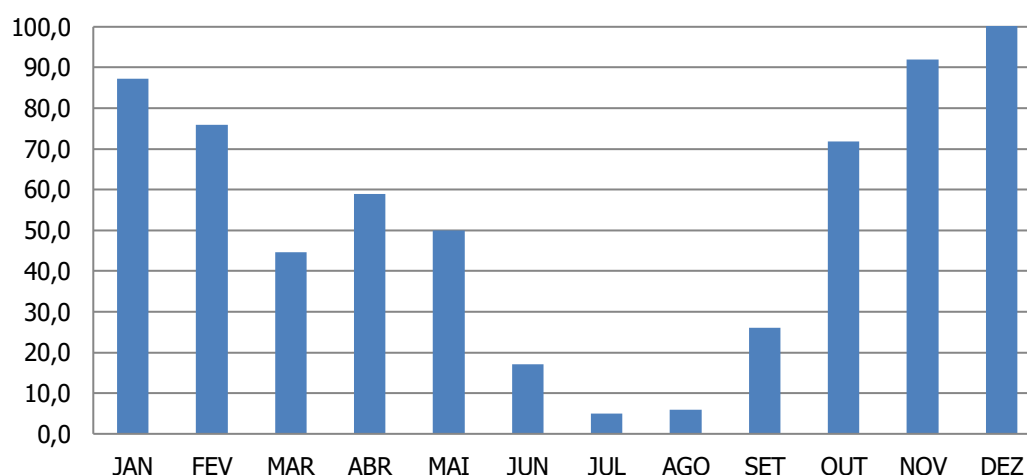
4.1.1.2 Precipitação

A distribuição espacial da precipitação média anual na AML, segundo o Plano referido, apresenta contrastes bastante significativos, atendendo à extensão da região e à moderada altitude das suas elevações mais importantes.

Para este na AML, isto é, nos 'Vales do Tejo e do Sado' é onde se observam os mais baixos valores de precipitação média anual, não alcançando os 650 mm, na realidade da AML.

Os totais mensais e sazonais de precipitação na AML definem um regime pluviométrico mediterrânico típico, com estação seca bem marcada (5 a 7 mm em julho e agosto), e precipitação repartida pelo inverno, outono e primavera, por ordem decrescente de contributo estacional relativo.

Figura 14: Precipitação média total (1971-2000), em mm



Fonte: PMAAC AML. 2018

Em termos de valores absolutos, conclui-se que o mês mais chuvoso, dezembro, atinge 112.8 mm, enquanto o mês de julho com 5.0 mm, é praticamente seco.

4.1.1.3 Vento

Para a análise das condições médias da velocidade do vento para o concelho de Alcochete, e tendo por base os dados do Plano referido, consideraram-se os valores das séries da estação meteorológica de Montijo (2006-2016).

Os valores típicos da velocidade do vento na AML (≈ 3 a 5 m/s) diminuem um pouco de intensidade nos meses de setembro a novembro, retomando valores um pouco mais elevados no inverno e na primavera (dezembro a maio). Com base nos registos diários de vento, é possível analisar de modo mais detalhado não apenas o regime de velocidade do vento, mas também o da sua direção.

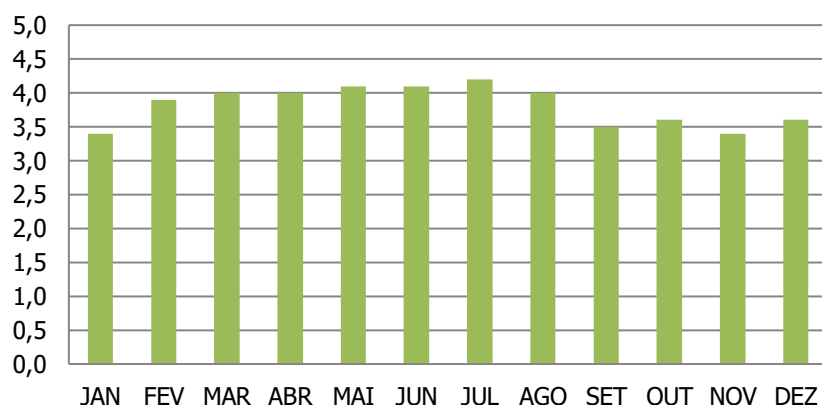
O Montijo apresenta um comportamento eólico mais intenso e persistente na época estival e está diretamente relacionado com a nortada, regime de vento regional moderado/forte e persistente na costa portuguesa.

De um modo geral pode-se afirmar sem restrições, que os ventos moderados e fortes são bastante frequentes nas estações meteorológicas da AML, especialmente nas áreas mais elevadas de colinas e

planaltos, onde a rugosidade aerodinâmica menor (áreas desocupadas) é menos eficiente a retardar o fluxo de ar junto ao solo.

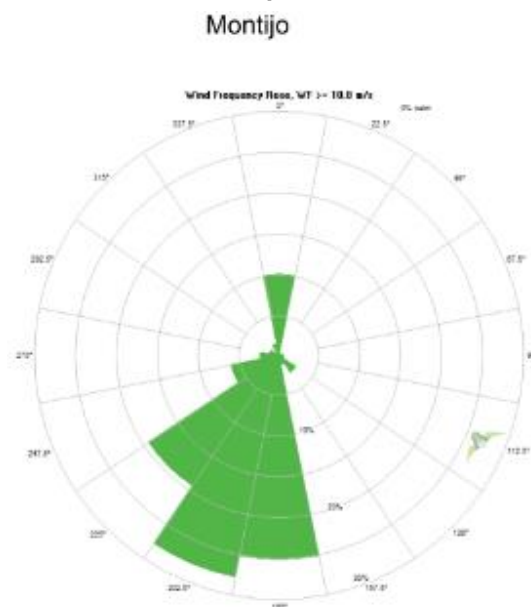
Os ventos moderados e fortes ocorrem geralmente nas direções norte e noroeste (durante todo o ano) e de sul e sudoeste nas estações inverniais e intermédias. Não existindo registos de rajadas máximas num período suficientemente longo nas estações estudadas, não é possível fazer uma análise de ventos extremos mais danosos sobre estruturas e pessoas e bens.

Figura 15: Velocidade média mensal do vento (1971-2000), em km/h



Fonte: PMAAC AML. 2018

Figura 16: Direções dominantes nos dias em que ocorrem velocidades $\geq 10,8\text{m/s}$ (2006/2016)



Fonte: PMAAC AML. 2018

4.1.1.4 Geadas e Neve

Este meteoro é irrelevante para esta área territorial, sendo de registar apenas nos meses mais frios (dezembro, janeiro e fevereiro) ocorrência de geada com duração inferior a 1 dia por mês. No entanto, devido às características do relevo desta zona, praticamente plano e a uma altitude 14 metros, à localização geográfica da estação ser bastante próxima do rio Tejo, que funciona como a amenizador da temperatura, presume-se que as geadas não sejam frequentes junto à margem, podendo ocorrer com mais frequência na zona interior. Quanto à ocorrência de neve, naturalmente, não se verifica nesta região, devido à sua localização costeira e à baixa altitude.

4.1.1.5 Nevoeiro

O rio Tejo é, mais uma vez, determinante para as características deste meteoro. O rio, enquanto massa de água, faz com que o tipo de nevoeiro associado seja o de irradiação, expresso na sua distribuição anual, concentrada nos meses mais frios. No entanto, o vale do rio Tejo é nesta fase terminal bastante amplo e aberto, e não são tão frequentes os nevoeiros matinais como a montante do rio, na zona de Abrantes, por exemplo, onde o vale é mais encaixado.

4.1.1.6 Trovoada

Não há registo de dados deste meteoro. No entanto será de prever um maior número de dias de trovoada nos meses de verão, nomeadamente em agosto, seguindo as características climáticas mediterrâneas desta região.

4.1.1.7 Radiação Solar

À escala anual, na AML, observam-se valores médios de radiação solar elevados, variando entre 199 W/m² e 204 W/m², nas diferentes áreas. À escala sazonal verifica-se que, mesmo no Inverno, os valores de radiação solar ultrapassam os 100 W/m², que triplicam, sensivelmente, no Verão.

Embora não se observem diferenças significativas entre as diversas áreas da AML, os 'Vales do Tejo e do Sado' é aquela onde os valores são mais baixos na primavera e no verão.

4.1.1.8 Classificação Climática

Segundo a classificação simples, com dedução imediata dos elementos climáticos anteriormente analisados, o clima do concelho é, e quanto à:

- Temperatura média anual – temperado;
- Amplitude média da variação anual da temperatura – moderado;
- Humidade relativa do ar – húmido;

- Precipitação – moderadamente chuvoso.

Pela classificação de Koppen, o clima é sub-húmido seco, do segundo mesotérmico, com déficit de água moderado no Verão e com pequena eficácia térmica no Verão C1B'2 s a'.

4.1.2 Geologia

Um conhecimento mais detalhado do concelho em termos de matérias de maior sensibilidade (geologia, geomorfologia e hidrogeologia, por exemplo) permitirá a definição de uma posterior proposta de ordenamento mais consentânea com as características intrínsecas deste território.

Refira-se que a análise que se segue decorre, em grande medida, da sistematização de estudos elaborados no âmbito de trabalhos preliminares de delimitação da REN do concelho que remontam a 2011, admitindo-se que esta informação possa vir a ser revista quando se dispuser de uma carta de REN final aprovada.

4.1.2.1 Enquadramento Regional

No concelho de Alcochete aflora um conjunto relativamente pouco diversificado de rochas pertencentes à unidade morfoestrutural mais recente do território Português – a Bacia Cenozóica do Tejo-Sado. A Bacia do Tejo-Sado corresponde a uma extensa área de subsidência, ou seja, a um graben de idade terciária, provavelmente Oligocénico Superior ou Miocénico Inferior, onde se depositaram sedimentos desde o Cenozóico até ao Quaternário.

A formação da Bacia do Tejo-Sado está associada à reativação de estruturas tardi-hercínicas do soco hercínico, com orientação NNE-SSW e WNW-ESE, com consequente subsidência e delimitação entre as falhas principais. A compressão bética de orientação NNW-SSE, que ocorre no Miocénico Médio, e as tensões originadas pela orogenia Alpina, compartimentam a bacia originalmente formada nas duas unidades estruturais que caracterizam a evolução paleogeográfica comum da Bacia Cenozóica do Tejo Sado (Bacia do Baixo Tejo e Bacia do Sado), enquadrando-se o concelho de Alcochete na sub-bacia do Tejo.

O preenchimento desta bacia é feito essencialmente por sedimentos cenozóicos, com predomínio do Miocénico, surgindo de forma mais localizada afloramentos do Paleogénico, Plio-plistocénico, Pliocénico e depósitos recentes associados às principais linhas de água.

A evolução da bacia sedimentar do Tejo-Sado ao longo do Cenozóico foi condicionada por importantes acidentes tectónicos, encontrando-se alguns deles ainda mal caracterizados devido ao seu carácter profundo, não aflorante, em resultado da subsidência e da sedimentação concomitante (Cabral, 1995). Galopim de Carvalho *et al* (1985) referem que a evolução da bacia se tem caracterizado pela

continua subsidência atuante, sendo esta compensada por sedimentação que colmata a área em depressão.

4.1.2.2 Unidades geológicas aflorantes no concelho de Alcochete

De acordo com as Cartas Geológicas, à escala 1:25 000, respeitantes às folhas 432 e 433, os terrenos aflorantes no concelho de Alcochete são, das unidades geológicas mais recentes para as mais antigas:

Aluviões (Holocénico/recente) – depósitos detríticos recentes que se distribuem pelo leito de cheia da principal linha de água que atravessa o concelho de Alcochete e que aflui ao estuário do Tejo – ribeira Vale dos Vinte e Um, bem como dos seus afluentes. Estas manchas de espessura variável, e que ocupam o fundo dos vales, são essencialmente constituídas por areias com intercalações de siltes e pelitos. Os materiais aluvionares ocorrem ainda no limite Noroeste do concelho de Alcochete, associados ao menor hidrodinamismo do estuário do Tejo nesta zona;

Areias de praia (Holocénico/recente) – os afloramentos de areias de praia correspondem a faixas descontínuas de reduzida largura que ocorrem no limite Noroeste do concelho na dependência do estuário do Tejo;

Dunas (Holocénico/recente) – as dunas correspondem a afloramentos de pequena dimensão que ocorrem a bordejar as praias fluviais do limite Noroeste do concelho, sendo junto ao Samouco que apresentam maior robustez;

Dunas antigas e areias eólicas indiferenciadas (Plistocénico e Holocénico indiferenciado) – esta unidade geológica tem uma reduzida expressão espacial na Península de Setúbal, sendo que no concelho de Alcochete ocorrem alguns dos afloramentos de maior interesse. Estes afloramentos ocorrem no limite Nordeste do concelho e correspondem a antigos aparelhos dunares ainda conservados e areias eólicas provenientes do dismantelamento deles ou por areias transportadas pelo vento;

Depósitos de terraços fluviais (Plistocénico) – os afloramentos de terraços fluviais ocorrem no limite Noroeste do concelho, dispendo-se paralelamente à margem do estuário do Tejo, evidenciando posições passadas do rio no concelho de Alcochete;

Formação de Santa Marta (Pliocénico) – esta formação de origem fluvial tem uma larga representatividade na Península de Setúbal, em geral, e no concelho de Alcochete, em particular, sendo a unidade geológica mais representativa. Esta unidade geológica é composta por conglomerados pouco espessos e descontínuos na base, que para o topo passam a areias finas a grosseiras, quase sempre arcólicas;

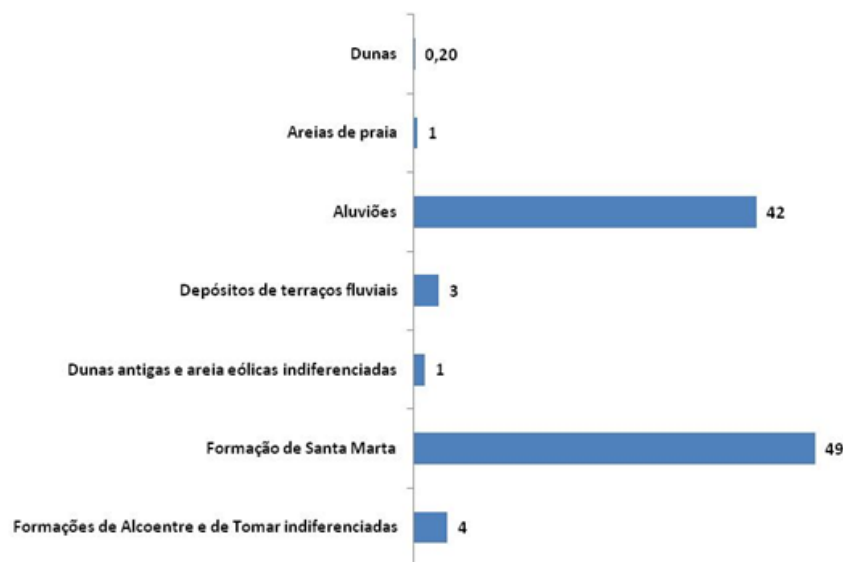
Formações de Alcoentre e de Tomar indiferenciadas (Miocénico Indiferenciado) – esta unidade geológica aflora essencialmente, sob a forma de retalhos no limite Nordeste e Sudeste do concelho.

Corresponde a uma unidade detrítica, em geral constituída por grés, de granulometria variável, argilosos, com margas e impregnações calcárias mais ou menos espessas. Intercalada na unidade geológica ocorrem clastos de quartzo e quartzito.

Conforme se verifica na

Figura 17, a geologia do concelho de Alcochete é dominada pelos afloramentos da Formação de Santa Marta (49% da área do concelho) e pelas aluviões (42% da área do concelho), fruto da significativa extensão espacial da rede hidrográfica.

Figura 17: Distribuição das unidades geológicas aflorantes no concelho de Alcochete



Fonte: Carta Geológica

4.1.3 Hidrogeologia

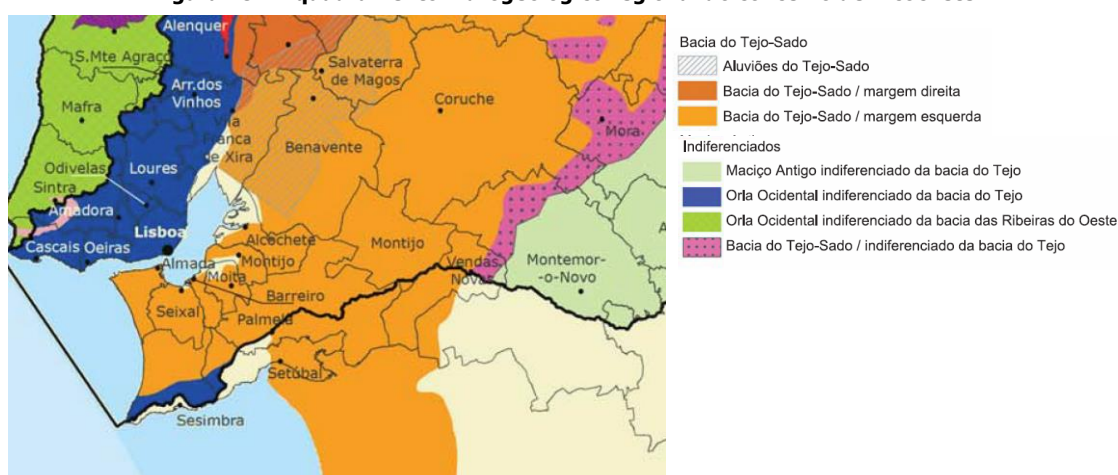
As áreas consideradas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre constituem, de acordo com o previsto no regime jurídico da REN, áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e recarga natural dos aquíferos e se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração.

Com o objetivo de melhor caracterizar o concelho de Alcochete relativamente a esta componente efetua-se seguidamente um enquadramento hidrogeológico regional e uma caracterização dos recursos hídricos subterrâneos.

4.1.3.1 Enquadramento Hidrogeológico Regional

O concelho de Alcochete desenvolve-se na sua totalidade sobre uma das maiores e mais importantes massas de água subterrânea de Portugal – a Bacia do Tejo Sado/Margem Esquerda do Tejo. O concelho de Alcochete abrange cerca de 1.86% da área total desta massa de água subterrânea.

Figura 18: Enquadramento hidrogeológico regional do concelho de Alcochete



Fonte: ARH. 2010

A importância desta massa de água subterrânea reflete-se no significativo número de captações de água que se destinam aos mais diversos consumos, com particular destaque para o abastecimento público do concelho de Alcochete. De acordo com o INSAAR, em 2007, em 6 captações de água subterrânea instaladas nesta massa de água subterrânea foram captados nesse ano cerca de 1,74hm³ para assegurar o consumo humano de 2.256 habitantes.

A massa de água subterrânea Bacia do Tejo Sado/Margem Esquerda ocupa uma área de 6.875km² e é suportada por formações sedimentares terciárias do Pliocénico e do Miocénico, e do Quaternário (Plistocénico e Holocénico).

Almeida *et al.* (2000) identificam nesta massa de água subterrânea três formações aquíferas principais:

- Série Calco-Gresosa Marinha do Miocénico;
- Formações Detríticas Continentais do Miocénico;

- Formações Detríticas do Pliocénico.

As sequências sedimentares - onde predominam as argilas, areias, arenitos e a maior profundidade, calcários - encontram-se dispostas numa estrutura multicamada com significativa variabilidade lateral e vertical de permeabilidade.

A heterogeneidade e a anisotropia da massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda traduzem-se em meios de escoamento e de produtividade diferenciados, sendo usualmente subdividida, na Península de Setúbal, num:

1. **aquífero superficial livre**, suportado nas formações detríticas de natureza arenosa do topo do Pliocénico e nos depósitos detríticos do Plistocénico e do Quaternário que o cobrem. Este aquífero tem uma espessura média da ordem dos 100m;
2. **aquífero confinado inferior**, suportado por formações greso-carbonatadas da base do Miocénico marinho. Devido ao desenvolvimento de uma série greso-argilosa do Miocénico superior, na base do aquífero livre define-se um aquífero, suportado por níveis carbonatados (calcarenitos, calcários e argilas com restos de conchas) de fácies fluvial. De acordo com INAG (1997), na Península de Setúbal a espessura das unidades geológicas que suportam o aquífero inferior é, em geral, compreendida entre 380m, na Apostiça, e 450m, na Mitrena.

A morfologia suave e as características de porosidade e de permeabilidade das formações geológicas que suportam a massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda são propícias ao desenvolvimento de áreas de recarga. A recarga da massa de água subterrânea é feita diretamente à superfície, por infiltração direta da precipitação, estando identificadas, no PBH Tejo (1999), situações de infiltração nas linhas de água.

Estimativas efetuadas no âmbito do Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Rio Tejo (Oliveira *et al.*, 1999 *in* LNEC, 2008) evidenciam reservas de água subterrânea armazenadas da ordem de 43 km³ e um valor médio de recarga da ordem dos 1.220hm³/ano.

De forma geral, o escoamento em profundidade faz-se em direção ao rio Tejo (Almeida *et al.*, 2000), verificando-se a interação do meio hídrico subterrâneo com as águas superficiais em zonas de descarga natural da massa de água subterrânea para as linhas de água. De facto, verifica-se localmente um percurso do escoamento subterrâneo em direção aos cursos de água mais próximos, aumentando a profundidade desse escoamento à medida que aumenta a distância ao curso de água. A partir de uma certa distância, o escoamento faz-se a maiores profundidades e distâncias, podendo passar por baixo do curso de água mais próximo e descarregar para os cursos de água mais afastados. Nas zonas mais marginais da massa de água subterrânea o escoamento far-se-á a maior profundidade e terá um percurso à escala regional.

4.1.3.2 Caracterização Hidrogeológica do concelho

No Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH) estão inventariadas 72 captações de água subterrânea no concelho de Alcochete, das quais 83% estão localizadas na freguesia de Alcochete e 11% na freguesia do Samouco.

Destas 72 captações de água subterrânea, 4 estão incluídas na rede de monitorização da quantidade da massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, implementada pela Administração de Região Hidrográfica do Tejo (ARH Tejo): captações 432/69, 432/800, 432/855 e 432/68.

Os resultados da monitorização levada a cabo pela ARH Tejo mostram que estas captações monitorizam o aquífero superficial livre, encontrando-se os níveis piezométricos relativamente pouco profundos e sem se verificarem alterações expressivas da sua posição ao longo dos anos.

As captações 432/68 e 432/69, localizadas no limite Norte e Oeste do concelho, respetivamente, mostram a relativa estabilidade do nível piezométrico, compreendido entre os 10 e os 12m de profundidade. Por sua vez, a captação localizada no limite Sul do concelho, embora evidenciando também uma relativa estabilidade do nível piezométrico apresenta-se a maior profundidade, entre os 20 e os 22m.

A captação onde se verificam os níveis piezométricos menos profundos – 432/800, localiza-se na zona Este da massa de água subterrânea. Nesta captação os níveis piezométricos, entre 1999 e atualidade, variam relativamente pouco, entre 1 e 5m.

Nas figuras seguintes apresenta-se a evolução dos níveis piezométricos nestas quatro captações de água subterrânea.

Figura 19: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/68

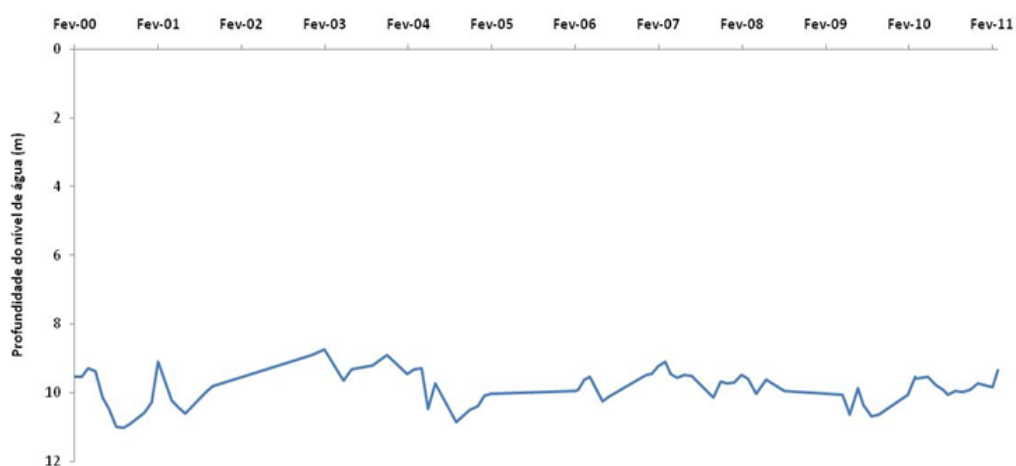


Figura 20: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/69

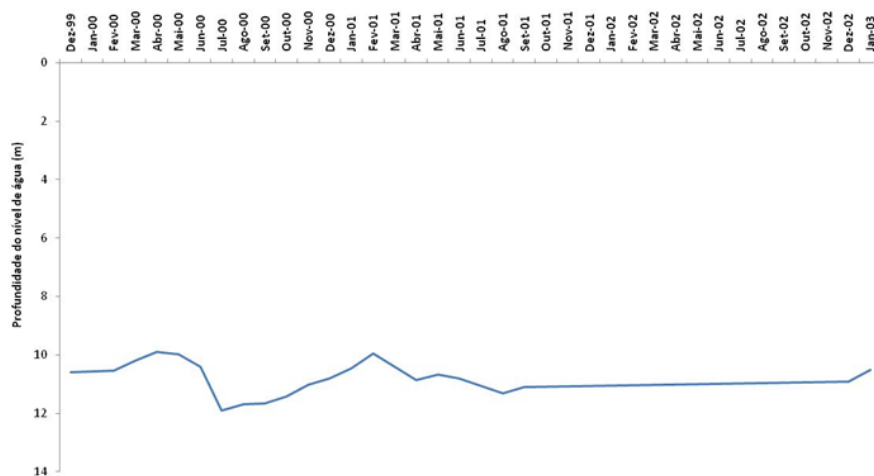


Figura 21: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/800

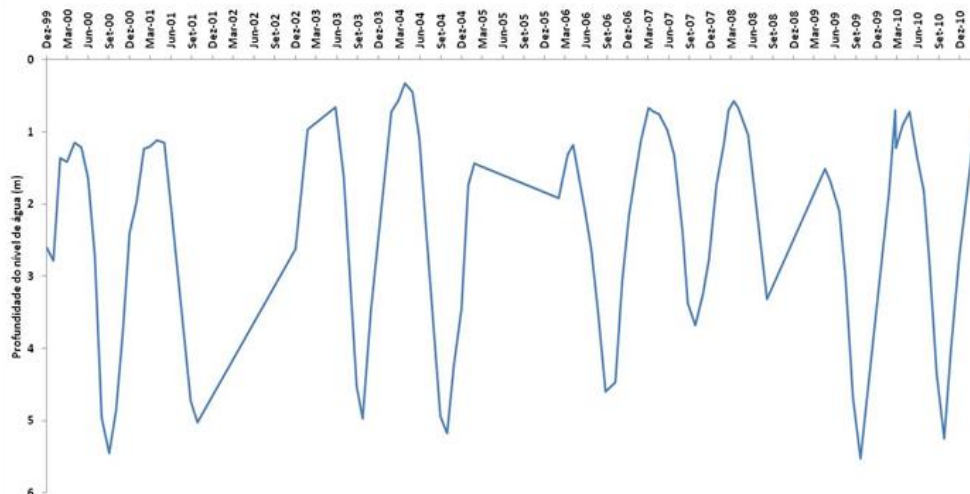
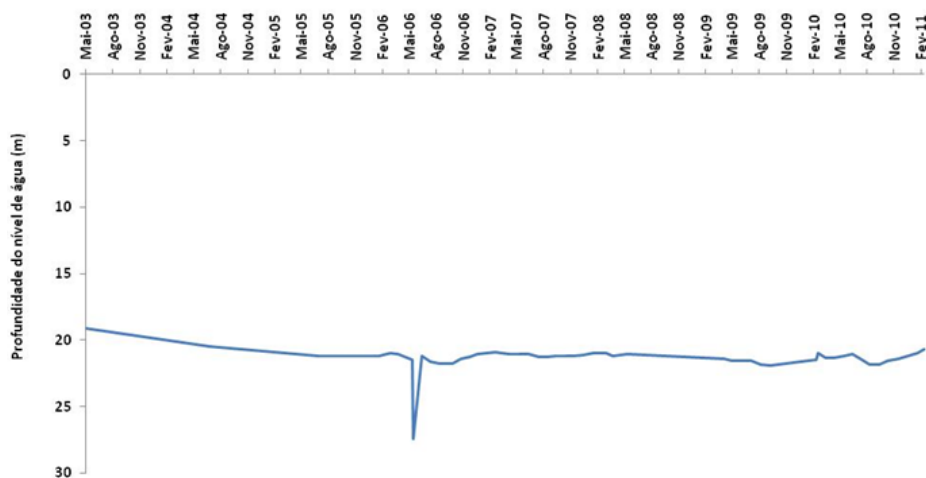
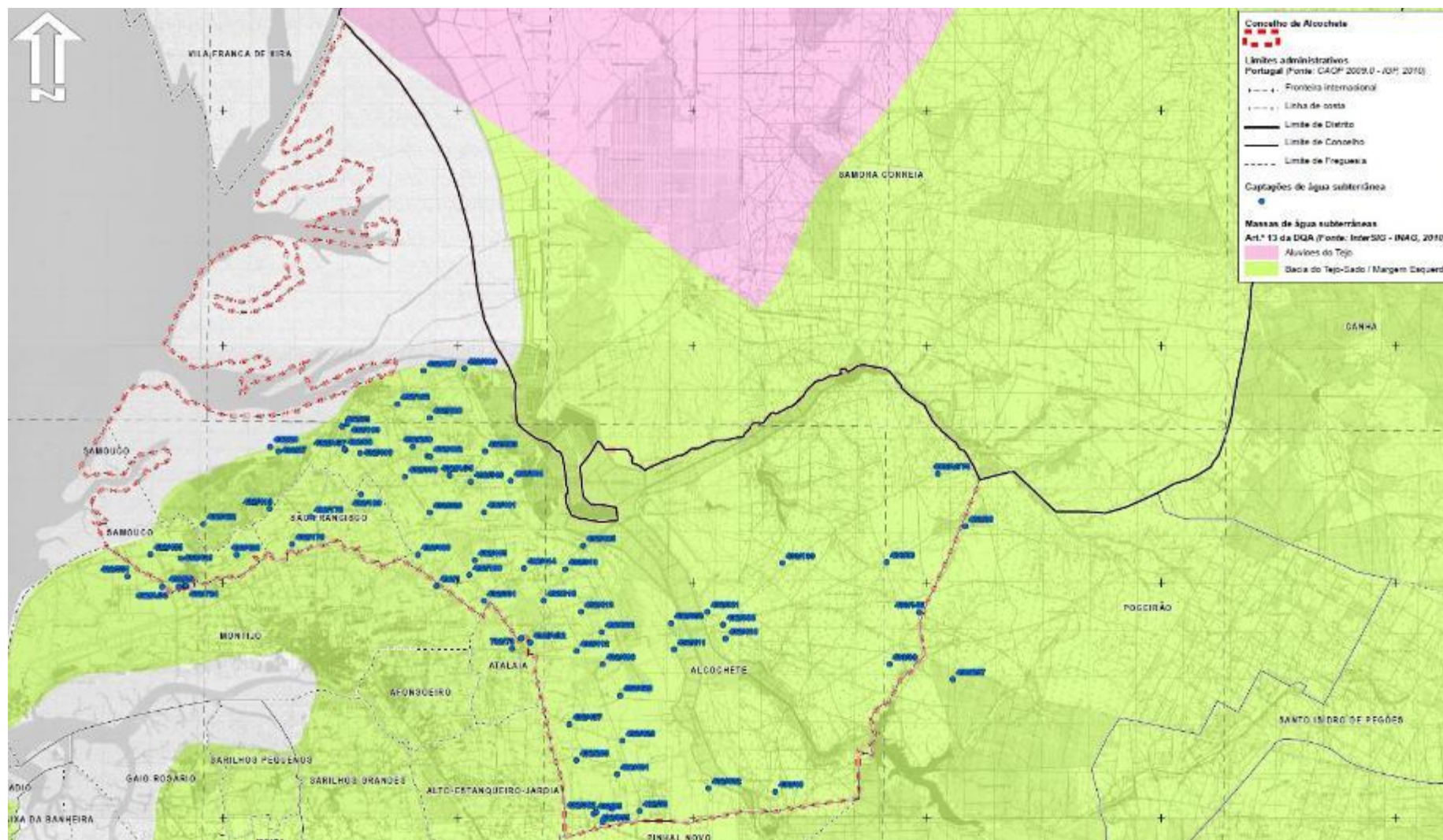


Figura 22: Evolução da profundidade do nível de água no aquífero superior – captação 432/855



Fonte: ARH Tejo

Figura 23: Enquadramento Hidrogeológico do concelho de Alcochete



Fonte: "Delimitação da REN do concelho de Alcochete – Zonamento de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos", 2011 - Plural em colaboração com Nemus

4.1.4 Análise Sismológica⁵

A análise sismológica realizada no âmbito da revisão do PDM é efetuada ao nível da sismicidade histórica e da sismicidade instrumental para a região do Vale Inferior do Tejo (VIT), onde se insere o concelho de Alcochete. Para além destas duas vertentes é também analisada separadamente a Falha de Alcochete, pela sua importância sismo técnica no concelho e por fim é feita uma abordagem ao zonamento sísmico para a região de Alcochete previsto no Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes que atende às questões da ação sísmica no edificado.

O território continental português tem sido atingido por diversos sismos com elevada magnitude e intensidade, tendo sido sentidos e detetados eventos, desde há mais de dois milénios. A sismicidade em Portugal continental não é, porém, nem muito intensa nem muito frequente; nas últimas décadas, foram reconhecidas no território português, imerso e submerso, diversas estruturas ativas, muitas delas associadas a epicentros de sismos com magnitudes médias a elevadas.

Por sua vez, a região de Lisboa, e em especial a região do VIT, apresenta sismicidade histórica e instrumental importante, provinda tanto de epicentros distantes, como o sismo de 1 de Novembro de 1755 e o de 28 de Fevereiro de 1969, como de epicentros próximos, testemunhada pela ocorrência de sismos históricos com epicentro no VIT, de magnitude estimada entre 6 e 7: o sismo de 1344 (?), o de 26 de janeiro de 1531 e o de 23 de abril de 1909, evidenciando a presença de estruturas tectónicas ativas importantes na área.

Sismicidade histórica

A sismicidade histórica assenta fundamentalmente no registo histórico dos sismos mais relevantes e na articulação das várias intensidades em valores de igual grandeza.

Para a região envolvente ao concelho de Alcochete destaca-se o registo histórico dos sismos de 1344, 1531 e 1909 que se passam a descrever.

A informação referente ao sismo de 1344 (?) limita-se a algumas descrições históricas que referem danos importantes em Lisboa, considerando-se assim que terá ocorrido próximo desta cidade. Em relação ao evento de 26 de janeiro de 1531, as descrições históricas permitiram traçar curvas isossistas deste abalo, verificando-se uma tendência para alongamento da isossista de intensidade

⁵ Para a elaboração deste capítulo foram considerados as seguintes fontes bibliográficas:

Moniz, Catarina, "*Contributo para o conhecimento da falha de Pinhal Novo-Alcochete, no âmbito da neotectónica do vale inferior do Tejo*", Dissertação de Mestrado UL-FC, 2010

Vilanova, Susana, "*A falha do Vale Inferior do Tejo na análise da perigosidade sísmica*", 6.º Congresso nacional de sismologia e engenharia sísmica, 2004

Comissão Nacional do Ambiente, "*Intensidade Sísmica – zonas de intensidade máxima*", Notícia explicativa I.10, Atlas do Ambiente

máxima (IMM VIII)⁶ segundo o eixo do VIT para norte de Alverca, observando-se também um incremento da intensidade para sudoeste do Mar da Palha.

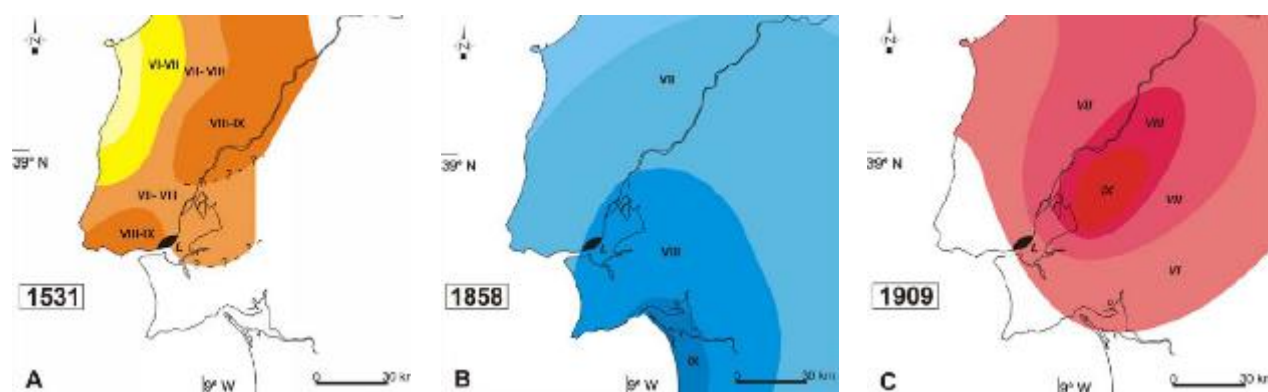
Embora já fora da área do VIT, mas pela sua proximidade geográfica, destaca-se ainda o sismo ocorrido em 11 de novembro de 1858, provavelmente localizado a oeste de Santo André, na plataforma continental a sul de Setúbal que produziu danos importantes nesta cidade.

O sismo do Ribatejo, de 23 de abril de 1909, foi sentido com uma intensidade máxima de grau IX a X, a cerca de 20 km a Nordeste de Lisboa, nas povoações de Benavente, Samora Correia e Santo Estêvão. A reduzida extensão da área macrossísmica permite localizar a zona epicentral na margem esquerda do rio Tejo, provavelmente entre aquelas localidades.

Posteriormente ao sismo de 1909 ocorreram outros eventos sísmicos significativos na área do VIT, gerados em fontes locais, com magnitudes compreendidas entre 4 e 5, destacando-se o sismo de 18 de dezembro de 1926, com epicentro localizado provavelmente próximo da cidade de Lisboa, atendendo ao percecionamento nesta cidade e à agitação que produziu nas águas do gargalo do Tejo.

Para estes sismos históricos, nos anos de 1531, 1858 e 1909, o território de Alcochete surge sempre com zonas de intensidade elevadas: VII-VIII, VII e VIII respetivamente.

Figura 24: Isossistas para os sismos históricos de 1531, 1858 e 1909

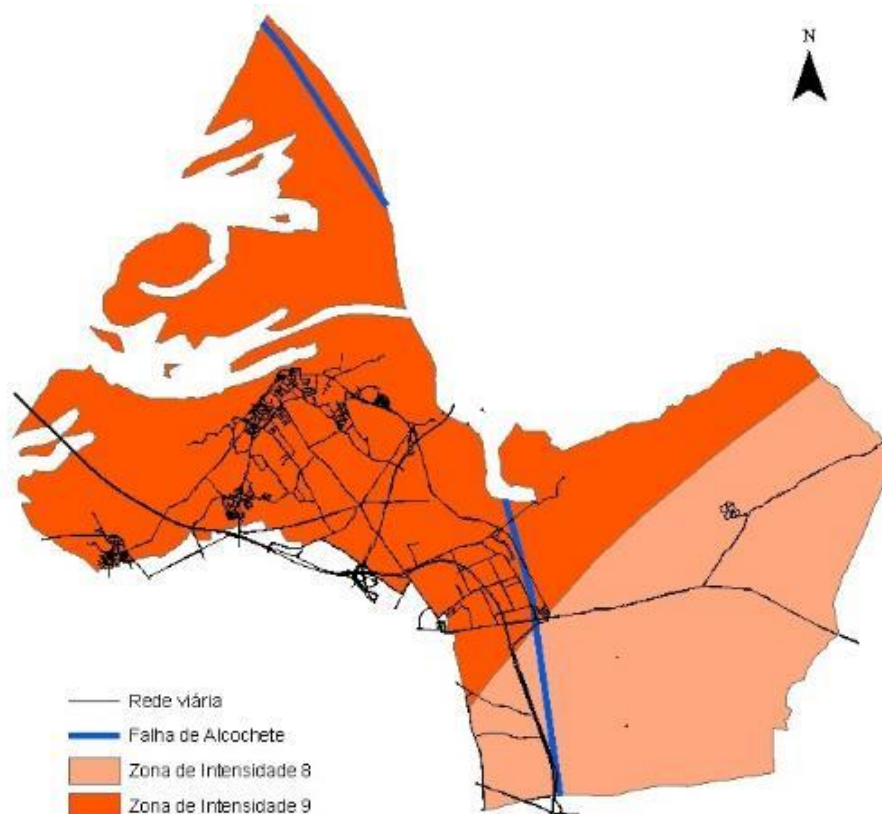


Fonte: Moniz, Catarina, 2010

A sismicidade histórica para o concelho de Alcochete, com base no Atlas do Ambiente, como se pode verificar na figura seguinte, apresenta duas zonas de intensidade sísmica, 8 e 9. Na figura são apresentadas as isossistas de intensidades máximas para o período entre 1755 e 1996.

⁶ IMM, Intensidade de Mercalli Modificada

Figura 25: Sismicidade histórica no concelho de Alcochete



Fonte: Atlas do Ambiente, 1985

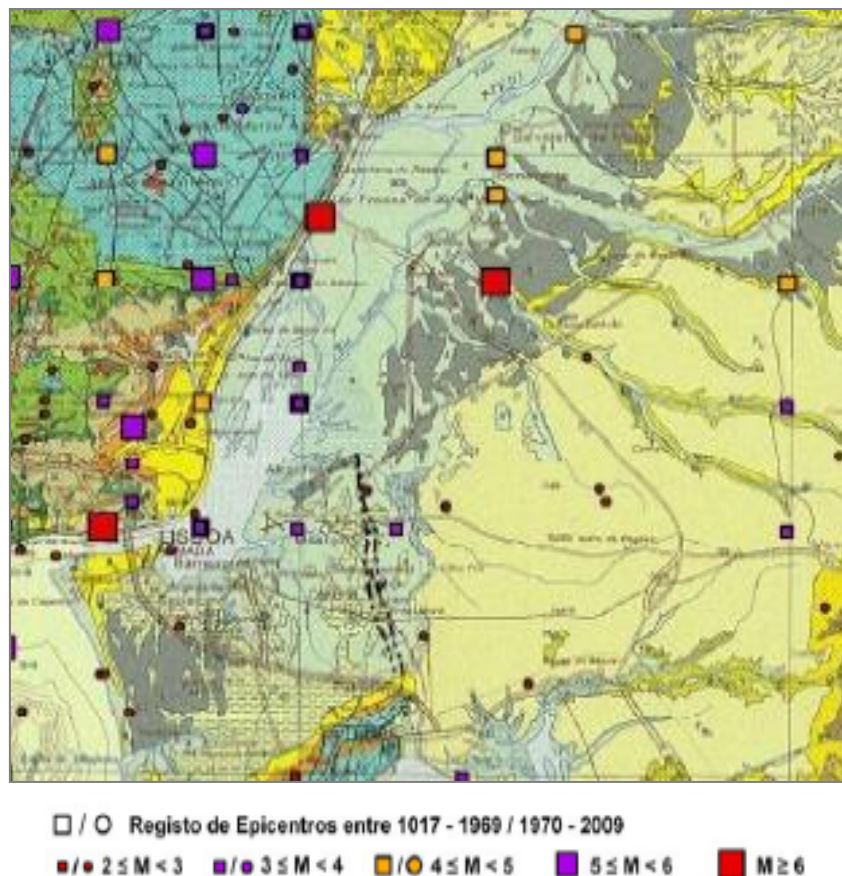
Sismicidade instrumental

A sismicidade instrumental baseia-se em dados macrossísmicos, nomeadamente as informações obtidas pelas estações sismográficas, às quais se juntam informações recolhidas por informadores voluntários, de acordo com questionários organizados, conjuntamente com a observação *in loco* em zonas atingidas por sismos.

Através da análise do registo de sismicidade instrumental no VIT, é possível constatar que a sismicidade ocorrida desde 1970, mostra eventos no geral de magnitude baixa com uma distribuição de epicentros acentuadamente difusa, observando-se, contudo, uma tendência para os sismos se localizarem a Oeste do vale do Tejo, na região correspondente, em termos geológicos, à Bacia Lusitânica (fora do concelho). Embora se desconheça a profundidade focal da maioria dos sismos ocorridos na região, os dados referentes a alguns deles, obtidos a partir de redes sismográficas temporárias ou relativos a sismos recentes, indicam que esta sismicidade é gerada principalmente a profundidades focais superiores a 5km (no geral entre 6 e 25 km), ou seja, em estruturas sismogénicas localizadas no soco subjacente aos sedimentos mesozóicos e cenozóicos aflorantes na região. Esta situação justifica, em parte, a dificuldade em correlacionar a distribuição da atividade

sísmica no Vale Inferior do Tejo e na Bacia Lusitânica adjacente com falhas reconhecidas à superfície, nomeadamente a Falha de Alcochete, bem como o “desvio” da generalidade dos epicentros para oeste da bacia do Baixo Tejo, refletindo o mergulho das principais estruturas sismogénicas nesse sentido.

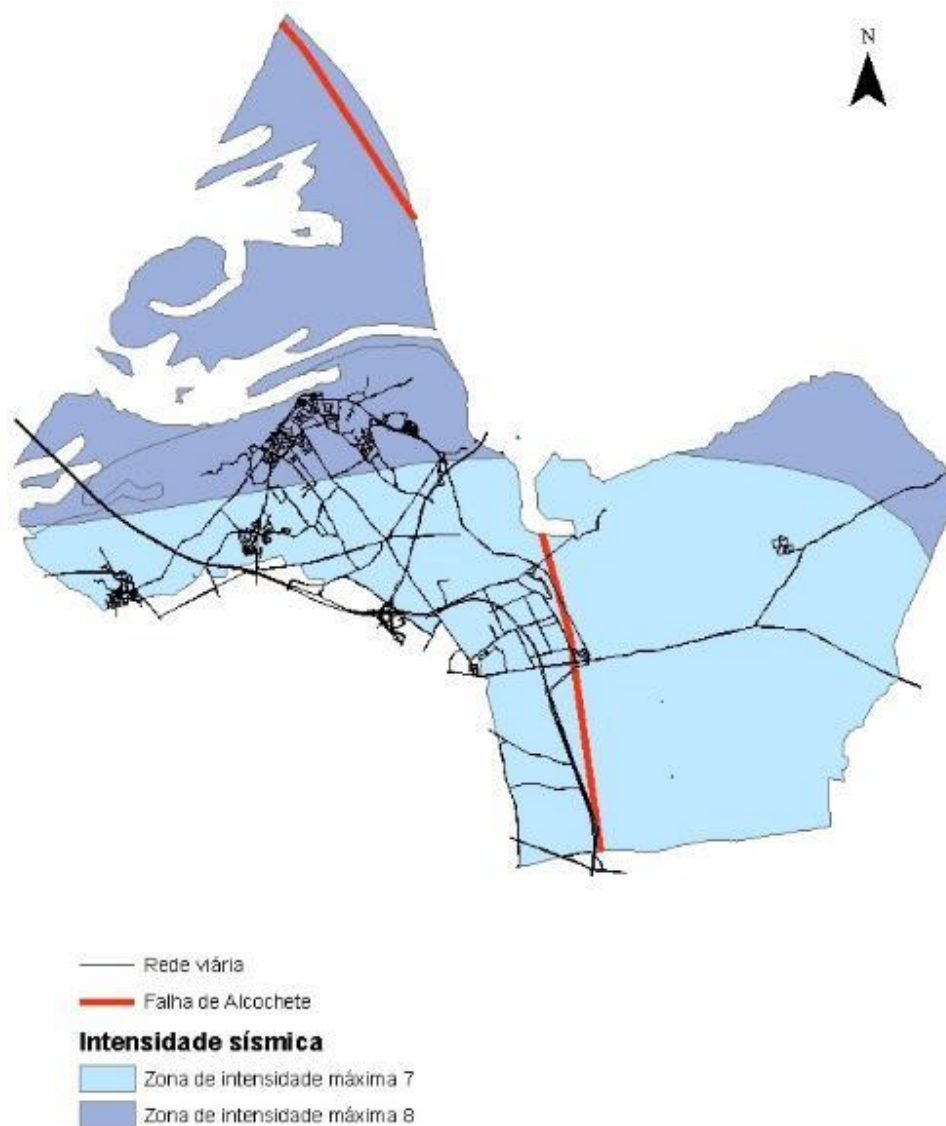
Figura 26: Sismicidade instrumental no VIT: registo de epicentros de magnitude superior a 2



Fonte: Moniz, Catarina, 2010

Considerando o Atlas do Ambiente, a sismicidade instrumental no concelho de Alcochete varia entre as zonas de intensidade máxima de 7 e 8, sendo a intensidade de 8 coincidente com a sede de concelho e com o rio Tejo, tal como se pode verificar pela figura seguinte.

Figura 27: Sismicidade instrumental no concelho de Alcochete



Fonte: Atlas do Ambiente, 1985

A escala de intensidade sísmica utilizada no Atlas do Ambiente, é a escala de Wood-Neumann que para os graus 7 e 8 apresenta a seguinte caracterização, segundo a sua *Notícia Explicativa*:

"7. Toda a gente saiu de casa. Estragos poucos visíveis em edifícios bem projetados e construídos, ligeiros e moderados em estruturas correntes bem construídas, e consideráveis em estruturas mal projetadas ou construídas. Algumas chaminés derrubadas. Sentido por pessoas que conduziam viaturas automóveis.

8. Estragos ligeiros em estruturas especialmente projetadas, consideráveis em grandes edifícios vulgares, com derrocada parcial, e grandes em edifícios mal construídos. O reboco desligou-se das

paredes. Caíram chaminés, colunas, monumentos e muros. Móveis pesados foram derrubados. Areia e lama saíram do solo em pequenas quantidades. Houve alteração do nível da água nos poços. Os condutores de viaturas automóveis foram perturbados.”

Falha de Alcochete

A Falha de Alcochete corresponde a uma macroestrutura de orientação NNW-SSE a N-S, de geometria complexa, com um comprimento de cerca de 20 a 30km, que atravessa o concelho de Norte a Sul, extravasando os seus limites em ambos os sentidos. É uma falha provavelmente enraizada no soco varisco subjacente e que terá constituído, pelo menos parcialmente, o bordo oriental da Bacia Mesozóica Lusitânica, funcionando durante a tectónica extensiva com uma movimentação predominantemente normal. Posteriormente terá sido reativada no Cenozóico, principalmente durante o Miocénico por ação de uma compressão orientada NW-SE a NNW-SSE, funcionando como uma rampa lateral associada ao sistema de cavalgamentos da Cadeia da Arrábida, essencialmente em regime de desligamento esquerdo.

A atividade neotectónica nesta estrutura é evidenciada pela perturbação sistemática que produz nos horizontes sísmicos mais superficiais identificados em perfis de reflexão sísmica profunda que intersectam o traçado da zona de falha, pelo deslocamento da superfície basal dos sedimentos pliocénicos inferido a partir de dados de sondagens, e pelo aparente controlo que exerce na morfologia, quer na altimetria, quer no padrão da rede hidrográfica.

A Falha de Alcochete corresponde assim a uma estrutura tectónica ativa e capaz de gerar sismos de magnitude superior a 6, com ciclos sísmicos médios muito longos, da ordem dos 3.000 a 11.000 anos, o que poderá justificar o facto desta atividade sismogénica estar ausente dos registos de sismicidade histórica e instrumental regionais.

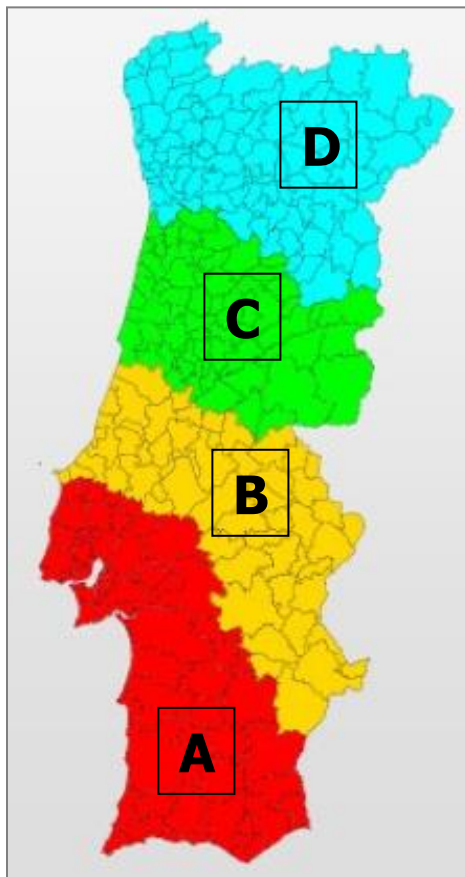
Zonamento sísmico do Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes

No que respeita à regulamentação portuguesa, o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSAEEP, 1983 - Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio), estipula, para efeitos de quantificação da ação dos sismos, as normas de construção antissísmica que devem ser adotadas em cada uma das quatro regiões sísmicas em que Portugal Continental se insere. O território encontra-se dividido em quatro zonas sísmicas (A, B, C e D), encontrando-se a área de estudo enquadrada numa zona sísmica A, de maior risco sísmico do território continental português, a que corresponde um coeficiente de sismicidade, α , de 1,0.

Outro parâmetro a considerar na quantificação da ação dos sismos é a natureza do terreno, classificada em três tipos para o efeito. O concelho de Alcochete integra-se no tipo III, que corresponde a solos coerentes moles e muito moles e solos incoerentes soltos. Este facto deve-se à

natureza arenosa e sedimentar da litologia do concelho e faz prever a ampliação dos valores de sismicidade e um risco sísmico elevado para o concelho.

Figura 28: Zonamento sísmico segundo o RSAEEP



Fonte: RSAEEP

4.1.5 Geomorfologia

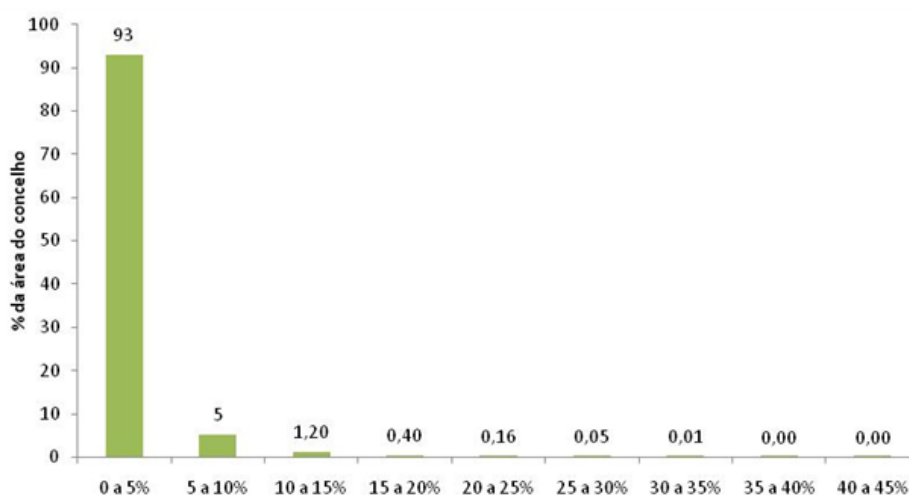
A geomorfologia do concelho está intimamente ligada à evolução da bacia Cenozóica do Tejo, caracterizando-se na generalidade por um relevo baixo e plano, resultado da fase de enchimento por sedimentos detríticos e argilosos durante o Terciário e Quaternário. Estas formações detríticas têm algumas centenas de metros de espessura e repousam diretamente sobre o soco, encontrando-se dispostas horizontalmente. Os aspetos erosivos, bem como a existência de uma extensa cobertura de areias superficiais acumulada por transporte fluvial, torrencial e em parte eólico, tornam pouco evidentes as formas estruturais de relevo dentro do concelho. Assim, a geomorfologia do concelho de Alcochete é dominada pelo relevo suave e pouco acidentado, expressão das condições geológicas da Bacia do Tejo-Sado na Península de Setúbal e da evolução a que a mesma tem sido sujeita.

O concelho de Alcochete desenvolve-se a cotas altimétricas relativamente baixas, compreendidas entre 0m e os 50m, sendo atingida a cota mais alta no limite Oeste do concelho (60m). As cotas mais

baixas ocorrem associadas à planície aluvial definida pela rede hidrográfica e às margens do estuário do Tejo. As cotas mais elevadas ocorrem no limite Oeste e Este do concelho.

Cerca de 93% da área do concelho apresenta um relevo plano (<5%). Os declives acentuados a muito acentuados correspondem a apenas 0,62% da área concelhia e estão sobretudo associadas a situações localizadas de maior entalhe da rede hidrográfica ou de erosão diferencial das rochas aflorantes nas margens das linhas de água. Nesta reduzida área de declives acentuados destacam-se os taludes do IP1/A12, no limite Oeste do concelho e correspondentes à faixa com orientação aproximada NNW-SSE.

Figura 29: Distribuição das classes de declives no concelho de Alcochete

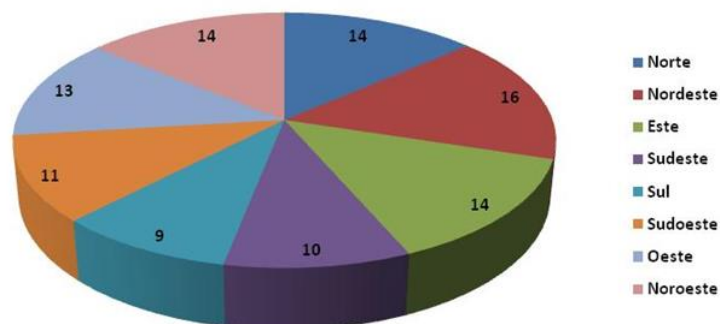


Fonte: Carta Geomorfológica

A predominância de cotas baixas e constantes e de um relevo muito pouco contrastante expressam o tipo de terrenos e a reduzida deformação que caracteriza as unidades geológicas que colmatam a bacia de sedimentação do Tejo-Sado, e que não permitem que no seu interior se evidenciem relevos expressivos.

Em termos de exposição, cerca de 44% das vertentes do concelho de Alcochete têm uma disposição para o quadrante Norte (Norte, Noroeste e Nordeste) e 30% para o quadrante Sul (Sul, Sudeste e Sudoeste) (ver peça desenhada 03).

Figura 30: Distribuição da exposição das vertentes no concelho de Alcochete



Fonte: Carta Geomorfológica

A rede hidrográfica principal afluente ao estuário do Tejo tem direção preferencial Noroeste-Sudeste, com escoamento para Noroeste. Uma vez que as linhas de água são pouco encaixadas e com margens muito aplanadas surgem associados a elas depósitos aluvionares que atapetam a planície de inundação e que contribuem para a continuidade dos declives pouco acentuados. Não obstante o reduzido encaixe, a rede hidrográfica, sobretudo a planície aluvionar da Vala da Amieira e da Ribeira Vale dos Vinte e Um, conferem alguma variabilidade à homogeneidade da fisiografia do concelho.

Na parte Noroeste do concelho a confrontação com o estuário do Tejo, numa zona de menor hidrodinamismo do mesmo, mantém, em geral, as características de relativa homogeneidade fisiográfica que se verifica na restante área territorial.

4.1.6 Solos

Após análise das Cartas de Solos à escala 1/50000 (34-D e 35-C) e da Carta Complementar dos solos (432,433 e 443) à escala 1/250000, conclui-se que os solos⁷ mais representativos no concelho são os seguintes:

- Solos formados por materiais de origem aluvionar ou, mais raramente, coluvionar – são solos com problemas de hidromorfismo e por vezes também de salinidade e/ou sodicidade. Do ponto de vista agronómico têm boas aptidões para arroz, pastagens e forragens. Nas zonas de toalha freática salina as culturas de regadio são desaconselhadas, pelo menos de forma continuada, por ocasionarem uma subida do sal. São solos que, se beneficiarem de obras de defesa contra cheias e drenagem, verão o seu potencial produtivo crescer consideravelmente. Pertencem a este grupo as seguintes famílias, entre outras: Aa, A, Al; Caa, Ca, Cal; Asa, Assa; Sbl.
- Solos arenosos com ou sem surraipa – as suas características dependem muito da profundidade a que se encontra o leito de arenito. São, ou solos arenosos incipientes, ou Podzóis e aparentados. Agronomicamente têm uma fraca capacidade de retenção de água, sendo, pois,

⁷ In Estudos Prévios do PDM em vigor "Relatório 3 – Caracterização do solo, Subsolo e Recursos Naturais"

muito sensíveis à secura. Pertencem a este grupo as seguintes famílias identificadas no concelho: Rg, Rgc; Ppt, Ppr, Ap, Pz; Aph, Pzh.

- Solos derivados de arenitos – Embora tenham normalmente um horizonte A de textura mais ou menos ligeira, podem ter um horizonte B com problemas de hidromorfismo que implique mesmo a sua classificação como para-hidromórficos. Com relevância agronómica podem sobressair, ainda além destas, limitações de carácter químico. Podem classificar-se neste grupo as seguintes famílias: Vt, Pt, Par, Ppt; Pag.

A distribuição geográfica destas famílias de solos é feita da forma que se passa a descrever sucintamente. Toda a faixa litoral NW do concelho é ocupada quase exclusivamente por Regossolos (Rg, Rgc). Estes solos contactam com a praia ou com a zona das salinas. Mais para o interior, ocorrem nas suaves encostas das margens das grandes linhas de água, portanto em contacto direto com as aluviões dessas baixas. Os solos podzolizados surgem em todo o concelho, mas sobretudo na sua parte Leste (Aph). Os podzóis não hidromórficos, com surraipa (Pz) ocorrem sobretudo na parte Leste do concelho, em grandes manchas, isolada ou associada a Pag ou Ap. Ao longo e junto de todas as linhas de água de certa importância, nomeadamente a Vala da Amieira, Ribeira do Vale Palmela e Ribeira Vale dos Vinte e Um, estão dispostos solos de aluvião, em faixas de largura variável (Caa). Os solos Litólicos não húmicos de arenitos (Vt) aparecem em duas situações fisiograficamente distintas: a mancha mais extensa é uma larga faixa no eixo Montijo – Pinheiro da Cruz – Batel abrangendo ainda o aglomerado de S. Francisco. A outra em duas faixas situadas ao longo de cada uma das de duas linhas de água do concelho (Vala do Passil e Ribeira Vale dos Vinte e Um), de um e de outro lado do respetivo vale aluvionar.

4.1.7 Análise Fisiográfica

A **análise fisiográfica** aborda três aspetos que, em conjunto, permitem caracterizar o relevo, designadamente festos/talvegues, hipsometria e declives.

Desde já, é importante referir que o relevo de Alcochete é essencialmente plano, praticamente homogéneo, sendo somente recortado pelo entalhe da rede hidrográfica, sobretudo na zona das aluviões da Vala da Amieira e da Ribeira Vale dos Vinte e Um. O único **festo** que se vislumbra encontra-se na zona central do concelho a dividir a zona Oeste do concelho, mais urbanizada e exposta ao rio, com a presença dos aglomerados do Samouco, de S. Francisco, de Alcochete e a zona Este, incluindo o Passil, a Barroca d'Alva e o Alto dos Cavaleiros no interior e com características mais rurais.

A rede hidrográfica do concelho é dividida em dois sistemas de drenagem independentes. Um sistema na faixa ribeirinha, de escoamento temporário com linhas de drenagem simples encaminhando-se para o Rio Tejo e outro, referido como o sistema de Rio Frio, com uma bacia hidrográfica comparativamente mais extensa. A rede hidrográfica do concelho é o reflexo das características

geomorfológicas, já analisadas, nomeadamente a altimetria e os declives muito pouco acentuados. Este facto tem justificado uma forte intervenção humana, nomeadamente através da abertura de valas de drenagem e lagoas, que têm vindo a baixar os níveis freáticos, bem como a criação de todo o complexo sistema de canais e diques, aproveitados para marinhas junto ao Estuário do Tejo e a montante para a cultura do arroz. Os **talvegues** mais importantes estão cartografados no desenho 03 e mencionados no quadro seguinte.

Quadro 3: Sistematização da rede hidrográfica principal do concelho de Alcochete

Nome do talvegue	Classificação decimal
Vala de Alcochete	301 17
Vala da Amieira	301 19
Rib. ^a Vale Palmela	301 19 02
Rib. ^a Vale de Santo António	301 19 02 01
Rib. ^a da Esteveira	301 19 02 03
Rib. ^a do Vale da Palha	301 19 04
Rib. ^a do Vale do Rafeiro	301 19 06
Rib. ^a da Taipina	301 19 01
Rib. ^a Vale do Passil	301 19 03
Rib. ^a de Tavares	301 19 03 02
Rib. ^a Vale dos Vinte e Um	301 19 05
Rib. ^a Pinheiro Bravo ⁸	301 19 05 02

Fonte: Índice Hidrográfico e Classificação decimal dos cursos de água de Portugal, D.G.R.A.H, 1981, Lisboa.

A cartografia disponível não contém informação relativa ao ponto Z, tendo sido inserido manualmente para tornar possível a elaboração desta análise.

A **hipsometria** permite compreender o desenvolvimento altitudinal do relevo. Sendo assim e atendendo à escala do trabalho, considerou-se suficiente a definição de cinco classes, designadamente:

- <10 metros – abrange a maior parte do território e corresponde às zonas mais baixas do concelho, predominando na faixa ribeirinha desde Alcochete até Samouco e ao longo das principais linhas de água, a Vala da Amieira, a Ribeira Vale dos Vinte e Um e a Ribeira Vale Palmela;
- 10-20 metros – corresponde essencialmente a parte da zona de montado a Este do concelho e à zona do Passil;
- 20-30 metros – refere-se à zona ligeiramente planáltica do Alto dos Cavaleiros (zona Este) e na zona do Passil;

⁸ Não foi detetada no território

- 30-40 metros – corresponde à zona planáltica de São Francisco e à envolvente do marco geodésico da Esteveira;
- > 40 metros – inclui a zona de festo do concelho, desde a Fonte da Senhora até à Quinta da Coutadinha, com ponto dominante no marco geodésico do Batel.

Fotografia 1: Ribeira do Passil



Fotografia 2: Vala da Amieira



Fonte: NRV.2019

A análise de **declives** visa constituir um parâmetro auxiliar para a avaliação de aptidões, potencialidades e condicionalismos relativamente à preservação dos valores naturais e à implementação de atividades humanas. Os limites estabelecidos para as classes de análise atendem a diversos critérios, designadamente, risco de erosão e estabilidade física, conforto para utilização humana e capacidade de absorção visual.

Para o território em análise considera-se adequada a definição de quatro classes, descritas no quadro seguinte.

Quadro 4: Caracterização das classes de Declives

Classes	Descrição	Caracterização
0 a 3 %	Muito Suave a Suaves	Sem condicionalismos
3-6 %		
6-9 %		
> 9%	Moderado baixo	Limitações para circulação pedestre; Limite máximo para edificação/agricultura sem necessidade de terraceamento; Risco mínimo de erosão.

Fonte: NRV

No desenho 3 estão representados os declives do concelho de Alcochete, sendo possível verificar que os declives não têm praticamente expressão nenhuma, sendo só de destacar os existentes na zona da Quinta da Coutadinha.

4.1.8 Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo

A delimitação destas áreas corresponde à constante na proposta de delimitação da REN (2019) para o concelho de Alcochete. A metodologia utilizada consiste na aplicação do cálculo da Perda de Solo

Específico (Pse), dada pela fórmula **Pse = SDR x A**, em que **SDR** é a Razão de Cedência dos Sedimentos e **A**, a Erosão Específica do Solo.

Esta metodologia encontra-se, detalhadamente descrita na memória descritiva da proposta de delimitação da carta da REN (2019).

Em suma, na área correspondente ao município de Alcochete predominam as áreas com riscos de erosão nulos ou reduzidos, sendo que as áreas de risco de erosão elevado, quando existem, coincidem na generalidade dos casos com as margens das linhas de água existentes.

A área ocupada por esta tipologia da REN é de 50,99 ha, correspondente a 0,40 % da área do concelho e encontra-se representada no desenho 4.

4.1.9 Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)

A delimitação destas áreas, representadas na peça desenhada nº 4, corresponde à apresentada na memória descritiva da proposta de delimitação da carta da REN, de 2019. A metodologia seguida é apresentada, de forma muito detalhada, no referido documento.

Assim, a delimitação das áreas consideradas como zonas ameaçadas pelas cheias teve por base:

- a informação constante no Sistema Nacional de Informação do Ambiente (SNIAmb) relativa à cheia de 1979 (identificada como centenária no caso do rio Tejo);
- os dados do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Terminal do Barreiro (Consulmar *et al.*, 2016); previsões da subida do Nível Médio do Mar;
- trabalhos de campo e recurso ao testemunho de habitantes.

A área delimitada é de 1.418,18 ha, correspondendo a 11,05 % do território do concelho.

4.1.10 Áreas de Instabilidade de Vertentes

A metodologia aplicada para a delimitação destas áreas encontra-se descrita na memória descritiva da proposta de delimitação da REN para o concelho de Alcochete, de 2019.

O relevo plano a suave que caracteriza o concelho de Alcochete, expressão do tipo de formações geológicas que afloram, características de rochas brandas e/ou de solos, e da evolução geológica da região, fazem com que não se individualizem vertentes de particular altura e, portanto, eventuais fenómenos de instabilidade das vertentes corresponderão a situações muito localizadas espacialmente.

Neste contexto, compreende-se que a CMA não possua quaisquer registos de movimentos de massa de vertentes na área do município. Do mesmo modo, não são conhecidos estudos ou trabalhos em

que tenham sido efetuados levantamentos de campo destinados a identificar e a caracterizar áreas sujeitas a episódios de instabilidade.

O tipo de movimentos de massa de vertente mais provável de ocorrer nestas zonas corresponderá a deslizamentos superficiais de solos a favor da gravidade, ou seja, a um desprendimento de parte de uma vertente que se desloca num movimento relativamente rápido sobre uma superfície predefinida. Verifica-se ainda, e atendendo à composição essencialmente detrítica das formações geológicas aflorantes, a ocorrência de situações de ravinamento dos taludes em virtude da desagregação dos materiais pouco consolidados.

A ocorrência de uma situação de instabilidade de vertentes deve-se a múltiplas causas que, geralmente, ocorrem em simultâneo. Para além dos fatores internos, intrínsecos e extrínsecos, dos maciços que suportam as vertentes, e embora possa existir diversos outros fatores externos potenciadores de instabilidade, a água resultante da precipitação ou da escorrência direta sobre as vertentes assumem um papel particularmente significativo na ocorrência de movimentos de massa de vertentes.

Os fatores de predisposição da instabilidade de vertentes são estáticos e inerentes ao terreno, condicionando o grau de instabilidade potencial da vertente e determinando a variação espacial do grau de suscetibilidade do terreno à instabilidade (Zêzere, 2005). No âmbito do presente trabalho os fatores de predisposição da instabilidade de vertentes considerados foram: declive; exposição das vertentes; curvatura das vertentes; litologia.

Assim, de acordo com o demonstrado na memória descritiva da proposta de delimitação da REN (2019), a área delimitada é de 50,99 ha, que corresponde a 0,40 % do território do concelho.

4.2 Valores Naturais

4.2.1 Estuário do Tejo – Breve Caracterização Biofísica

O concelho de Alcochete é abrangido por uma área de elevado valor conservacionista: o Estuário do Tejo. O estuário constitui a zona húmida mais extensa do território português e uma das mais importantes da Europa. Ocupa uma vasta área, cerca de 32 500 ha, desde Vila Franca de Xira até à foz do Rio Tejo, composta por lezírias, mouchões, esteiros, pequenas lagunas e uma zona central ocupada por um mar interior de água salobra. As margens apresentam dissimetrias: a margem direita é retilínea enquanto a margem esquerda, onde se localiza o concelho de Alcochete, é mais recortada e mais baixa, apresentando maior área de lodos expostos durante a maré baixa. Salienta-se o facto de o Estuário do Tejo possuir uma considerável área entremarés, de cerca de 13.600 ha. O estuário inclui ainda uma importante e extensa superfície de sapal, sendo as pastagens e prados de lezíria periodicamente alagados, formando charcos temporários.

A conjugação destes fatores confere-lhe uma apreciável diversidade de habitats e espécies, sendo um local de importância internacional para as aves durante as épocas de reprodução, invernada e passagem. Estima-se que ocorrem com regularidade cerca de 100.000 aves aquáticas invernantes, valores que costumam ser ultrapassados nos períodos de passagem migratória.

Na vegetação do Estuário do Tejo destaca-se a casta mancha halofítica que bordeja o estuário. Constituída sobretudo por gramíneas e arbustos de pequeno porte, que colonizam os solos de vasa compactada, nas margens estuarinas onde chegam as marés, representa a continuidade de produtividade primária entre o ambiente aquático e o terrestre.

Estas plantas vasculares constituem os principais produtores primários do estuário, tendo a sua produção anual de biomassa sido estimada em 17.790 toneladas de carbono. As espécies mais significativas são: *Spartina maritima*, *Scirpus maritimus*, *Halimione portulacoides*, *Sarcocornia fruticosa*, *Sarcocornia perenne*, *Arthrocnemum glaucum*, *Suaeda vera*, *Aster tripolium*, *Salicornia nitens*, *Puccinellia maritima*, *Inula crithmoides*, *Limonium vulgare*, *Artiplex halimus*, *Phragmites australis*.

A jusante, onde se inclui a área do concelho em estudo, a *Spartina maritima*, vulgarmente designada com o nome de morraça, é a gramínea pioneira na colonização das vasas consolidadas. Esta espécie, vai criar condições necessárias ao desenvolvimento de outras espécies, de que *Halimione portulacoides* e *Sarcocornia fruticosa* são, sem dúvida, as espécies mais importantes na composição, estrutura e dinâmica do sapal. Nas zonas superiores do estuário, entre Vila Franca de Xira e o Mouchão das Garças, a salinidade das águas é baixa. Aqui a espécie pioneira é *Phragmites australis* que forma uma importante mancha de caniços. Reveste-se de grande importância para a conservação de algumas espécies de aves, nomeadamente os rouxinóis dos caniços *Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*, a garça-vermelha *Ardea purpurea*, a garça pequena *Ixobrychus minutus* e a águia-sapeira *Circus aeruginosus* que os utilizam preferencialmente como local de nidificação.

Junto ao Mouchão das Garças, concretizando a transição entre as duas zonas atrás referidas, existe uma zona de pequena extensão em que a espécie pioneira é o junção *Scirpus maritimus* que é depois sucedido pelo junco das esteiras *Juncus maritimus* e pela tamargueira *Tamarix africana*.

No ambiente aquático, é ainda de referir a existência de fitoplâncton (produção primária estimada em 4.400 toneladas de carbono ano, em toda a área estuarina) do microfitobentos, predominantemente constituído por algas unicelulares do grupo das diatomáceas que proliferam à superfície das vasas e areias, realizando fotossíntese enquanto se encontram expostas à luz durante a maré vazia (produção primária estimada num valor próximo de 11.000 toneladas de carbono por ano, em toda a área estuarina), e de algas macrófitas, representadas sobretudo por *Fucus vesiculosus*, *Ulva lactuca* e *Gracilaria verrucosa* (produção primária estimada num valor próximo de 4.000 toneladas de carbono por ano, em toda a área estuarina).

No ambiente terrestre, mouchões e lezíria, a vegetação natural é constituída sobretudo por espécies herbáceas que crescem espontaneamente nas orlas dos campos cultivados, pastagens naturais, restolhos e fases iniciais de cultivo. Espécies arbustivas e arbóreas desenvolvem-se numa estreita faixa arenosa que atravessa os campos argilosos da lezíria a jusante do Sorraia e na sebe seminatural que delimita os terraços plistocénicos no limite Este da Reserva.

Em relação à fauna ocorrem no estuário 35 espécies de mamíferos, 194 espécies de aves com presença regular, além de 9 espécies de répteis e 11 de anfíbios. Existem referências relativamente à ocorrência de 101 espécies de peixes no estuário, mas o número de espécies com presença regular não ultrapassará as 40.

É a avifauna aquática migradora que atribui ao estuário do Tejo o estatuto de mais importante zona húmida do País e uma das mais importantes do Paleártico ocidental. O estuário acolhe em média cerca de 54% das limícolas, 30% dos antídeos e 4% dos ardeídos invernantes recenseados em Portugal. Alberga mais de 1% da população regional de 14 espécies, sendo por isso local de importância internacional para a sua preservação durante as épocas de reprodução para a garça-vermelha *Ardea purpurea*, a perna-longa *Himantopus himantopus* e a perdiz-do-mar *Glareola pratincola*; de invernada para o alfaiate *Recurvirostra avosetta*, maçarico-de-bico-direito *Limosa limosa*, tarambola-cinzenta *Pluvialis squatarola*, pato-trombeteiro *Anas clypeata*, perna-vermelha *Tringa totanus*, garça-branca-pequena *Egretta garzetta*, ganso comum *Anser anser*, marrequinha *Anas crecca*, pilrito-comum *Calidris alpina* e piadeira *Anas penelope*; de passagem: flamingo *Phoenicopterus ruber* e maçarico-de-bico-direito *Limosa limosa*. A população invernante de sisão *Tetrax tetrax* tem bastante significado a nível nacional, tendo quase atingido 1% da população reprodutora nacional de águia-sapeira *Circus aeruginosus*.

Os estuários são importantes para a manutenção dos stocks de pescado costeiros e este não é exceção. Constitui zona de nursery preferencial para o robalo *Dicentrarchus labrax* e para os linguados *Solea solea* e *Solea senegalensis*, ocorrendo ainda outras 16 espécies que o utilizam nessa função. Apresenta condições para a desova e crescimento de espécies como a corvina *Argyrosomus regius* e efetivos da população costeira do biqueirão *Engraulis encrasicolus*. Alberga populações de espécies residentes de importância comercial como o charroco *Halobatrachus didactylus* e o biqueirão. É zona de transição importante para peixes diádromos onde se incluem a lampreia-do-mar *Petromyzon marinus*, a lampreia-do-rio *Lampetra fluviatilis*, o sável *Alosa alosa* e a savelha *Alosa fallax*, assim como a enguia *Anguilla anguilla*. O seu troço terminal é local privilegiado de alimentação de espécies marinhas costeiras como a carta-imperial *Arnoglossus imperialis*, o peixe-rei *Athrina presbyter*, o rodvalho *Scophthalmus rombus* ou como a raia-lenga *Raja clavata* e a raia-curva *Raja undulata*, havendo registo de um total de cerca de 60 espécies.

A riqueza deste estuário é preservada graças à manutenção das zonas entre marés. A matéria vegetal em decomposição, maioritariamente produzida pelo sapal e as microalgas que se desenvolvem à

superfície dos substratos são consumidas por inúmeros seres bentónicos (invertebrados e pequenos peixes). Eles constituem, por sua vez, a base alimentar de peixes na maré cheia e de aves na maré vazia. Várias dessas espécies desempenham um papel fundamental nas cadeias alimentares estuarinas. É o caso da minhoca *Hediste diversicolor*, da hidróbia *Peringia ulvae*, da lambujinha *Scrobicularia plana*, do isópode *Cyathura carinata*, do anfípode *Melita palmata*, da camarinha *Palaemonetes varians*, do camarão comum *Cangron cangron*, do caranguejo-verde *Carcinus maenas* e do caboz-da-areia *Pomatoschistus minutus*.

Fotografia 3 : Zona de Proteção Especial, zona ribeirinha em Alcochete



Fonte: NRV.2019

Fotografia 4: Salinas, Samouco



Atendendo às características referidas e aos valores naturais presentes na área o Estuário do Tejo encontra-se classificado com diversos estatutos de conservação, são eles a nível:

Nacional

- **DL nº 565/76, de 19 de julho:** cria a Reserva Natural do Estuário do Tejo.
- **DL n.º 280/94, de 5 de novembro:** cria a Zona de Proteção Especial para Aves Selvagens "Estuário do Tejo" - PTZPE0010 (esta ZPE integra diretamente a rede Natura 2000).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto:** cria o Sítio "Estuário do Tejo" - PTCON0009 (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - Rede Natura 2000).

Internacional

- **Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Estuário do Tejo" (área atualmente integrada na ZPE e Sítio "Estuário do Tejo" - rede Natura 2000).
- **Lista de Sítios da Convenção de Ramsar** (zonas húmidas de importância internacional): "Estuário do Tejo" (24 novembro 80).

4.2.2 Outros Valores Naturais

A identificação de valores naturais (desenho 5) é feita com aspetos considerados importantes, resultantes da observação empírica do território, baseados essencialmente nos seguintes pontos:

destaque à forte presença de áreas de montado, de salinas e de sapais, assim como de locais com interesse paisagístico, vistas panorâmicas, percursos com interesse paisagístico e por fim de elementos singulares da paisagem.

4.2.2.1 Montado

As áreas de montado de sobro e de azinho são indiscutivelmente um importante valor patrimonial. Predominam abundantemente na zona Este do concelho. Os montados são sistemas agroflorestais extensivos, que combinam uma elevada importância socioeconómica com uma excecional diversidade biológica, deles dependendo populações de diversas espécies ameaçadas a nível nacional e europeu. O que torna os montados extraordinários é precisamente a forma como as atividades humanas moldaram, a partir dos bosques de carvalhos mediterrâneos originais, um sistema de uso múltiplo da terra tão rico do ponto de vista biológico, conciliando economia e ambiente. Os montados de sobro, em particular, garantem a produção da cortiça, elemento importante dos recursos naturais renováveis nacionais, de cuja exploração depende a sustentabilidade de todo o sistema e, portanto, a sua biodiversidade. Para além disto estão legalmente protegidos, pelo DL n.º 169/01 de 25 de maio (alterado pelo 155/2004 de 30 de junho).

Neste contexto é importante salientar a possibilidade de eventuais intervenções neste território. São áreas potencialmente agro-silvo-pastoris, que suportam outros usos, designadamente o turístico, desde que correspondam a projetos perfeitamente integrados na paisagem e que não coloquem em causa os referidos valores.

4.2.2.2 Salinas

Trata-se de um importante valor natural por se localizarem nos sapais das zonas húmidas e funcionarem como locais de refúgio e abrigo para aves aquáticas, contribuindo para a conservação de espécies sensíveis e ameaçadas. A grande diversidade de aves que se pode observar nas salinas está intimamente ligada à estrutura dos seus tanques e canais de água. Tanto nos viveiros das salinas como nos cristalizadores, as salinas apresentam um gradiente de colunas de água que disponibiliza condições de habitat ótimas para diversas espécies, desde aquelas que habitam os profundos viveiros das marinhas até às outras que se alimentam nos baixos tanques cristalizadores.

No estuário do Tejo, as salinas de Alcochete servem de abrigo e refúgio às dezenas de milhar de aves aquáticas invernantes que anualmente percorrem os extensos campos de lama para se alimentarem antes de prosseguirem as suas rotas migratórias. Na época de nidificação as salinas são o habitat privilegiado para outras espécies, vindas de África, que encontram nelas as condições ideais à reprodução. Em Alcochete, o borrelho de coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), a andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*) e o perna longa (*Himantopus himantopus*) procriam ainda com regularidade nas salinas do Samouco.

4.2.2.3 Sapais

São sistemas vulneráveis e altamente produtivos, de elevada biodiversidade e muito dinâmicos devido à influência da orla costeira e do escoamento fluvial. A vegetação do sapal contribui para a retirada de humidade dos solos e a fixação de sedimentos, consolidando o solo. Este facto atrai muitas espécies, de ambos os biótopos (terrestre e aquático) para além das espécies que lhe são exclusivas. Assume especial importância o facto de os sapais serem zonas por excelência de alimento, nidificação e pouso para avifauna.

4.2.2.4 Arrozaís

De entre as zonas húmidas artificiais, os arrozaís são um dos sistemas mais interessantes para a conservação da natureza. Situados nas zonas baixas das principais linhas de água do concelho constituem um biótopo que aumenta sobremaneira a diversidade de habitat, seja para as aves aquáticas, seja para os anfíbios e répteis, ou mesmo para alguns mamíferos que os percorrem em busca de alimento, como é o caso da lontra. Acresce ainda que os arrozaís têm vindo a funcionar como habitat de substituição das salinas por estas estarem gradualmente a desaparecer por abandono. Os tabuleiros de cultivo de arroz, com o seu ciclo anual de inundações, introduzem na lezíria extensas zonas húmidas interligadas por canais de abastecimento de água que contactam com a rede hidrográfica, introduzindo para o interior da lezíria a biodiversidade de outros ecossistemas.

Fotografia 5: Ermida de Santo António da Ussa



Fotografia 6: Rio Tejo, Sapal das Hortas



Fonte: NRV.2019

4.2.2.5 Locais com interesse paisagístico

No concelho existem alguns “Locais com interesse paisagístico”, que se evidenciam pela morfologia do território, pela vegetação, pelas vistas e/ou, pela presença de elementos patrimoniais de destaque. Estas áreas apresentam elevada aptidão para pontos/zonas de recreio e lazer. Destacam-se:

- **Praia dos Moinhos**, é uma praia fluvial de extenso areal em que o seu nome advém de ter respetivamente 3 moinhos de vento ao longo do areal (já desativados).

- **Praia do Samouco**, praia fluvial com uma grande extensão de areia que fica localizada entre Alcochete e a Ponte Vasco da Gama. O acesso pode ser feito pelas Salinas do Samouco.
- **Sapal das Hortas**, zona privilegiada de contacto entre o rio e a zona terrestre, com ótimas condições para se tornar numa excelente zona de recreio e lazer e integrar um posto de observação de aves.
- **Ermida de Santo António da Ussa**, localizada no meio de uma lagoa na Herdade da Barroca d'Alva, esta enigmática ermida encontra-se inserida numa paisagem de alto valor cénico, com o plano de água e o montado, acrescido de um elevado valor ecológico;
- **Porto dos Cacos**, localizado nas margens da Vala da Amieira é uma zona onde proliferam diversos vestígios arqueológicos, principalmente relacionados com o aglomerado industrial romano com a mesma designação. Acresce a sua importância pela envolvente de montado e manchas significativas de folhosas de zonas húmidas.

4.2.2.6 Vistas panorâmicas

O concelho apresenta um relevo bastante plano e homogéneo, sendo escassos os pontos de vista dominantes para a paisagem envolvente. No entanto, consegue-se distinguir algumas situações, de "Vistas panorâmicas", das quais se destacam:

- **Monte do Pontão**, localizado na confluência da Vala da Amieira e da Ribeira Vale dos Vinte e Um, proporcionando uma excelente vista para o troço final desses talwegues com os arrozais e o montado a dominarem a paisagem;
- **São Francisco**, situado a uma cota ligeiramente superior em relação à zona envolvente são diversos os pontos neste aglomerado onde se avista o rio Tejo e a sua margem Norte, apesar de se tratar de vistas relativamente contidas.

Fotografia 7: Margem Norte do Tejo, São Francisco



Fotografia 8: Vista para o Paul do caranguejo, Monte Pontão



Fonte: NRV.2019

4.2.2.7 Percursos com interesse paisagístico

Para além de pontos específicos de observação de vistas panorâmicas já mencionadas, existem “Percursos” ao longo de algumas estradas e caminhos, a partir dos quais é possível perceber o território e a paisagem. No entanto, considera-se que os trajetos que oferecem maior riqueza e diversidade paisagística são:

- O percurso entre a rotunda da antiga EN 118 (junto ao Passil) e a Barroca d’Alva, com vista para os arrozais, salinas e montado;
- EM 501 do Samouco até ao Centro Histórico de Alcochete, pela sua proximidade ao rio e usufruto de vista para a margem Norte;
- CM 1002 pela sua proximidade ao rio;
- Caminho nas salinas entre a Marinha do Solve e a Marinha da Atalaia;
- EN4 a partir de Rilvas até ao limite de concelho inserido numa paisagem plena de montado;
- O percurso entre o Alto dos Cavaleiros e a Malhada das Meias que passa por importantes manchas de montado.

4.2.2.8 Elementos Singulares

Relativamente a “Elementos Singulares” que se destacam na paisagem e se evidenciam no contexto concelhio e regional assinala-se o Rio Tejo.

4.3 Unidades de Paisagem

A definição de Unidades de Paisagem (UP) surge da análise conjunta de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macrounidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo, com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização.

Para além destas considerações, consultou-se uma obra de referência nesta área: “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, Universidade de Évora, DGOTDU, Volume IV, 2002. Segundo este documento, o concelho de Alcochete insere-se em duas Unidades de Paisagem:

UP 80 – Outra Banda Interior, parte do concelho de Alcochete insere-se numa subunidade “Zona Pinhal Novo/Palmela/Alcochete”: superfície plana, com características rurais dominantes (embora variadas, desde foros a propriedades de grandes dimensões, sistemas de sequeiro e de regadio, algumas manchas florestais) e povoamento tradicionalmente disperso. A construção de novas acessibilidades tem vindo a alterar o padrão da paisagem preexistente, vindo juntar-se à dispersão relacionada com as explorações agrícolas, habitações recentes, grandes unidades industriais, as mais

variadas fábricas, armazéns e depósitos de materiais ao ar livre espalhados por entre vinhas, pomares, hortas e “pivots”. Nesta subunidade, Alcochete tem uma relação muito especial ao estuário – profundidade e grandeza da paisagem fluvial dominada a partir da sua faixa marginal, apresenta-se já com um carácter muito ribatejano. Quanto à “riqueza biológica”, ela será reduzida em toda a unidade, com exceção da zona mais a norte, junto a Alcochete, incluída na ZPE/SIC do Estuário do Tejo, com valores muito diversificados ao nível da flora e da fauna, com especial destaque para a avifauna, uma vez que é uma das 10 zonas húmidas mais importantes da Europa para aves aquáticas migratórias. Uma das **orientações de gestão a promover** nesta unidade para a zona de Alcochete será o controlo do processo de edificação dispersa nas áreas rurais e conter o emparcelamento da propriedade através de medidas regulamentares dos planos de ordenamento. Tal controlo passará também pela seleção de áreas aptas para a construção de moradias em grandes lotes, canalizando-a para locais adequados em termos de rede urbana e respeitando os solos mais férteis, as zonas de recarga de aquíferos, as áreas com usos agrícolas e florestais interessantes em termos económicos e ambientais assim como as superfícies indispensáveis à circulação das águas superficiais.

UP 86 – Charneca Ribatejana – A charneca ribatejana é, no geral, uma paisagem muito tranquila, por vezes monótona, com um relevo ondulado muito suave, a que está associado o montado de sobro. No essencial, trata-se de uma paisagem florestal, cortada por pequenos e médios vales que, tradicionalmente tinham uma utilização agrícola. A charneca apresenta-se com baixa densidade populacional e povoamento concentrado (grandes aldeias e vilas periféricas na sua maior parte, fora do concelho de Alcochete, assentos de lavoura de média e grande dimensão), ao contrário do que se passa noutras áreas do sul do país, não se verifica um abandono significativo. Domina a grande propriedade, sobretudo com uma exploração do solo extensiva, tanto ligada ao montado como a plantações extremas (de pinheiros e de eucaliptos), ou ainda, a povoamentos mistos destas espécies. Como exceção, ocorrem na charneca usos agrícolas intensivos, tirando partido da disponibilidade de água no subsolo. Surgem assim clareiras com “pivots” de rega e outras manchas de regadio que contrastam fortemente com os maciços florestais dominantes. Até há alguns anos, os fundos dos vales planos, com aluviões, encontravam-se maioritariamente com arrozais, com outras culturas anuais ou pastagens. Grande parte destes vales têm vindo a ser invadidos por matos e matas. Os usos são em geral coerentes e sustentáveis, sobretudo no que diz respeito aos montados de sobro e às matas mistas. No geral, esta unidade de paisagem apresenta-se com uma “riqueza biológica” média a elevada, domínio de sistemas de uso extensivo e bem adaptados às situações biofísicas presentes, ocorrência de habitats e de espécies com interesse para a conservação. Uma das orientações a ter em conta, tanto em termos de diversidade da paisagem como da produção agrícola e sobretudo pecuária, é que se mantivesse um uso diferenciado dos vales, com culturas anuais, pastagens ou mesmo povoamentos florestais que tirassem partido das condições de maior fertilidade. Por outro lado, devem ser prevenidos potenciais impactos ambientais sobre os aquíferos, a partir das culturas intensivas possibilitadas pelo uso de “pivots” ou outras técnicas de rega.

Fotografia 9: Mosaico urbano-agrícola



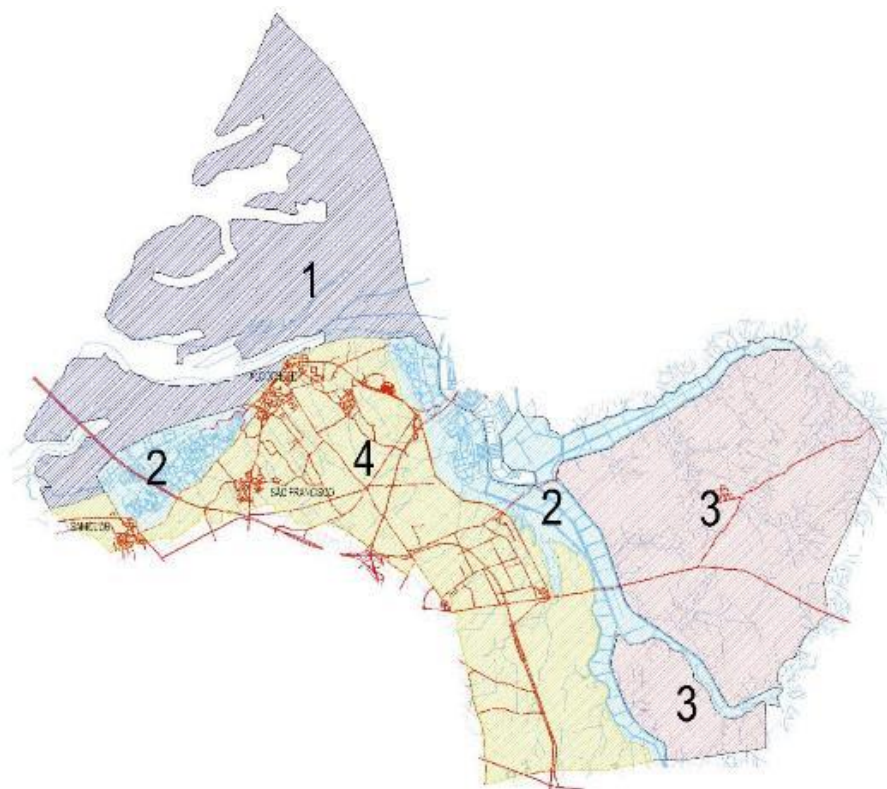
Fotografia 10: Vale e Salinas



Fonte: NRV. 2019

Analisando especificamente o concelho, é possível constatar que, dentro destas unidades distinguem-se duas subunidades “Vale e Salinas” e o “Rio Tejo”. Para a “Outra Banda Interior” optou-se pela designação de “Mosaico urbano-agrícola”, por se adequar melhor a realidade/escala de Alcochete para aquela zona.

Figura 31: Unidades de Paisagem



Fonte: Atlas do Ambiente

Legenda:

- **UP1 – Rio Tejo** – elemento singular e preponderante na paisagem de Alcochete, marca indelevelmente o concelho;

- **UP2 - Vale e Salinas** - zona de transição entre o ecossistema fluvial e o ecossistema terrestre, salientam-se pela sua importância ecológica associada à Vala da Amieira e à Ribeira Vale dos Vinte e Um e às zonas de Salinas do Sapal das Hortas e do Samouco;
- **UP3 – Charneca Ribatejana** – corresponde a um relevo suave e ondulado com quase exclusividade de ocupação por manchas de montado e agricultura extensiva associada a explorações pecuárias;
- **UP4 - Mosaico Urbano-agrícola** – ocupa a zona Oeste do concelho desde a ER5 até aos aglomerados próximos do rio. Trata-se de povoamento disperso, com parcelas agrícolas essencialmente de reduzida dimensão, onde se cultivam hortícolas. Na zona urbana destaca-se os centros históricos de Alcochete e do Samouco.

4.4 Potenciais Disfunções Ambientais

O concelho de Alcochete apresenta algumas situações que, potencialmente, podem contribuir para a degradação do ambiente. Os principais fatores de degradação do ambiente são os seguintes:

- Poluição de origem doméstica: águas residuais domésticas;
- Poluição em espaço agrícola: suiniculturas e explorações agropecuárias;
- Outras potenciais disfunções: extração de inertes.

A questão da **poluição de origem doméstica** prende-se com a descarga das águas residuais domésticas, verificando-se a existência de diversas situações de tratamento associado a fossas sépticas. Este tema é abordado com maior pormenor no capítulo das Infraestruturas urbanas.

A **poluição em espaço agrícola** refere-se à produção essencialmente de suínos e bovinos. As unidades de produção animal no território concelhio são, maioritariamente, para fins industriais e comerciais. No trabalho de campo foi possível observar diversas suiniculturas, muitas das quais suspeitando-se que estejam desativadas. A sua localização estende-se desde o Sul do concelho até às imediações dos aglomerados de Alcochete, de S. Francisco e do Samouco. No entanto, quanto à produção de suínos, é necessário estar alerta quanto à poluição de águas e, em menor grau, dos solos. A poluição dá-se através da acumulação de azotos nos solos fertilizados pelo estrume produzido na atividade agropecuária. Esta incorporação conduz a uma elevada concentração de nitratos, provenientes do azoto orgânico presente nos excrementos e nos resíduos líquidos. Os nitratos em excesso são arrastados pelas águas pluviais e por águas de rega, contaminando os cursos de água e os aquíferos subterrâneos. Este aspeto assume especial relevância no concelho de Alcochete ao verificar pela análise da sua geomorfologia a predominância de estratos arenosos na sua constituição geológica.

Fotografia 11: Suinicultura



Fotografia 12: Exploração de inertes



Fonte: NRV.2019

Para além deste processo de contaminação, é, ainda, necessário considerar as descargas diretas de efluentes em linhas de água. A Portaria n.º 810/90 aprova as normas sectoriais relativas à descarga de águas residuais provenientes de todas as explorações de suinicultura. Com efeito, está previsto o licenciamento, pela entidade competente, da descarga de águas residuais de explorações com capacidade igual ou superior a 2500 animais/300 porcas reprodutoras. Os ruídos, odores e impacto visual que estas unidades de exploração agropecuária provocam no ambiente em que se inserem são, identicamente, potenciais disfunções ambientais.

Quanto a outras potenciais disfunções, em trabalho de campo identificou-se a presença de uma exploração de areias, junto à ER5, com licença n.º 6474.

5 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

5.1 Caracterização Demográfica

A população é um denominador de muitos indicadores no domínio económico, social e urbanístico. A informação sobre o número, estrutura e distribuição espacial atual e futura da população tornou-se, nos tempos atuais, um fator importante no planeamento a todos os níveis, sendo um instrumento imprescindível para os decisores.

Ao nível do ordenamento do território, a importância do conhecimento da população, da sua estrutura e distribuição é inquestionável. Com efeito, o ordenamento do território municipal, ao visar proporcionar uma evolução/ocupação tão harmoniosa quanto possível, através da preparação de soluções atempadas para as situações com que se defronta, bem como uma gestão racional dos recursos de que dispõe, é obrigado a quantificar e qualificar a população, enquanto principal agente da transformação do território.

Para a caracterização demográfica recorreu-se aos resultados oficiais existentes (Recenseamento Geral da População, Anuários Estatísticos e Estimativas Provisórias da População Residente para o ano de 2017 ⁹) do Instituto Nacional de Estatística (INE) e aos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

5.1.1 Alcochete no contexto da AML

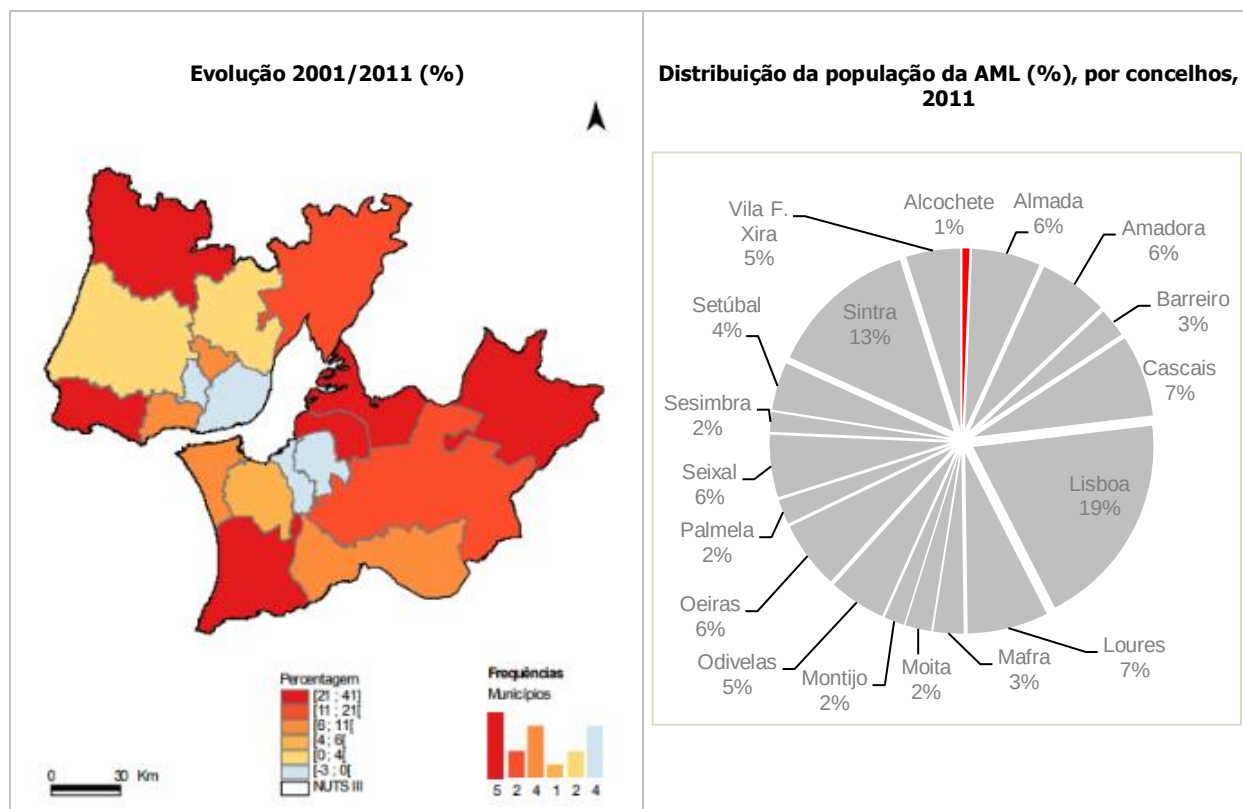
Em 2011, a população da Área Metropolitana de Lisboa, onde o município de Alcochete se integra, totalizava 2 821 876 indivíduos, representando 27% da população do país. Alcochete é o mais pequeno município em dimensão populacional da AML, com um peso de 0,6%.

Na última década censitária a população da AML aumentou 6% (em 2001 era de 2 661 850), o que se traduziu num crescimento três vezes superior à média nacional. Neste contexto, os concelhos da 2ª coroa metropolitana, onde Alcochete se insere, foram os que cresceram mais e o município de Alcochete teve um crescimento quase seis vezes superior à região em que se integra.

Dos 18 municípios que compõem a AML, apenas 4 perderam população na última década: Lisboa (-3,0%), Moita (-2,1%), Amadora (-0,4%) e Barreiro (-0,3%). Os restantes observaram um forte crescimento populacional, face a 2001, contrariando a tendência verificada numa parte significativa do território. Só Mafra (+41%) antecedeu Alcochete (+35%), seguindo-se Sesimbra (+32%), Montijo (+31%) e Cascais (+21%) na lista dos municípios que apresentaram um maior crescimento populacional entre 2001 e 2011.

⁹ As estimativas serão atualizadas no *Relatório de Proposta* (2021)

Figura 32: Evolução da População e peso de cada município na AML



Fonte: INE-Portugal, RGP - Volume da Região de Lisboa, 2011

Se a tendência apontada nas Estimativas Provisórias da População Residente para o ano 2017, do Instituto Nacional de Estatística, se vier a confirmar nos Censos 2021, poderá estar em curso uma evolução na Área Metropolitana de Lisboa assente na desaceleração do crescimento demográfico, que permitirá agrupar os municípios segundo seguintes comportamentos:

- **Continuação do crescimento, mas com desaceleração:** municípios de Alcochete, Cascais, Mafra, Palmela, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Municípios com maiores ritmos de crescimento:** Alcochete, Montijo, Odivelas e Mafra
- **Municípios com perda de vitalidade/declínio populacional:** Almada, Barreiro, Lisboa, Moita e Setúbal
- **Municípios que manterão crescimentos moderados e relativamente estabilizados –** Amadora, Loures, Oeiras e Sintra.

Alcochete estará a registar uma **redução da taxa de crescimento anual médio (TCAM)**: o ritmo de crescimento anual de **3%**, verificado entre 2001 e 2011 terá reduzido **para 1,6%/ano**, entre 2011 e 2017.

Quadro 5: População na Área Metropolitana de Lisboa, por município (1991 a 2017)

Unidade Territorial	População				Taxa de Variação			TCAM (%)		
	1991	2001	2011	2017	1991/01	2001/11	2011/17	1991/01	2001/11	2011/17
Alcochete	10169	13010	17569	19285	27,9	35,0	9,8	2,5	3,0	1,6
Almada	151783	160825	174030	169152	6,0	8,2	-2,8	0,6	0,8	-0,5
Amadora	181774	175872	175136	179942	-3,2	-0,4	2,7	-0,3	0,0	0,5
Barreiro	85768	79012	78764	75715	-7,9	-0,3	-3,9	-0,8	0,0	-0,7
Cascais	153294	170683	206479	211714	11,3	21,0	2,5	1,1	1,9	0,4
Lisboa	663394	564657	547733	506088	-14,9	-3,0	-7,6	-1,6	-0,3	-1,3
Loures	192143	199059	205054	209442	3,6	3,0	2,1	0,4	0,3	0,4
Mafra	43731	54358	76685	83289	24,3	41,1	8,6	2,2	3,5	1,4
Moita	65086	67449	66029	64616	3,6	-2,1	-2,1	0,4	-0,2	-0,4
Montijo	36038	39168	51222	56305	8,7	30,8	9,9	0,8	2,7	1,6
Odivelas	130015	133847	144549	157829	2,9	8,0	9,2	0,3	0,8	1,5
Oeiras	151342	162128	172120	175224	7,1	6,2	1,8	0,7	0,6	0,3
Palmela	43857	53353	62831	64230	21,7	17,8	2,2	2,0	1,6	0,4
Seixal	116912	150271	158269	165971	28,5	5,3	4,9	2,5	0,5	0,8
Sesimbra	27246	37567	49500	51282	37,9	31,8	3,6	3,3	2,8	0,6
Setúbal	103634	113934	121185	116330	9,9	6,4	-4,0	1,0	0,6	-0,7
Sintra	260951	363749	377835	386038	39,4	3,9	2,2	3,4	0,4	0,4
Vila F. Xira	103571	122908	136886	141227	18,7	11,4	3,2	1,7	1,1	0,5
AML	2520708	2661850	2821876	2833679	5,6	6,0	0,4	0,5	0,6	0,1

Fonte: INE-Portugal, RGP 1991 a 2011 e Estimativas Provisórias da População Residente, 2017

5.1.2 Curva demográfica e volume populacional atual

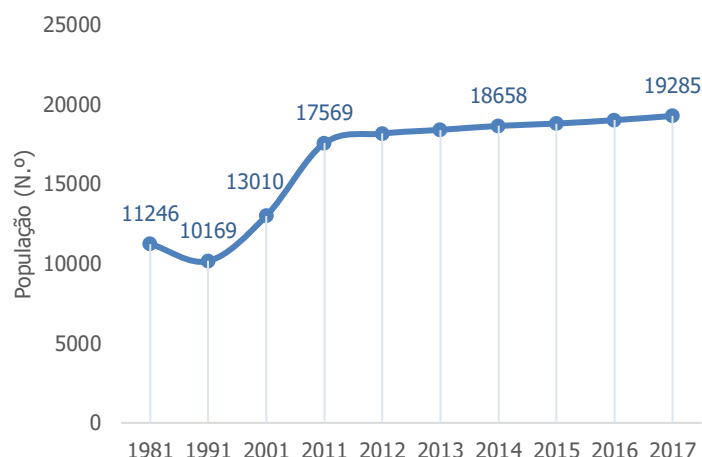
De concelho periférico da AML a vários níveis, Alcochete verificou um salto demográfico entre 1991 e 2001 (um acréscimo populacional de 28%) e desde então tem vindo a crescer (35% entre 2001 e 2011) a ritmos superiores aos da AML, sendo, aliás, dos que mais tem crescido. Em 20 anos ganhou 7400 novos residentes (+73%).

Não só a abertura da Ponte Vasco da Gama, em 1998, que permitiu um enorme ganho em termos acessibilidade (distância-tempo), não só à AML, mas a todo o país (com a A33, A12 e A13) e as próprias dinâmicas sociais e económicas da capital do país, vieram induzir mudanças significativas na ocupação territorial de toda a AML, com particular influência em Alcochete. Por outro lado, a disponibilidade territorial, o carácter rural e os baixos volumes demográficos anteriores à década de 90, contribuíram para que se sentisse com maior evidência as transformações demográficas e urbanísticas neste concelho.

Alcochete, apesar de se manter como o concelho com menor dimensão demográfica da AML, tem vindo a ganhar escala, importância e centralidade no seio da região metropolitana.

Em 2011, Alcochete possuía 17.659 habitantes e, em 2017, contava com 19.285 habitantes, conforme as Estimativas Provisórias da População Residente, do INE.

Gráfico 1: Evolução da população do concelho de Alcochete (1981 a 2017)



Fonte: INE-Portugal, RGP 1981 a 2017

O crescimento demográfico em curso continuará a exigir um enorme esforço de gestão das pressões geradas neste território, de forma a não comprometer, mas também a expandir de forma sustentável e equitativa, as enormes potencialidades que se abriram ao desenvolvimento de Alcochete.

5.1.3 Distribuição territorial da população

A justificar o crescimento de 35% da população concelhia entre 2001 e 2011, ou seja, os cerca de 4500 novos habitantes, estão as grandes transformações ocorridas no concelho, fruto essencialmente da melhoria generalizada das acessibilidades. As consequências mais diretas desta abertura à AML e ao resto do país foram o desenvolvimento urbano, a ritmos incomparáveis, das três sedes de freguesia, mas com maior expressão relativa, São Francisco.

A freguesia de Alcochete, a maior em termos demográficos (e territoriais), foi a que mais cresceu em termos absolutos, tendo registado um acréscimo de cerca de 3145 habitantes, o equivalente a 35%. Em 2011 contava com 12.239 habitantes e concentrava 70% da população do concelho.

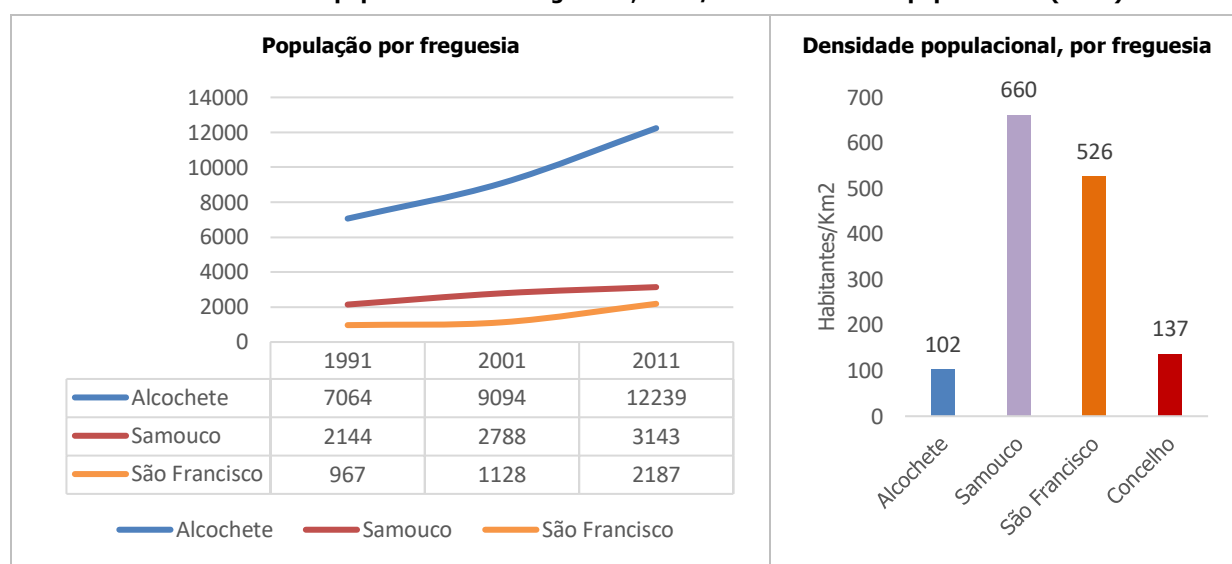
A freguesia de São Francisco, a mais pequena em volume populacional foi, contudo, a que mais cresceu nos últimos dez anos. Ganhou mais de mil habitantes e o equivalente a 94%, ou seja, quase que duplicou a sua população. Em 2011 contava com 2187 habitantes, representando 12% da população total.

Samouco, a freguesia mais pequena em termos territoriais, e a segunda do concelho em termos demográficos, registou um aumento de 13%, correspondente a 355 novos habitantes. Em 2011, possuía 3143 habitantes, concentrando 18% da população concelhia.

A pressão exercida sobre o território de Alcochete, lida através da densidade populacional, reflete a existência de enormes antagonismos que derivam sobretudo das diferenciações das áreas territoriais

da freguesia de Alcochete (119 km²) relativamente a Samouco (4,8 km²) e São Francisco (4,2 km²). A freguesia de Alcochete, apesar de concentrar mais de 2/3 da população do concelho, possuía 102 habitantes/km². Ao invés, Samouco e São Francisco, com dimensões demográficas incomparáveis, possuem densidades populacionais de 660 e 526/habitantes/km², respetivamente.

Gráfico 2: Volume populacional das freguesias, 1991/2011 e densidade populacional (2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP, 1991 a 2011;

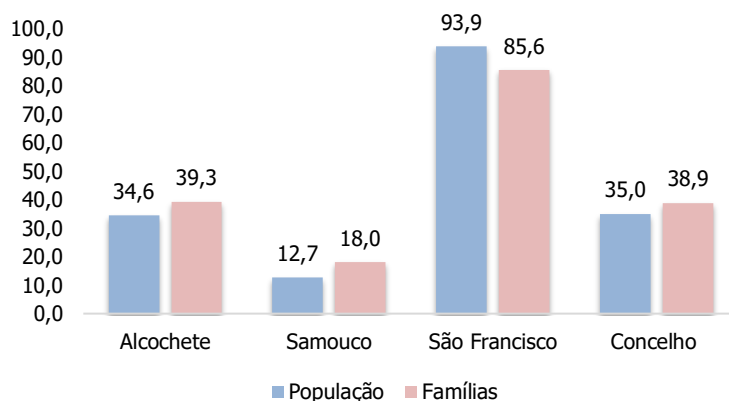
Neste contexto, o destaque vai para a freguesia de São Francisco que, tendo registado o maior crescimento interno, esse teve implicações óbvias sobre a pressão humana exercida nesta freguesia, que passou de 271 habitantes/km² para quase o dobro (526 habitantes/km²), em apenas 10 anos. Ainda assim, Alcochete possui uma densidade concelhia de 137 habitantes/km², circunstância que lhe confere uma particular especificidade no contexto da principal centralidade do país, a densamente ocupada AML, de quem está muito próxima, mas não se constituindo como área suburbana periférica.

Este indicador, apesar de ser um valor médio e necessitar de cuidado na sua interpretação, convoca, contudo, o município, a dar a devida atenção à capacidade de carga das freguesias, sobretudo para a sua compatibilidade com as condições de conforto e bem-estar social da população residente.

5.1.4 Famílias: evolução recente, volume e dimensão familiar

Em linha com a evolução demográfica e de acordo com as tendências verificadas ao nível da dimensão e da estrutura familiar na AML e no país, em geral, as famílias do concelho de Alcochete cresceram, de um modo geral, a um ritmo superior ao da população, o que provocou uma ligeira redução da dimensão média das famílias.

Gráfico 3: Evolução da população e das famílias, por freguesia/% (2001/2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP 2001 e 2011

A evolução ocorrida assentou em 3 dimensões principais quando avaliadas do ponto de vista do impacto que podem ter no parque habitacional e no ordenamento do território:

- crescimento das famílias (39%) superior ao crescimento populacional (35%);
- redução ligeira da dimensão média das famílias: passou de 2,7 para 2,6 pessoas por família;
- grande crescimento (46%) das famílias mais pequenas (com 1 ou 2 pessoas), em detrimento das famílias mais numerosas.

Quadro 6: Variação das Famílias e sua dimensão média, no concelho de Alcochete e AML (2001/2011)

Freguesias	Famílias		Variação (%)	Dimensão média da família	
	2001	2011		2001	2011
Freguesia de Alcochete	3379	4706	39,3	2,7	2,6
Freguesia de Samouco	1065	1257	18,0	2,6	2,5
Freguesia de São Francisco	450	835	85,6	2,5	2,6
Concelho de Alcochete	4894	6798	38,9	2,7	2,6
AML	1006810	1148947	14,1	2,6	2,5

Fonte: INE-Portugal, RGP 2001 e 2011

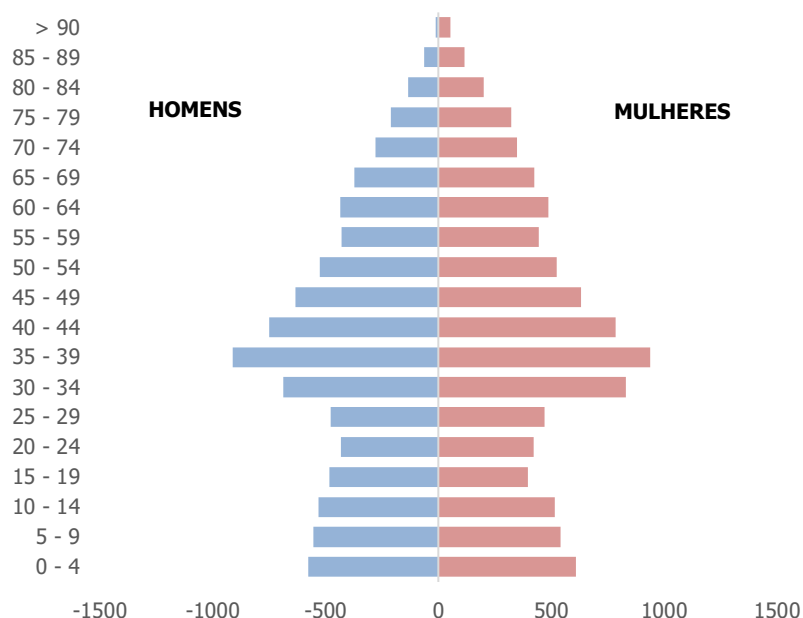
5.1.5 Estrutura etária, grupos funcionais e índices-resumo

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país) na medida em que as diferentes saliências ou reentrâncias refletem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, para se ter uma visão rápida da estrutura populacional, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população

jovem), 15-64 anos (população em idade ativa) e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida ativa.

Gráfico 4: Pirâmide etária de Alcochete (2011)

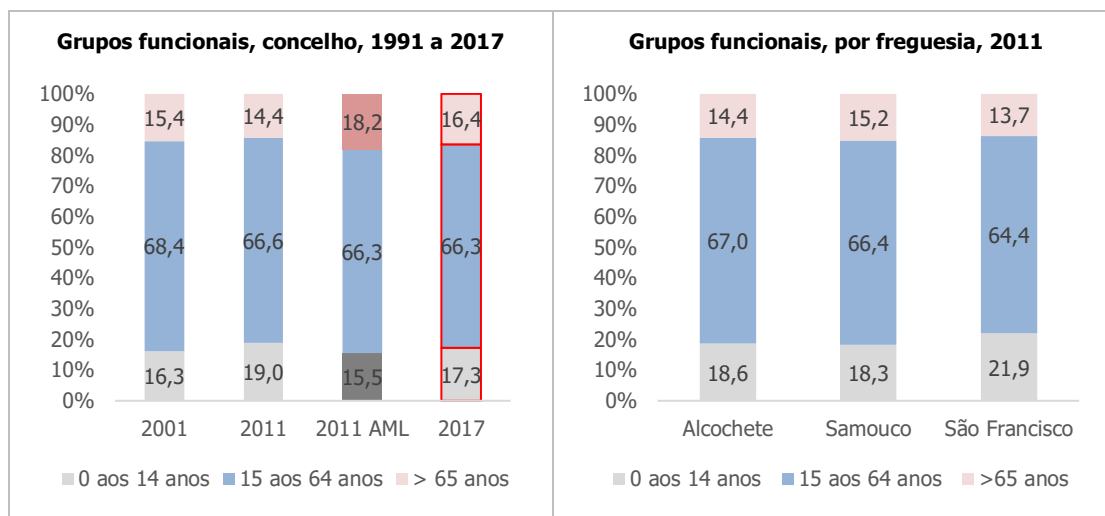


Fonte: INE-Portugal, RGP 2011 (elaboração própria)

Contrariando a tendência maior do país, que está a envelhecer duplamente (a proporção dos jovens está a diminuir e a proporção dos idosos a aumentar), o concelho de Alcochete apresentava, em 2011, um perfil jovem e em crescendo:

- Entre 2001 e 2011, o peso da população jovem aumentou (passou de 16% para 19%) e o peso dos idosos recuou um ponto percentual;
- os idosos representavam 14% da população, enquanto os jovens (0 aos 14 anos), representavam 19%;
- Alcochete a, ainda em 2011, era duplamente mais jovem que a AML;
- Internamente, as freguesias apresentavam um comportamento estruturalmente semelhante, ainda que se destacasse a Freguesia de São Francisco com uma proporção de jovens superior à média concelhia;
- A distribuição por género não é totalmente equitativa, ou seja, 48% da população é do sexo masculino e 52% do sexo feminino, o que determina que o índice de Masculinidade se situe nos 94%.

Gráfico 5: Grupos funcionais e índices-resumo



Fonte: INE-Portugal, RGP, 1991 a 2011 e e Estimativas Provisórias da População Residente, 2017

A relação existente entre os diferentes grupos etários expressa-se através dos **índices-resumo das estruturas populacionais**. Estes índices-resumo, como o próprio nome sugere, sintetizam o “estado” da população de determinado território e pretendem medir, os níveis de dependência e envelhecimento. Os índices de dependência são utilizados para medir a relação existente entre a população nas idades não ativas e a população em idade ativa. Os índices de envelhecimento e de juventude são os indicadores mais utilizados para medir o estado de envelhecimento ou rejuvenescimento da população em determinado momento.

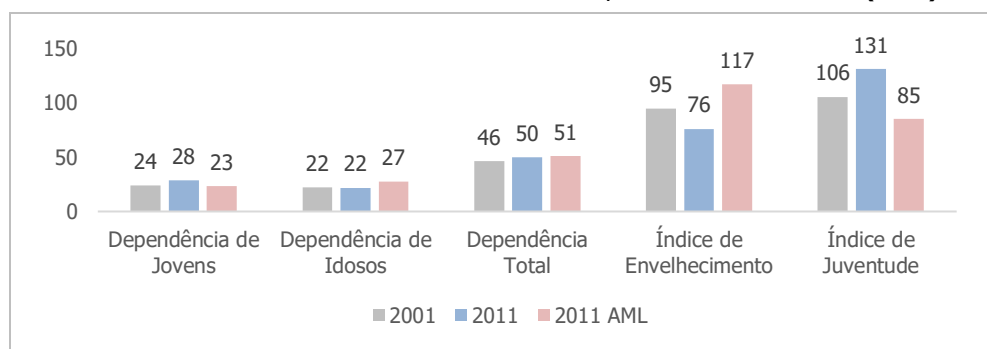
Estes indicadores para Alcochete, representados no gráfico seguinte, poem em evidência:

- Os esperados baixos índices de dependência de jovens, idosos e total (50 jovens + idosos por cada 100 ativos);
- O índice de envelhecimento¹⁰ (76%) em 2011 inferior ao de 2001 e significativamente distanciado do índice da AML (117%);
- Ao invés, o índice de juventude¹¹ (131%), também superior em 2011, relativamente a 2001 e bastante superior à AML (85%).

¹⁰ Idosos (> 65 anos) / Jovens (0-14 anos) * 100

¹¹ Jovens (0-14 anos) / Idosos (> 65 anos) *100

Gráfico 6: Índices-resumo da estrutura etária, concelho de Alcochete (2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP, 2001 a 2011

Estes índices refletem as transformações sociodemográficas que Alcochete tem vindo a registar, nomeadamente a sua capacidade de atração de casais jovens com filhos pequenos, a qual tem influenciado e contribuído para o rejuvenescimento da população de Alcochete.

Não obstante este cenário positivo, parece começar a revelar-se uma certa tendência para o duplo envelhecimento também em Alcochete, após 2011. Se as estimativas provisórias da população residente do INE se confirmarem nos próximos Censos, Alcochete verá diminuída a sua proporção de jovens e de idosos, vindo a registar-se uma aproximação entre o peso dos jovens (17%) e dos idosos (16%).

A avaliação destas tendências é especialmente importante quando é necessário prever e dimensionar equipamentos e infraestruturas a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, tanto para o sistema de proteção social de apoio aos idosos, como na previsão dos equipamentos de apoio à população jovem.

5.1.6 Componentes do crescimento: crescimento natural e migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efetivo) e provoca modificações nas respetivas estruturas etárias. A maior ou menor intensidade de atuação de cada uma das componentes do crescimento determina diferentes níveis de crescimento e, consequentemente, diferentes alterações na estrutura etária.

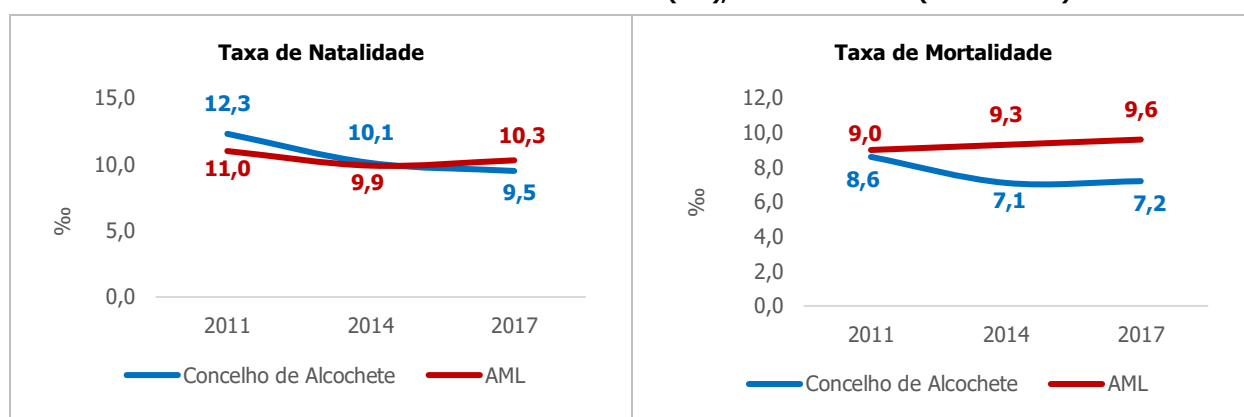
A fórmula que fornece a estrutura da evolução demográfica envolve, assim, duas dimensões:

- a respeitante às variáveis de natalidade e mortalidade registadas no interior do concelho, e
- a relativa às entradas e saídas de população (para e do) concelho.

Se o crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o crescimento migratório indica até que ponto determinado concelho é ou não atrativo ou repulsivo, do ponto de vista demográfico.

O saldo natural tem sido positivo desde a década de 80, embora pouco expressivo, isto é, a natalidade não tem sido significativamente superior à mortalidade. Dados posteriores a 2011, confirmam a manutenção de valores de crescimento natural relativamente estabilizados e pouco expressivos, no entanto, destaca-se também a diminuição significativa tanto da taxa de natalidade como de mortalidade: a taxa de natalidade passa de 12,5‰, em 2011, para 9,5‰, em 2017 e a taxa de mortalidade passa de 8,6‰, em 2011, para 7,2‰, em 2017.

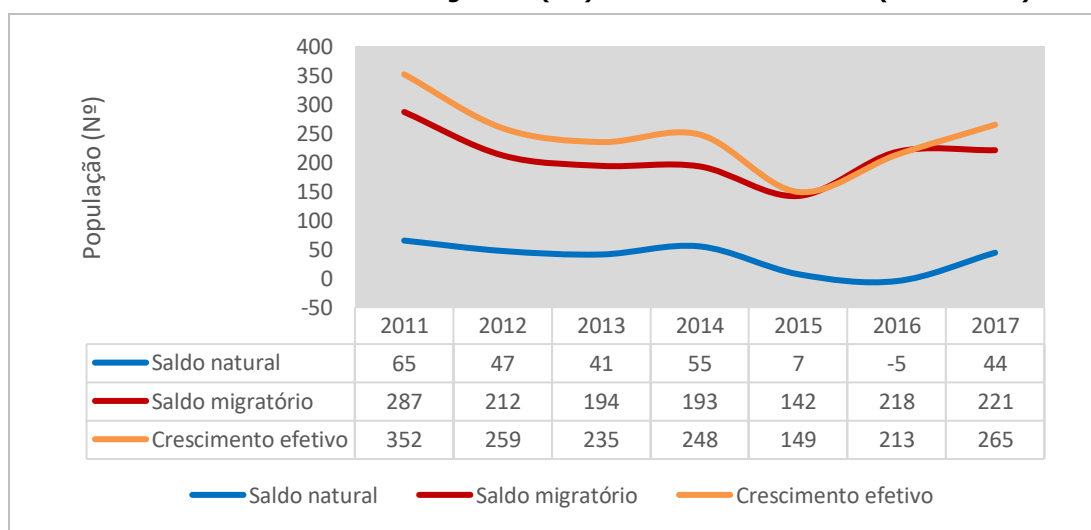
Gráfico 7: Taxas de Natalidade e Mortalidade (‰), Alcochete e AML (2011 a 2017)



Fonte: INE-Portugal, Anuários Estatísticos

Neste contexto, é o crescimento migratório o grande responsável pelo crescimento efetivo que se tem verificado no município de Alcochete, confirmando-se a efetiva capacidade atrativa deste município no seio da AML.

Gráfico 8: Saldo Natural e Migratório (N.º) no concelho de Alcochete (2011 a 2017)



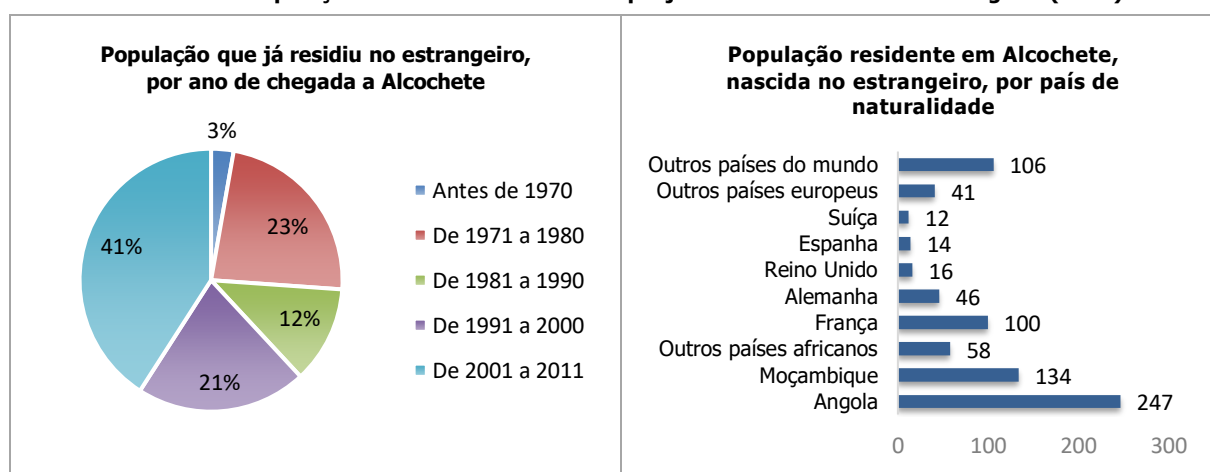
Fonte: INE-Portugal

5.1.7 População estrangeira

Em 2011, dos 17.569 indivíduos residentes em Alcochete contavam-se 2523 que já residiram no estrangeiro. Destes, quase 2/3 chegaram a Alcochete após a década de 90 e, neste período, o maior volume de chegadas ocorreu já no século XXI. A grande maioria é proveniente da Europa (1191 residentes), mas também de África (633 residentes) e da América (486 residentes) e da Ásia e Oceânia (os restantes 213 residentes). Da Europa, são provenientes principalmente de França (28%), Alemanha (16%), Espanha (10%), Reino Unido (10%) e Roménia (10%).

Complementarmente, outros dados sobre população que residia em 2011 em Alcochete mas que tinha nascido no estrangeiro - 774 residentes – dão conta que a principal proveniência é Angola, Moçambique e França. Estes representavam cerca de 1/3 da população que já residiu no estrangeiro, mas agora está a residir no município de Alcochete.

Gráfico 9: População residente em Alcochete que já residiu ou nasceu no estrangeiro (2011)



Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2011

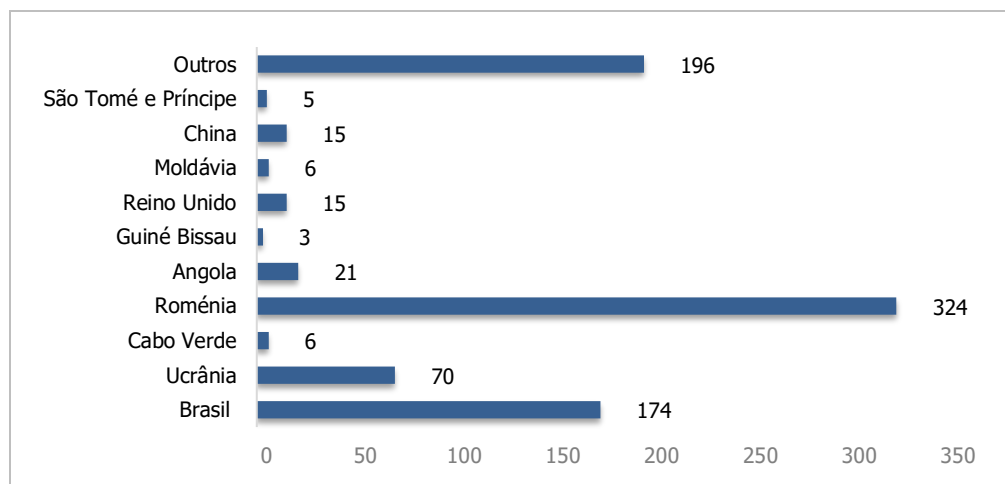
A mobilidade geográfica de população proveniente do estrangeiro para Alcochete não foi muito expressiva na última década censitária. Assim, em 2011, do total de habitantes do município (17.569 indivíduos), apenas 363 pessoas residiam no estrangeiro em 2005 e apenas 127 pessoas, em 2009.

Dados mais recentes de **2017**, dão conta da existência de **835 estrangeiros no concelho de Alcochete, com estatuto de residência válido**, que representam 4,3% da população (% aferida com os dados estimados de população residente: 19 285 residentes). As nacionalidades dominantes da população estrangeira de Alcochete são a romena (39%), a brasileira (21%) e a ucraniana (8%).

Uma parte significativa desta comunidade imigrante, encontra-se no centro de Alcochete, na área urbana de Valbom, onde persistem problemas sociais de várias ordens sendo um deles a dificuldade de integração desta comunidade. Esta realidade tem expressão e impacto no conjunto da população

residente sendo, por isso, intenção da autarquia a criação do Criação do Movimento Associativo de Imigrantes.

Gráfico 10: População estrangeira com estatuto de residente, segundo principais nacionalidades (2017)



Fonte: INE, IP – Portugal, Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa, 2017 (edição 2018)

5.1.8 População com dificuldades de mobilidade

Os dados oficiais mais recentes existentes para caraterizar as situações de deficiência, nas quais se incluem as que induzem uma potencial “mobilidade condicionada”, constam dos Censos 2011¹².

A metodologia utilizada pelo INE (proposta pelo *Washington Group on Disability Statistics*, ONU) considerou a existência de seis domínios de funcionalidade através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento); para que se considere a existência de dificuldade, esta deve existir pelo menos há seis meses.

Os domínios de funcionalidade definidos são: a) Dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) Dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) Dificuldade em andar ou subir degraus; d) Dificuldades de memória ou de concentração; e) Dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho; f) Dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender. A dificuldade é classificada de acordo com a seguinte escala¹³: i) Não tem dificuldade ou tem pouca; ii) Tem muita dificuldade; iii) Não consegue mesmo.

¹² Por terem um método de abordagem diferente do utilizado nos Censos 2001, não são diretamente comparáveis, não sendo por isso, possível, fazer uma avaliação da evolução recente.

¹³ Nota: Para as crianças que, devido à idade, ainda não conseguem realizar as atividades mencionadas nas alíneas c), d), e) e f) foi considerada a modalidade “Não tem dificuldade ou tem pouca”, na medida em que ainda não é possível avaliar a existência de dificuldade na realização das referidas atividades.

Esta abordagem privilegia, assim, a percepção da dificuldade real dos indivíduos versus a realidade atestada por um técnico de saúde, da incapacidade/deficiência física, aproximando-se mais da realidade vivida pela população.

No seu conjunto, têm alguma expressão as potenciais **dificuldades de mobilidade** da população deste concelho, na medida em que, em 2011, **cerca de 14%** (2328 indivíduos) da população concelhia com mais de 5 anos tinha pelo menos uma dificuldade.

Para efeitos da presente análise, privilegiaram-se duas das seis dificuldades elencadas: i) motoras (“andar ou subir degraus”) e ii) visuais (“ver”), sendo que em Alcochete:

- 6,6% da população com mais de 5 anos tem muita dificuldade em “andar ou subir escadas” (1083 indivíduos) e 0,7% não o conseguem fazer (121 indivíduos);
- também 7,2% da população (1184 indivíduos) tem muitas dificuldades visuais e 45 pessoas são invisuais.

Quadro 7: População residente com 5 ou mais anos por tipo e grau de dificuldade sentido (2011)

Grau de dificuldade sentido	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	15154	15728	15179	15555	15792	15888
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1184	612	1083	691	412	404
Não consegue efetuar a ação	45	43	121	137	179	91
Total População com 5 ou + anos no concelho	16383					

Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2011

Estas dificuldades estão maioritariamente associadas ao envelhecimento populacional. Com efeito, mais de metade das pessoas com mais de 5 anos que tinham pelo menos uma dificuldade (no total contavam-se 2328 indivíduos), **eram idosos (com mais de 65 anos)**, facto que corrobora a distribuição da mesma população segundo a sua condição perante a atividade económica: **65% da população que disse sentir, pelo menos uma dificuldade, refere-se à população “Reformada, aposentada ou na reserva” e aos “Incapacitados permanentes”**.

Não sendo uma realidade especialmente gravosa em Alcochete, é fundamental, todavia, a inclusão de medidas no âmbito de todos os instrumentos de gestão territorial, incluindo o presente PDM, em articulação com a legislação em vigor, que possam facilitar e/ou mitigar as dificuldades da população com mobilidade reduzida.

5.2 Caracterização Socioeconómica

Para a caracterização socioeconómica recorreu-se aos resultados oficiais existentes (Recenseamento Geral da População, Anuários Estatísticos e Estimativas Provisórias da População Residente para o ano de 2017 ¹⁴) do Instituto Nacional de Estatística (INE) e aos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), PORDATA e Turismo de Portugal.

5.2.1 Emprego e ocupação dos ativos

A condição da população perante a atividade económica pode ser globalmente enquadrada por três grandes grupos: a população ativa (empregados e desempregados), a população inativa (estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho) e a população jovem (sem idade para trabalhar e que corresponde à população até aos 14 anos).

Esta distribuição no concelho de Alcochete é relativamente favorável ao município, na medida em que a população ativa corresponde a mais de metade da população concelhia e os inativos a 29%, numa proporção significativamente inferior à AML.

Quadro 8: População residente, segundo a condição perante o trabalho (2001 e 2011)

População	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
População ativa	6607	100	9109	100
População desempregada	481	7,3	1099	12,1
População empregada	6126	92,7	8010	87,9
População sem atividade	4288	100,0	5128	100
Estudante	645	15,0	954	18,6
Doméstica	546	12,7	446	8,7
Reformada	2585	60,3	3060	59,7
Incapacitada	203	4,7	163	3,2
Outra situação	309	7,2	505	9,8

Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 e 2011

Da análise dos dados relativos a 2011, verifica-se que a população ativa (empregada e desempregada) no concelho de Alcochete totalizava, nessa data, os 9109 indivíduos (mais 2502 indivíduos do que em 2001), valor este que correspondia a uma taxa de atividade de 51,9%, superior em 2 pontos percentuais a taxa de atividade da AML. A sua dimensão em 2011 e evolução recente serão consequência do expressivo acréscimo populacional verificado entre 2001 e 2011.

¹⁴ As estimativas serão actualizadas no Relatório da Proposta de Plano (2021)

Por sua vez, a taxa de atividade feminina era relativamente inferior à masculina, apesar de se ter verificado uma evolução expressiva na última década censitária (passou de 46,4% para 49,6%) indicando a crescente e salutar integração das mulheres no mercado de trabalho.

Do total da população ativa, **12% encontrava-se desempregada** (taxa de desemprego), em 2011, mais cinco pontos percentuais da registada em 2001 sendo, aliás, o que era expectável de acordo com a conjuntura económica vivida em Portugal sobretudo nos últimos anos da primeira década do séc. XXI.

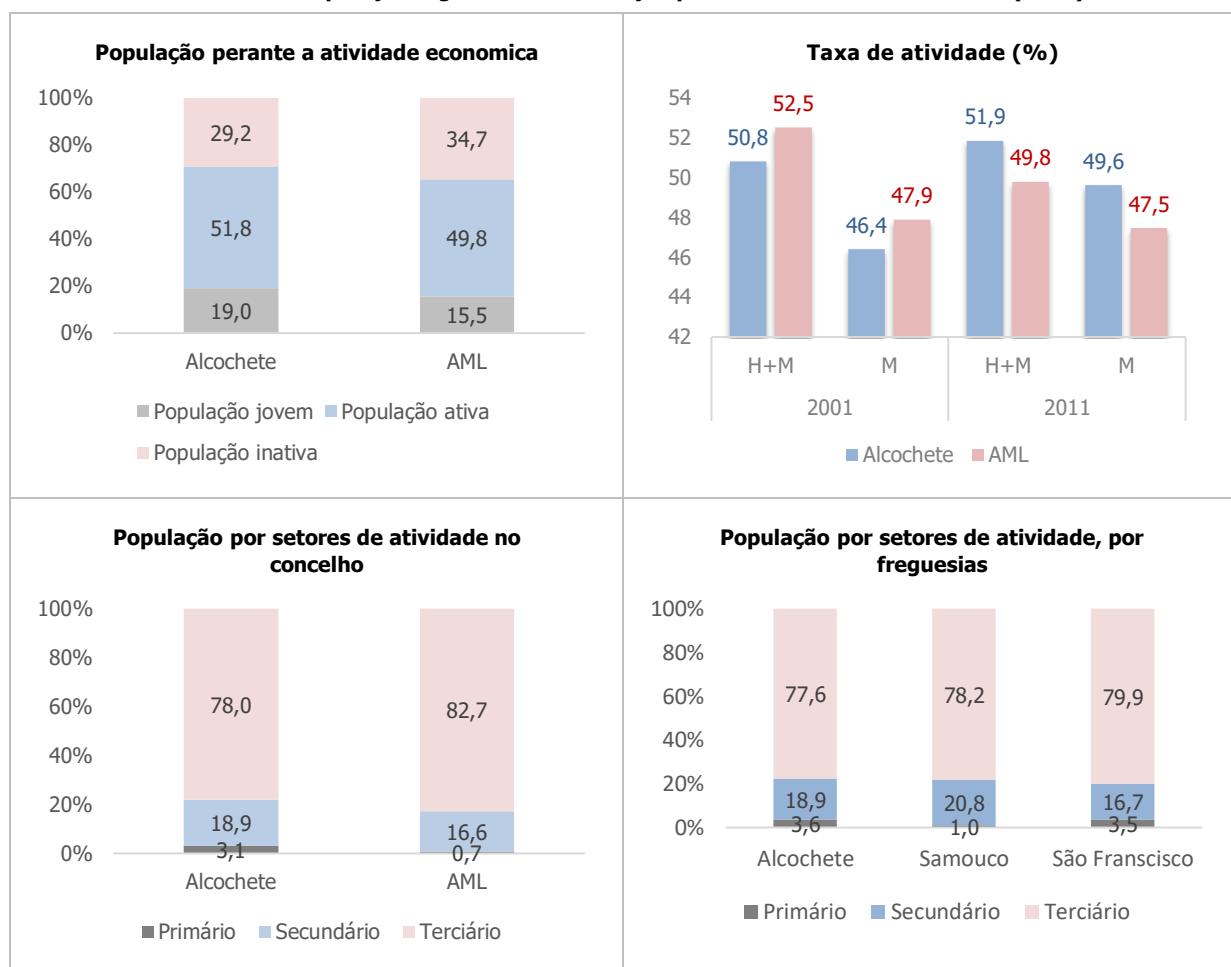
Sobre a **população inativa (29%)**, destacava-se, em 2011, por um lado, o elevado número de reformados (3060 indivíduos) que não são contabilizados como fazendo parte da mão-de-obra disponível para trabalhar (60%) e, por outro, o número de estudantes (19%) enquanto potencial de recursos humanos disponíveis/aptos a empregar. As domésticas (geralmente população feminina) apenas representavam 9% dos inativos, o que reforça a ideia da real integração da mulher no mercado de trabalho. Não sendo, assim, muito elevada a proporção de domésticas, ainda assim é importante realçar que estas são, quase sempre, uma mais-valia para o desenvolvimento e consolidação de atividades de carácter social, designadamente as terciárias vocacionadas para a ação social, como, p.e., o apoio a crianças e idosos.

A avaliação da distribuição da população pelos setores de atividade tradicionais é um clássico em abordagens nesta natureza, mesmo que esta divisão possa ser posta em causa pela menor adequação à realidade atual, muito diferente da época em que esta classificação surgiu (1930, a *Teoria dos três setores*, de Colin Clark).

Em 2011, os 9109 indivíduos que constituíam a **população ativa** do concelho de Alcochete, distribuíam-se em termos estruturais de forma semelhante à AML.

Esta estruturação expectável é comum ao modelo económico pós-industrial, no qual se verificava uma maior relevância do setor terciário. Com efeito, naquela data, o **setor terciário afetava 78%** da população ativa concelhia. Apesar da ruralidade emblemática de Alcochete, o setor agrícola, afetava uma população residual em 2011 (3,1%), não sendo muito divergentes as afetações aos três setores de atividade nas três freguesias concelhias.

Gráfico 11: População segundo a sua condição perante a atividade económica (2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP, 2001 e 2011

5.2.2 População por grandes grupos de Profissões

De acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões (CPP, 2010), o município de Alcochete possuía 8010 indivíduos empregados, em 2011, cujas ocupações dominantes por grandes grupos de profissões eram: Especialistas das atividades intelectuais e científicas (19%), Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (18%) e Técnicos de profissões de nível intermédio (15%).

A evolução ocorrida em apenas uma década (2001/2011) traduz uma evolução muito positiva ao nível das qualificações dos residentes em Alcochete, sendo que globalmente aumentaram as profissões mais exigentes em conhecimentos e qualificações elevadas, em detrimento das profissões menos exigentes.

Assim, foi especialmente importante a evolução ocorrida nos três grupos de profissões dominantes (no seu conjunto passaram de 32%, em 2001, para 52% em 2011) mas também na redução

expressiva do emprego nos grupos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, Trabalhadores não qualificados” e Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”.

Esta evolução, veio culminar em 2011, numa distribuição estrutural da população empregada de Alcochete, pelos grandes grupos de profissões, muito aproximada da verificada pela AML.

Quadro 9: População residente empregada, por grupos de profissões (2011)

Grupos de Profissões (CPP, 2010)	Concelho de Alcochete		AML
	2001	2011	2011
Profissões das Forças Armadas	1,7	2,2	1,2
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	6,5	9,6	8,0
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	7,7	18,8	18,9
Técnicos e profissões de nível intermédio	9,5	15,2	14,4
Pessoal administrativo	12,4	10,1	10,9
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	14,5	17,7	20,7
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	4,9	2,6	0,8
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	20,1	9,7	9,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	7,0	3,8	3,7
Trabalhadores não qualificados	15,7	10,5	11,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2001 e 2011

5.2.3 Desemprego e perfil da população desempregada

No concelho de Alcochete a **taxa de desemprego atingia os 12,1%, em 2011**, quase o dobro da taxa registada dez anos antes (7,3% em 2001), a qual encontra resposta na crise económica que assolou o país.

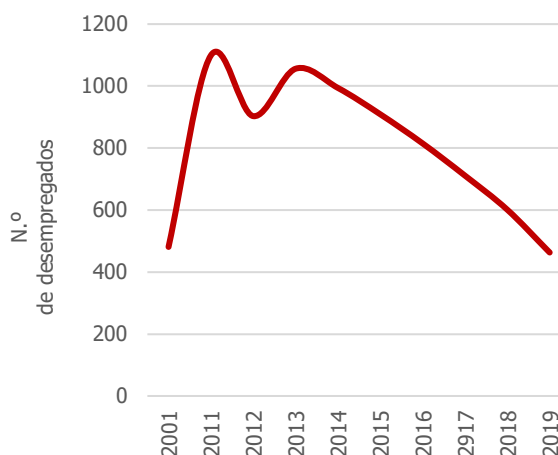
Dos **1099 indivíduos que em 2011** faziam parte da população ativa desempregada de Alcochete, 613 eram homens e 486 mulheres. Oito anos volvidos sobre os Censos 2011, os dados mais recentes do desemprego dão conta da descida muito significativa do volume do desemprego (um total de 463 desempregados em março de 2019).

O gráfico seguinte faz uma análise retrospectiva do número de desempregados do concelho, desde 2001 até 2019, inscritos no IEFF. Em **março de 2019**, os desempregados inscritos no IEFP totalizavam os 463 indivíduos (menos 636 do que em 2011), sendo que o **perfil do desemprego** neste concelho se caracteriza globalmente pelo seguinte: i) % semelhante do desemprego masculino e do feminino; ii) peso+ idêntico do desemprego com duração inferior e superior a um ano; iii) a grande maioria está à procura de um novo emprego (95%); iv) estrutura etária maioritariamente

superior a 35 anos; v) nível de habilitações predominantemente baixo, embora 15% possua ensino superior.

Quadro 10: Características do desemprego (2019)/Evolução do n.º de desempregados (2001/2019)

Características	Descrição	N.º	%
Sexo	Homens	229	49,5
	Mulheres	234	50,5
Tempo de inscrição	< 1 ano	247	53,3
	> 1 ano	216	46,7
Grupo Etário	<25 anos	49	10,6
	25-34 anos	88	19,0
	35-54 anos	214	46,2
	> 55 anos	112	24,2
Categoria	1º Emprego	23	5,0
	Novo Emprego	440	95,0
Nível de escolaridade	< 1º CEB	12	2,6
	1º CEB	63	13,6
	2º CEB	53	11,4
	3º CEB	113	24,4
	Secundário	153	33,0
	Superior	69	14,9
Total de desempregados		463	100



Fonte: IEFP – Concelhos: Estatísticas mensais (www.iefp.pt)

5.2.4 Nível de instrução

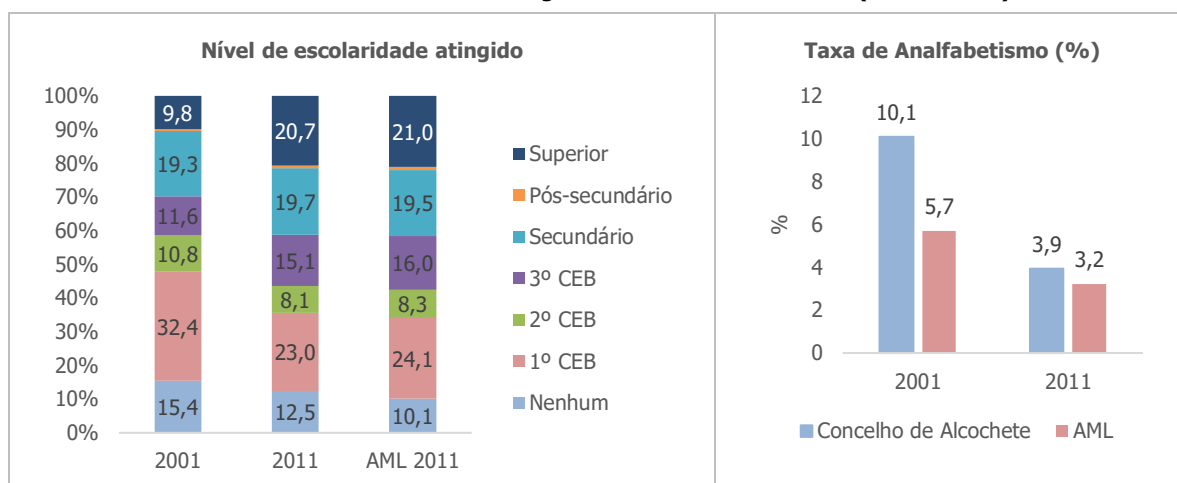
O nível das habilitações literárias da população possui uma estreita relação com a forma como a população ativa se distribui pelos diferentes setores de atividade, sendo um fator determinante para impulsionar e sustentar o desenvolvimento socioeconómico de um território.

A **taxa de analfabetismo** é o primeiro indicador do nível de instrução de um território. Em 2011 era de **3,9% no município de Alcochete** (menos 6,2% do que em 2001), apenas ligeiramente superior à AML (3,9%). Assim, em 2011, no concelho de Alcochete, 4 pessoas (com 10 ou mais anos) em cada 100 (com 10 ou mais anos) não sabiam ler nem escrever. É expectável que deixe de ter expressão, associada que está, presentemente, às camadas mais velhas da população.

O nível de escolaridade médio da população de Alcochete é satisfatório. Entre 2001 e 2011 registou uma evolução muito favorável, aproximando-se do padrão da AML. Entre 2001 e 2011:

- a população com nenhuma instrução e/ou com instrução até ao 1º CEB recuou cerca de 12 pontos percentuais, tendo passado de 48% para 36%;
- a população com instrução igual ou superior ao ensino secundário aumentou significativamente, destacando-se sobretudo, neste grupo, a população que atingiu o ensino superior, que em 2011 representava 21% da população (mais 11 pontos percentuais que em 2001).

Gráfico 12: Nível de escolaridade atingido e taxa de analfabetismo (2001 e 2011)



Fonte: INE. Censos (2001/2011)

Apesar do crescimento exponencial que Alcochete registou nos últimos anos, tem-se vindo a revelar capaz de atrair uma população mais jovem e qualificada, embora esta procure habitação fora dos núcleos urbanos tradicionais nas áreas de expansão.

É de fundamental importância relacionar os níveis de instrução da população com os equipamentos educativos e formativos de um território na medida em que a disponibilidade de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão-de-obra potencial em mão de obra qualificada é um aspeto de importante relevância em qualquer território.

No concelho de Alcochete, a oferta de equipamentos educativos e formativos é satisfatória, embora seja predominantemente o sistema formal de ensino aquele que desempenha o maior protagonismo na oferta de recursos e competências. A proximidade a Lisboa continuará a justificar a inexistência de ensino superior ou mesmo de formação complementar ao ensino formal até ao fim da escolaridade obrigatória.

5.2.5 Mobilidade geográfica e complementaridades regionais

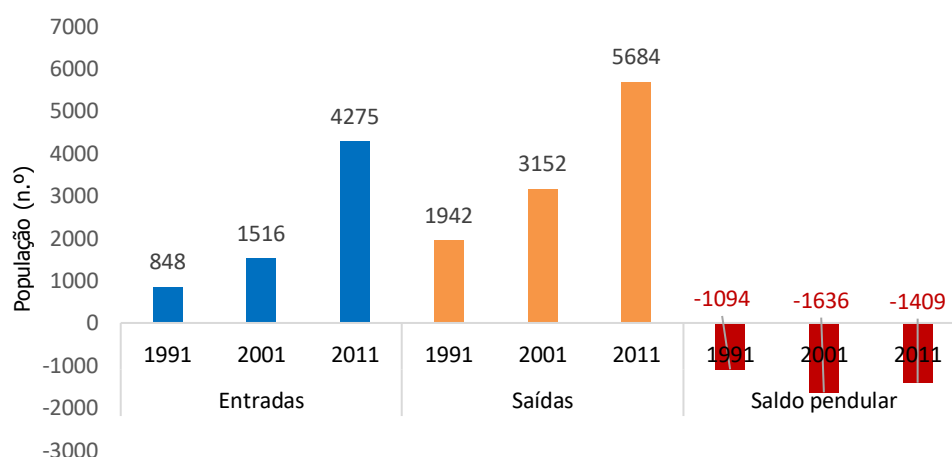
O grau de integração de um território, avaliado entre outros aspetos, pelas interdependências territoriais com a envolvente é uma análise essencial para a compreensão dos domínios económico, social e até urbanístico. Essa avaliação pode ser feita com recurso ao estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional. Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas intermunicipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A avaliação da mobilidade no presente caso, nomeadamente através da análise das deslocações pendulares, é feita utilizando os dados estatísticos do INE (Censos), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e "espacialmente". Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e espacialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho.

A evolução registada ao nível da mobilidade geográfica pendular (movimentos casa/trabalho) desde 1991 até 2011 tem revelado uma intensificação das relações de complementaridades, tanto ao nível do mercado de trabalho como ao nível da procura de instituições de estudo, e da integração regional do município de Alcochete na AML. Com um saldo pendular sempre negativo, isto é, o volume de saídas é sempre bastante superior ao volume de entradas, refletindo-se na **dependência de Alcochete relativamente à envolvente regional e sobretudo a Lisboa**, tanto para trabalhar como para estudar, a evolução global, apesar disso, tem evoluído em sentido positivo.

A inexpressividade dos relacionamentos e integração de Alcochete com a envolvente regional verificada em 1991 registou uma enorme evolução até 2011, isto é, após a abertura da ponte Vasco da Gama registou-se o maior saldo pendular (-1636 pessoas), contudo, é na primeira década do século XX que se confirma a efetiva integração de Alcochete, com a quase triplicação (182%) das entradas diárias em Alcochete (4275 indivíduos) *versus* um aumento menor de saídas (80%), materializando-se numa redução do saldo pendular (passou de -1636 pessoas, em 2001, para -1409 pessoas, em 2011).

Gráfico 13: Entradas, saídas e saldo pendular relativos ao município de Alcochete (1991 a 2011)

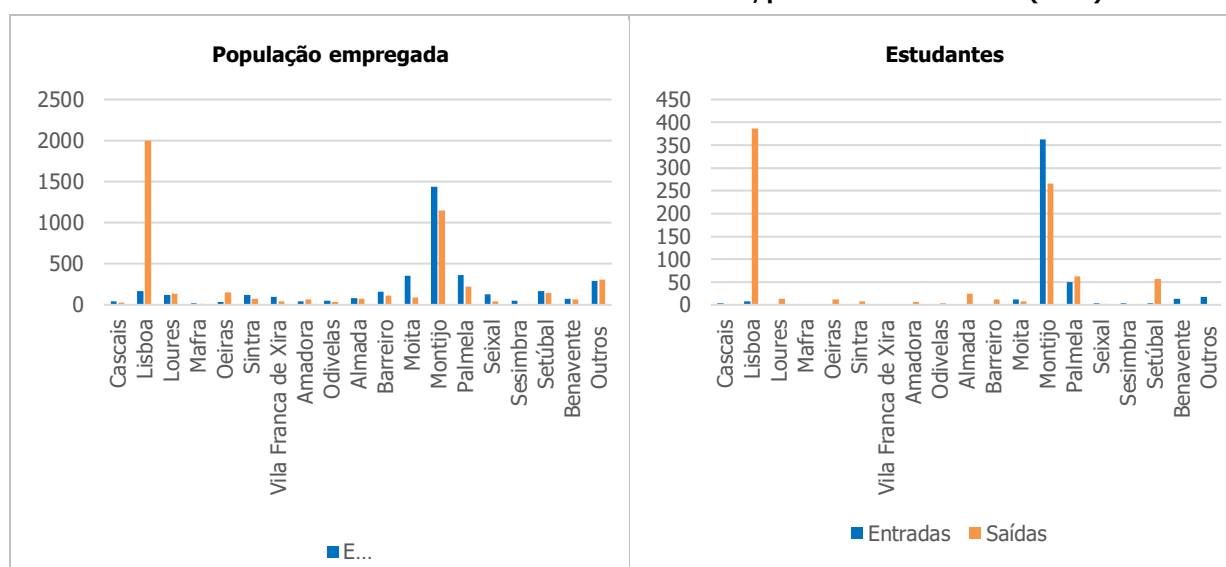


Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 1991 a 2011

Os relacionamentos de proximidade nos dois sentidos são expressivos, ainda que, tanto as saídas para trabalho como para estudo, são liderados, naturalmente, por Lisboa. As relações estabelecidas são ligeiramente distintas conforme se referem ao trabalho ou ao estudo:

- Dos 8010 habitantes **empregados residentes em Alcochete**, apenas 40% (3248 indivíduos) trabalhavam em Alcochete e os restantes 60% noutros concelhos, sobretudo em **Lisboa (2000)**, **Montijo (1146 pessoas)**, **Palmela (220 pessoas)** e **Setúbal (143 pessoas)**. Contudo, diariamente também se deslocavam para trabalhar no concelho de Alcochete 3795 pessoas, evidenciando a sua capacidade de polarização, oriundas, sobretudo, do Montijo (1436 pessoas), Palmela (364 pessoas) e Moita (356).
- As **deslocações de estudantes para o exterior de Alcochete** são predominantemente para Lisboa (386 estudantes) e Montijo (266 estudantes). Em sentido contrário, entram diariamente 862 estudantes em Alcochete, dos quais maioritariamente do Montijo (362 estudantes) e Palmela (50 estudantes).

Gráfico 14: Entradas em Alcochete e Saídas de Alcochete, para trabalho ou estudo (2011)



Fonte: INE, IP – Portugal, RGP 2011

Em suma, Alcochete tem uma **grande dependência total (trabalho e estudo) de Lisboa**, observável no saldo negativo de 2211 pessoas. Contudo, o destaque é dado aos **salDOS positivos** que estabelece com vários municípios da AML, sobretudo **com Montijo (+386 pessoas)**, **Moita (+271 pessoas)**, **Palmela (+131 pessoas)**, **Seixal (+91 pessoas)**, **Vila Franca de Xira (+54 pessoas)**, **Sesimbra (+ 47 pessoas)** e **Benavente (+ 16 pessoas)**, revelando a **sua crescente capacidade de polarização**.

5.3 Estrutura Económica e Empresarial

Para a caracterização da estrutura económica e empresarial recorreu-se aos dados estatísticos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e PORDATA e ainda aos dados disponibilizados pelo Turismo de Portugal e pelo Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedorismo da Câmara Municipal de Alcochete. Foram ainda consultados estudos e planos que fazem parte do quadro de referência estratégico apresentado no ponto 3 do presente relatório.

Importa ainda referir que, e dado que a análise incidiu sobre diversos indicadores para os quais as unidades de referência supramunicipal se referiam tanto à *Área Metropolitana de Lisboa*, como à *Península de Setúbal* como à *Região Agrária do Ribatejo e Oeste* - e de forma a obter-se a estabilidade e coerência necessárias para a avaliação a efetuar - considerou-se fundamentalmente concentrar a análise ao nível do concelho com referência pontual a esse enquadramento quando justificado para a compreensão da temática em causa. A dificuldade em obter informação coerente ao nível da freguesia justificou ainda a diminuta referência a essas unidades territoriais.

5.3.1 Enquadramento

De acordo com os *Principais Indicadores das Empresas* (INE), o peso económico do concelho de Alcochete na Área Metropolitana de Lisboa é (em 2019) diminuto, situação que se tem mantido estável nas últimas décadas. Corresponde ao concelho com o menor número de empresas (0,5 % do total da AML), menos pessoal ao serviço (0,4%) e menor VAB (0,4%). O volume de negócios apresenta-se igualmente como um dos menos representativos (0,8%), apesar de apresentar um peso superior ao dos concelhos do Barreiro (0,4%), Sesimbra (0,3%) e Moita (0,3%).

Em 2019, encontravam-se registadas no concelho 1.979 empresas o que representa um acréscimo de 17% (mais 292 empresas) face a 2011, repartidas da seguinte forma:

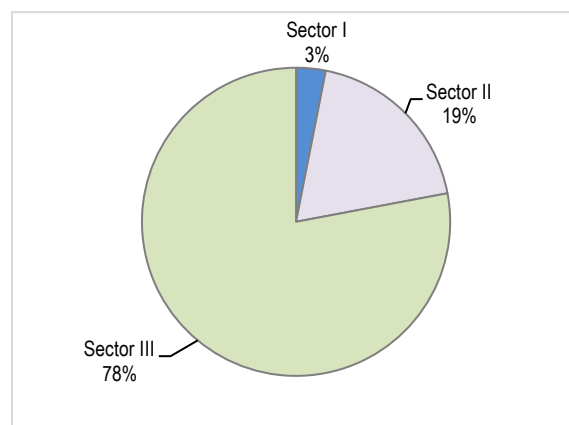
Quadro 11: Principais indicadores das empresas do concelho (2019)

Sector de Atividade	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	VAB
	(nº) / %	(nº) / %	(€) / %	(€) / %
Total	1.979	5.460	1.479.019.991	191.344.761
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	107 (3,4%)	439 (8,0%)	2,6	4,5
Indústrias transformadoras	85 (4,3%)	573 (10,5%)	5,4	13,6
Comércio e serviços	1.787 (90,3%)	4.448 (81,5%)	92,0	82,0

Fonte: INE

O peso do sector terciário na estrutura produtiva do concelho – quer pelo número de empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB - é determinante. Os Censos de 2011 já refletiam essa situação com 78% da população empregada nesse sector.

Gráfico 15: População Empregada por sectores de atividade (2011)



Fonte: INE

5.3.2 Sector Primário

O sector primário, e apesar da tradição e da extensão que ocupa no território municipal, tem um peso residual na estrutura produtiva do concelho. Em 2019 existiam 107 empresas registadas com atividade neste sector, representando 3,4% das empresas, 8,0% do pessoal ao serviço, 2,6% do volume de negócios e 4,5% do VAB concelhio (Quadro 12).

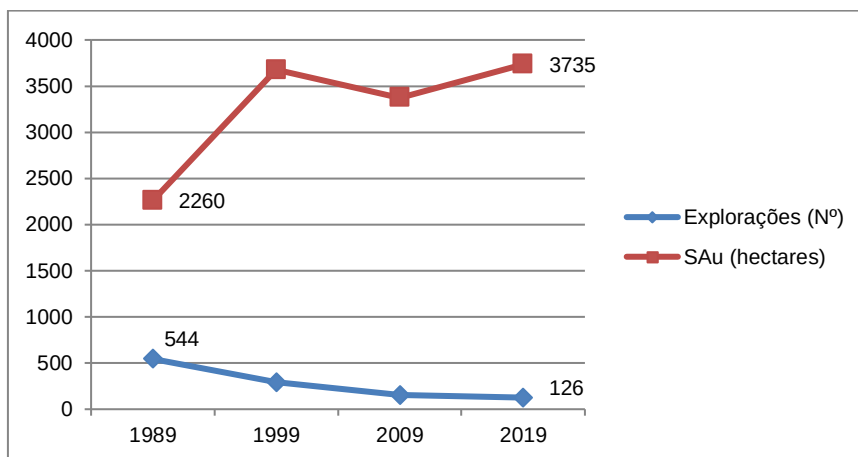
A evolução dos indicadores que avaliam este sector tem vindo a traduzir um conjunto significativo de alterações relacionadas sobretudo com o progressivo desaparecimento de pequenos produtores e consequentemente da agricultura familiar e com a empresarialização da agricultura, que se tem vindo a reforçar.

5.3.2.1 Explorações Agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada

Os Censos de 2019 identificam para esse ano censitário, a presença de 126 explorações agrícolas no concelho, menos 26 explorações do que em 2009, o que corresponde a uma quebra de cerca de 17% no espaço de 10 anos.

Nesse mesmo período, a Superfície Agrícola Utilizada (SAu) aumentou 11%, passando a ocupar em 2019, 3.735 hectares que corresponde a cerca de 29% do território municipal e 92% da superfície total das explorações agrícolas.

Gráfico 16: Evolução do número de explorações e SAU (1989-2019)

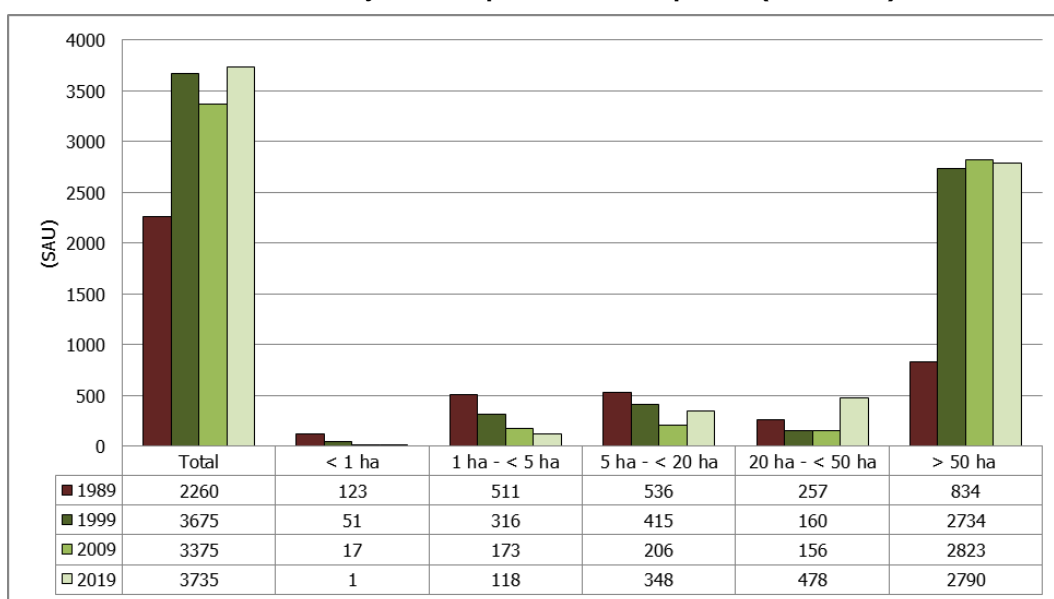


Fonte: INE

Como resultado, a dimensão média das explorações aumentou para 29,6 hectares de SAU por exploração, o que corresponde a mais 7,4 hectares/exploração do que em 2009.

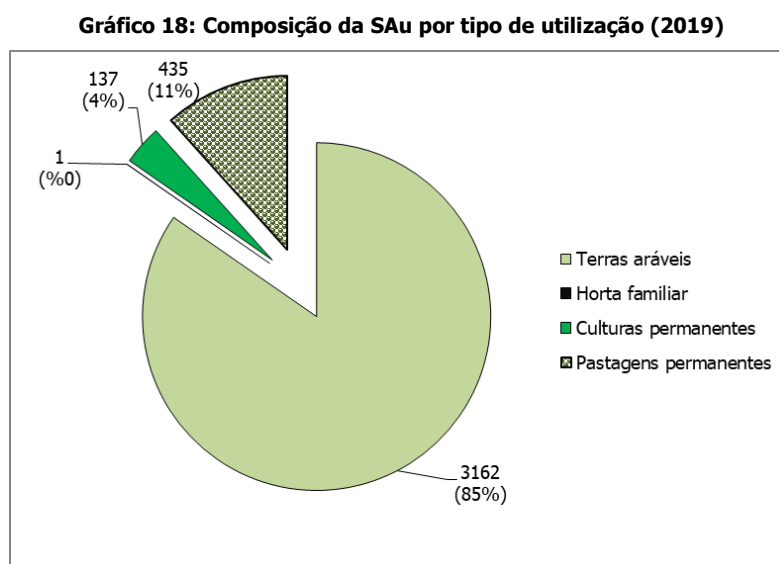
O gráfico seguinte demonstra que, e não havendo um aumento das explorações de grande dimensão (mais de 50 hectares) esse aumento da dimensão média das explorações resulta do redimensionamento das explorações de média dimensão (entre os 20 e 50 hectares). Destaca-se no entanto, a quebra significativa da SAU abaixo dos 5 hectares e em particular o quase desaparecimento da SAU abaixo de 1 hectare o traduz um decréscimo dos pequenos produtores.

Gráfico 17: Evolução da SAU por Classes de Superfície (1989-2019)



Fonte: INE

Consequentemente, registaram-se importantes alterações na utilização das terras agrícolas e em 2019, a composição da SAu é a seguinte:



Fonte: INE

Esta composição reflete, e em relação a 2009:

- Um forte aumento da superfície agrícola ocupada por terras aráveis (81,2%) que contraria a tendência de decréscimo das últimas décadas e que representa um acréscimo de 1.815 hectares;
- Uma diminuição das hortas familiares que passou de 4, para um 1 hectare em 2019;
- Uma diminuição das culturas permanentes (- 46,7%) que representa menos 120 hectares;
- Uma diminuição significativa das pastagens permanentes (-75,3%), que perderam 1.333 hectares nesse período.

Reflete também uma diminuição da superfície irrigável das explorações agrícolas (-16%) que entre 1989 e 2019 perdeu 193 hectares. Não obstante, em 2019, 74,8% a SAu continua a ser irrigável.

Desagregando essa informação pelas três freguesias do concelho observa-se que a freguesia de Alcochete concentra 104 explorações agrícolas o que corresponde a 83% do total das explorações do concelho e a 94% da SAu. A freguesia de S. Francisco integra 19 explorações (15% do total) e 5% da SAu e a Freguesia do Samouco integra 3 explorações (2% do total) e ocupa 0,4% da SAu.

5.3.2.2 Produção vegetal

Em 2019, as principais culturas do concelho são as seguintes:

Quadro 12: Produção vegetal no concelho de Alcochete (2019)

Culturas Permanentes	Explorações Agrícolas	Área ocupada	Culturas Temporárias	Explorações Agrícolas	Área ocupada
	(nº)	(Ha)		(nº)	(Ha)
Total	20	137	Total	90	2974
Frutos frescos	8	9	Cereais para grão	11	1328
Citrinos	12	5	Leguminosas	1	33
Frutos de casca rija	2	110	Prados Temporários	11	59
Olival	3	9	Culturas Forrageiras	10	98
Vinha	3	4	Batata	27	547
			Culturas hortícolas	49	812
			Culturas industriais	4	20
			Flores e Plantas ornamentais	10	73
			Outras culturas temporárias	4	4

Fonte: INE

Tal como referido, entre 2009 e 2019, registou-se um decréscimo ao nível das culturas permanentes, tanto em número de explorações (- 5 explorações) como de área ocupada (- 120 hectares), passando estas culturas a corresponder a cerca de 4% do total da superfície agrícola ocupada.

Essa redução refere-se apenas à diminuição observada ao nível das explorações com citrinos (- 9 explorações) e a uma redução da área ocupada pelos frutos de casca rija (-140 hectares). As restantes culturas permanecem relativamente estáveis, com pequenos aumentos em termos de número de explorações e de área ocupada.

Apesar dessa evolução, e tal como o quadro anterior reflete, continuam a predominar as explorações com citrinos (12 explorações) e com frutos secos (8 explorações) e destaca-se, em termos de área ocupada, a produção dos frutos de casca rija (110 hectares).

A vinha e olival outrora importantes no concelho, têm hoje uma expressão reduzida. A vinha, e nesse mesmo período (2009-2019), manteve o número de explorações, mas registou um aumento em termos de área ocupada (+2 hectares). A produção vinícola declarada em mosto aumentou de 138 hl (em 2009) para 1.070 hl (em 2019) e cerca de 99% da produção vinícola declarada (hl) passa a ter em 2019, indicação geográfica protegida (IGP). Destaque para o projeto vitivinícola em curso na Herdade de Rio Frio onde se tem trabalhado na recuperação das castas tradicionais. O olival mantém-se estável no concelho havendo a registar um ligeiro acréscimo ao nível das explorações agrícolas (+1 exploração), sendo essencialmente representado por manchas dispersas de reduzida dimensão e por uma exploração de grandes dimensões a sul da zona industrial do Batel.

As culturas temporárias, embora com menos explorações em 2019 (-21 explorações), registaram um aumento em área (+ 1.843 hectares), passando estas culturas a corresponder a 59% dessa superfície ocupada.

Destaca-se a área afeta à produção de cereais para grão (que ocupa cerca de 44,7% do total dessa área), às culturas hortícolas (27,3%) e a área ocupada para produção de batata (18%). As culturas hortícolas são as mais representativas em termos de número de explorações, representando um importante investimento nos últimos anos, nomeadamente em área de estufas.

A produção em modo biológico tem crescido no concelho, nomeadamente com a referida introdução de estufas. Em 2019 estavam atribuídos certificados de produção biológica a 7 produtores locais (produção vegetal). A área total em produção biológica é de 24 hectares: 23 hectares correspondem a culturas temporárias e 1 hectare a culturas permanentes. Predominam as culturas hortofrutícolas com destaque para o tomate, pimentos, laranjas, morangos, uvas de mesa, plantas aromáticas, medicinais e condimentares e ainda os povoamentos mistos de quercus/frutos de casca rijas e culturas de pousio.

5.3.2.3 **Produção Pecuária**

Em 2019, 44% das explorações agrícolas no concelho dedicavam-se à produção pecuária. Encontravam-se recenseadas 54 explorações, com um total de 25.231 efetivos.

Esse total resulta de uma importante reestruturação observada neste setor entre 2009 e 2019 e que reflete duas situações opostas: uma redução do número de explorações agrícolas com efetivos animais (- 48 explorações) e, em simultâneo, um aumento expressivo do número de efetivos (+ 17.359). Consequentemente, registou-se um aumento generalizado da dimensão média do efetivo por exploração que passou de cerca de 77 efetivos (em 2009) para 467 efetivos/exploração (em 2019).

As alterações mais significativas (face a 2009) referem-se:

- A um aumento exponencial na produção de suínos (+17 449 efetivos)
- E em menor escala, a um aumento da produção de bovinos (+325) e caprinos (+104 efetivos).
- Uma diminuição significativa do número de aves (-560 efetivos).

A produção pecuária concentra-se assim, e em 2019, na produção de suínos, bovinos, ovinos e aves, conforme o quadro seguinte reflete (Quadro 14).

Quadro 13: Efetivo animal no Concelho de Alcochete (2019)

Efetivo Animal	Explorações	Efetivo
	(nº)	(nº)
Bovinos	8	1654
Suínos	3	22.082
Ovinos	16	858
Caprinos	3	157
Equídeos	13	74
Aves	9	368
Coelhos	2	38
Total	54	25.231

Fonte: INE

O aumento observado na produção de bovinos está sem dúvida relacionado com a aposta na produção da *Carnalentejana* (DOP), associada à produção de bovinos em sistema de exploração extensivo e normalmente, em sob-coberto dos montados.

5.3.2.4 Produtores e Mão de Obra Agrícola

Os Censos de 2019 registam alterações na natureza jurídica dos produtores, causada por um decréscimo das explorações geridas por produtor singular e por um aumento das sociedades.

No entanto, a maioria das explorações agrícolas continua a ser gerida por produtores singulares, os quais tem a seu cargo 73% do total das explorações agrícolas mas apenas, 31% da Superfície Agrícola Utilizada.

A empresarialização da agricultura começa assim, a ser uma realidade no concelho, com as sociedades agrícolas a ganharem importância, passando a explorar, em 2019, apenas 27% das explorações agrícolas, mas 69% da SAU.

Quadro 14: Natureza Jurídica do Produtor (2019)

Natureza Jurídica	Nº Explorações (Nº)		SAU (hectares)		Dimensão média das explorações
	2009	2019	2009	2019	2019 (ha/expl.)
Produtor Singular	137	92	2.772	1.163	12,6
Sociedades	14	34	594	2.572	75,6
Outras formas	1	-	10	-	10,0
Total	152	126	3.376	3.735	29,6

Fonte: INE

Esta situação tem reflexos ao nível da dimensão média das explorações agrícolas: as explorações geridas pelos produtores agrícolas singulares é de 12,6 hectares de SAu por exploração valor este, muito inferior à dimensão média das explorações geridas pelas sociedades que corresponde a 75,6 hectares/exploração.

Em 2019 encontravam-se registados 92 **produtores agrícolas singulares** os quais, e no período considerado, sofreram um conjunto de alterações no seu perfil e atividade, nomeadamente:

- Um decréscimo no número de produtores: em 2019 encontravam-se registados, menos 45 produtores do que em 2009, representando uma quebra na ordem dos 49%;
- Um “rejuvenescimento” dos produtores: em 2019, 38% dos produtores agrícolas tem idade igual ou superior a 65 anos (em 2009 correspondiam a 53%). Há 5 produtores com menos de 35 anos, situação que não existia em 2009;
- Uma melhoria do nível de escolaridade: 16% dos produtores tem formação superior (5,8% em 2009); 57% tem o ensino básico (72% em 2009). 3% não tem nenhuma formação (15% em 2009);
- Uma melhoria na formação agrícola: A maioria dos produtores (51%) possui um curso de formação profissional relacionada com a atividade agrícola (9,5% em 2009). 42,4% possui formação exclusivamente prática (87,6% em 2009). 6,5% dos produtores tem formação secundária ou superior agrícola (2,9% em 2009);
- Uma diminuição do tempo de trabalho na exploração agrícolas: 22% trabalham a tempo completo na sua exploração (31,4% em 2009) havendo consequentemente um aumento do trabalho a tempo parcial (78% dos produtores);
- A principal fonte de rendimento é a própria atividade agropecuária (100%), embora haja produtores com atividades exteriores remuneradas (30%).

A grande maioria dos produtores pretende continuar com a atividade agrícola nos próximos anos (97%), indicando o valor afetivo (35,6%) e o complemento ao rendimento familiar (36,8%) como principais motivos para esta decisão.

A **mão de obra agrícola** sofreu igualmente alterações:

- Há um aumento na mão-de-obra agrícola total (28%) que resulta do aumento da mão-de-obra agrícola não familiar que duplica neste período (passando para cerca de 500 efetivos em 2019) a maioria dos quais a trabalhar a tempo completo (95%).
- Há uma redução da mão-de-obra agrícola familiar (-32%), passando a maioria desses familiares (81%) a trabalhar a tempo parcial.

Representativa da atividade de produção agrícola mas também da história da coudelaria e fundamentais para a identidade do concelho de Alcochete importa referir a Herdade de Rio Frio e a Herdade da Barroca d'Alva.

A Herdade de Rio Frio, com 5.200 hectares mantém uma importante atividade agrícola (sobretudo a produção de cortiça, de vinhos e arroz) acompanhada da exploração de gado bovino autóctone e de cavalos puro-sangue de aptidão para as atividades equestres.

A Herdade da Barroca d'Alva com 1.800 hectares, propriedade de cavaleiros tauromáquicos destaca-se também, e além da sua produção agrícola (sobretudo a produção de arroz) e das suas zonas de montado e de pastagens, pela criação de gado bravo e cavalos de toureio. Nesta propriedade realizam-se provas equestres nacionais e internacionais

Ambas as herdades além da importância patrimonial e do seu contributo para o sector agroflorestal, mantêm ainda viva a tradição equestre, revestindo-se ainda de extrema importância para a promoção do turismo local.

5.3.2.5 Enquadramento Estratégico

O **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** (PNPOT) aponta, e no âmbito da identificação de diretrizes para os planos diretores municipais, para a necessidade de "*(...) reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura*"

A **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade** (ENCNB) estabelece a necessidade de, e ao nível do sector agrícola e florestal "*(...) aprofundar o contributo (...) para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade*" e de "*(...) assegurar a manutenção de manchas de habitats naturais e semi-naturais assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, a promoção do uso sustentável dos recursos existentes garantindo a competitividade económica e social das atividades (...)*"

O **Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo** estabelece a necessidade de "*(...) manter a ocupação agrícola e agroflorestal de acordo com padrões próximos dos atuais, caracterizados por*

grandes áreas abertas, pastoreio em regime extensivo e culturas anuais alternando com áreas de pousio;"

O **Plano Regional de Ordenamento Florestal** (PROF LVT) reforça a importância da silvicultura por "*favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas*".

O Plano **Alcochete 2030** identifica como um dos seus objetivos estratégicos: garantir e valorizar "*(...) a sustentabilidade ambiental, a preservação dos espaços agrícolas e florestais, fortalecendo a coesão social e afirmando a identidade cultural e singularidade da paisagem e do ambiente urbano.*"

O referencial estratégico para este sector identifica assim, a sua importância não só no contexto socioeconómico local, mas também para a manutenção da qualidade ambiental e paisagística do território sendo as áreas de uso (tradicional) agrícola e florestal identificadas como um importante ativo na conservação e promoção da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos água e solo.

Torna-se necessário por esse motivo, desenvolver medidas que permitam preservar esta atividade tradicional e que permitam restaurar, valorizar e proteger a biodiversidade nestas áreas assegurando o serviço dos ecossistemas nomeadamente a biodiversidade, o solo, a infiltração e a salvaguarda da quantidade e qualidade da água, o sumidouro de carbono e os valores socioculturais.

A fiscalização territorial envolvendo a autarquia e outras entidades com competência nesta matéria (ex.: APA, GNR/SEPNA) deverá assim ser implementada com regularidade, de forma a evitar situações de incumprimento que ponham em causa estas atividades tradicionais e este sistema de valores.

5.3.3 Sector Secundário

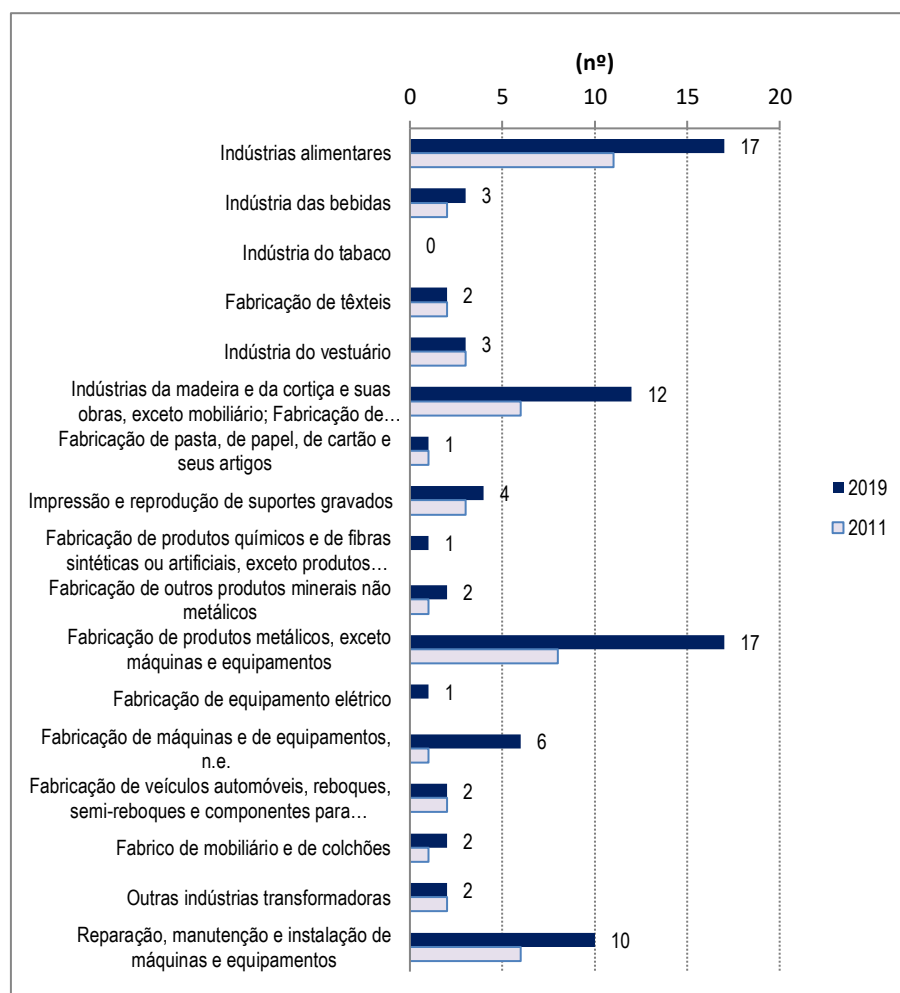
Em 2019, o sector industrial representa 4,3% do total de empresas existentes no concelho e integra 10,5% do pessoal ao serviço, gerando um volume de negócios e um Valor Acrescentado Bruto, respetivamente de 5,4% e 13,6% para o total do concelho (Quadro 12).

Analisando a evolução deste sector (Gráfico seguinte) num período mais alargado (2011-2019), observa-se um acréscimo no número de empresas (+36 empresas) que abarca praticamente todas as atividades industriais, mas que sobretudo, reforça a presença das seguintes:

- *Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos* (+9 empresas);
- *Indústrias alimentares* (+6);

- *Indústrias da Madeira e Cortiça e suas obras (+6);*
- *Indústria de fabricação de máquinas e de equipamentos (+5);*
- *Indústria de Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (+4).*

Gráfico 19: Evolução do Número de empresas do Sector secundário no Concelho (2011/2019)



Fonte: INE

É nessas empresas que, e em 2019, a estrutura industrial do concelho assenta, as quais representam (Quadro 16):

- 72,9% das empresas industriais do concelho;
- 85,5% do pessoal ao serviço;
- 81,6% do volume de negócios;
- 67,7% do VAB.

Quadro 15: Principais Indicadores das empresas do Sector Secundário do Concelho (2019)

Indústrias Transformadoras	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	VAB
	(nº)	(nº)	(€)/ %	(€)/ %
Total	85	573	79.818.815	25.943.113
Indústrias alimentares	17	66	17,1	6,9
Indústria das bebidas	3	16	7,9	17,9
Fabricação de têxteis	2	*	*	*
Indústria do vestuário	3	3	0,1	0,1
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e espartaria	12	18	2,6	1,6
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	1	*	*	*
Impressão e reprodução de suportes gravados	4	7	0,1	0,1
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	1	*	*	*
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	2	*	*	*
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	17	349	57,9	52,9
Fabricação de Equipamento elétrico	1	*	*	*
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	6	29	2,2	3,5
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	2	*	*	*
Fabrico de mobiliário e de colchões	2	*	*	*
Outras indústrias transformadoras	2	*	*	*
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	10	28	1,8	2,8

(*) Dados não disponíveis

Fonte: INE

Dessas empresas, e conforme o quadro anterior, realça-se o peso na economia local da Indústria de *Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos*, não só pelo número de empresas (17) mas também pelo pessoal ao serviço (60,9 %) e pelo volume de negócios (57,9%) e VAB que representa 52,9% do total concelhio.

5.3.3.1 Espaços de apoio às atividades económicas

O concelho de Alcochete dispõe de quatro espaços de apoio às atividades económicas:

- O parque empresarial do Batel;
- O Pólo de Logística e Indústria do Passil Norte;
- O Passil Park;
- O espaço da Fábrica de Explosivos;

Figura 33: Localização dos Parques Empresariais e de Logística do Concelho



Fonte: base.SIGTUR./NRV 2021

O **Parque Empresarial do Batel** localiza-se na periferia do aglomerado de Alcochete, sendo atravessado pela EM1204 (Rua dos Alecrins). Possui bons acessos nomeadamente ao IC3 que se desenvolve a sul. Integra cerca de 30 empresas dos mais variados ramos de atividade, com destaque para as unidades de comércio por grosso e serviços, empresas de construção civil, ramo automóvel e de fabricação de máquinas e equipamentos de escritórios, entre outras. A empresa de maior dimensão aí instalada corresponde a uma empresa de transporte e valorização de resíduos.

A zona do Passil, localizada junto à EN118 e com acesso à EN4, A12 e IC13 entre outras vias, integra uma importante ocupação industrial/logística, destacando-se:

- O **Polo de Logística e Indústria do Passil Norte** corresponde a uma das maiores zonas de concentração de empresas do concelho com forte presença de unidades de logística e armazenagem. Esta área encontra-se abrangida pelo *Plano de Pormenor do Passil Norte* ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2001 de 31 de maio. Integra uma área de 28,8 hectares e 13 lotes infraestruturados com áreas que variam entre os 4.288 m² (mínimo) e 51.457 m² (máximo).

A forte procura a que esteve sujeita levou à necessidade da sua expansão tendo-se para o efeito - e de acordo com o *Plano de Pormenor de expansão da área de indústria, comércio e serviços do Passil* (Edital n.º 173/2008 de 24 de janeiro) - ocupado uma área adicional de 24,5 hectares.

- O **Passil Park** (a sul) com lotes infraestruturados que variam entre os 500 e 3.000 m², integra cerca de 40 empresas dos mais variados ramos de atividade e dimensão, com destaque para a logística,

transportes de mercadorias, armazenagem, comércio por grosso, serviços vários, unidades de produção de pecuária, hortícolas, floricultura e unidades industriais do ramo alimentar. Destacam-se pela sua dimensão, as empresas DHL Express, El Corte Inglés (armazém), a Nacex e a Logista.

Estas áreas empresariais têm registado nos últimos anos uma procura crescente, sobretudo pelo sector da logística e armazenagem em detrimento da atividade industrial não só como resultado da prática de preços competitivos (face aos verificados nos concelhos envolventes), mas também pelas acessibilidades e pela disponibilidade de terrenos de grandes dimensões.

O **Espaço da Fábrica de Explosivos** com cerca de 320 hectares, localiza-se no limite sul do concelho (e a sul da Zona do Passil) sendo servido pela A12 e EN118. Dadas as suas características, encontra-se abrangido pela Diretiva SEVESO II. Integra as instalações da empresa Maxam Portugal (fabricação e comercialização de explosivos civis e artigos de pirotecnia, acessórios e serviços de detonação) e a IdD, SA - Unidade de Destruição de Munições e Explosivos (UDME) e um conjunto significativo de paióis. Corresponde por esse motivo a um espaço destinado apenas a essas instalações e sujeito a medidas de segurança rigorosas tal como exigido no Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de Agosto, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas. Existe no entanto alguma incerteza quanto à continuidade destas instalações.

Além destas zonas de evidente concentração de empresas, importa ainda destacar a relativa dispersão desta atividade pelo território, sobretudo próximo das principais vias e com uma localização mais evidente próximo de Fonte da Senhora, Pinheiro da Cruz e Cercal evidenciando uma coexistência com outros usos e funções (nomeadamente habitacional) que deverá ser acautelada.

5.3.3.2 Enquadramento Estratégico

O Plano **"Alcochete 2030"** no seu *Eixo Estratégico 2 - "Alcochete espaço de localização, iniciativa e inovação empresarial"* estabelece como fundamental para o desenvolvimento do tecido produtivo local, o reforço da atividade empresarial nomeadamente associada às atividades industriais e logísticas.

Para esse efeito, identifica um conjunto de medidas necessárias:

- *"Regeneração, reposicionamento e expansão da área empresarial do Batel/Coutadinha;*
- *Requalificação da área empresarial do Passil;*
- *Qualificação e regeneração dos espaços empresariais dispersos;*
- *A articulação e integração dos espaços empresariais do concelho na rede de parques empresariais e logísticos de escala regional e nacional."*

Pretende-se deste modo criar condições de excelência no apoio às empresas enquadradas numa estratégia de competitividade assente:

- *"No ordenamento do território e num modelo de desenvolvimento territorial previamente identificado;*
- *Num modelo de gestão integrado e de proximidade (vocacionado para a gestão desse sistema como um todo);*
- *Num aumento da competitividade das empresas por economias de escala e ganhos de eficiência que resultam da complementaridade e proximidade empresariais (...).".*

No âmbito da presente revisão do PDM destaca-se deste modo, a necessidade de promover a consolidação e a qualificação física e funcional dos espaços industriais existentes (Batel e Passil/Passil Park) e de se assegurar a criação de espaços de acolhimento empresarial (nomeadamente em zonas já com evidente concentração).

Salienta-se ainda a importância de recuperar o objetivo da autarquia de criar uma nova centralidade abrangendo a zona Coutadinha-Batel nomeadamente com a instalação de um polo tecnológico de forma a atrair empresas de referência na área das novas tecnologias, ambiente, ensino superior e investigação. É ainda relevante considerar o eventual encerramento da Fábrica de explosivos que deixa livre um espaço de grandes dimensões, já infraestruturado e com excelentes acessibilidades para futura localização empresarial.

5.3.4 Sector Terciário

5.3.4.1 Comércio e Serviços

Em 2019 o sector terciário integra 1.787 empresas, representando um aumento de quase 6% em relação a 2011. Constitui-se hoje em dia, e tal como já referido, como o sector de atividade mais relevante no concelho quer em termos de número de empresas (90,3%), quer em termos de geração de emprego (81,5%), sendo também responsável nesse ano, por 92% do volume de negócios e 82,0% do VAB concelhio (Quadro 12).

Em termos de número, as empresas mais significativas referem-se às seguintes:

- *Atividades administrativas e dos serviços de apoio (333 empresas);*
- *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (311);*
- *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (234 empresas);*
- *Atividades de saúde humana e apoio social (169);*
- *Alojamento, restauração e similares (164).*

Estas empresas representam 68% do total das empresas do sector terciário no concelho.

Quanto ao pessoal ao serviço, destacam-se as empresas dos seguintes ramos:

- *Comércio por grosso e a retalho/reparação de veículos automóveis e motociclos* (1576 pessoas);
- *Construção* (644);
- *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (426);
- *Alojamento, restauração e similares* (409);

Estas empresas integram 68,7% do pessoal ao serviço no concelho.

Quanto ao volume de negócios e VAB destaca-se o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* com 85,6% do total do volume de negócios e 38,4% do VAB concelho.

Quadro 16: Principais indicadores das empresas do Sector Terciário do Concelho (2019)

Sector Terciário	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	VAB
	(Nº)	(Nº)	(€)	(€)
Total	1.787	4.448	1.091.563.174	132.305.850
Electricidade, gás, vapor, água e ar frio	3	3	*	*
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	5	156	1,8	3,8
Construção	104	644	6,1	26,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	311	1576	85,6	38,4
Transportes e armazenagem	37	77	0,2	0,4
Alojamento, restauração e similares	164	409	1,0	3,2
Atividades de informação e de comunicação	48	80	0,2	1,2
Atividades imobiliárias	78	96	2,0	10,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	234	325	0,9	4,7
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	333	426	0,8	3,6
Educação	96	162	0,2	1,3
Atividades de saúde humana e apoio social	169	237	0,4	1,8
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	101	117	0,6	4,0
Outras atividades de serviços	104	140	0,1	0,6

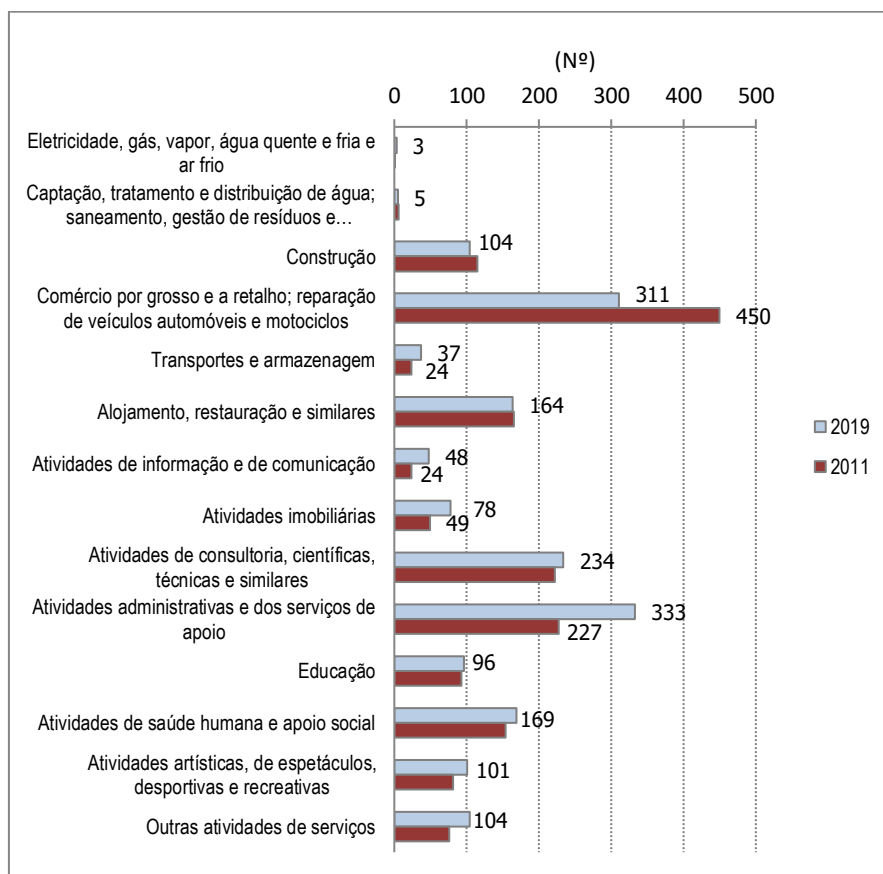
(*) Dados não disponíveis

Fonte: INE

Em termos de evolução do número de empresas, e tal como representado no gráfico seguinte:

- O *Comércio por grosso e a retalho (...)* apesar de ser o mais representativo no concelho em termos de pessoal ao serviço (35,4%), volume de negócios (85,6%) e VAB (38,4%), foi a atividade que registou maior decréscimo (-30,6%) desde 2011;
- As *Atividades de informação e de comunicação* correspondem às atividades que mais cresceram, duplicando o seu número de empresas;
- Destaca-se ainda o crescimento observado nas seguintes atividades:
 - *Atividades Imobiliárias* (59%);
 - *Transportes e Armazenagem* (54 %);
 - e *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (47%).

Gráfico 20: Evolução do número de empresas do Sector Terciário no Concelho (2011-2019)



Fonte: INE

Em termos de expressão territorial, a atividade terciária é extremamente diversificada ganhando expressão:

- No centro dos principais aglomerados e em particular no centro histórico de Alcochete;
- Na periferia da Vila de Alcochete;
- Nas áreas de acolhimento empresarial.

No centro histórico de Alcochete, destaca-se a presença de pequenas unidades de comércio e serviço e as atividades administrativas de apoio à população e à atividade económica. Também aí se concentra o alojamento, restauração e similares.¹⁵

Corresponde a uma atividade que observou nas últimas décadas alguma perda de competitividade associada ao próprio envelhecimento desse centro histórico (tecido urbano e populacional) e ao êxodo populacional para a periferia. No entanto, a implementação do ***Plano estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcochete*** (PEDU/2015) que apontou para uma intervenção de recuperação e revitalização do espaço público e do tecido empresarial local veio a tornar possível a recuperação deste sector (ainda em curso). Também o turismo de visitação (que tem aumentado), tem vindo a ter um papel preponderante na sua renovação, crescimento e diversificação.

Alcochete assume-se como um concelho de forte riqueza gastronómica e por esse motivo é sobretudo o setor da restauração que tem protagonismo.

Localizadas na periferia da vila de Alcochete encontra-se um conjunto de superfícies de maior dimensão mas de uso frequente (ramo alimentar de base). Correspondem a unidades de média e grande dimensão, relacionadas com as marcas Continente, Aldi, Mini-preço, Lidl, Pingo Doce e Intermarchê.

A maior superfície comercial do concelho corresponde ao *Freeport* que se localiza também próximo da Vila de Alcochete e se constitui como o maior empregador do concelho. Integra 130 lojas e emprega cerca de 150 trabalhadores. A sua área de influência extravasa o próprio território municipal.

Tal como já referido, também as áreas de acolhimento empresarial têm desempenhado um papel relevante no acolhimento das empresas de grande dimensão associadas ao sector terciário, nomeadamente à logística, transportes e armazenagem. Também o comércio e serviços e sobretudo os que prestam apoio ou desenvolvem atividades complementares da atividade industrial tem consolidado a sua presença nessas áreas.

Algumas dessas empresas correspondem a importantes investimentos estrangeiros e têm projeção internacional. Destacam-se pela sua dimensão (e tal como já referido) as empresas DHL Express, os armazéns do El Corte Inglés e a empresa Logista.

¹⁵ Ver ponto 6.3.4 do presente relatório

5.3.4.2 Enquadramento Estratégico

As orientações estratégicas para esse sector estabelecem-se principalmente no ***Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcochete*** (PEDU) e no Plano **"Alcochete 2030"**, cujas intervenções ao recaírem sobre a reabilitação e revitalização do espaço urbano introduzem novas funcionalidades e dinâmicas promotoras do sector terciário.

Tem ainda enquadramento nas orientações que se estabelecem para o sector secundário pela consolidação da sua presença nas áreas de acolhimento empresarial (ponto 5.3.3.2.) e nas orientações estabelecidas para o sector do turismo (ponto 5.3.5.6) cujo crescimento que se pretende, terá sempre que passar pelo aumento, diversificação e qualificação do setor terciário.

5.3.5 Turismo

O turismo corresponde a uma atividade económica em franca expansão no concelho, tirando partido da forte identidade e do potencial estratégico associado à presença da Reserva Natural do Rio Tejo que se afirmam como importantes fatores de atratividade.

Nesse sentido, e tal como já referido, a autarquia tem vindo apoiar e a implementar um conjunto de iniciativas e ações que envolvem a intervenção direta no espaço público e na promoção e divulgação do património histórico-cultural. Os privados tem tido um papel crescente ao nível do alojamento, restauração e de serviços de apoio a essa atividade turística.

Em 2019, o ramo do Alojamento, Restauração e similares integrava 164 empresas, o que representa um aumento de 18% em relação a 2011. Integra 8,3% das empresas, gera 7,5% dos postos de trabalho e corresponde a 0,9% do volume de negócios e a 2,6% do VAB concelhio (Quadro 12).

Significa assim, um reforço da representatividade desta atividade na estrutura produtiva do concelho e nesse contexto, e em todos os indicadores, destaca-se o peso da Restauração e similares.

Quadro 17: Indicadores das empresas de Alojamento, restauração e similares no Concelho (2019)

Alojamento, Restauração e Similares	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	VAB
	(nº) / %	(nº) / %	(€) / %	(€) / %
Total	164	409	14.016.339	4.989.653
Alojamento	25 (15%)	36 (8,9%)	3,8	6,0
Restauração e Similares	139 (85%)	373 (91,1%)	96,2	94,0

Fonte: INE

Essas unidades de restauração e bebidas concentram-se na Vila de Alcochete, existindo ainda, mas com muito menor expressão também nas freguesias do Samouco e S. Francisco.

5.3.5.1 Oferta e Procura turística

Alojamento, restauração e similares

O Registo Nacional de Turismo¹⁶ identifica a presença, e em 2021, de 35 unidades de **Alojamento Turístico** (mais 10 unidades do que em 2019) distribuídas pelas seguintes modalidades:

- 5 Empreendimentos Turísticos com capacidade para 736 camas/utente;
- 30 Unidades de Alojamento Local com capacidade para camas/utente.

Quadro 18: Alojamento Turístico no Concelho (2021)

Empreendimentos Turísticos	Estabelecimentos (nº)	Capacidade (nº)
Hotel	1	64
Hotel Apartamento	1	148
Hotel Rural	1	54
Turismo de Habitação	1	18
Apartamento Turístico	1	452
Total ET	5	736
Alojamento Local		Nº utentes
Apartamento	17	91
Estabelecimento de Hospedagem	1	1
Moradia	12	70
Total AL	30	162
Total	35	898

Fonte: TdP/RNT/SIGTUR (abril.2021)

Segundo essa fonte (SIGTUR/abril 2021) existem ainda 3 pedidos/projetos em aprovação para a construção de 3 hotéis, que preveem o aumento da capacidade de alojamento para 141 utentes.

Todas estas unidades se localizam na freguesia de Alcochete exceto uma unidade de Alojamento Local que se localiza na freguesia de S. Francisco.

Os Empreendimentos turísticos apesar da sua menor representatividade em termos de número (14% do total de alojamentos) disponibilizavam em abril de 2021, 82% da capacidade de alojamento turístico do concelho. O Hotel Alfoz corresponde ao alojamento mais antigo do concelho (1996).

¹⁶ RNT. Abril 2021

A primeira unidade de Alojamento local surge em 2013. Em abril de 2021 estas unidades representam 86% do total do alojamento, mas dada a pequena dimensão que caracteriza estas unidades, são apenas responsáveis por 18% dessa capacidade de alojamento.

Quadro 19: Indicadores de ocupação do alojamento turístico (2011-2019)

Indicadores	2011	2019
Dormidas nos estabelecimentos Hoteleiros (nº)	7.419	38.767
Dormidas por local de residência (nº):		
Portugal	*	24.046
Estrangeiro	*	14.721
Estada média (nº)	1,7	2,2
Taxa de ocupação-cama (%)	31,6	42,3

Nota: (*) Dados não disponíveis

Fonte: INE

Embora atualmente não vocacionados para a prática turística identifica-se o potencial de acolhimento associado ao Centro de Estágio e Albergue da Juventude (CEAJA) que corresponde a um equipamento municipal destinado a acolher jovens para a prática desportiva, com capacidade para 68 pessoas. Da mesma forma a Academia do Sporting, com as valências que integra (e além da prática profissional a que está destinada) poderá eventualmente desenvolver a prática do alojamento e vir a constituir-se como um importante equipamento para a promoção do Turismo associado à prática desportiva.

Uma abordagem da **procura turística** (INE) revela-nos que, e em 2019, os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 38.767 dormidas, o que corresponde a um acréscimo de 31.348 dormidas em relação a 2009.

O turista tradicional é português (62%) e sobretudo da Região de Lisboa e apenas 38% das dormidas se referem a turistas estrangeiros, sobretudo espanhóis e ainda, franceses e alemães.

A estada média na hotelaria aumentou para 2,2 noites, aproximando-se dos valores da Área Metropolitana de Lisboa (2,3). A Taxa de ocupação também aumentou, situando-se nos 42,3%, abaixo do registado para a Área Metropolitana de Lisboa (56,8).

Trata-se assim essencialmente, de um turismo de visita e de curta duração que se tem revelado fundamental não só para a dinamização e consolidação da oferta de alojamento e da restauração mas também, para o surgimento de empresas de apoio a essa atividade turística e recreativa e crescente investimento em espaços e equipamentos.

Como já referido (ponto 5.3.4.1), também a oferta ao nível dos estabelecimentos de **restauração e similares**, se concentra na Vila de Alcochete. O concelho é reconhecido pela sua qualidade gastronómica.

Cumpre-se assim, um dos objetivos da estratégia "*Alcochete 2030*" que identifica 3 eixos fundamentais de desenvolvimento, entre os quais Eixo 3 - "*Alcochete espaço de fruição e lazer dos residentes e dos visitantes da região e da cidade de Lisboa*".

5.3.5.2 Outros Serviços de apoio à atividade turística

O Registo Nacional de Turismo¹⁷ identifica a presença, em 2021, de 4 Agências de **Viagens e Turismo** localizadas na freguesia de Alcochete.

Identifica ainda, 14 **Agentes de Animação Turística** - 10 localizados na freguesia de Alcochete, 2 em São Francisco e 2 no Samouco -, cuja atividade se distribui por inúmeras modalidades com destaque para as relacionadas com o turismo náutico (passeios marítimo-turísticos, pesca turística, *surf, bodyboard, windsurf, paddle boarding*) turismo da natureza (observação de cetáceos, *birdwatching* e pedestrianismo/percursos de descoberta) e turismo cultural (rotas temáticas, artesanato e gastronomia/vinho).

A **Câmara Municipal** de Alcochete organiza ainda um conjunto significativo de atividades relacionadas com percursos pedestres (ex.: trilhos dos salineiros), canoagem e passeios fluviais - a autarquia dispõe de uma embarcação tradicional -.

5.3.5.3 Espaços e infraestruturas de apoio à atividade turística

Estes espaços têm vindo a ganhar importância no contexto concelhio pela oportunidade que criam não só ao nível da melhoria do espaço público e aumento da oferta de equipamentos de recreio e lazer (com benefícios também para a população residente) mas também pela atratividade que criam no território permitindo um aumento de visitantes.

¹⁷ RNT.Abril 2021

Esses espaços/equipamentos referem-se essencialmente aos seguintes:

- Frente ribeirinha da Vila de Alcochete;
- Museus (Núcleo Sede, Núcleo de Arte Sacra);
- Outros equipamentos culturais (Fórum Cultural);
- Polo de Animação Ambiental do Sítio das Hortas e Pinhal das Areias;
- Praias fluviais (Alcochete e Samouco);
- Infraestruturas de apoio ao recreio náutico (Alcochete, Sítio das Hortas, Samouco);
- Espaços verdes (Parque Desportivo e de Lazer do Valbom, Jardim da Av. D. Manuel I, Jardim do Largo Almirante Gago Coutinho e fora do núcleo urbano, o espaço verde do Freeport);
- Infraestruturas Desportivas (pódesportivos, piscinas, campos de futebol, Academia do Sporting Clube de Portugal);
- Outros espaços: *Freeport*.

Destaca-se ainda a presença de espaços de identidade e referência do concelho, que se pretende que venham a recuperar as atividades tradicionais de Alcochete:

- O Espaço de Ocupação Turística referente às “Secas do Bacalhau”;
- Salinas e o complexo de Salinas do Samouco;
- Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Herdade da Barroca d’Alva e a Herdade de Rio Frio (tauramaquia/tradição equestre).

Estes espaços apesar de reunirem já um conjunto de intenções necessitam de ser concretizados.

5.3.5.4 Recursos Turísticos

O concelho apresenta um vasto património histórico-cultural e uma grande sensibilidade ambiental e paisagística com presença de importantes ecossistemas que se poderão constituir como importantes recursos turísticos.

Esse património constitui-se como um valioso recurso turístico, destacando-se:

- O Património natural e paisagístico ¹⁸
 - O Estuário do Tejo que se encontra classificado com diversos estatutos de conservação a nível nacional e internacional;
 - Um conjunto de outros valores naturais (montado, salinas, arrozais, sapal);

¹⁸ Ver ponto 4.2 e ponto 4.3 do presente relatório

- Locais com interesse paisagístico (sapal das Hortas, Ermida de Santo António da Ussa, Porto dos Cacos);
 - Pontos de vistas panorâmicas (monte do Pontão, São Francisco) e percursos de interesse paisagístico;
 - Todos os restantes recursos associados ao Rio Tejo onde se inclui naturalmente a navegação e as praias fluviais.
- O património histórico-cultural ¹⁹, onde se inclui:
 - O Património Arquitetónico (Monumento Nacional, Imóveis e Sítios de Interesse Público, Imóvel de Interesse Municipal);
 - Os núcleos antigos de Alcochete e Samouco;
 - Um conjunto vasto de outros imóveis e estruturas representativas da arquitetura religiosa, civil e industrial, representativos da memória coletiva local, como as salinas do Samouco, entre outros;
 - O Património Arqueológico (Igreja de Santa Maria de Sabonha, Porto dos Cacos, Quinta da Praia, Sítio da Conceição e outros testemunhos arqueológico);
 - O Património Imaterial (a Tauromaquia, e eventualmente as Festas do Barrete Verde e das Salinas e do Círio dos Marítimos de Alcochete);
 - O Património Gastronómico;
 - Outros valores culturais:
 - . As festas/feiras e romarias locais que festejam as atividades tradicionais: as Festas do Barrete Verde e das Salinas, a Festa Brava, a Festa do Círio dos Marítimos, as Festas de Confraternização Camponesa, as Festas em honra de São João Baptista, as Festas Populares do Samouco, a Feira Quinhentista e a Feira da Fogaça;
 - . O artesanato.

Atendendo à **Estratégia Turismo 2027** (ET2027), esses recursos constituem-se como "*Ativos Estratégicos*" (diferenciadores e qualificadores) fundamentais para a "*sustentabilidade e a competitividade do destino (...)*" Alcochete.

5.3.5.5 Produtos Turísticos

A partir dessa oferta turística e desses recursos constituem-se os seguintes produtos turísticos para o concelho de Alcochete:

¹⁹ Ver ponto 7 do presente relatório

- Turismo de Natureza e Ecoturismo;
- Turismo Cultural (ex.: Tauromaquia, artesanato, festas e romarias, museus e espaços de identidade);
- Turismo Religioso;
- Turismo Gastronómico e Enoturismo;
- Turismo Náutico;
- Turismo Desportivo;

A identidade e o património natural, paisagístico e histórico-cultural do concelho de Alcochete constituem-se assim, como parte fundamental e integrante da estratégia de desenvolvimento turístico e de lazer que se tem vindo a implementar e se pretende reforçar no território concelhio.

5.3.5.6 Enquadramento Estratégico

Destaca-se o enquadramento destes produtos turísticos e das iniciativas implementadas no concelho em vários instrumentos de gestão territorial e nas estratégias de desenvolvimento delineadas num conjunto significativo de outros planos e programas, destacando-se (e em síntese) e para o sector do turismo:

A **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade** (ENCNB2030) no âmbito do seu objetivo estratégico de *"Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade"* aponta, e ao nível do turismo, a necessidade de *" (...) Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo de natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural"*.

A **Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira** identifica o sector do turismo e náutica de recreio como fundamentais para a economia nacional. Estabelece a necessidade de promoção destes sectores, num quadro de desenvolvimento sustentável alertando em simultâneo, para a necessidade de monitorização de forma a evitar situações de degradação do ambiente costeiro.

" (...) A degradação dos ambientes costeiros, para além das consequências ambientais, tem também implicações económicas negativas, nomeadamente a diminuição da atratividade do território para a atividade turística e de lazer, podendo impedir ou dificultar a emergência de um turismo de qualidade."

A **Estratégia para o Turismo 2027** (ET2027) identifica ainda, um conjunto de ativos estratégicos fundamentais para a sustentabilidade e a competitividade dos destinos turísticos apresentando-se o concelho de Alcochete como um destino turístico que integra os seguintes ativos:

- *Ativos diferenciadores* (clima, luz, história, cultura e identidade, rio/água, natureza)
- *Ativos qualificadores* (gastronomia e vinhos, eventos culturais)
- *Ativos emergentes ou com potencial de crescimento* (ex.: bem-estar associado a atividades desportivas e de natureza)

Essa visão identificada na ET2027 é transposta para o **Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa** que aponta Alcochete como *"polo a potenciar"* e identifica a oportunidade estratégica, diferenciadora e qualificadora deste concelho de se posicionar no Turismo da Natureza, desenvolvendo experiências de turismo ativo ligadas ao usufruto do rio, assim como de atividades e experiências relacionadas com os seus valores tradicionais (ex.: campinos, tauromaquia, ganadarias), gastronomia e vinho.

Destaca-se ainda o facto de a Vila de Alcochete ser neste âmbito, apontada como um caso de sucesso no turismo da Região pelo esforço desenvolvido na qualificação do seu centro urbano para captação de turismo nomeadamente pelas intervenções desenvolvidas ao nível:

- Da frente ribeirinha, preservação do património, planeamento urbano e mobilidade de qualidade
- Da integração das tradições do concelho na oferta turística (ex.: FestiSal, festa do Barrete Verde)
- Da aposta no desenvolvimento de oferta hoteleira – alojamento local e hotéis
- Da inovação da infraestrutura do concelho (ex.: rede wifi no centro histórico, serviço bikesharing).

O **Plano Regional de Ordenamento do Território** (PROT AML) reconhece o concelho de Alcochete como *"Pólo de Valência Turística e Ambiental – "polo de valência para apoio ao turismo, recreio e lazer de muito baixa densidade, com uma forte componente ambiental, assim como área de vocação para a instalação de atividades de investigação e desenvolvimento ligadas ao meio estuarinas."*

Nas suas "Orientações Territoriais" identifica a necessidade de se *" (...) aproveitar as potencialidades de Alcochete associadas ao Estuário do Tejo e à área protegida envolvente, para fins turísticos e de recreio e lazer de baixa densidade, bem como de investigação relacionada com esses elementos naturais."* Nas Normas Específicas por Unidade Territorial (UT) e para a *UT1- Estuário do Tejo*, estabelece a necessidade de *"Estimular e apoiar o desenvolvimento de atividades associadas à náutica de recreio"*.

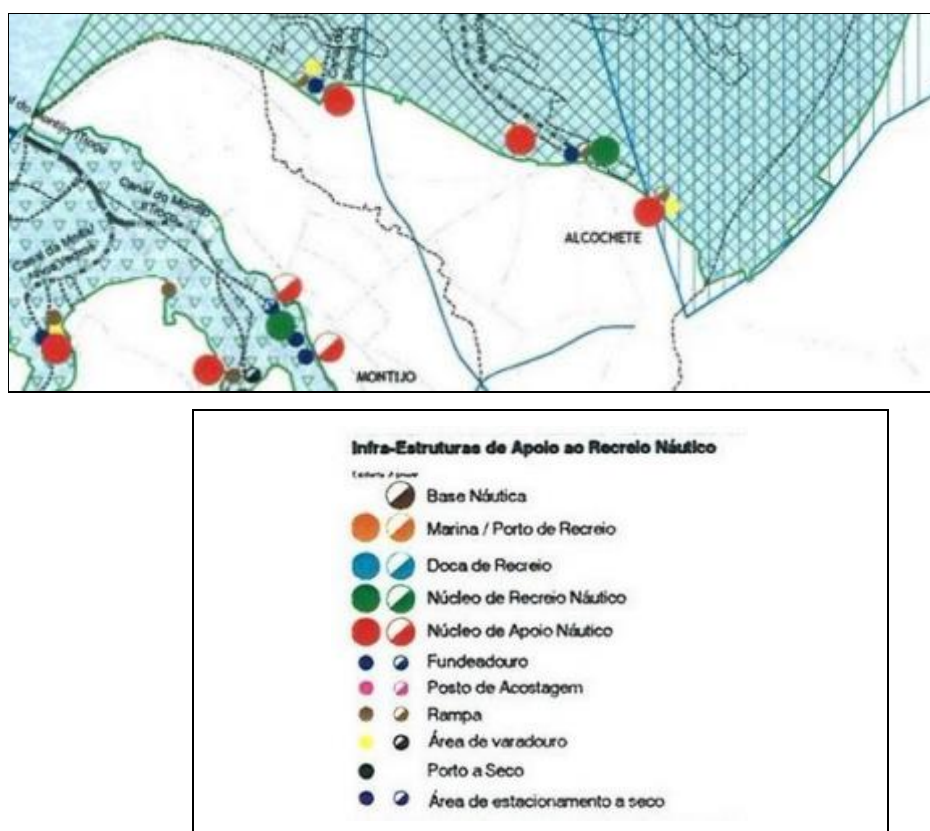
Essa vocação náutica é também reforçada no **Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo** (PIRANET) que aponta Alcochete como destino privilegiado para a prática de atividades e desportos náuticos, inserido numa rede de instalações, infraestruturas e equipamentos de apoio à náutica no Estuário do Tejo, salientando que *" (...) o*

desenvolvimento da atividade da náutica de recreio terá efeitos concretos na dinamização das economias locais das áreas beneficiadas com estas infraestruturas.”

Para esse efeito e futura integração e consolidação dessa rede de infraestruturas, identificam-se as seguintes instalações no concelho, que deverão ser sujeitas a obras de beneficiação (Figura seguinte):

- Núcleo de recreio náutico de Alcochete e fundeadouro;
- Núcleo de apoio náutico do Sítio das Hortas;
- Núcleo de apoio náutico da Praia do Samouco;
- Núcleo de apoio náutico do Alfoz.

Figura 34: Extrato da Planta de Ordenamento do PIRANET



Fonte: PIRANET. Fase 3/2010

O Plano **Alcochete 2030** identifica dois pilares fundamentais que sintetizam este enquadramento estratégico. Esses pilares referem-se a:

- (...) - *Um território de capitalidade nas funções associadas à biodiversidade, conservação e valorização da natureza e a função de "porta de entrada" da Reserva Natural do Estuário do Tejo;*
- *Uma singularidade e forte identidade que permite construir uma atratividade diferenciadora, atribuindo a Alcochete um papel específico no contexto da Lisboa "Metrópole de duas margens".*

Tal como já referido anteriormente este Plano identifica como um dos seus eixos estratégicos: *"Alcochete espaço de fruição e lazer dos residentes e dos visitantes da região e da cidade de Lisboa"*.

O enquadramento estratégico confirma assim, o **enorme potencial** do concelho de Alcochete enquanto **destino turístico**.

Esse potencial (e porque reflete uma grande diversidade de oferta) deverá no entanto ser pensado num contexto de salvaguarda do território, da sua identidade e recursos deixando antever a necessidade de se pensar numa estratégia global e coesa que trabalhe todos esses serviços, espaços, infraestruturas, recursos e atividades de uma forma integrada e sustentável e enquadrados numa estratégia de marketing eficaz e adequada ao território em causa.

Estabelece-se por esse motivo, a necessidade de se desenvolver um **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo e de Marketing** para o concelho de Alcochete.

5.4 Considerações Finais – Quadro Síntese

ALCOCHETE NO CONTEXTO DA AML	- Alcochete é o concelho mais pequeno da AML em termos de dimensão demográfica; - A AML aumentou o seu volume populacional em 6% entre 2001 e 2011; - Alcochete foi um dos concelhos que mais cresceu em termos relativos; - Estima-se que entre 2001 e 2017, o município de Alcochete continue a verificar um dos maiores ritmos de crescimento da AML, apesar de estimar uma importante desaceleração;
CURVA DEMOGRÁFICA E VOLUME POPULACIONAL ATUAL	17.569 habitantes, em 2011 e 19.285, em 2017 (estimativas) fruto de uma evolução em crescendo desde 1991; - Entre 1991 e 2011, a população de Alcochete aumentou 73%; - As 3 freguesias registaram crescimento demográfico: São Francisco (94%), Alcochete (35%), Samouco (12%);
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO	- Forte polarização da freguesia de Alcochete que concentra 70% da população do concelho; - Pressão humana sobre o território muito desigual: a densidade populacional média do concelho era de 137 hab./km², em 2011 (e será de 150 hab./km², em 2017); a freguesia de Samouco (658 hab./km²), São Francisco (526 hab./km²) e Alcochete (103 hab./km²).
EVOLUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS	- As famílias aumentaram 39% e a dimensão média das famílias recuou ligeiramente (2,6 pessoas/família em 2011); - As famílias numerosas (mais de 6 pessoas) reduziram ligeiramente (-17%) e as famílias mais pequenas (1 ou 2 pessoas) aumentaram 68% e 34%, respetivamente.
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	- Alcochete duplamente mais jovem que a AML (>% de jovens e < % de idosos) - Maior proporção de jovens (19%) do que de idosos (14%), em 2011; - Índices-resumo das estruturas demográficas mais favoráveis a Alcochete do que à AML, em 2011 (IDT de 50%, IE de 76%, IJ de 131%); - Se forem confirmadas as estimativas provisórias da população residente (2011/2017), estará a verificar-se uma evolução gradual no sentido do duplo envelhecimento;
COMPONENTES DO CRESCIMENTO: CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO	- A taxa de natalidade de Alcochete a recuar (12,3‰, em 2011 e 9,5‰, em 2017), em linha com a AML; a taxa de mortalidade também tem diminuído (8,6‰, em 2011 e 7,2‰ em 2017), embora se encontre abaixo da verificada pela AML; - A taxa de mortalidade tem sido inferior à de natalidade, daí que o saldo natural se mantenha positivo; - O saldo natural positivo, conjuntamente com o saldo migratório que se tem mantido positivo, justificam o crescimento demográfico estimado entre 2011 e 2017, à imagem do que

	tem acontecido no passado recente;
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	- Em 2011, contavam-se 774 indivíduos residentes em Alcochete que nasceram no estrangeiro, sendo maioritariamente provenientes de Angola (32%), Moçambique (17%) e França (13%); - Em 2011, existiam 2523 indivíduos que já residiram no estrangeiro; destes, 41% chegaram a Alcochete entre 2001 e 2011; - Em 2017, existiam 835 indivíduos de nacionalidade estrangeira, detentores de um título de residência válido e as nacionalidades dominantes eram: 39% de romenos, 21% de brasileiros e 8% de ucranianos.
POPULAÇÃO COM DIFICULDADES DE MOBILIDADE	- Cerca de 7% da população (com mais de 5 anos) tem muita dificuldade em “andar ou subir escadas” (1083 indivíduos) e 0,7% não o conseguem fazer (121 indivíduos); - Também 7,2% da população (1184 indivíduos) tem muitas dificuldades visuais e 45 pessoas são invisuais; - As dificuldades de mobilidade estão associadas ao envelhecimento.
EMPREGO E OCUPAÇÃO DOS ATIVOS	- Em 2011, a população distribuía-se em função da sua situação perante a atividade económica: 52% de ativos (taxa de atividade), 29% de inativos (reformados, domésticas, incapacitados, estudantes) e os restantes 19% eram a população jovem (até 14 anos); esta distribuição era mais favorável do que a da AML; - Em 2011, 78% da população estava empregada no setor terciário, 19%, no secundário e 3% no primário, numa estruturação fortemente terciarizada, em linha com a AML;
POPULAÇÃO POR GRUPOS DE PROFISSÕES	- População empregada em 2011 distribuía-se por: Especialistas das atividades intelectuais e científicas (19%), Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (18%) e Técnicos de profissões de nível intermédio (15%). - Evolução 2001/2011 muito positiva: aumentaram as profissões mais exigentes em conhecimentos e qualificações elevadas, em detrimento das profissões menos exigentes. - Distribuição estrutural da população empregada muito aproximada da verificada pela AML.
DESEMPREGO E PERFIL DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA	- Em 2011, a taxa de desemprego era de 12,1% (idêntica à da AML e era maior a taxa masculina do que a feminina), contudo, tem vindo a decrescer o n.º de desempregados (2011/19), sendo que passaram de 1099 para 463, em 3/ 2019; % aproximada de homens e mulheres, a maioria procurava novo emprego, 70% dos desempregados tinha mais de 35 anos, mais de metade possuía escolaridade inferior ao 3º CEB, menos de metade dos desempregados procura emprego há mais de 1 ano);
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Alcochete fez um percurso muito favorável ao nível da instrução da população; em 2011 apresentava uma escolaridade em termos globais muito semelhante à da AML, (com destaque para 1/5 com ensino superior) e uma taxa de analfabetismo de 3,9% (3,2% da AML);
MOBILIDADE GEOGRÁFICA E COMPLEMENTARIDADES REGIONAIS	- Desde 1991, o grau de integração de Alcochete com a AML tem sido crescente, quando avaliado do ponto de vista das deslocações pendulares casa/trabalho ou estudo; - As principais ligações estabelecem-se com os concelhos de Lisboa e Montijo, tanto ao nível das entradas como das saídas diárias (em e de Alcochete); - O saldo pendular de Alcochete é negativo desde 1991 embora tenha recuado, em 2011, relativamente a 2001;
ESTRUTURA ECONOMICA E EMPRESARIAL	- Um Sector primário residual mas de fundamental importância socioeconómica e ambiental - Sector secundário relativamente estável - Sector terciário em crescimento sobretudo ao nível das empresas de armazenagem, transporte e logística. - O sector do turismo em crescimento

6 USO, OCUPAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

6.1.1 Ocupação e Uso do Solo

A análise da Ocupação do Solo – Situação Existente recorreu, no essencial, à Carta de Ocupação do Solo 2018 (COS2018v1.0), da responsabilidade da Direção-Geral do Território. A COS´2018 reflete-se na Planta de Ocupação dos Solo – Situação Existente, peça desenhada nº 6.

Para o efeito, é feita também uma referenciação aos Padrões de Ocupação do Solo, trabalho desenvolvido no âmbito da Alteração ao PROT AML na sua versão de novembro de 2010.

6.1.1.1 Análise da Ocupação do Solo COS´2018

Atendendo ao tempo decorrido e à dinâmica do território optou-se por atualizar a peça desenhada da Ocupação do Solo com base na Carta de Ocupação do Solo 2018 (COS2018v1.0) que tem como período de referência o ano de 2018.

A COS´2018 tem uma unidade mínima cartográfica (UMC) de 1 ha, uma distância mínima entre linhas de 20m e a escala equivalente é 1:25 000. A nomenclatura é constituída por um sistema hierárquico de classes de ocupação/uso do solo, com quatro níveis, e possui 83 classes ao nível mais detalhado. Cada polígono da COS´2018 é classificado apenas com um código de ocupação/uso do solo, selecionado do quarto nível hierárquico da nomenclatura. A COS´2018 foi produzida por atualização da COS´2015, o que significa que em áreas sem alterações do território a COS´2018 será exatamente igual à COS´2015.

A COS´2018 possui uma exatidão posicional melhor ou igual a 5,5 m e uma exatidão temática maior ou igual a 85%.

As classes de ocupação do solo da COS´2018 agregam-se em vários usos dominantes descritos de seguida. De mencionar que foi adotada a terminologia da COS´2018 na peça desenhada nº 6.1, em que é feita a reprodução integral da mesma:

- **Territórios artificializados**, onde se integram os seguintes subespaços:

- Tecido edificado: são incluídos "*Tecido edificado contínuo predominantemente vertical*", "*Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal*", "*Tecido edificado descontínuo*", que correspondem, respetivamente, a áreas urbanas consolidadas, que são essencialmente os aglomerados de Alcochete, Samouco e de São Francisco, e também inclui áreas urbanas dispersas que correspondem a pequenos grupos de edifícios inseridos em áreas agrícolas, e ainda, "*Tecido edificado descontínuo esperso*", "*Áreas de estacionamento e logradouros*" e "*Espaços vazios sem construção*";

- Indústria, comércio e instalações agrícolas: incluem "*Indústria*", "*comércio*" e "*instalações agrícolas*" que no concelho são representadas por zonas industriais e/ou comerciais de grande dimensão em atividade (ou abandonadas), como por exemplo a zona industrial do Passil; a fábrica de explosivos a sul do concelho, a superfície comercial "*Freeport*", a zona industrial do Batel.
- Infraestruturas: que abrange "*infraestruturas de produção de energia renovável*", "*Infraestruturas de produção de energia não renovável*" e "*infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais*";
- Transportes: inclui "*Redes viária e espaços associados*", "*Áreas portuárias*" e "*aeroportos e aeródromos*".
- Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção: correspondem a duas áreas, uma próxima da localidade do Entroncamento, a norte do concelho, e outra, a sul do concelho, próximo da localidade Alto dos Forcados;
- Equipamentos: compreendem "*equipamentos desportivos*", "*equipamentos de lazer e parques de campismo*", "*equipamentos culturais*", "*cemitérios*" e "*outros equipamentos e instalações turísticas*", e integram equipamentos de grande dimensão tais como campos de futebol, cemitérios e a Academia do Sporting. Trata-se de uma ocupação pontual do território;
- Parques e jardins: compreendem espaços essencialmente verdes pontuais, onde se destacam os espaços verdes do "*Freeport*".
- **Agricultura**, onde se integram os seguintes subespaços:
 - Culturas temporárias: onde se incluem as "*Culturas temporárias de sequeiro e regadio e arrozais*" são parcelas de grande dimensão, geralmente sem habitação associada e com pavilhões de apoio à atividade agrícola, com utilização de mecanismos próprios para rega, quando se trata de culturas de regadio. Incluem os arrozais ainda cultivados ou abandonados, mas que mantêm as características culturais para o cultivo do arroz;
 - Culturas permanentes: inclui as subclasses "*Vinhas*", "*Pomares*" e "*Olivais*" e referem-se sobretudo à cultura da vinha e a olivais. A vinha possui uma expressão muito reduzida no concelho ao contrário do que acontecia em décadas anteriores, enquanto o olival apresenta algumas manchas dispersas de reduzidas dimensões e uma mancha de grandes dimensões a sul da Zona Industrial do Batel;
 - Áreas agrícolas heterogéneas: correspondem a "*Sistemas culturais e parcelares complexos*", "*Agricultura com espaços naturais e seminaturais*", "*Sistemas agroflorestais de sobreiro*", "*Sistemas agroflorestais de pinheiro manso*" e "*Sistemas agroflorestais de outras misturas*" da COS2015 (as duas últimas subcategorias são residuais) e são constituídas por diferentes tipos de áreas: pequenas parcelas de terreno com edificação associada a sistemas agrícolas e situadas por todo o concelho mas com especial incidência na franja dos aglomerados; áreas

extensas de hortícolas (cenoura, batatas, cebola, por exemplo) e áreas mistas de sobreiro e pastagens em sub-coberto a Este do concelho.

- Agricultura protegida e viveiros: correspondem a áreas agrícolas instaladas em viveiro ou estufa.

Fotografia 13: Culturas temporárias (Passil)



Fotografia 14: Áreas agrícolas heterogêneas (S. Francisco)



Fonte: NRV/Google.2019

- **Pastagens**, onde se incluem as áreas de "*Pastagens*" que podem ser "*Pastagens melhoradas*" e "*Pastagens espontâneas*".
 - **Superfícies agroflorestais (SAF)**, onde se integram os seguintes subespaços:
 - Superfícies agroflorestais: inclui a subclasse "*SAF de sobreiro*", "*SAF de sobreiro com azinheira*", "*SAF de outras espécies*", "*SAF de pinheiro manso*", "*SAF de outras misturas*" e estão representadas pela generalidade dos espaços florestais onde se inclui a extensa área de montado na área Oeste do concelho.
 - **Florestas**, onde se integram os seguintes subespaços:
 - Florestas de folhosas e Florestas de resinosas: inclui as subclasses "*Florestas de sobreiros*", "*Florestas de eucaliptos*", "*Florestas de outras folhosas*", "*Florestas de Pinheiro bravo*", "*Florestas de Pinheiro manso*", "*Florestas de outras resinosas*", onde estão representadas as manchas de eucalipto (manchas residuais junto à Fonte da Senhora e em S. Francisco e também numa área mais extensa, no meio do montado, junto ao Alto dos Cavaleiros), manchas de pinheiro manso (uma das quais com dimensões consideráveis, nas imediações da Academia do Sporting onde também pontuam alguns exemplares de sobreiros) e povoamentos florestais mistos;
 - **Matos**, onde se integram os seguintes subespaços:
 - Matos, que se traduzem, essencialmente, em áreas ocupadas por vegetação espontânea e terrenos agrícolas abandonados, usualmente designadas por "*incultos*", que incluem áreas com revestimento herbáceo (prados naturais), e parcelas de território com escassa vegetação arbórea ou plantações recentes de povoamentos florestais como é o caso do

pinhal na Base Área do Montijo. Estas áreas encontram-se dispersas por todo o concelho, mas com uma maior concentração junto aos aglomerados consolidados.

- **Espaços descobertos ou com pouca vegetação**, onde se integram os seguintes subespaços:

- Praias, dunas e areais costeiros: correspondem a duas manchas contíguas ao rio Tejo referentes às praias dos Moinhos e do Samouco.

Fotografia 15: Floresta (montado), Barroca d'Alva



Fotografia 16: Zonas descobertas com pouca vegetação, praia dos Moinhos



Fonte: NRV.2019

- **Zonas húmidas**, onde se integram os seguintes subespaços:

- Zonas húmidas interiores: que integram as áreas de "Paúl" e as áreas de "Sapal" - áreas suscetíveis a inundação pelos níveis de maré, que se encontram colonizadas por vegetação halófila em ecossistema de sapal e caniçal.

- **Massas de água superficiais**, onde se integram os seguintes subespaços:

- Massas de água interiores: incluem os "Cursos de água" e os "Planos de água", representados pelos cursos de água no interior do concelho, conjuntamente com alguns planos de água de albufeiras de pequena dimensão e charcas;
- Massas de água de transição e costeiras: incluem as "Salinas" que se encontram ativas ou em processo de abandono. Encontram-se duas zonas assinaláveis: entre o Samouco e Alcochete (ativas) e no término da Vala da Amieira (abandonadas) e as "Desembocaduras fluviais" que correspondem ao Estuário do Tejo.

Na peça desenhada nº 6.2 esta representada a **Carta de Ocupação do Solo existente**, que tendo por base as classes definidas pela COS`2018, agrega as classes a seguir referidas (propostas em conjunto com os serviços da CMA):

Solos Urbanos, que incluem as seguintes categorias:

- Edificado consolidado ou em consolidação;
- Edificado fragmentado/não estruturado;
- Indústria, armazenagem e Logística;
- Grandes superfícies comerciais;
- Equipamentos culturais, turísticos, de comércio e de serviços;
- Espaços Verdes de utilização coletiva.

Solos Não Urbanos, que incluem as seguintes categorias:

- Núcleos edificados de cariz rural;
- Ocupação com construção dispersa ou fragmentada;
- Unidades industriais/Equipamentos/outras atividades;
- Instalações de Defesa Nacional;
- Espaços Agrícolas;
- Espaços Florestais;
- Matos e Pastagens;
- Recursos Geológicos;
- Vias de Comunicação/Infraestruturas;
- Praias e Dunas;
- Superfícies de Água.

6.1.1.2 Padrões de Ocupação do Solo (POS)

A alteração ao PROT AML inclui um estudo sectorial sobre os padrões de ocupação do solo de modo a avaliar os modelos de ocupação do solo e as principais transformações e dinâmicas territoriais da AML que ocorreram nos últimos 10 anos. Segundo o mesmo documento, a Norma Geral, NG1, refere que nos procedimentos de revisão do PDM e em momento prévio à classificação e qualificação do solo municipal, deverá ser elaborada a planta da situação existente com a ocupação do solo, tendo como referência os padrões de ocupação do solo definidos pelo PROT AML incluindo as tipologias de ocupação.

Apesar de ter sido solicitado, a CCDR LVT não disponibilizou, a Carta dos POS de modo a poder fazer-se cartograficamente a referida referenciação com a Carta de Ocupação do Solo – Situação Existente do PDM. Por conseguinte, foi feita unicamente a interligação entre as legendas das duas plantas. De seguida apresenta-se a descrição das tipologias dos POS que se supõe estarem presentes no concelho e a consequente correspondência com a Carta de Ocupação do Solo – Situação Existente.

Descrição das tipologias dos POS (PROT-AML):

Áreas edificadas compactas: Áreas em que a edificação tem um carácter compacto e contínuo e que possuem uma estrutura consolidada, cuja morfologia é definida por uma rede viária hierarquizada e ordenada, diferenciando-as em termos dos níveis de colmatção, densidade, infraestruturação e estruturação territorial e caracterizando-as quanto às principais funções e dinâmicas. Incluem os conjuntos edificados em espaço rústico com base num espaço nuclear com carácter compacto e contínuo, em que a estrutura viária é perceptível e hierarquizada. Correspondem a uma concentração de edificações destinadas a residência e/ou outros usos e funções, afastadas entre si a menos de 50m;

Espaços vazios sem construção: Áreas livres de edificação, com dimensão significativa, envolvidas por áreas edificadas compactas, caracterizando-as em termos ecológicos e biofísicos;

Complexos desportivos: Unidades ou conjuntos de unidades de instalações desportivas públicas ou privadas, constituindo um conjunto de dimensão significativa destinada à prática de várias modalidades, podendo incluir alojamento para atletas e outros equipamentos conexos;

Grandes e médias superfícies comerciais: Elementos edificados isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial associados a grandes e médias superfícies comerciais;

Áreas de indústria, logística e armazenagem: Elementos edificados isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial destinados à instalação de empresas, indústria e armazenagem;

Áreas edificadas dispersas: Áreas onde a estrutura agrícola é ainda evidente, mas onde a ocorrência de edifícios isolados ou em pequenos grupos, constitui já um padrão importante ou dominante da paisagem. Devem ser diferenciadas em função das densidades do edificado. Inclui as áreas de edificação linear ao longo de vias de comunicação, em estrutura simples ou reticular, para as quais devem ser identificadas as quebras de continuidade e as densidades do edificado. Inclui ainda as áreas edificadas em foros;

Áreas de baixa aluvionar: Áreas marginais a linhas de água, de várzea ou de lezíria, associadas a solos de aluvião com elevada produtividade agrícola;

Áreas agrícolas: Espaço onde predomina o uso agrícola associado a: a) grandes parcelamentos com cultura arvense intensiva e sem arborização significativa ou áreas ocupadas por policulturas; b) conjunto de parcelas agrícolas onde predominam em grandes extensões pomares, vinhas, hortofrutícolas e olivais; c) conjunto de parcelas agrícolas ou folhas de cultura que coexistem com culturas arvenses de sequeiro, pomares, vinhas, hortofrutícolas e olivais, em que pode ocorrer arborização periférica da parcela. Agricultura em pequena propriedade que constitui o mosaico agrícola; d) áreas de pastagens sem coberto arbóreo suporte da produção animal extensiva;

Povoamentos florestais: Áreas ocupadas por um conjunto de árvores suficientemente homogêneas, sem distinção no que se refere à sua composição, estrutura ou densidade, e incluindo as novas plantações;

Povoamentos de Sobreiro ou Azinheiras: Formação vegetal onde se verifica o predomínio de sobreiros e/ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, apresentando densidades variáveis.

Áreas de indústria extrativa: Áreas de exploração de inertes em atividade e antigas áreas a recuperar;

Matos: Áreas com revestimento herbáceo-arbustivo de espécies de flora climax com pequena altura, podendo ocorrer ao longo das linhas de drenagem natural e encostas adjacentes, maciços arbustivos e arbóreos de maiores dimensões de forma contínua. Evidência das formas do relevo natural e de fenómenos de geomorfologia local. Áreas com percentagem significativa de terrenos sem uso definido, com pedregosidade elevada e ocorrência de muros de pedra;

Praias: Forma de acumulação de areias ou cascalhos de fraco declive, limitada inferiormente pela linha baixa-mar de águas vivas equinociais e superiormente pela linha atingida pela preia-mar de águas vivas equinociais;

Zonas Húmidas e Sapais: Áreas sujeitas a alagamento pelo efeito da maré, normalmente compostas por sapais e zonas intertidais. Cobrem áreas onde o excesso de água domina o ambiente e determina a fauna e a flora. A linha de água situa-se usualmente pouco abaixo, ao mesmo nível ou ligeiramente acima da superfície da terra e a água pode ser parada, corrente ou dependente da maré;

Planos e cursos de água: Área ocupada por cursos de água com leito permanente, lagoas e albufeiras.

Quadro 20: Ocupação do solo do concelho de Alcochete e a referência aos POS do PROT

Ocupação do solo existente (adaptada da COS` 2018)		Referenciação aos Padrões de Ocupação do Solo do PROT AML
SOLOS URBANOS	Edificado consolidado ou/em consolidação	Áreas edificadas compactas e Áreas edificadas dispersas
	Edificado fragmentado/não estruturado	
	Indústria, armazenagem e logística	Áreas de indústrias, logística, armazenagem e Grandes e médias superfícies comerciais
	Grandes superfícies comerciais	
	Equipamentos culturais, turísticos, de comércio e de serviços	Complexos desportivos
	Espaços verdes de utilização coletiva	—
SOLOS NÃO URBANOS	Núcleo edificado de cariz rural	-
	Ocupação com construção dispersa ou fragmentada	Áreas edificadas compactas e Áreas edificadas dispersas
	Unidades industriais/Equipamentos/outras atividades	Áreas de indústrias, logística, armazenagem e Grandes e médias superfícies comerciais
	Instalações de Defesa Nacional	-
	Espaços Agrícolas	Áreas agrícolas
	Espaços Florestais	Povoamentos florestais e Povoamentos de sobreiro e azinheira

	Matos e Pastagens	Matos
	Recursos Geológicos	Áreas de extração de inertes
	Vias de Comunicação/Infraestruturas	-
	Praias e dunas	Praias
	Superfícies de Água	Zonas Húmidas e Sapais
		Planos e cursos de água

Fonte: PROT AML

6.1.2 Transposição da REM para a escala municipal

A Rede Ecológica Metropolitana constitui uma rede de áreas e corredores organizada de acordo com os objetivos e os valores ecológicos que lhes estão subjacentes, que funciona como estrutura fundamental da integridade do espaço e de suporte às populações e atividades que o partilham. A REM está hierarquizada em três níveis: Rede Primária, Rede Secundária e Rede Complementar e integra ainda as áreas abrangidas por regimes especiais, nomeadamente as áreas de Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional e do Domínio Hídrico.

A Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental (EMPVA) constitui um objetivo central no PROT-AML e é concretizada no Esquema do Modelo Territorial através da Rede Ecológica Metropolitana e das áreas a estabilizar considerados elementos estruturantes e decisivos para a sustentabilidade da AML.

O quadro seguinte permite analisar a descrição da REM para a AML e a sua aplicabilidade ao concelho de Alcochete.

Quadro 21: EMPVA para o território do PROT-AML - concelho de Alcochete

REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA				APLICABILIDADE AO CONCELHO DE ALCOCHETE
Nível	Componente	Concretização	Delimitação	Delimitação
REDE PRIMÁRIA	Áreas Estruturantes Primárias	Rede Nacional de Áreas Protegidas e áreas classificadas da RN 2000	De acordo com os instrumentos de gestão territorial eficazes	SIC Estuário do Tejo ZPE Estuário do Tejo Reserva Natural do Estuário do Tejo
	Corredores Estruturantes Primários	Ligação entre o Estuário do Tejo e o Estuário do Sado	Os CEP têm como dimensão de referência 2 km de largura, ajustável de acordo com os estudos especificados no PROT AML	Vale da Amieira e a Ribeira Vale dos Vinte Um
REDE SECUNDÁRIA	Áreas Estruturantes Secundárias	Áreas de natureza diversa, livres de funções urbanas, mas com funções determinantes ao nível ecológico, paisagístico ou produtivo	Na margem Sul destacam-se as zonas baixas que drenam diretamente para o Tejo, as lagoas do Poceirão, a Mata Nacional da Machada, os Pinhais de Sesimbra e ainda os Pinhais da Marquesa, Formas e Espanholas e Terra dos Caramelos	Terra dos Caramelos
	Corredores Estruturantes	Linhas de água, vales e respetivas margens,	Os CES associados a cursos de água devem ter,	Ribeira do Vale de Palmela; Vale da Amieira /Ribeira Vale dos

	Secundários	com maior importância regional	para além da largura da margem legalmente estabelecida, um valor mínimo de 20 metros em cada margem, extensível sempre que os estudos paisagísticos, hidrológicos e geomorfológicos o justifiquem	Vinte Um
REDE COMPLEMENTAR	Áreas vitais	Não aplicável ao concelho de Alcochete		
	Corredores vitais			

Fonte: PROT AML

De seguida, descreve-se como é efetuada a transposição da REM para a escala municipal, elemento fundamental para a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM). São também apresentados os cartogramas da REM da AML com a inserção do limite de concelho, de modo a permitir a perceção geral das áreas transpostas da REM para o concelho.

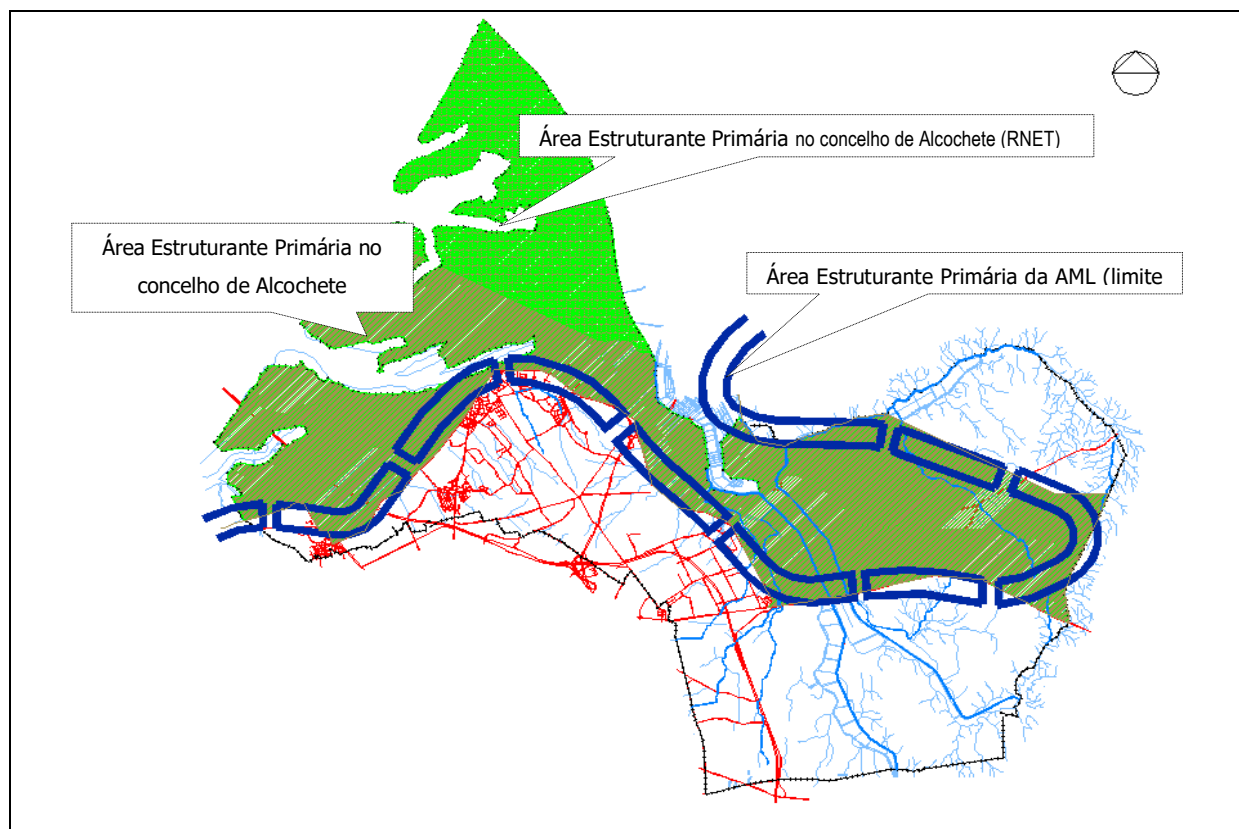
A peça desenhada n.º 7, apresenta no seu conjunto, o resultado da transposição da REM da AML para o concelho de Alcochete, resultado dos critérios apontados no PROT AML.

Rede primária

Áreas Estruturantes Primárias

A transposição dos limites das diversas componentes da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Áreas classificadas da RN2000 incluídas no território do concelho, para a escala municipal é imediata, ou seja, os limites do SIC, ZPE e Reserva Natural do Estuário do Tejo serão transpostos integralmente para a Estrutura Ecológica Municipal, após a compatibilização com as intrusões/descontinuidades a seguir analisadas neste capítulo.

Figura 35: Transposição das Áreas Estruturantes Primárias da REM para o concelho de Alcochete



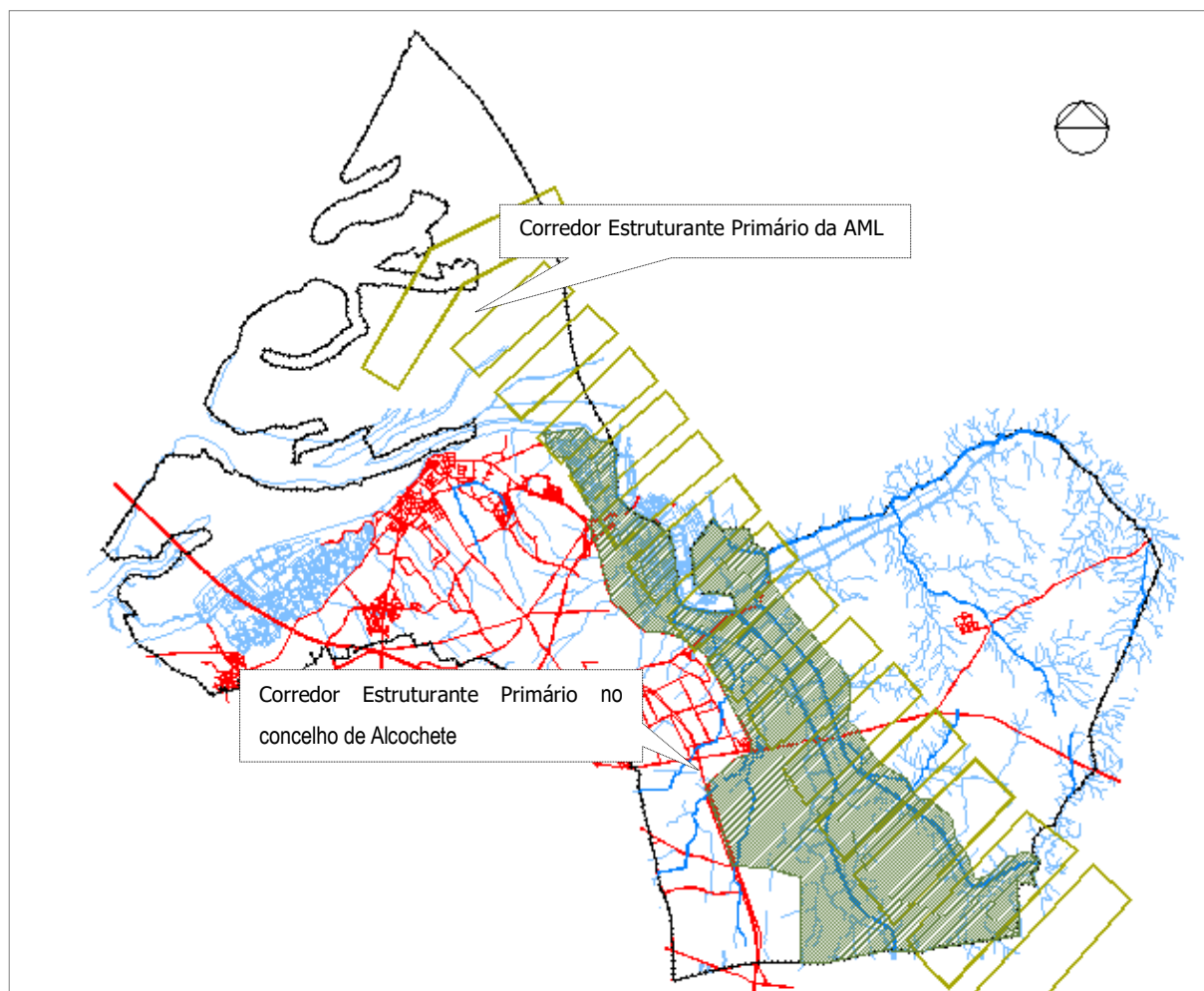
Fonte: PROT/NRV

Corredores Estruturantes Primários

A ligação entre o Estuário do Tejo e o Estuário do Sado no concelho de Alcochete é efetuada através da Ribeira Vale dos Vinte Um e da Vala da Amieira. Segundo o PROT AML estes corredores deverão ter como referência 2 km de largura. O traçado do corredor foi feito com base na análise da ocupação do solo, na fisiografia dos respetivos vales, nos ortofotomapas de 2007 e no levantamento de campo.

Assim, a delimitação do corredor acompanhou a baixa aluvionar das referidas ribeiras ocupada por culturas temporárias, as respetivas margens e "encostas" envolventes. Sempre que possível, a delimitação foi feita por limites físicos do território, nomeadamente pela antiga EN118 e pelo IP1/ A12 (limite Oeste do corredor).

Figura 36: Transposição do Corredor Estruturante Primário da REM para o concelho de Alcochete



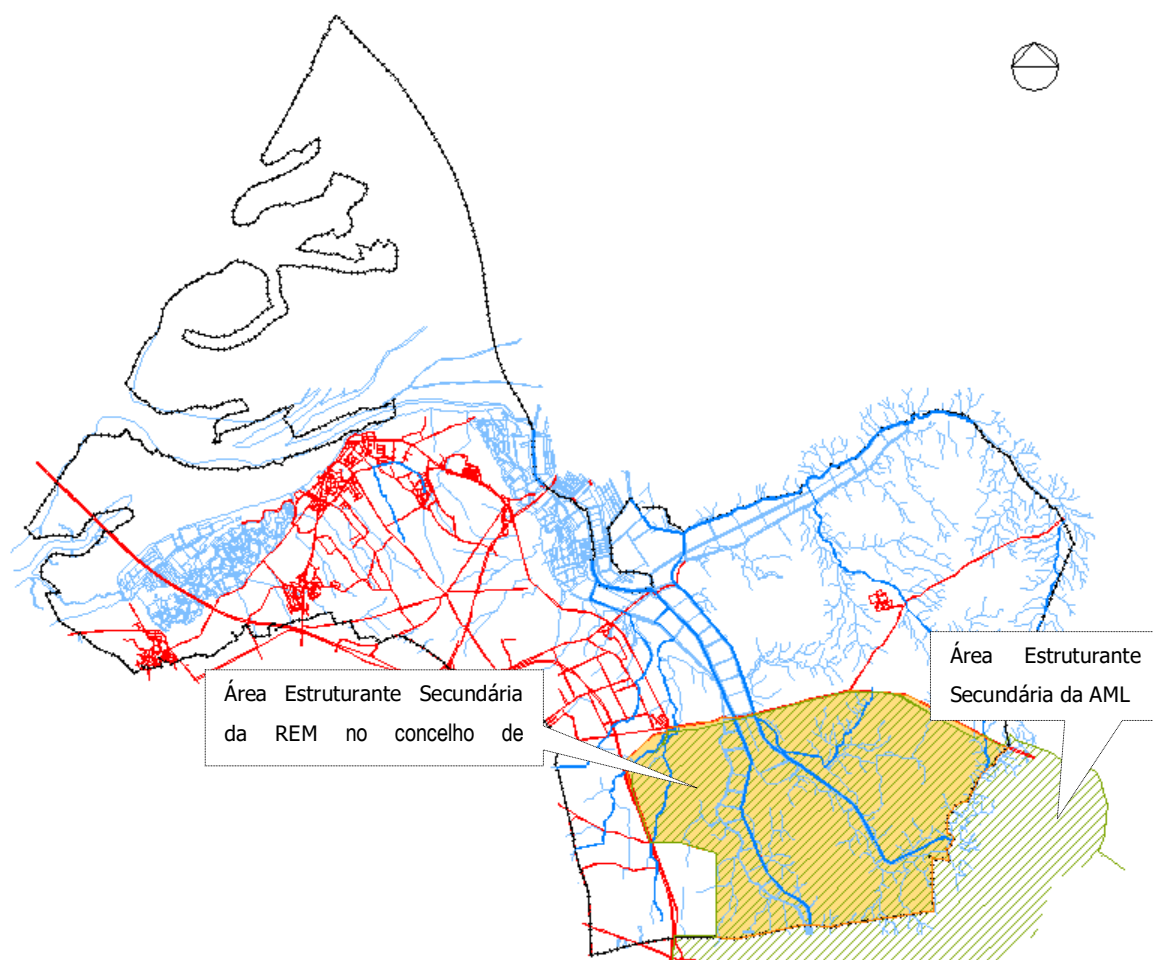
Fonte:PROT/NRV

Rede Secundária

Áreas Estruturantes Secundárias

As AES no concelho de Alcochete correspondem ao topo Norte da Terra dos Caramelos que se prolonga para o concelho de Palmela. A delimitação proveniente do PROT foi ajustada cartograficamente atendendo à diferença de escala entre os dois documentos. O limite foi ajustado ao IP1/A12 a Oeste e à EN4 a Norte, os limites Sul e Este correspondem aos limites do concelho.

Figura 37: Transposição da Área Estruturante Secundária da REM para o concelho de Alcochete

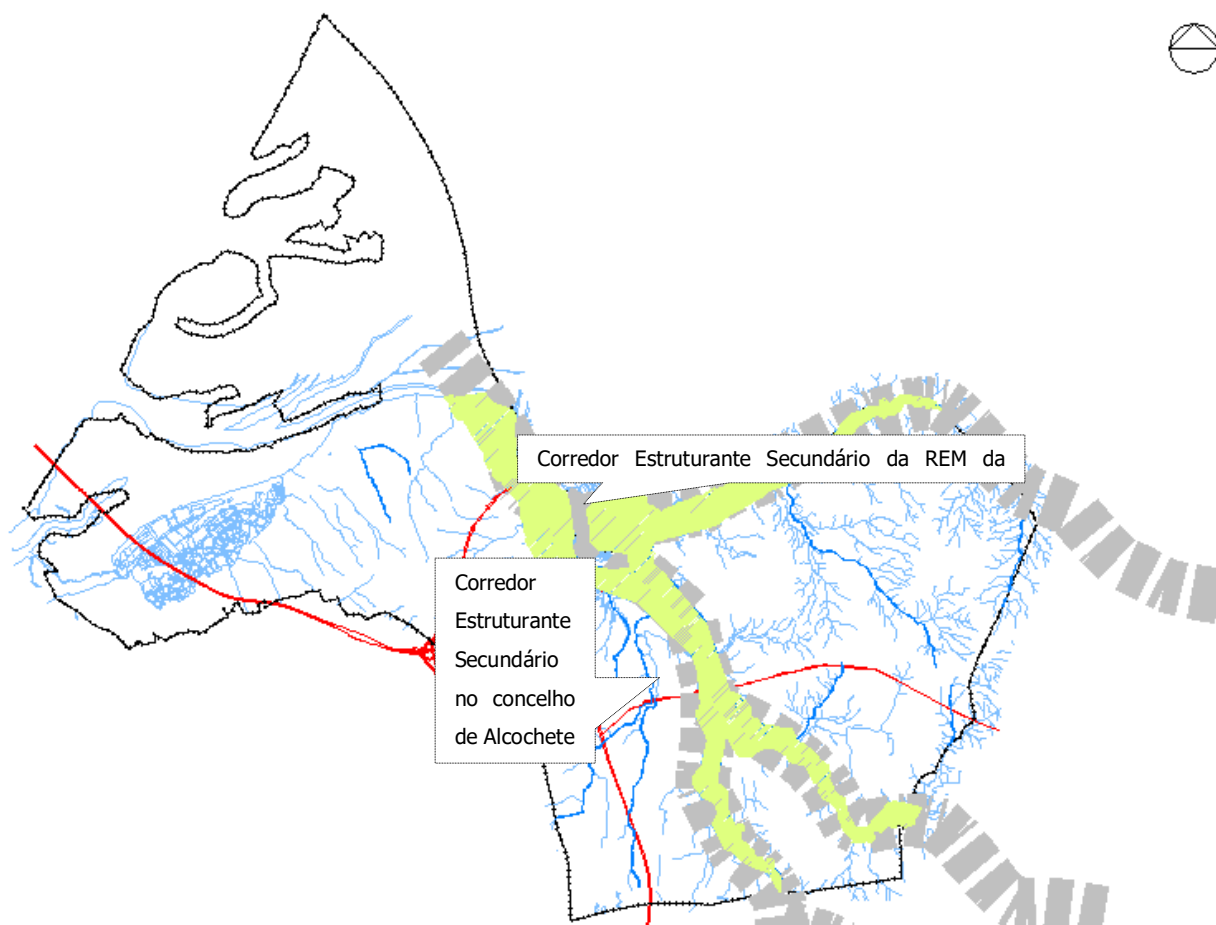


Fonte: PROT/NRV

Corredores Estruturantes Secundários

O PROT considera como CES a Ribeira do Vale de Palmela, a Vala da Amieira /Ribeira Vale dos Vinte Um e um valor mínimo de 20 metros em cada margem. O CES no concelho de Alcochete traduz-se na baixa aluvionar das referidas ribeiras, com uma demarcação perfeitamente estruturada na paisagem, como se pode verificar pela análise do ortofotomapa.

Figura 38: Transposição do Corredor Estruturante Secundário da REM para o concelho de Alcochete



Fonte: PROT/NRV

No ortofotomapa também poderá observar-se a sobreposição de ambos os Corredores Estruturantes: o Primário e o Secundário. É visível a maior abrangência do CEP, que inclui as margens e “encostas” envolventes (a verde) enquanto o CES se cinge ao leito e ao seu espraioamento (a magenta).

Figura 39: CEP e CES no concelho de Alcochete

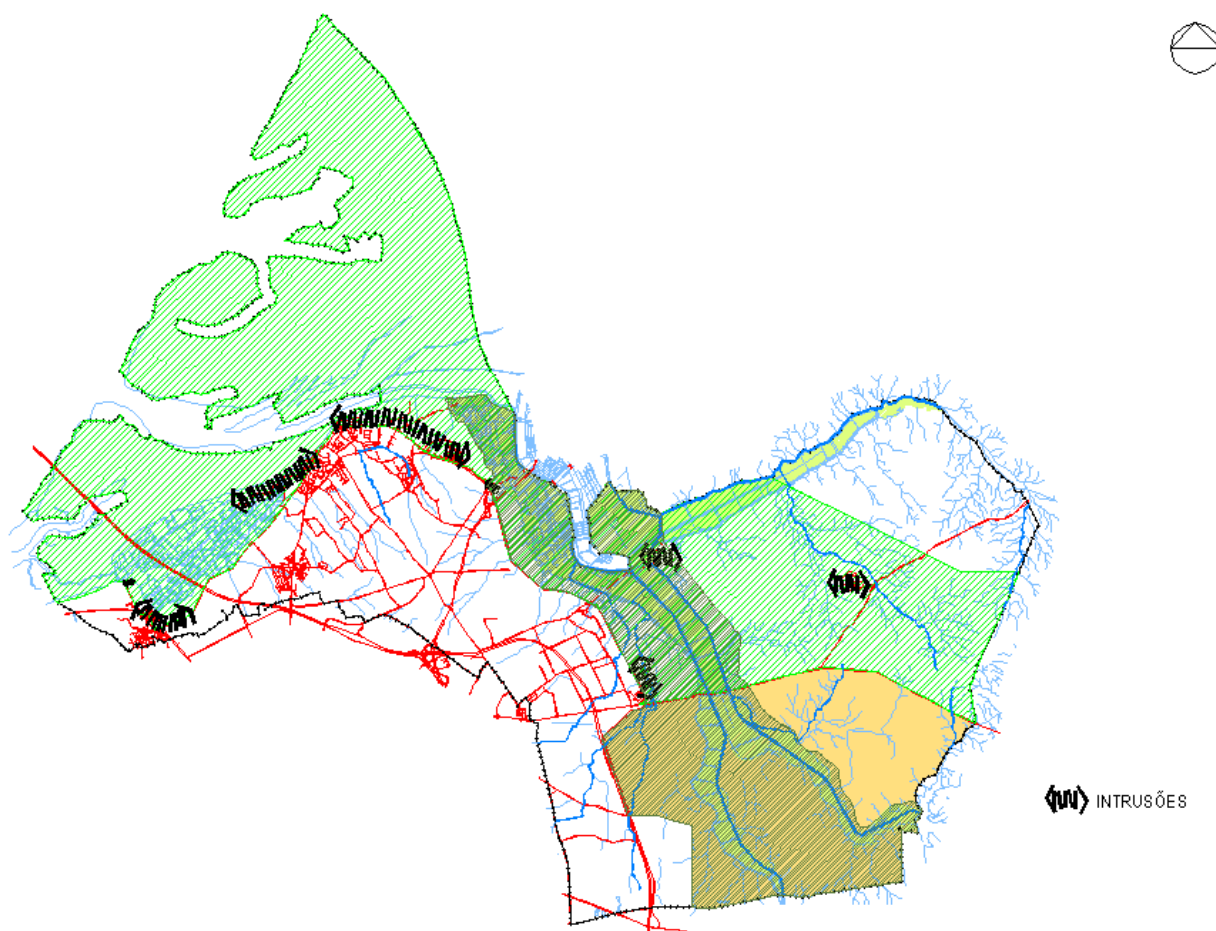


Fonte: Google/NRV

Intrusões

Nas Normas Específicas por Domínio de Intervenção - *Domínio C. Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza - C.1 Garantir o funcionamento REM*, uma das medidas para a Implementação/Concretização da REM (C.1.1) aponta para a identificação e delimitação de pontos de estrangulamento, intrusões, interrupções de continuidade ou locais de tampão nas áreas e corredores ecológicos. No concelho de Alcochete são visíveis situações de intrusão que se devem ao facto de estar-se perante um concelho bastante humanizado e serem inevitáveis as sobreposições entre os valores ecológicos e a edificação já existente. As intrusões detetadas são de maior extensão junto aos aglomerados de Alcochete e Samouco e têm carácter pontual na Academia do Sporting (inserida no interior do SIC/ZPE Estuário do Tejo), na zona industrial do Passil e no núcleo edificado da Barroca d'Alva.

Figura 40: Identificação das respetivas intrusões na REM



Fonte: PROT

Uma vez identificadas estas intrusões serão estudadas quais as melhores soluções para ultrapassá-las aquando da delimitação da EEM, salvaguardando sempre que se tratam de situações já existentes.

6.2 Povoamento e Evolução Urbanística

Neste subcapítulo pretende-se caracterizar a forma como o território concelhio tem vindo a ser ocupado, avaliando a dinâmica e a evolução urbanística dos aglomerados nas décadas mais recentes. A sistematização que se segue assenta assim, fundamentalmente, na observação feita no local e em dados estatísticos disponíveis.

6.2.1 Evolução do Povoamento e Ocupação Urbana

Como se sabe, a concentração da população num determinado território está diretamente ligada às características geomorfológicas e biofísicas do território onde as comunidades se instalam. A morfologia do concelho encontra-se intimamente associada à evolução da bacia Cenozóica do Tejo, caracterizada por um relevo baixo e plano.

Alcochete situa-se na margem esquerda do estuário do Tejo, o maior estuário da Europa Ocidental e um dos maiores santuários da vida selvagem da Europa. A lezíria, as salinas e o montado de sobre conferem ao concelho de Alcochete o estatuto único no domínio da conservação da natureza e da biodiversidade na AML.

A presença da água e o relevo, foram fatores que influenciaram decisivamente o estabelecimento da população no concelho. Para além do potencial de desenvolvimento de atividades associadas à pesca, as zonas ribeirinhas são geralmente locais férteis e relativamente planos, onde a atividade agrícola, que foi durante milhares de anos a principal base de sustentação dos povos, tinha facilidade em ser implementada. A frente ribeirinha, com cerca de 10km de extensão, foi por isso alvo preferencial da ocupação humana.

Apesar de estar integrado na AML o desenvolvimento urbano de Alcochete a partir de meados do séc. XX evoluiu de forma distinta dos restantes concelhos. Com a construção da 1ª travessia rodoviária do Tejo a Península de Setúbal adquiriu uma forte dinâmica de transformação do solo que se traduziu numa expansão acelerada e numa forte densificação das áreas urbanas, no entanto esta infraestrutura pouco impacto teve sobre Alcochete, devido ao seu posicionamento excêntrico face a Lisboa. Se por um lado este facto não potenciou o crescimento económico do concelho, por outro alheou-o dos fenómenos de suburbanização e monofuncionalidade que caracterizam a generalidade das áreas urbanas periféricas. Em termos de relações com o exterior e de interdependência funcional, foi com o concelho do Montijo que sempre se estabeleceram relações mais fortes, tendo sido esse o eixo preferencial de expansão urbana de Alcochete.

Conforme sobejamente referido, o aumento de população durante o último período intercensitário deve-se sobretudo à construção de um conjunto de infraestruturas rodoviárias de carácter regional e nacional, facto que contribui para a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares. A reduzida oferta dos transportes públicos de passageiros que permitam estabelecer a ligação entre Alcochete e o exterior, torna o concelho muito dependente do transporte individual, o que acarreta consequências nefastas nos níveis de mobilidade, de emissão de poluentes, de ruído, etc..

O povoamento do concelho é claramente concentrado, registando-se alguma tendência para a dispersão (como se pode verificar na Lagoa da Cheia, no Rego da Amoreira, etc.) que importa conter. A população do concelho distribui-se maioritariamente por 3 aglomerados (Alcochete, Samouco e S. Francisco), onde residia, em 2011, cerca de 88% da população, sendo que a vila de Alcochete

concentrava 61% da população residente, destacando-se largamente em relação aos restantes núcleos.

A **evolução do tecido urbano do concelho** apesar de ter estado sempre associada ao desenvolvimento urbano e económico da cidade de Lisboa (desde o séc. XV que é o principal mercado de escoamento da produção do concelho) decorreu ao longo dos séculos de forma relativamente autónoma. Até finais da década de 80 do século passado o crescimento urbano deu-se sobretudo no sentido da consolidação dos três principais aglomerados do concelho, que conformavam uma rede nucleada, claramente polarizada pela vila de Alcochete.

Na década de 70 surgem no concelho alguns bairros clandestinos de pequena dimensão junto da fronteira com o concelho do Montijo, no entanto este fenómeno não assume aqui a relevância que se verifica em outros concelhos da região, existindo apenas uma Área Urbana de Génese Ilegal, classificada no PDM em vigor como espaço urbano a reestruturar, mas ainda sem processo de reestruturação efetivo – o Bairro do Maçãs.

A construção da Ponte Vasco da Gama confere a Alcochete um novo posicionamento na AML e em finais dos anos 90 assiste-se então a um incremento na construção, principalmente em torno de Alcochete, embora o aglomerado de S. Francisco tenha também assistido a um forte incremento da pressão urbanística por via do licenciamento de diversos loteamentos.

Os fenómenos de dispersão, inicialmente associados ao desenvolvimento da atividade agrícola, observaram um crescimento, em meados do séc. XX, com o desenvolvimento de alguma atividade industrial dispersa no concelho de Alcochete e no vizinho concelho do Montijo. Presentemente a dispersão do povoamento não abrandou o ritmo de crescimento, verificando-se agora uma maior procura do espaço rural por parte da população urbana que procura novos padrões de vida urbana relacionados com o desafogo, qualidade paisagística e integração no meio rural.

O espaço rural do concelho, embora com uma ocupação rarefeita, encontra-se bastante humanizado, surgindo a ocupação pouco estruturada, associada por vezes a fenómenos de ocupação ilegal, havendo necessidade de promover uma reflexão cuidada no âmbito da revisão do PDM relativamente à forma como se pretende planear algumas áreas de maior “concentração” da ocupação, como é o caso do Rego da Amoreira.

Seguidamente faz-se uma breve abordagem à forma como ao longo dos séculos se processou o povoamento e como mais recentemente tem vindo a ocorrer a ocupação dos principais aglomerados concelhios.

Alcochete²⁰

Recentes descobertas arqueológicas do Neolítico e Romano, remontam a presença humana no espaço urbano da vila de Alcochete para estes períodos. No entanto, a constituição de um aglomerado urbano só terá ocorrido na Baixa Idade Média, nos tempos de paz que se seguiram após a reconquista cristã, à semelhança do que se sucedeu na maioria dos restantes povoados da orla ribeirinha da margem Sul do Tejo.

Sendo o topónimo 'Alcochete' indiscutivelmente de origem árabe (al-kusat = os fornos), cuja referência mais antiga data documentalmente de 1308, não significa porém que a sua origem urbana remonte a este período. Aliás não existem (ainda) evidências arqueológicas deste período provenientes da vila. É provável que 'os fornos' de 'al-kusat' fossem os fornos romanos de Porto dos Cacos e de outras olarias que laboram mais de 500 anos nas margens da Ribeira das Enguias, cujo peso do laboral foi de tal forma significativo no tempo que conseguiu ficar perpetuado em forma de topónimo. Assim, 'os fornos' seriam uma referência para um território que no período islâmico estaria pouco povoado e que após a reconquista se foi circunscrevendo ao atual espaço urbano.

Em período baixo medieval, pós reconquista, este território dependia administrativamente do antigo concelho do Ribatejo, localizado entre as ribeiras de Coina e das Enguias, com dupla sede, em Alhos Vedros e Sabonha (São Francisco). A sua população vivia essencialmente da exploração do sal e da vinha e pouco a pouco pequenos aglomerados urbanos, entre os quais Alcochete, foram-se desenvolvendo junto da orla ribeirinha.

Mas o período de principal fulgor ocorreu na viragem para a Idade Moderna. Ao longo do séc. XV notamos o incremento de algum desenvolvimento, espelhado na construção da Igreja de São João Batista e na construção de um edifício senhorial que por várias vezes acolheu a corte desde o reinado de D. João I. O infante D. Fernando, Irmão do rei D. Duarte, escolheu Alcochete para residir e fora aqui que nasceu em 1469 D. Manuel I, coroado rei, quase que modo inesperado, em 1495. A atribuição de foral em 1515, dado conjuntamente a Aldeia Galega (Montijo) é consequência natural do desenvolvimento que estes aglomerados vinham assumindo, uma oficialização do estatuto de vila e da autonomia administrativa que já estava implementada.

O desenho urbanístico do núcleo antigo da vila manteve-se praticamente intacto desde a baixa idade média, com uma planta radiocêntrica com as pequenas ruas a convergirem para a praça central (Praça da República), onde estaria antigamente o pelourinho, confinado a norte pela orla ribeirinha e a sul por uma linha de quintas senhoriais. As principais alterações ocorreram no séc. XIX com o

²⁰ Texto fornecido pela CMA (parecer junho.2019)

grosso da construção da linha de muralha que protege a vila do Tejo, sobretudo da linha entre a Capela Sra. da Vida e a Igreja da Misericórdia, e consequente construção do Bairro das Barrocas nesta nova área conquistada ao rio.

O urbanismo, assim como o modo de vida da população de Alcochete manteve-se praticamente inalterada até meados do séc. XX. Até esta altura, o principal rendimento provinha das atividades tradicionais como salicultura, agricultura, transporte fluvial e construção naval. A partir desta altura assistimos ao aparecimento das primeiras indústrias, quebrando com a sazonalidade laboral que predominava na base da maioria dos rendimentos familiares. A disponibilidade de oferta de trabalho levou consequentemente à imigração de população e ao emprego feminino, alterando em parte a estrutura social existente em Alcochete.

É partir da década de 60 que surgem novas áreas para habitação para fora do núcleo antigo, mas a Ponte Vasco da Gama, apos 1998, foi o principal elemento a desencadear a expansão urbanística da vila. A vila conheceu um incremento da dinâmica urbanística, e consequentemente demográfica, verificando-se a par da densificação do núcleo central a ocupação de toda a coroa envolvente – depois de na década de 90 do século passado a urbanização ter ocorrido preferencialmente no extremo oeste do aglomerado, com a colmatação das áreas aí disponíveis e atendendo à proximidade com o estuário do Tejo e as suas vastas áreas de sapais e marinhas, a expansão da vila com a progressiva ocupação da “franja” agrícola a sul do núcleo central. A generalidade destas áreas encontram-se atualmente perfeitamente consolidadas e integradas na malha urbana.

Este fenómeno de exponencial urbanização induziu, naturalmente, a diversificação da atividade comercial e do sector dos serviços, bem como a implementação de um vasto conjunto de novos equipamentos, o que veio conferir a Alcochete autonomia funcional face ao exterior.

De referir que apesar da fortíssima dinâmica urbanística que o aglomerado conheceu, enquadrada na maioria das vezes pela concretização de planos de pormenor ou conjuntos habitacionais, está ainda por preencher uma parte significativa das áreas de expansão previstas no PDM em vigor (que afetava 55% da área total do perímetro urbano a espaços urbanizáveis de expansão), ainda que algumas delas se encontrem comprometidas por via dos planos aprovados ou de compromissos urbanísticos válidos.

Samouco

Localizada no limite poente do concelho a vila do Samouco é o segundo aglomerado de maior importância no concelho, albergando em 2011 18% do total de residentes (3.143). Encontra-se a cerca de 5km da vila de Alcochete e a 2km da cidade do Montijo, tendo desenvolvido ao longo dos séculos uma forte dependência face a esta última. À semelhança do que se passou em muitos outros aglomerados ribeirinhos, foi a presença do rio Tejo que aqui determinou o estabelecimento humano, tendo sido as atividades piscatória e salineira as principais fontes de ocupação da população durante vários séculos.

No séc. XV o Samouco, a par com Alcochete, Aldeia Galega e Sarilhos integravam o concelho de Santa Maria de Sabona (São Francisco) pertencente à então comarca do Ribatejo. Nessa época Samouco seria um povoado de reduzidas dimensões, sabendo-se que possuía um rossio, onde viria a ser edificada a capela de S. Brás, no séc. XVI, época em que é constituída a freguesia do Samouco, que passará para o domínio administrativo de Alcochete em 1898.

De assinalar em termos patrimoniais no aglomerado do Samouco a Igreja de S. Brás que se julga remontar ao séc. XVI, datando o atual edifício do séc. XVII, e a Ermida de Nossa Senhora da Conceição dos Matos, da 2.^a metade do século XVI, localizada na zona das salinas. No domínio da arquitetura civil destacam-se alguns edifícios que integraram antigas quintas (Quinta do Braga, Quinta de S. Brás, etc.) bem como um ou outro edifício notável (por exemplo a Casa do Mirante, exemplar do estilo arte-nova).

Durante as primeiras décadas do séc. XX a edificação materializou-se em torno do núcleo habitacional atualmente enquadrado pela Praça da República, Largo 25 de Abril e Praça José Coelho. Até ao início da década de 40 o desenvolvimento urbano assentou essencialmente na estruturação e consolidação deste núcleo central, o que permitiu uma clara definição dos espaços urbanos do aglomerado. De referir ainda que é durante este período que se começa a verificar a ocupação urbana de algumas quintas, bem como a expansão do aglomerado a poente, onde surgem alguns quarteirões de planta ortogonal.

Nas décadas de 40 e 50, com a industrialização do Montijo e de Alcochete e com a instalação da Base Aérea, o Samoco conhece um novo período de expansão urbana, quase duplicando o número de fogos. À semelhança do período anterior, observa-se uma densificação do núcleo central e uma maior estruturação do núcleo poente.

A partir de 1960 a ocupação do aglomerado foi-se fazendo através de operações de loteamento nas antigas quintas que envolviam o aglomerado, onde foram progressivamente surgindo novas tipologias de edificação, nomeadamente a moradia unifamiliar com logradouro e edifícios de habitação coletiva de carácter social.

Como aconteceu com os restantes aglomerados do concelho também a estrutura urbana do Samouco sentiu o efeito decorrente da construção da Ponte Vasco da Gama – o número de fogos existentes na freguesia aumentou cerca de 35% entre 1991 e 2001, ritmo que abrandou significativamente no período censitário seguinte (10%). Previa-se, contudo, que fruto dos planos de pormenor (aprovados ou em curso) no Samouco o crescimento nos últimos anos tivesse conhecido novo impulso – só o PP da Terra Nova contemplava a construção de 852 novos fogos – porém a crise económico-financeira que o país enfrentou acabou por refrear de forma significativa o ímpeto urbanístico do início do século XXI. De assinalar a este respeito a intenção da CMA ver revogado este PP, constituindo assim a revisão do PDM uma oportunidade para reprogramar a ocupação desta vasta área.

A vila do Samouco, apresenta fortes condicionamentos físicos ao desenvolvimento urbano, atendendo à confinância com o Estuário do Tejo, a Base Aérea do Montijo e a extensão de áreas agrícolas integradas na RAN, facto que explica a forte consolidação do aglomerado em torno do núcleo primitivo, tendo-se apenas verificado uma ligeira tendência recente para a rarefação da edificação a este, ao longo da EM501.

Em termos de estrutura funcional, a vila do Samouco possui uma atividade comercial com algum dinamismo o que lhe confere uma relativa autonomia, o mesmo não acontecendo em relação à oferta de emprego, estando a população residente muito dependente do exterior, em particular do concelho do Montijo e da vila de Alcochete. Em termos de equipamentos coletivos encontram-se apenas equipamentos de proximidade, sendo a restante procura satisfeita na vila de Alcochete e no Montijo.

Próximo do rio é possível encontrar uma área de recreio e lazer de relativa importância no contexto municipal, onde se encontra um Parque de Merendas, a praia fluvial do Samouco e a Ponte-Cais, ainda ponto nevrálgico das atividades piscatórias remanescentes no concelho.

São Francisco

Situado sensivelmente a meio do eixo de ligação entre Alcochete e Montijo, São Francisco é o terceiro maior aglomerado do concelho, sendo aquele que mais cresceu em termos populacionais entre 2001 e 2011, vendo a sua dimensão demográfica aproximar-se da registada na vila do Samouco.

O lugar de S. Francisco foi outrora a sede do concelho de Sabona (cuja primeira referência conhecida data de 1249), concelho medieval que terá estado na origem dos atuais concelhos de Alcochete, Montijo, Moita e Barreiro. Em 1571 os frades da Ordem de S. Francisco obtêm autorização para aí se instalarem e no ano seguinte inicia-se a construção do convento, que viria a dar o nome à atual freguesia. Do convento resta apenas o pórtico de três arcos que daria acesso ao átrio, classificado desde 1996 como Imóvel de Interesse Municipal.

É contudo a partir de meados do séc. XX que o aglomerado começa a assumir características de urbanidade, fruto do seu desenvolvimento marginal à principal ligação ente Alcochete e Montijo;

atualmente o centro do aglomerado é marcado pelo cruzamento da EN119 e do CM1003, vias que têm constituído os seus eixos principais de crescimento urbano, e que têm sido um constrangimento à afirmação de uma área com características de “centralidade urbana” neste núcleo.

De referir que o aglomerado de S. Francisco, ao contrário do que aconteceu com Alcochete e Samouco, não perde população desde a década de 60, tendo registado um crescimento populacional no último período intercensitário de cerca de 133%. Os 135 fogos de que há registo em 1936 aumentaram para cerca de 770 fogos em 2011. Na envolvente do aglomerado a ocupação urbana é bastante dispersa, fenómeno que se tem vindo a acentuar nos últimos anos.

Apesar do desenvolvimento urbano e da crescente pressão urbanística que aqui se faz sentir, S. Francisco não perdeu o seu cunho rural, sendo ainda dominante a presença da atividade agrícola em torno do aglomerado. Ao nível da estrutura funcional as dinâmicas não acompanharam o crescimento da edificação e da população, verificando-se uma reduzida ocorrência de funções que não a habitacional e consequentemente uma dependência quase total face à sede de concelho.

Importa por fim referir que, atualmente, uma parte significativa da área de “expansão” delimitada no PDM em vigor se encontra por concretizar, muito embora esteja de certa forma comprometida, uma vez que durante a vigência do atual PDM este perímetro foi sendo ocupado em sectores diversos, nomeadamente em algumas das suas franjas, verificando-se uma urbanização caracterizada pela descontinuidade e pela extensão de vazios urbanos.

Face ao exposto e tendo em consideração, por um lado, a dinâmica crescente das últimas décadas, e por outro o potencial de afirmação que este aglomerado possui no contexto do sistema urbana municipal, a sua estruturação territorial enfrenta um conjunto de desafios particulares no contexto do modelo de ordenamento concelhio, que terão de encontrar o equilíbrio entre ruralidade e urbanidade, numa ótica de sustentabilidade e coesão territoriais.

Fonte da Senhora / Passil

Apesar de constituírem aglomerados distintos a sua contiguidade espacial e as suas características de desenvolvimento conferem a estes dois territórios alguma unidade e similaridade.

O Passil (ou Casas Novas) resulta da fixação de população agrícola que trabalhava nas grandes herdades do concelho, em particular na Herdade de Rio Frio, no cruzamento da EN118 com a EN4, duas importantes vias de acessibilidade concelhia e regional.

Adjacente ao núcleo tradicional do Monte do Passil deliberou-se desenvolver um plano de pormenor (PP do Passil Sul), que pretendia tirar partido da localização que esta área possui – na vizinhança dos concelhos do Montijo e de Palmela e próximo da EN4 – para que aqui pudesse vir a ser criada uma

nova centralidade local. O PP, que chegou a equacionar a construção de 1.000 novos fogos, não foi objeto de aprovação, ponderando-se o encerramento do procedimento.

Já Fonte da Senhora, e à semelhança dos demais núcleos habitacionais que surgiram neste setor do concelho, tiveram uma génese clandestina, que ainda se mantém em algumas áreas (Terroal e Maças foram constituídas AUGI), tendo sido o seu desenvolvimento em grande parte induzido pelo crescimento do Montijo, e pela necessidade de expansão do aglomerado vizinho da Atalaia, objeto de elevada procura a partir dos anos 70 devido à sua localização privilegiada em termos de acessibilidade rodoviária, e proximidade à então vila do Montijo.

Com a entrada em vigor do PP de Paço de Arcos havia a expectativa de que ocupação de toda a área a sul do aglomerado viria a ser objeto de reconfiguração, com efeitos indutores de mudanças nas dinâmicas territoriais, sociais e económicas do núcleo “tradicional”. Porém, o plano permanece por concretizar, sendo intenção do município promover a sua revogação por considerar que este não responde aos atuais padrões de procura habitacional do concelho (prevê a construção de 770 novos fogos) e à estratégia de desenvolvimento territorial que se pretende promover.

Em ambos os núcleos predomina a habitação unifamiliar em lotes de pequena dimensão, estando ainda patentes fortes carências em termos de infraestruturação, qualificação do espaço público e oferta de bens e serviços de proximidade, verificando-se uma total dependência funcional face ao exterior.

De referir também que apesar dos Bairros do Terroal e do Maças terem ambos sido constituídos AUGI, apenas o segundo foi enquadrado por um Plano de Pormenor de Reconversão, que não foi ainda aprovado, não estando por isso a situação regularizada.

No sentido de lhes conferir um maior “sentido urbano” o PDM em vigor classificou a generalidade dos espaços como “espaços urbanos a reestruturar”, porém, apesar de alguma dinâmica demográfica e construtiva, não se conseguiu criar neste sector do concelho uma nova centralidade. Facto é que, para além do desenvolvimento da zona de indústria e logística pouco mais foi concretizado no sentido de afirmar este eixo enquanto polo urbano alternativo às três sedes de freguesia e polarizador do extenso território rural que se desenvolve na zona centro/sul do concelho, mantendo-se este eixo um território relativamente desestruturado, onde está ausente a presença de uma centralidade agregadora de vivências e experiências urbanas.

Outras áreas

Para além dos aglomerados descritos acima são referenciados pelo INE outros lugares (embora alguns estejam paulatinamente a ser absorvidos pelos principais núcleos urbanos), a saber, Barroca D'Alva, Batel/Entroncamento, Lagoa Cheia, Monte do Laranjo, Pontão, Rego da Amoreira, Rilvas, Silha Queimada, Vale de Figueira, Alto da Pacheca e Cercal.

A grande maioria destes lugares de menor dimensão, em quase todos os casos com menos de 100 habitantes, surgiram da fixação de trabalhadores agrícolas dos montes e herdades existentes no território concelhio – Monte Laranjo, Pontão e Rilvas. São lugares sem qualquer carácter de urbanidade, encontrando-se do ponto de vista funcional totalmente dependentes do exterior.

Na generalidade, estes lugares constituem áreas de povoamento disperso, fenómeno que tem verificado uma tendência crescente no concelho, e que sempre esteve muito associado à construção de apoio à atividade agrícola, começando presentemente a assumir algum protagonismo a proliferação da dispersão associada à residência secundária.

Estes fenómenos de dispersão são indutores de efeitos de desordenamento, aumentando os custos da infraestruturação, para além da degradação das funções agrícolas, ecológicas e sociais, pelo que, num concelho como Alcochete onde ainda não atingiram proporções alarmantes, deverão ser devidamente enquadrados e contidos, sem contudo desconsiderar o papel que em alguns casos já adquiriram.

Referir por fim, a consolidação e afirmação da zona do Passil enquanto polo de atividades económicas, maioritariamente orientado para o setor da logística e distribuição, cuja presença deverá procurar-se enquadrar nas demais dinâmicas territoriais e urbanas, aproveitando o potencial que possui enquanto polo gerador de fluxos socioeconómicos.

6.2.2 Regeneração e Reabilitação Urbana

No decurso dos últimos anos a regeneração e reabilitação urbanas têm vindo a assumir um crescente protagonismo, em grande parte decorrente das mudanças de paradigma e da reorientação de políticas municipais que se têm vindo a operar na sequência crise económica que se viveu. Neste domínio destaca-se a delimitação na vila de Alcochete de uma Áreas de Reabilitação Urbana – ARU do Núcleo Antigo de Alcochete – e que veio permitir a apresentação e candidatura do Plano de Ação para a Regeneração Urbana de Alcochete, enquanto parte integrante do PEDU (já referenciado anteriormente).

Referir, contudo que esta preocupação não é nova no âmbito das políticas municipais, tendo sido promovidas na última década diversas intervenções na vila de Alcochete ao abrigo do anterior quadro comunitário de apoio, designadamente aquelas enquadradas pela implementação do Programa de Ação para a Regeneração da Frente Ribeirinha de Alcochete (PARFRA), resultado de uma parceria entre o município, a APL, o ICNF, a Fundação João Gonçalves Júnior e a Santa Casa da Misericórdia. O Plano resultou do reconhecimento da necessidade de fortalecer a relação entre a vila e o Tejo e assentava na operacionalização de quatro eixos estratégicos:

- Eixo1: Estimular a dinâmica de negócios do tecido comercial e empresarial;
- Eixo 2: Requalificação urbanística da frente ribeirinha;
- Eixo 3: Promoção dos valores ambientais e paisagísticos de um território singular;

- Eixo 4: Requalificação e modernização da rede de equipamentos de base social.

No essencial a intervenção integrava duas componentes, a obra em terra da responsabilidade da CMA, e a obra marítima da responsabilidade da APL. As intervenções promovidas no domínio da regeneração e requalificação urbana desenvolvidas no contexto do PARFRA incidiram, assim, fundamentalmente no espaço público da frente ribeirinha integrada no núcleo antigo de Alcochete e contribuíram para melhorar a atratividade do espaço público, e o efeito indutor sobre o investimento privado tem vindo a dar sinais de algum dinamismo.

Neste domínio o município tem vindo a promover também diversas ações de informação e sensibilização da população uma vez que reconhece que “**a regeneração urbana** é, para o município de Alcochete, um **desafio para a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável**, consciente, que não perde de vista a forte identidade local e as características naturais que marcam e distinguem o concelho de Alcochete na AML”. A regeneração urbana é assim uma prioridade para a CMA e “também deve ser entendida como uma opção estratégica de longo prazo a conjugar com políticas locais de conservação integrada do património, de coesão social, de ordenamento do território, ambiental e de desenvolvimento sustentável”.

6.2.2.1 Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Núcleo Antigo de Alcochete

No pressuposto de que qualquer processo de regeneração urbana resulta da ação integrada entre investimento público e investimentos particular (designadamente na reabilitação do edificado), o município de Alcochete entendeu promover a delimitação de uma ARU para o núcleo antigo da vila – a delimitação da ARU do Núcleo Antigo de Alcochete encontra-se aprovada pelo Aviso n.º 3571/2016, de 16 de março.

A delimitação desta ARU visa dar continuidade à qualificação do espaço público contíguo ao rio Tejo, bem como a modernização das infraestruturas e do ambiente urbano, numa ação que se pretende integrada com a reabilitação do edificado envolvente, prosseguindo assim com a regeneração da totalidade da frente ribeirinha de Alcochete.

Aquando da definição dos limites da ARU, o município de Alcochete considerou que a área classificada no PDM como Espaço urbano consolidado do Núcleo antigo de Alcochete (UCA) correspondia, genericamente aquela onde pretendia intervir no contexto da reabilitação urbana.

Trata-se de uma área com cerca de 18ha que se desenvolve contígua ao Tejo e onde ocorrem as principais dinâmicas urbanas do concelho; nesta área predominam a função habitacional, o comércio (em particular restauração) e os serviços, concentrando também diversos equipamentos, associações e coletividades e edifícios públicos.

Uma parte significativa da ARU é abrangida pela Zona Especial de Proteção aos três imóveis classificados da vila (Igreja Matriz, Capela de Nossa Sr.^a da Vida e Igreja da Misericórdia), registando-

se ainda a presença de 27 edifícios considerado notáveis, o que lhe confere um valor patrimonial assinalável que em simbiose com o valor paisagístico confere a este núcleo características ímpares.

Figura 41: Delimitação da ARU do Núcleo Antigo de Alcochete



Fonte: CMA, janeiro/2019

De notar é o facto da população residente na área abrangida pela ARU (e conforme dados dos Censos 2011) apresentar um perfil etário mais envelhecido que o restante território municipal – no núcleo antigo da vila cerca de 36% dos residentes tinha 65 ou mais anos, sendo que na freguesia e no concelho essa percentagem era de apenas 14%. Este facto não deve ser desconsiderado no contexto da regeneração urbana desta área, uma vez que se está em presença de uma população com necessidades diferenciadas a que as intervenções de requalificação do espaço público e de revitalização económica e social deverão atender.

Com a aprovação da ARU, o município desenhou um quadro de benefícios fiscais que pretende acelerar as iniciativas privadas de reabilitação urbana.

Para a ARU foi proposta uma **Operação de Reabilitação Urbana (ORU)** do tipo *simples*, que estará em vigor por um prazo de 5 anos, prorrogáveis por mais 5. O modelo de execução da ORU a adotar prevê a execução das ações por iniciativa dos particulares, embora com o apoio do município de Alcochete, enquanto entidade gestora, a quem caberá também a responsabilidade de monitorizar e avaliar a estratégia e objetivos da ORU.

Conforme determina o regime jurídico aplicável, o município estabeleceu ainda o quadro dos benefícios fiscais e demais incentivos à reabilitação urbana associados à constituição legal da ORU do Núcleo Antigo de Alcochete, e definiu os mecanismos e procedimentos administrativos necessários para que os proprietários interessados possam aceder a esses benefícios e incentivos.

A operação de reabilitação urbana do núcleo antigo de Alcochete encontra ainda suporte num conjunto de ações que não se esgotam na recuperação do edificado, embora este seja o objetivo fundamental, uma vez que o município tem também programadas intervenções no espaço público, designadamente aquelas fixadas/contratualizadas no PEDU (componente PARU) de forma a beneficiar áreas públicas e/ou atenuar questões relacionadas com a mobilidade e acessibilidade para todos.

6.2.2.2 Plano de Ação para a Regeneração Urbana de Alcochete

Conforme já referido, o PARU de Alcochete foi elaborado no contexto de um plano alargado – PEDUS de Alcochete – estando orientado para a componente da revitalização urbana e melhoria da qualidade do ambiente urbano da vila. O PARU encontra assim enquadramento no Objetivo Estratégico 1 do PEDU – **Alcochete 2020- Promover a reabilitação urbana e a centralidade funcional** – procurando operacionalizá-lo através da concretização dos seguintes Objetivos específicos:

1. Melhorar a qualidade urbana do centro da vila de Alcochete no sentido de dissipar, de forma progressiva, o problema dos imóveis devolutos e dos vazios urbanos;
2. Preservar os elementos arquitetónicos e patrimoniais em presença, de forma a garantir a conservação das características arquitetónicas dos edifícios classificados e sua envolvente, bem como dos edifícios notáveis;
3. Requalificar os espaços públicos de lazer e de utilização coletiva e fomentar as condições de mobilidade e acessibilidade;
4. Reconverter e dinamizar edifícios obsoletos ou devolutos, apostando na fixação de perfis de atividades económicas diferenciadoras.

Complementarmente à abordagem seguida em matéria de regeneração urbana no anterior quadro comunitário de apoio, o programa Portugal 2020 orienta a sua ação para a promoção integrada de intervenções que harmonizem a requalificação do espaço público com a reabilitação do edificado e revitalização funcional do espaço urbano. É neste sentido que no âmbito do PARU se procurou fomentar e direcionar o investimento privado (com recursos aos mecanismos financeiros disponibilizados) de forma a acompanhar o investimento público, até porque foi no pressuposto dessa articulação que se criou a ARU do Núcleo Antigo de Alcochete

No que se refere a intervenções previstas, em matéria de regeneração urbana e no âmbito das candidaturas apresentadas pelo PARU, “a seleção dos investimentos a realizar privilegiou as intervenções de domínio público capazes de produzir um efeito de arrastamento e mobilização dos agentes privados, assumindo, também, um caráter de complementaridade. No domínio privado o PARU de Alcochete conta com 36 intervenções, ligadas ao domínio da habitação, comércio e do património” num investimento esperado de cerca de 3 milhões de euros. Relativamente a intervenções públicas prevê-se a requalificação do Miradouro Amália Rodrigues (investimento de

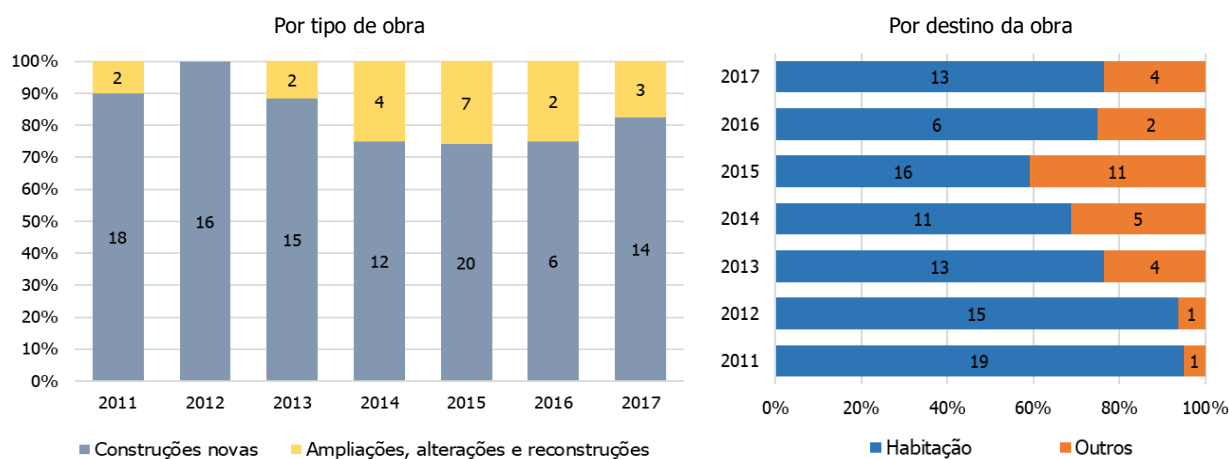
650.000€) e a Reabilitação do espaço público e do ambiente urbano da ARU, na ótica da promoção da acessibilidade e mobilidade para todos (investimento de cerca de 125.000€).

6.2.3 Dinâmica Urbanística

De forma a obter-se uma perceção quantitativa do que tem sido a evolução urbanística da ocupação do concelho de Alcochete, para além do conhecimento que se adquire da observação in loco, recorreu-se à informação disponibilizada pela Câmara Municipal, bem como aquela sistematizada pelo INE. A análise que seguidamente se desenvolve deverá ser complementada com a abordagem efetuada no contexto da caracterização do parque habitacional concelhio (subcapítulo 8.1).

De acordo com as estimativas do INE efetuadas com base nas estatísticas de obras concluídas, estima-se que no final de 2017 o concelho de Alcochete tivesse um total de 4.638 edifícios de habitação familiar clássica e 9.038 alojamentos familiares clássicos, indiciando um abrandamento da dinâmica construtiva desde o último recenseamento – entre 2001 e 2011 ambos viram o seu número aumentar cerca de 26%, ao passo que entre 2011 e 2017 os dados indiciam que o número de edifícios tenha aumentado apenas 1,2% e o número de alojamentos cerca de 2,5%; estes dados só poderão contudo confirmar-se após o próximo recenseamento.

Figura 42: Edifícios concluídos entre 2011 e 2017



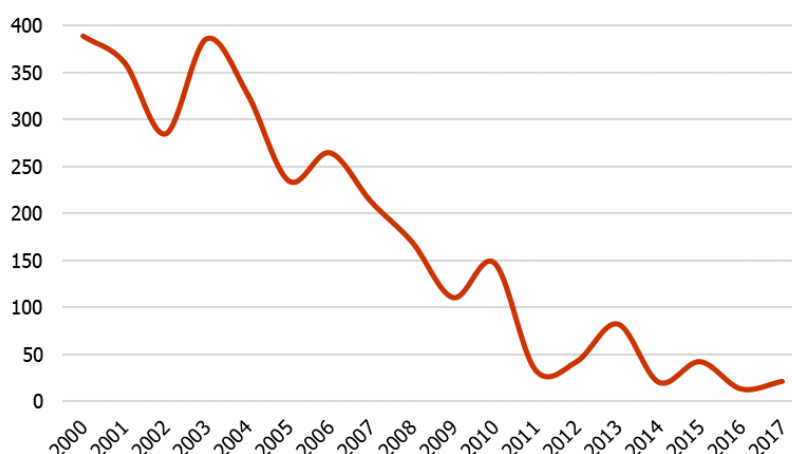
Fonte: Estatísticas de obras concluídas, INE

Tendo em consideração o número de edifícios concluídos, os dados de que se dispõe confirmam a acentuada desaceleração da urbanização desde o início da presente década, que, contudo, começa a apresentar sinais de recuperação. De assinalar a manutenção da preponderância da construção nova face a outro tipo de obras, embora não se disponha no momento de indicadores suficientes para avaliar de que forma tem evoluído a reabilitação urbana no concelho. A recente aprovação da ARU de

Alcochete a par da definição do quadro de incentivos associados à reabilitação fazem antever um tendencial aumento das dinâmicas de reabilitação do edificado, porém, desconhece-se que representatividade estas virão a ter.

Quanto ao número de fogos, de acordo com o Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios (INE), entre 2011 e 2017, foram concluídos no concelho de Alcochete para habitação familiar 260 fogos em construções novas; este indicador registou um decréscimo progressivo a partir de 2006, com recuperação pontual e ligeira em alguns anos, o que permite afirmar que dificilmente o concelho voltará a assistir a uma dinâmica construtiva como aquela verificada entre 1997 e 2007, período em que foram concluídos 3.266 fogos (cerca de 37% do total de alojamentos de que o município dispõe atualmente).

Figura 43: Evolução do número de fogos concluídos em construções novas



Fonte: Estatísticas de obras concluídas, INE

Considerando agora os dados disponibilizados pela Autarquia, no que respeita a projetos de loteamento urbano e de conjuntos habitacionais a grande dinâmica verificou-se nos últimos anos do séc. XX e primeiros do séc. XXI, fruto de um período económico francamente favorável e das dinâmicas de mercado induzidas pela já tão referida melhoria da acessibilidade. De notar que desses inúmeros pedidos de licenciamento, a maioria obteve alvará de construção estando uma grande parte executados, tendo conferido aos centros urbanos onde se implementaram um maior grau de consolidação.

Relativamente aos loteamentos, desde o início do século foram aprovados 31 processos, estando presentemente um em fase de licenciamento, dos processos aprovados:

- 17 encontram-se em Alcochete, 6 em S. Francisco, 5 no Samouco 3 no Passil;

- Apenas os 3 loteamentos do Passil têm fim industrial, sendo os restantes habitacionais, perfazendo um total de 2089 fogos ;
- O grau de execução médio é de cerca de metade, havendo 8 loteamentos sem qualquer taxa de execução, num total de 220 fogos.

De destacar é o facto de entre estes loteamentos é o facto de após 2010 ter sido licenciado apenas um loteamento, estando outro em fase de licenciamento, o que espelha a desaceleração da dinâmica construtiva que ocorreu durante a segunda década deste século, fruto da crise económico-financeira que o país enfrentou.

Entre 2000 e 2018 foram licenciados 21 conjuntos habitacionais num total de 672 fogos – 13 conjuntos e 525 fogos na freguesia de Alcochete e 8 conjuntos e 147 fogos na freguesia de S. Francisco. Destes 21 conjuntos, 3 processos caducaram (2 na totalidade e um parcialmente), perfazendo 139 fogos, estando a generalidade dos restantes executados na totalidade.

À semelhança do referido para os processos de loteamento, após 2010 apenas foram licenciados 2 conjuntos habitacionais, ambos em 2018, estando à data em fase de execução, prevendo a construção de 119 fogos.

A base de dados do município relativa a processos de urbanização e edificação tem registo de 259 processos de edificação a decorrer, não tendo sido possível esclarecer se se trata de obras que estão efetivamente em curso ou que têm vindo a decorrer ao longo dos últimos anos. Encontram-se também 1056 registos de construções novas com fins habitacionais desde o ano 2000, sendo mais uma vez de notar, que de entre estas apenas 3% ocorreram após 2010.

Relativamente a Pedidos de Informação Prévia (PIP), segundo informação disponibilizada pela CMA:

- Em 2017 foram apresentados 8 PIP – 6 na freguesia de Alcochete e 2 na freguesia de São Francisco – 5 dos quais foram objeto de apreciação favorável;
- Em 2018 foram apresentados 26 PIP – 24 na freguesia de Alcochete e um em cada uma das outras freguesias – sendo que apenas 11 tiveram apreciação favorável, sendo que na maioria dos restantes casos o requerente foi notificado para a falta de elementos;
- Nos primeiros dois meses de 2019 foram apresentados 5 PIP - 4 na freguesia de Alcochete e um em São Francisco – estando todos em apreciação.

Relativamente à natureza do pedido e tipo de operação urbanística verifica-se a ocorrência de uma grande diversidade de situações: esclarecimentos relativos à viabilidade de construção e esclarecimentos acerca de índices e parâmetros urbanísticos; construção de muros, anexos, etc.; construção de moradias, edifícios de habitação coletiva e conjuntos habitacionais; instalação de centrais fotovoltaicas e de um ecoparque de campismo rural; entre outras.

Da informação apresentada acima e da observação realizada *in loco*, pode concluir-se a ocupação nos aglomerados tem sido feita de forma relativamente disciplinada, sendo a maioria das intervenções

urbanísticas enquadradas por planos de pormenor ou processos de loteamento, verificando-se um elevado grau de preenchimento dos perímetros urbanos delimitados pelo PDM em vigor.

6.3 Sistema Urbano

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede. Designa-se de sistema urbano ou rede urbana, ao conjunto de centros e respetivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O estabelecimento de uma hierarquia de centros urbanos tem subjacente a necessidade de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de atividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações entre centros e atenuando a atual dependência polarizadora das sedes concelhias.

A definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico, da sua função de apoio às atividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos coletivos, tendo em vista harmonizar níveis de qualidade de vida desejáveis.

Os centros urbanos são os aglomerados que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes ou a criar e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções neles existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes. Na dependência direta, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar em relação à população que serve, e são as atividades terciárias (comércio e serviços) as que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflete, essencialmente, a periodicidade da procura pelos setores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim: a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso; a procura especializada e esporádica e/ou excecional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

6.3.1 Metodologia

Tendo como determinantes a dimensão e a estrutura do povoamento do concelho de Alcochete definiram-se, como critério para a abordagem desta matéria, todos os centros/aglomerados delimitados por perímetro urbano, por serem aqueles que possuem funções efetivamente urbanas. Com uma ocupação urbana fortemente concentrada na zona ribeirinha, o interior nascente do concelho verifica uma ocupação ainda muito dispersa que não consegue justificar a delimitação de mais perímetros urbanos, para além dos cinco definidos no PDM em vigor e mantidos na presente revisão.

O Quadro seguinte apresenta os volumes demográficos dos lugares definidos pelo INE, para efeitos do Recenseamento Geral da População e da Habitação, de 2001 e 2011. Dos 17 lugares do território de Alcochete estão em evidência cinco lugares/centros urbanos que, dada a sua estrutura urbana e dimensão, estão delimitados por perímetro urbano, sendo estes os centros que constituem o sistema urbano deste município: **Alcochete, Samouco, São Francisco²¹, Passil e Fonte da Senhora.**

Quadro 22: População residente por lugar, no concelho de Alcochete (2001/2011)

Lugares	2001	2011	Var. (%)
Alcochete	7376	10663	44,6
Barroca D'Alva	91	69	-24,2
Batel/Entroncamento	114	98	-14,0
Fonte da Senhora	466	397	-14,8
Lagoa Cheia	111	80	-27,9
Monte do Laranjo	40	32	-20,0
Passil	437	408	-6,6
Pontão	16	5	-68,8
Rego da Amoreira	204	170	-16,7
Rilvas	24	20	-16,7
Silha Queimada	27	22	-18,5
Vale de Figueira	106	147	38,7
Samouco	2785	3143	12,9
Alto da Pacheca	85	55	-35,3
Cercal	203	317	56,2
Lagoa Cheia	97	81	-16,5
São Francisco	743	1734	133,4
Total - Lugares	12925	17441	34,9
Pop. Residual/Isolada	85	128	50,6
Total do concelho	13010	17569	35,0

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

Os indicadores utilizados na determinação do sistema urbano foram:

- Dimensão Demográfica;
- Dimensão Funcional:

²¹ Dada a contiguidade, crescente densificação e inclusão no mesmo perímetro urbano, o centro urbano de S. Francisco inclui também o lugar de Cercal.

- Funções Centrais do Setor Privado;
- Funções Centrais do Setor Público.

As definições das expressões utilizadas ao nível da análise da dotação funcional são:

- **Centro urbano ou Lugar Central** - aglomerado onde se localiza uma ou mais funções centrais;
- **Função Central** - tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua atividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve;
- **Unidade funcional** - cada unidade da função central.

Os dados das funções centrais do sector privado (unidades de comércio e serviços), bem como os do sector público foram fornecidos pela Câmara Municipal e datam do presente ano de 2019.

6.3.2 O sistema urbano metropolitano

O sistema de centralidades da AML, segundo leitura do REOTLVT 2017, relativamente ao proposto na alteração do PROT AML (2010), estrutura-se em torno de quatro tipologias:

1. **De Nível Nacional** - Lisboa é a principal centralidade urbana da macrorregião, de grande dimensão residencial (547.733 habitantes, em 2011) e fortemente polarizadora em termos de emprego e de comércio e serviços. Esta polarização de nível nacional, para além de resultar da dimensão e da diversidade funcional, é reforçada pela infraestruturação e oferta em transportes – rodoviário, ferroviário e aéreo;
2. **De Nível Regional** – os centros deste nível oferecem uma rede de equipamentos e serviços diversificada, desempenhando funções essenciais de articulação territorial e evidenciando capacidades para construir e dinamizar redes e especialidades urbanas de âmbito regional. Integra 5 aglomerações urbanas com um importante papel de estruturação regional: Cascais, Oeiras, Sintra, Almada e Setúbal;
3. **De Nível Estruturante** - os centros aqui integrados prestam um conjunto de funções especializadas de âmbito regional ou um leque de funções razoavelmente diversificadas de influência sub-regional. Incorporam aglomerações urbanas onde se destacam as sedes de concelho: Mafra, Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Seixal, Barreiro, Montijo e Palmela;
4. **De Nível Complementar** - os centros urbanos enquadrados neste nível fornecem funções urbanas pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

Não obstante Alcochete integrar-se no penúltimo patamar do sistema de centralidades da AML, constitui-se como uma centralidade especializada em termos de comércio devido à implantação do *Freeport Outlet*.

Fotografia 17: Freeport Outlet de Alcochete



Fonte:NRV.2019

No final do século XX, após a abertura da Ponte Vasco da Gama, Alcochete tem vindo a ganhar importância no contexto metropolitano e tem-se afirmado como um centro urbano em expansão e diversificação.

6.3.3 Dimensão demográfica dos centros urbanos

A diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares pela importância das suas funções está muito ligada à importância das dimensões demográficas dos próprios centros urbanos. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se normalmente com as flutuações populacionais. Daí que a dimensão demográfica é o indicador que deve iniciar a abordagem de qualquer sistema urbano.

Na década de noventa, o concelho de Alcochete registou, globalmente, um acréscimo populacional de 28%, fazendo uma clara rutura com o passado em que se registaram, ao longo dos tempos, dinâmicas demográficas que, apesar de positivas desde o início do século XX, exceto na década de 80, foram pouco amplas. Por sua vez, na primeira década do século XXI, o crescimento prosseguiu de forma ainda mais expressiva e Alcochete registou um acréscimo populacional de 35% da sua população, um dos maiores do país, entre 2001 e 2011.

Após um longo período de marginalização e perifericidade, Alcochete está a transformar-se num dos territórios de grande centralidade no contexto da AML, basicamente determinado pelo novo quadro de acessibilidades e pelas transformações económicas e sociais em curso na AML. A curta distância-tempo existente entre Lisboa e Alcochete e a relativa saturação do mercado de habitação de Lisboa, entre outros fatores, estão a favorecer o processo de urbanização crescente deste município.

O crescimento, sobretudo a partir da década de 90, tem gerado significativas alterações na estrutura do povoamento, no sentido de um claro processo de ocupação e densificação territoriais das sedes de

freguesia, os três grandes polos da estruturação urbana do município. Contudo, podem isolar-se cada uma das décadas censitárias, onde alguns fenómenos tiveram diferentes expressões.

Entre 1991 e 2001, verificou-se uma redução do número de lugares e da população residente nos lugares mais pequenos, isto é, com menos de 100 habitantes (passaram de 17 para 7) e dos lugares de 100 a 199 habitantes (passaram de 8 para 3). No seu conjunto os lugares de 1991, que totalizavam 34, passaram para metade no espaço de uma década apenas, assim como a população que vivia isoladamente, também recuou. Esta evolução parecia indicar o início de um processo tendente a contrariar a dispersão existente, até então, no restante território concelhio, bem como pareceu indiciava uma tendência tímida para equilibrar a estruturação urbana do território de Alcochete - fortemente polarizada pela frente ribeirinha. Não obstante, verificou-se um reforço demográfico dos principais lugares, logo, um fortalecimento da polarização ribeirinha, sendo de destacar a vila de Alcochete; também Passil e Fonte da Senhora, localizados no interior do município, registaram uma dinâmica assinalável na década de 90 evidenciando-se na envolvente local (com uma ocupação bastante dispersa), por assumirem volumes populacionais cada vez mais expressivos;

Na primeira década do século XXI registou-se a manutenção do número de lugares e a distribuição destes por escalões de dimensão também não sofreu alterações de assinalar. No entanto, os centros urbanos sedes de freguesia registaram crescimentos muito expressivos, destacando-se São Francisco, que cresceu 133% e Alcochete 45%, enquanto Samouco cresceu 13%, e a população que vive isolada aumentou consideravelmente (51%).

Quadro 23: Evolução da população, por centro urbano, entre 2001 e 2011

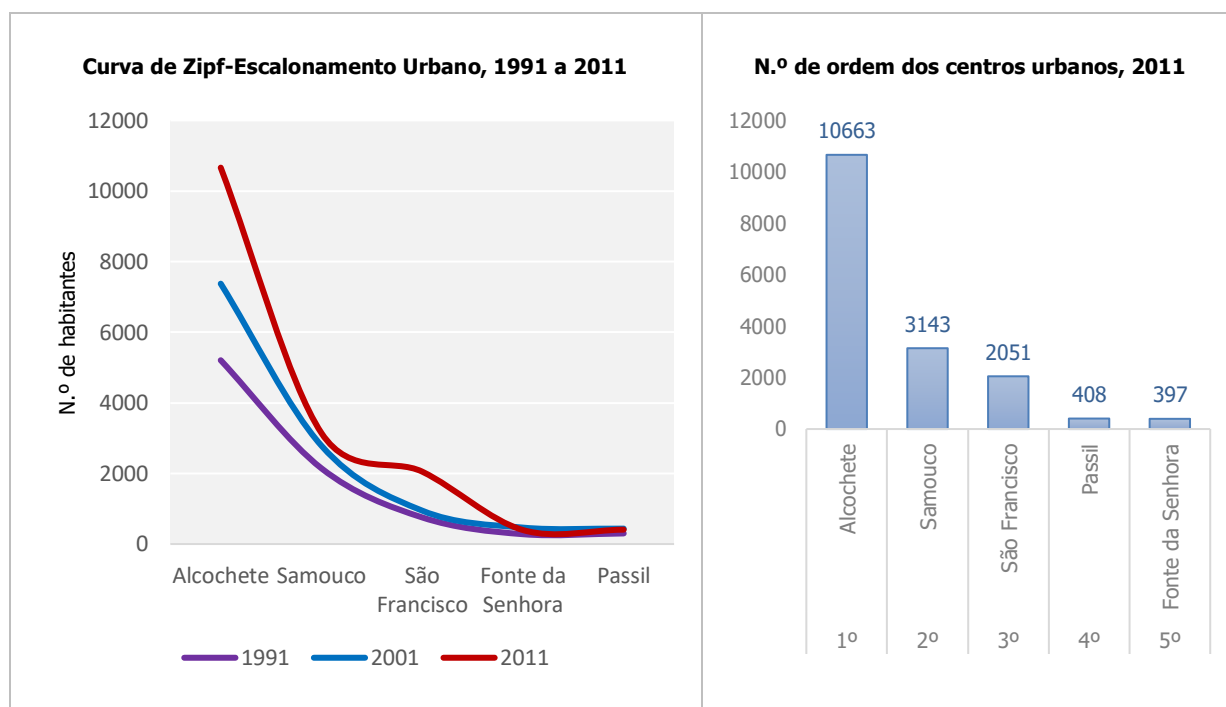
Unidade territorial		1991	2001	2011	Var.2001/11 (%)	Peso 2011
ALCOCHETE	Centro Urbano Alcochete	5207	7376	10663	44,6	60,7
	Centro Urbano Passil	279	437	408	-6,6	2,3
	Centro Urbano Fonte da Senhora	301	466	397	-14,8	2,3
	Freguesia	7064	9094	12239	34,6	69,7
SAMOUCO	Centro Urbano de Samouco	2144	2785	3143	12,9	17,9
	Freguesia	2144	2788	3143	12,7	17,9
SÃO FRANCISCO	Centro Urbano de S. Francisco	754	946	2051	116,8	11,7
	Freguesia	961	1128	2187	93,9	12,4
Total dos Centros Urbanos		8685	12010	16662	36,1	94,8
Total das Freguesias		10169	13010	17569	35,0	-

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001 e 2011

Os centros urbanos de Passil e Fonte da Senhora (não chegando a atingir, em conjunto, os 5% da população concelhia, em 2011), ambos com aproximadamente quatro centenas de habitantes, registaram uma inversão da dinâmica de crescimento verificada na década de 90, isto é, tendo crescido significativamente na década de 90 (57% no lugar de Passil e 55% no lugar de Fonte da Senhora), na 1ª década do séc. XXI, ambos os centros perderam população: Fonte da Senhora (-15%) e Passil (-7%).

Em 2011, os cinco centros urbanos de Alcochete acolhiem 95% da população concelhia (mais 3% que em 2001), apresentando-se o centro urbano de Alcochete como o mais importante polo demográfico com 61% da população (contra 57% em 2001), seguido, a larga distância, por Samouco (18%, contra 21% em 2001) e São Francisco (12%, contra 7% em 2001).

Gráfico 21: Escalonamento urbano e hierarquização dos centros (1991/2011)



Fonte: INE – Portugal, Censos 1991 a 2011

6.3.4 Dimensão funcional dos centros urbanos

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto, se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do setor privado, quer do setor público.

Funções centrais do setor privado

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta, com certa facilidade e rapidez, às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se funções centrais do setor privado aquelas que se referem, sobretudo, a serviços e unidades comerciais retalhistas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

Da análise da quantificação e distribuição das funções centrais e das unidades funcionais, conclui-se a forte polarização da sede concelhia, com uma dotação funcional ampla e diversificada, bastante superior aos restantes centros urbanos.

Quadro 24: Unidades funcionais por grandes grupos de funções centrais, por centro urbano (2019)

Funções Centrais	Alcochete	Samouco	S. Francisco	Fonte Senhora	Passil	Total
Alimentação	26	12	5			43
Artigos de usos pessoal	16	2				18
Artigos de saúde	4	1				5
Comércio especializado	19	8	3			30
Equip. para o Lar/Mat. de construção	14	2	2			18
Mat. de transporte e combustível	7	2	1			10
Restauração e hotelaria	101	19	13	3	1	137
Serviços pessoais	52	8	6			66
Assistência médica	17	1	2			20
Fabrico e reparações	25	6	8	1		40
Formação	17		2			19
Serviços de lazer e cultura	10		1	1		12
Bancos e seguros	24	1	5			30
Serviços de apoio às empresas	24	4	7			35
Construção e obras públicas	7					7
Associações	25	10	5	2	1	43
Armazenagem	17		4	1	0	22
TOTAL	405	76	64	8	2	555

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

Alcochete encerra uma dupla realidade quanto ao seu desenvolvimento funcional. A vila de Alcochete possui um volume expressivo de funções comerciais e de serviços que se vão desenvolvendo fruto das exigências de uma população em crescimento, mais qualificada e exigente e das dinâmicas socioeconómicas associadas. No entanto, a localização do Freeport Outlet, enquanto polo especializado de comércio da AML tem funcionado como constrangimento ao maior desenvolvimento do comércio da vila de Alcochete, que se mantém tradicional e pouco competitivo, o mesmo acontecendo relativamente às outras duas sedes de freguesia.

Fotografia 18: Comércio tradicional na vila de Alcochete

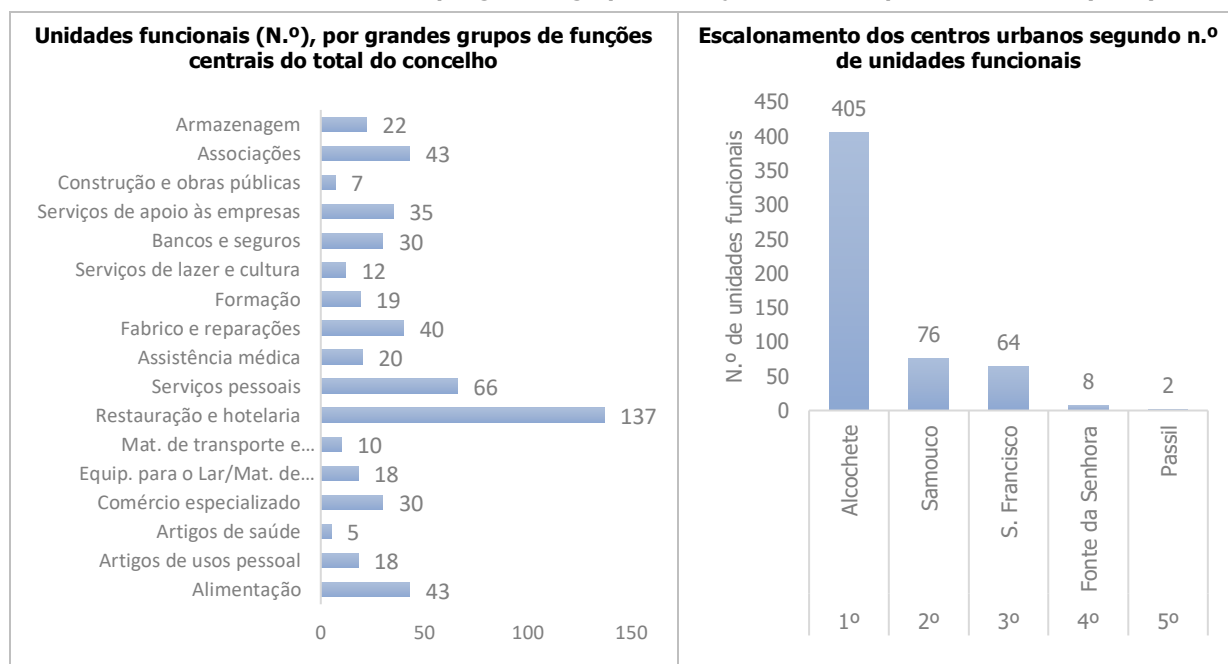




Fonte: NRV.2019

O centro urbano de Samouco aparece em segundo plano, com um desenvolvimento e dotação funcional relativamente importantes e São Francisco já denota dotações menos generosas, fazendo juz aos volumes demográficos, também inferiores.

Gráfico 22: Unidades funcionais por grandes grupos de funções centrais e por centro urbano (2019)



Fonte: CMA

O concelho apresenta uma vocação clara ao nível da "restauração" (restaurantes, cafés e afins), sendo aliás um dos seus emblemas, tendo também importância os "serviços pessoais" (cabeleireiro/gabinetes de estética, lavandarias, ...), bem como o "comércio alimentar" e todo o tipo de "associações". Os "serviços de apoio às empresas" têm igualmente uma dimensão crescentemente importante (gabinetes de contabilidade, arquitetura, engenharia, advogados...), bem como os bancos, seguros e imobiliárias.

Fotografia 19: Restauração na Vila de Alcochete



Fonte: NRV.2019

Funções centrais do setor público

As funções centrais do sector público são aquelas que dizem respeito, essencialmente, a serviços e equipamentos de utilização coletiva, e enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende, essencialmente, de fatores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos coletivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e socioeconómica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos centros urbanos pela ocorrência de funções centrais do sector privado, deva ser feita em conjunto com as funções centrais do sector público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos porque, dadas as características do concelho, a quase totalidade dos existentes se localiza na sede concelhia (Repartição de Finanças, Conservatória e Registo Civil, Correios, etc).

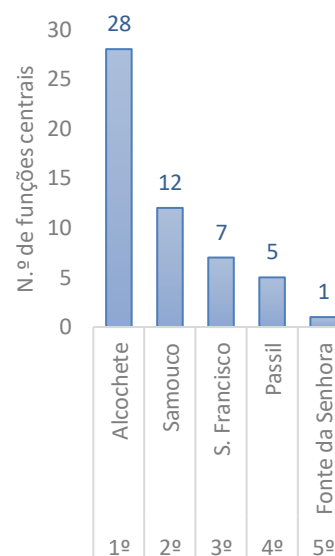
À imagem da distribuição das funções centrais do sector privado, a dotação de equipamentos sociais do concelho de Alcochete coloca, naturalmente, a sede concelhia em primeiro plano, bastante destacada dos restantes centros urbanos: Samouco coloca-se num segundo plano e São Francisco

tem uma dotação funcional inferior, mas tem aumentado, acompanhando as necessidades da população que crescentemente tem vindo a fixar-se nesta freguesia.

Quadro 25: Funções Centrais do sector público, e nº de ordem, por centro urbano (2019)

Valência	Alcochete	Samouco	São Francisco	Passil	Fonte da Senhora
ENSINO					
JI (Jardim de Infância)	•	•			
EB 1	•	•			
EB1/JI	•		•	•	
EB 2,3	•				
ES	•				
SAÚDE					
Centro de Saúde	•	•			
Extensão C. Saúde	•	•	•	•	
Farmácia	•	•			
ACÇÃO SOCIAL					
Creche	•		•		
ATL	•	•	•		
Lar da 3ª Idade	•				
Centro de Dia	•	•			
Apoio Domiciliário	•				
Centro Comunitário	•	•			
DESPORTO					
Pequeno Campo Jogos	•	•	•	•	
Grande Campo Jogos	•	•		•	
Pavilhão/Sala Desporto	•	•	•		
Piscina	•				
Pista de Atletismo	•				
CULTURA					
Biblioteca Municipal	•				
Museu Municipal	•				
Fórum Cultural	•				
Galeria Municipal	•				
Praça de Touros	•				
Salão de Festas	•	•	•	•	•
Posto de Turismo	•				
PREV. SEGURANÇA					
Bombeiros	•				
GNR	•				

N.º de ordem dos centros urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público



• Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

Fonte: CMA

6.3.5 Sistema Urbano de Alcochete

O sistema urbano do concelho de Alcochete é constituído por cinco centros urbanos, os quais concentram a grande maioria da população concelhia (95%, em 2011), embora em termos de dimensão espacial, representem uma área muito reduzida face ao restante território municipal.

Três dos cinco centros, as três aglomerações urbanas sedes de freguesia e os polos urbanos e demográficos mais importantes do concelho - Alcochete, Samouco e São Francisco, localizam-se na frente ribeirinha, cuja génese esteve associada à água, ao rio e aos proveitos passíveis de exploração como suporte económico da população local.

Os outros dois centros – Fonte da Senhora e Passil, localizam-se no interior do concelho, destacando-se por serem as duas únicas nucleações no amplo espaço de ocupação dispersa deste sector do território municipal.

Um aspeto determinante da atual e progressivamente crescente ocupação humana deste concelho tem a ver com o facto decisivo, já inúmeras vezes mencionado, do novo quadro de acessibilidades proporcionado, a partir de 1998, pela Ponte Vasco da Gama, a par com alterações sociais e económicas no seio da AML, que vieram “encerrar” um longo período de marginalização e perifericidade e potenciar a sua recuperação, proporcionando-lhe a crescente integração e centralidade no contexto da AML. Este facto fundamenta por si só o muito expressivo crescimento demográfico e habitacional registado entre 1991 e 2011.

As dinâmicas demográficas trouxeram consigo um desenvolvimento funcional associado, de resposta às necessidades emergentes, pelo que tem surgido novas unidades de comércio e serviços que tem permitido a ampliação/reforço e diversificação da oferta funcional. Contudo a proximidade às cidades de Montijo e Lisboa tem funcionado como “limite” ao aumento mais significativo da oferta de bens e serviços especializados, muito embora o grande centro Comercial *Freeport* tenha colmatado parte dessas necessidades.

Alcochete, apesar de possuir uma ocupação humana espacialmente desequilibrada (forte concentração populacional ribeirinha versus ocupação dispersa do restante e maioritário espaço concelhio), possui uma estruturação funcional relativamente equilibrada face àquela ocupação.

O sistema urbano é constituído por um centro de nível I (Alcochete), polarizador de todo o funcionamento municipal, por dois centros no nível II (Samouco e, mais recentemente, São Francisco), com expressiva dimensão demográfica no contexto concelhio e alguma dimensão funcional que, para determinadas funções, sobretudo públicas, são alternativos à sede. Por fim, no nível III, encontram-se dois centros de dimensões mais reduzidas (Passil e Fonte da Senhora).

O **nível I** é constituído pela sede concelhia – **vila de Alcochete**, facto que decorre, desde logo, da sua importância administrativa, sendo polarizadora de todo o funcionamento municipal, pois é aqui que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos coletivos e serviços públicos de nível superior, estando direcionada para servir uma procura mais especializada e, em alguns casos, esporádica. É também o principal polo demográfico do concelho, possuindo à data de 2011, 10663 habitantes (61% da população total do concelho). Presentemente (1º semestre de 2019), possui um número aproximado de 405 unidades funcionais do sector privado e 28 funções centrais do sector público (equipamentos coletivos).

O **nível II** do sistema urbano é assegurado pelos **2 centros urbanos sedes de freguesia**, embora Samouco seja funcionalmente mais-bem dotado e possua uma maior dimensão demográfica. Contudo,

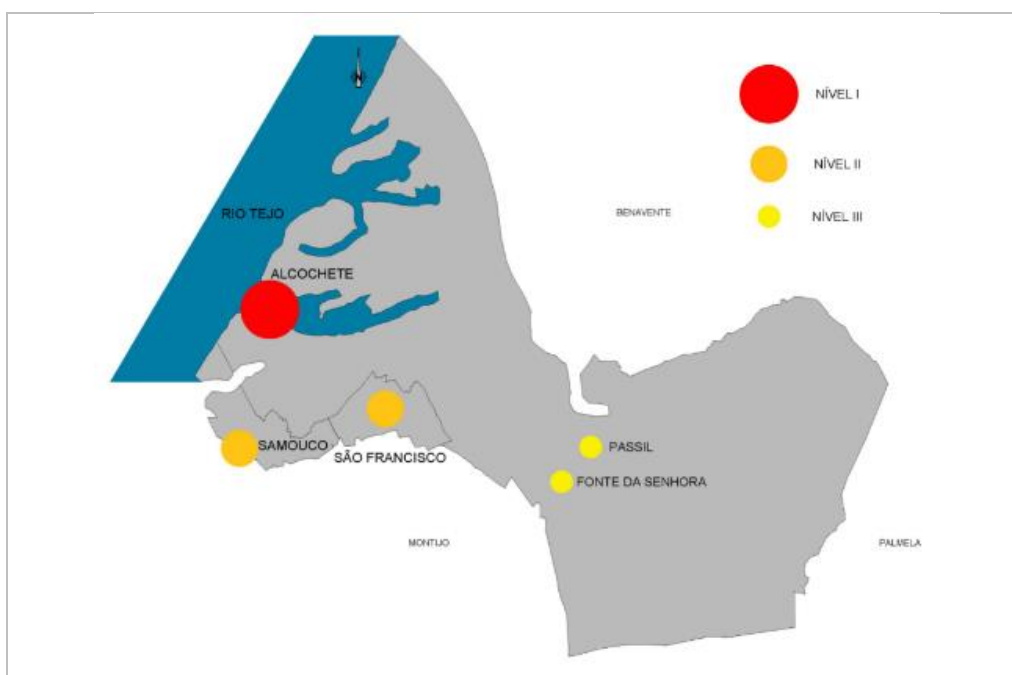
São Francisco tem vindo a crescer, a prosseguir um importante processo de consolidação urbana a dotar-se funcionalmente, pelo que é expectável que brevemente possa estar ao nível de Samouco.

Samouco possui expressivas dimensões demográfica e funcional, embora muito distanciado da sede concelhia. Com 3143 habitantes (18% da população do concelho), este centro possui algumas funções de prestação de serviços ou de aquisição de bens, de carácter mais ocasional. Possui 76 funções centrais do sector privado (comércio e serviços privados) e 12 funções centrais do sector público (equipamentos coletivos).

São Francisco (que integra o lugar de Cercal), possui atualmente 2051 habitantes (12% da população do concelho), 64 unidades funcionais do sector privado e 7 funções centrais do sector público.

O **nível III** é constituído pelos aglomerados de **Fonte da Senhora** e **Passil**, núcleos de menores dimensões demográficas e funcionais, (população de ambos próxima das quatro centenas de pessoas).

Figura 44: Sistema Urbano do concelho de Alcochete (2019)



Fonte: NRV

7 VALORES CULTURAIS

Território de elevado valor natural e paisagístico, o concelho de Alcochete possui também uma inegável diversidade cultural e patrimonial, determinante para o processo de construção da identidade local, sendo ainda hoje elementos da “personalidade” ímpar que este território possui.

O património cultural, segundo a legislação em vigor, integra “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização”, designadamente por possuírem interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, são particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e por isso devem ser objeto de especial proteção e valorização.

Os valores culturais em presença no concelho possuem potencial para se assumirem como vetor da estratégia de desenvolvimento municipal e elemento de integração e afirmação no contexto metropolitano, sobretudo se aliados à promoção dos valores naturais cuja importância é já amplamente reconhecida e que têm vindo a adquirir crescente notoriedade, desde que definida uma estratégia global de intervenção que permita a promoção de um modelo de desenvolvimento consentâneo com a defesa, preservação e revitalização patrimoniais.

O turismo cultural tem vindo a afirmar-se um pouco por todo o país e é inquestionável o papel que assume no contexto da AML e na consolidação de uma estratégia de valorização do setor à escala regional; note-se a este respeito que a *Estratégia Turismo 2027* identifica a história e a cultura como um ativo estratégico diferenciador da concretização da Visão para o setor.

Uma vez identificados os elementos patrimoniais em presença no concelho de Alcochete a revisão do PDM, a par com um conjunto de outros documentos e estratégias em curso no domínio da regeneração e reabilitação urbanas, constituirá uma oportunidade para promover a sua salvaguarda, proteção e valorização, promovendo uma intervenção integrada e coesa que alie a preservação física a intervenções de regeneração urbana e de promoção e divulgação da cultura e identidade locais.

Para tal destaca-se a importância de, a par da preservação e salvaguarda dos valores culturais, ser fundamental criar condições para a sua divulgação e visita, uma vez que apenas um muito reduzido número se encontra “acessível” ao público, o que revela um subaproveitamento do recurso que é o património cultural concelhio.

Seguidamente faz-se uma abordagem do território concelhio no que diz respeito aos valores culturais em presença, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação, não se pretendendo, contudo, uma caracterização exaustiva sobre esta temática, sendo preocupação central a identificação dos principais valores, de forma a que, no âmbito da definição das estratégias de desenvolvimento municipais, seja possível promover ações, estabelecidas orientações e normas com vista à sua

preservação e dinamização. Fica por fim a advertência de que a riqueza deste concelho não se esgota nos elementos referenciados

O processo de revisão do PDM de Alcochete, com o intuito de inventariar os elementos patrimoniais em presença no concelho, procedeu a um trabalho de compilação e sistematização da informação disponível. No concelho de Alcochete existem cinco imóveis classificados, um imóvel em vias de classificação, um vasto conjunto de edifícios, não só de arquitetura erudita, mas de feição mais popular dispersas pelas freguesias, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

7.1 Enquadramento legal e regulamentar

O conceito e o âmbito de património cultural vêm definidos na **Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural** (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), que estabelece as bases da política e do regime para a proteção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

As disposições da Lei de Bases estabelece ainda, a política do património cultural a qual integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e restante administração pública, visando assegurar, o território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural. É assim definido nos termos da lei que a administração do estado tem como dever proteger, valorizar, divulgar e estudar o património cultural, sendo que todos os bens com valor civilizacional ou com interesse cultural relevante são considerados património cultural

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro veio estabelecer o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda. Este diploma introduz o conceito de zona especial de proteção provisória que *"é fixada quando a zona geral de proteção se revele insuficiente ou desadequada para a proteção e valorização do bem imóvel"*. Relativamente à ZEP o diploma estabelece o seu conteúdo, bem como o procedimento de constituição.

O Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatório, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, abrangendo os bens culturais imóveis, móveis e património móvel integrado em bens culturais imóveis e identificados como tal no respetivo ato de classificação ou no ato de abertura do procedimento de classificação. O Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

No âmbito da legislação aplicável, consideram-se imóveis com valor cultural os que, do ponto vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, são particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e por isso devem

ser objeto de especial proteção e valorização, e a sua proteção legal tem por base a sua classificação e inventariação

Conforme determina a Lei de Bases os imóveis com valor cultural são agrupados nas seguintes categorias:

- **Monumentos** – construções, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que delas fazem parte integrante;
- **Conjuntos** – agrupamentos homogêneos de construções, urbanas ou rurais, suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;
- **Sítios** – obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objeto de uma delimitação topográfica.

E podem ser classificados de acordo com a seguinte hierarquia:

- de **interesse nacional**, adotando-se a designação “Monumento Nacional”, quando representam um valor cultural de significado para a Nação; podem ainda incluir bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial;
- de **interesse público** quando representam ainda um valor cultural de importância nacional, mas para os quais o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionado;
- de **interesse municipal** quando representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

A classificação de um bem cultural imóvel impõe restrições de utilidade pública sobre o imóvel e servidões administrativas sobre a sua envolvente. A proteção legal dos bens com valor cultural classificados é fixada por Decreto, quando se trate de monumento nacional, por Portaria quando se trate de um bem com interesse público, e por competência da Câmara Municipal quando são de interesse municipal.

O património classificado, ou em vias de classificação, beneficia, de uma zona geral de proteção de 50m, contados a partir dos seus limites externos do imóvel, fixada automaticamente com o início do procedimento de classificação, sendo recomendado que estes disponham ainda de uma zona especial de proteção (ZEP), fixada por Portaria, onde é indicada a área sujeita a servidão e os encargos por ela impostos, e que pode incluir zonas *non aedificandi*.

Nas zonas de proteção, a Autarquia não pode conceder licença para operações urbanísticas, admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização, sem parecer prévio favorável da entidade com tutela.

Uma última referência relativamente ao património cultural imaterial (PCI) ao qual, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural não é aplicável nenhum dos níveis de proteção estabelecidos para o

registo patrimonial de classificação, assentando a proteção legal dos bens culturais imateriais exclusivamente no registo patrimonial de "inventariação", ou seja "*a única forma de proteção legal do PCI juridicamente válida a nível nacional consiste na inscrição de uma expressão imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, o que decorre do quadro legal instituído pela Lei de Bases do Património Cultural desenvolvido pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, que institui o regime jurídico para a salvaguarda do PCI*", o que contudo não diminui a sua importância.

A inventariação deste património imaterial é feita, desde 2011, através de "*uma base de dados em linha de acesso público, universal e gratuito, o MatrizPCI, sistema de informação pioneiro a nível internacional, que suporta e promove a realização do procedimento de proteção legal do património cultural imaterial, de forma integralmente desmaterializada, com recurso exclusivo às tecnologias da informação*". A consulta ao inventário nacional de PCI (www.matrizpci.dgpc.pt) mostrou não existirem, até à data, ocorrências registadas no concelho de Alcochete. Encontra-se no entanto em curso, uma proposta de inventariação do *Círio dos Marítimos de Alcochete*. Há ainda o compromisso de inventariação das *Festas do Barrete Verde e das Salinas*.

7.2 Património classificado e em vias de classificação

Ao património classificado e em vias de classificação aplica-se o regime de proteção e valorização do património cultural estabelecido na Lei de Bases e nos diplomas que publicam a sua classificação, com base na sua classificação e inventariação.

7.2.1 Património Classificado

No concelho de Alcochete existem seis elementos classificados (um Monumento Nacional, três Imóveis de Interesse Público e dois Imóveis de Interesse Municipal), sucintamente descritos de seguida. A informação cartográfica georreferenciada que consta dos elementos do Plano foi obtida junto da DGPC e dos serviços técnicos do município.

Como **Monumento Nacional**, no concelho de Alcochete apenas se encontra classificada a Igreja Matriz de Alcochete ou Igreja de São João Baptista, situada no centro da vila de Alcochete (Fotografia 20) pelo Decreto n.º 16-6-1910, DG 136, de 23 de junho de 1910. No século XV, em pleno período de afirmação da dinastia de Avis, Alcochete era uma vila ribeirinha próspera; dispunha de um paço real (muito provavelmente destruído aquando do terramoto de 1755) e era um dos mais importantes centros da Ordem de Santiago. A atual igreja Matriz é o mais singular produto dessa favorável conjuntura e data dos meados da centúria. O plano arquitetónico geral representa uma forma de arquitetura religiosa gótica tradicional, com um corpo com três naves separadas por arcarias longitudinais com teto de madeira. Na primeira metade do séc. XVIII o interior da Igreja foi dotado de

intervenções de talha (retábulo-mor proto-barroco ainda do século XVII) e de azulejo (grandes painéis alusivos à vida de Cristo e de São João Baptista).

A Igreja Matriz dispõe de ZEP atribuída pela Portaria n.º 47/2014, de 21 de janeiro, e que abrange também a Capela de Nossa Senhora da Vida e a Igreja da Misericórdia de Alcochete, dada a elevada proximidade dos três imóveis, situados no centro histórico de Alcochete e *"definindo uma área significativa do núcleo antigo da povoação de origem medieval"*, relação reforçada pela fundação quinhentista de todos eles.

Como **Imóveis de Interesse Público** encontram-se classificados pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de março a Igreja da Misericórdia de Alcochete e a Capela de Nossa Senhora da Vida.

A Igreja da Misericórdia de Alcochete (Fotografia 21), no núcleo antigo da vila Alcochete, é uma igreja maneirista de uma nave com cobertura de madeira, construída na segunda metade do século XVI. É um bom exemplo da espacialidade característica das igrejas da Misericórdia; inclui coro-alto profundo sobre o átrio, servindo de local de reunião à irmandade; possui a Bandeira de Misericórdia mais antiga que se conhece no país, atribuída ao Mestre de Abrantes. Encontra-se anexa uma torre de vigia do Tejo, de construção mais antiga.

A Capela da Nossa Senhora da Vida (Fotografia 22) destaca-se pela sua localização geográfica, praticamente em cunha sobre o rio Tejo, formando um dos "vértices" da vila. Foi capela do hospital, descrito em documentação de 1512, e a configuração atual resulta da reconstrução de 1577 de iniciativa do Dr. Afonso de Figueiredo para sua sepultura e de sua mulher, Júlia de Carvalho. Trata-se de uma pequena capela com nave abobadada, exemplo também de arquitetura maneirista; tem o altar-mor e os altares colaterais em talha dourada e pintada. Na segunda metade do século XVIII recebeu um conjunto de azulejos em azul e branco, de moldura rococó enquadrando cenas alusivas à vida da Virgem.

Fotografia 20: Igreja Matriz de Alcochete



Fotografia 21: Igreja da Misericórdia de Alcochete



Fotografia 22: Capela da Nossa Senhora da Vida



Fonte: NRV.2019

Como **Sítio de Interesse Público** está classificada, pela Portaria n.º 591/2011, 27 de junho, a Olaria Romana do Porto dos Cacos, diploma que institui igualmente a sua ZEP.

A Olaria de Porto dos Cacos constitui um importante exemplar de um complexo industrial romano, que se julga ter iniciado a sua produção em meados do século I d.C.; o local foi descoberto em 1983 e alvo de trabalhos arqueológicos entre 1984 e 1990, pelo centro de Arqueologia de Almada; na época foi detetada a presença de fornos de produção de ânforas e de cerâmica comum, um alinhamento de ânforas e uma necrópole, descoberta que parece indiciar a existência nas imediações de um povoado com alguma relevância. Este é *"um dos mais importantes centros de produção oleira de época romana até agora identificados no território português, representando um valor patrimonial excecional pela qualidade e monumentalidade dos vestígios já revelados pela escavação, nomeadamente os fornos e diversas estruturas de apoio, um alinhamento de ânforas também sem paralelos conhecidos e as sepulturas de tipologia diversa"*.

A ZEP delimitada procura *"salvaguardar o contexto e o enquadramento do sítio arqueológico classificado, garantindo um futuro estudo arqueológico dos terrenos, salvaguardando, deste modo, uma zona riquíssima em vestígios arqueológicos e possibilitando o estudo e o registo dos vestígios existentes e dos que resultem de prospeções arqueológicas"*.

Como **Imóveis de Interesse Municipal** encontram-se classificados o Pórtico do antigo Convento de São Francisco e o Fórum Cultural de Alcochete.

O Pórtico do antigo Convento de São Francisco encontra-se classificado pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de março. Corresponde ao único elemento construtivo do antigo Convento de São Francisco que resistiu à passagem do tempo (Fotografia 24), inserindo-se atualmente na área urbana da freguesia que adotou o nome desta importante Ordem religiosa. É um pórtico de três vãos, em arco redondo, assentes em pilares quadrangulares. É encimado por três frontões em bico de lados curvos, sendo os laterais rematados por pináculos e o central por uma cruz. Os tímpanos e os arcos apresentam revestimento azulejar setecentista figurado.

Fotografia 23: Olaria Romana de Porto dos Cacos



Fotografia 24: Pórtico do antigo Convento de São Francisco



Fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt

O Fórum Cultural de Alcochete encontra-se classificado pelo Aviso n.º 4845/2020, publicado no *Diário da República* n.º 58/2020, Série II de 2020-03-23. Corresponde a um exemplar representativo da

arquitetura civil contemporânea. Localiza-se no centro da Praça da Cultura (freguesia de Alcochete) e destaca-se pela sua singularidade arquitetónica e pela sua implantação/relação com o espaço público envolvente. Possui três pisos, planta retangular, cobertura plana e apresenta uma estrutura mista que combina a alvenaria com elementos metálicos e grandes planos de vidro. A classificação engloba o imóvel e sua envolvente que inclui um poço e um tanque que se constituem como testemunhos da antiga ocupação agrícola desse espaço.

7.2.2 Património em vias de classificação

No concelho de Alcochete existem dois elementos em vias de classificação, sucintamente descritos de seguida. A informação que consta do Plano foi obtida na DGPC e nos serviços técnicos do município.

Igreja de São Brás/ Igreja paroquial do Samouco - Foi publicado no *Diário da República* n.º 220/2020, Série II de 2020-11-11, o Anúncio n.º 257/2020 relativo à abertura do procedimento de classificação deste imóvel. Essa classificação abrange a Igreja, o adro fronteiro e o património móvel que integra. A Igreja localiza-se no Largo de São Brás, na freguesia do Samouco. Corresponde a um exemplar da "*Arquitetura religiosa quinhentista, barroca, rococó*" (DGPC). Possui planta longitudinal com nave única e cobertura em abóbada de canhão. Destacam-se e os azulejos quinhentistas (na capela-mor) e setecentistas (nave a nártex), os retábulos de talha joanina e rococó e os altares de talha dourada e lacados a madrepérola.

Edifício localizado na Rua Dr. Ciprião de Figueiredo (nº 24 a 30) - Foi publicado no *Diário da República* n.º 186/2019, Série II de 2019-09-27, o Aviso n.º 15116/2019 relativo à abertura do procedimento de classificação como de interesse municipal (IM) desse imóvel. Corresponde a um exemplar de arquitetura civil construído no séc. XIX, (1872) identificado como "*casa abastada, oitocentista, revivalista e neoclássica*" (DGPC). De planta retangular e telhado de duas águas, integra dois pisos e uma fachada austera pontuada com elementos decorativos de ferro forjado e platibanda trabalhada. Sobressaem as janelas em arco perfeito que juntamente com a platibanda de balaústres, se constituem como elementos típicos do edificado senhorial de Alcochete.

7.3 Património Arquitetónico inventariado

Com base nas fontes de informação disponíveis foram considerados elementos patrimoniais a salvar e proteger um conjunto de imóveis e estruturas que se consideram representativos da história, cultura e identidade local, que deverão ser preservados e em alguns casos, desejavelmente, objeto de beneficiação e reabilitação.

O património arquitetónico encontra-se, como seria de esperar, maioritariamente concentrado nas vilas de Alcochete e do Samouco e integra exemplares de tipologias arquitetónicas (e funcionais) diferenciadas – arquitetura religiosa, arquitetura civil (privada ou pública), arquitetura industrial,

estruturas de apoio diversas. Reconhece-se porém que a riqueza patrimonial não se esgotará neste conjunto, nem sempre sendo possível na escala e âmbito do PDM proceder à sua identificação e localização.

Tendo como base um diversificado conjunto de fontes de informação, e com recurso à informação cartográfica georreferenciada disponibilizada pelos serviços técnicos municipais foram inventariados os imóveis listados em **Anexo** e cartografados na peça desenhada n.º 10.

Os imóveis foram agrupados nas seguintes tipologias – arquitetura religiosa, arquitetura civil, arquitetura industrial e estruturas antrópicas de natureza diversa.

Destaca-se ainda a presença de dois **conjuntos urbanos** relevantes do ponto de vista patrimonial – o núcleo antigo de Alcochete e o núcleo antigo do Samouco – áreas que pela sua integração na envolvente, pelo seu valor histórico e cultural e pelas suas características de unidade arquitetónica, se destacam em relação às restantes, podendo desempenhar um papel relevante na alavancagem e dinamização cultural e turísticas destes aglomerados em particular e do concelho em geral.

O núcleo antigo de Alcochete constitui já uma unidade territorial perfeitamente reconhecida – se não veja-se o facto de constituir uma Área de Reabilitação Urbana – onde têm vindo a ser promovidas diversas ações de regeneração e qualificação urbana, afirmando-se como um dos elementos distintivos do concelho. Trata-se de uma área bastante bem preservada, caracterizada por uma malha urbana orgânica e por edificações que remontam ao período inicial do processo de urbanização da vila, onde habitações de arquitetura tradicional coabitam com solares e casas de arquitetura mais erudita. A delimitação deste conjunto pretende, acima de tudo, reforçar a sua importância como núcleo de elevado valor patrimonial (integra três imóveis classificados e muitos outros de elevado interesse) e cultural (aglomerado de grande relevância histórica e etnográfica).

Relativamente ao núcleo antigo do Samouco, apesar de possuir características distintas do ponto de vista da valia patrimonial tem um carácter identitário bastante forte, tendo-se por isso considerado a classificação do seu núcleo antigo, correspondente à área onde se deu a sua génese, procurando-se assim garantir a manutenção da unidade arquitetónica e morfológica. Este aglomerado é sem dúvida aquele que apresenta um maior grau de compactação e uma imagem urbana relativamente homogénea e coerente com o passado e com as suas particularidades morfo-tipológicas. A área delimitada é representada por um conjunto de pequenas casas, de arquitetura tradicional e humilde, que se desenvolvem em torno de um conjunto de pequenas praças e onde a Igreja de São Brás e o mercado, elementos centrais deste núcleo antigo, representam ainda hoje os principais focos de dinâmica da vila.

De referir por fim o trabalho que o município tem vindo a desenvolver de inventariação do espólio de **azulejos** presente nas fachadas de diversos edifícios, destacando-se a diversidade presente no núcleo antigo de Alcochete.

7.4 Património Arqueológico inventariado

Nos termos da Lei de Bases do Património consideram-se elementos integrantes do património arqueológico e paleontológico, *"todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, de vida e dos seres humanos cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente e cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia"*.

No que respeita à sua proteção a Lei de Bases do Património estabelece uma regulamentação específica para estes elementos patrimoniais, sendo-lhes aplicável o *"princípio de conservação pelo registo científicos"*, cabendo à respetiva tutela o dever de criar, manter e atualizar o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico imóvel.

O património arqueológico inventariado encontra-se identificado em **Anexo** e cartografado na peça desenhada n.º 10.

De referir que também os três imóveis classificados na vila de Alcochete integram o inventário de sítios arqueológicos da DGPC, contudo, por se encontrarem cartografados enquanto património classificado, escusa-se a sua repetição neste âmbito.

Neste contexto importa destacar a área de Porto dos Cacos (sítio classificado) onde se encontram registadas diversas ocorrências; note-se que deste facto decorreu, aliás, a opção pela delimitação de uma ZEP com uma cobertura territorial bastante expressiva.

8 HABITAÇÃO

A questão habitacional é um dos principais fatores que levam à transformação do território, daí a importância da sua integração na caracterização de qualquer território. **A situação da habitação tende a ser melhor quanto maior for o grau de desenvolvimento de um território** sendo, por isso, inequívoca a ligação que a habitação tem com o desenvolvimento local.

Neste capítulo tenta-se reunir de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, onde são abordadas as seguintes vertentes:

1. Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico, caracterizando: estrutura etária do parque habitacional; volume e perfil da ocupação residencial; avaliação qualitativa; estrutura da propriedade e do parque habitacional, dimensão e ocupação dos fogos estado de conservação, condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, dinâmica construtiva 2011/2017, dimensão da habitação social;
2. Avaliação das Carências Habitacionais onde são identificadas e quantificadas as carências habitacionais mais gravosas;
3. Política habitacional autárquica em curso, onde se procura sintetizar as iniciativas em curso e as intenções da autarquia em matéria de habitação destinada a grupos sociais com dificuldades de adquirir habitação no mercado.

Na elaboração deste capítulo recorreu-se aos resultados oficiais existentes do Instituto Nacional de Estatística, que datam de 2011 (XIV RPG), às Estimativas Provisórias da População Residente para o ano de 2017, às Estatísticas da Habitação e da Construção/Obras concluídas e ao Construção e ao Levantamento Nacional das necessidades de realojamento habitacional, IHRU, fevereiro de 2018.

Cerca de 8 anos volvidos sobre os últimos Censos, a realidade retratada já estará seguramente desatualizada, sobretudo tendo em conta as dinâmicas demográficas estimadas. Todavia, fez-se o esforço de atualização das tendências em curso, com dados mais recentes, ainda que provisórios, e o trabalho de campo permitiu constatar que, estruturalmente, os principais aspetos caracterizadores do parque habitacional de Alcochete se mantêm relativamente a 2011.

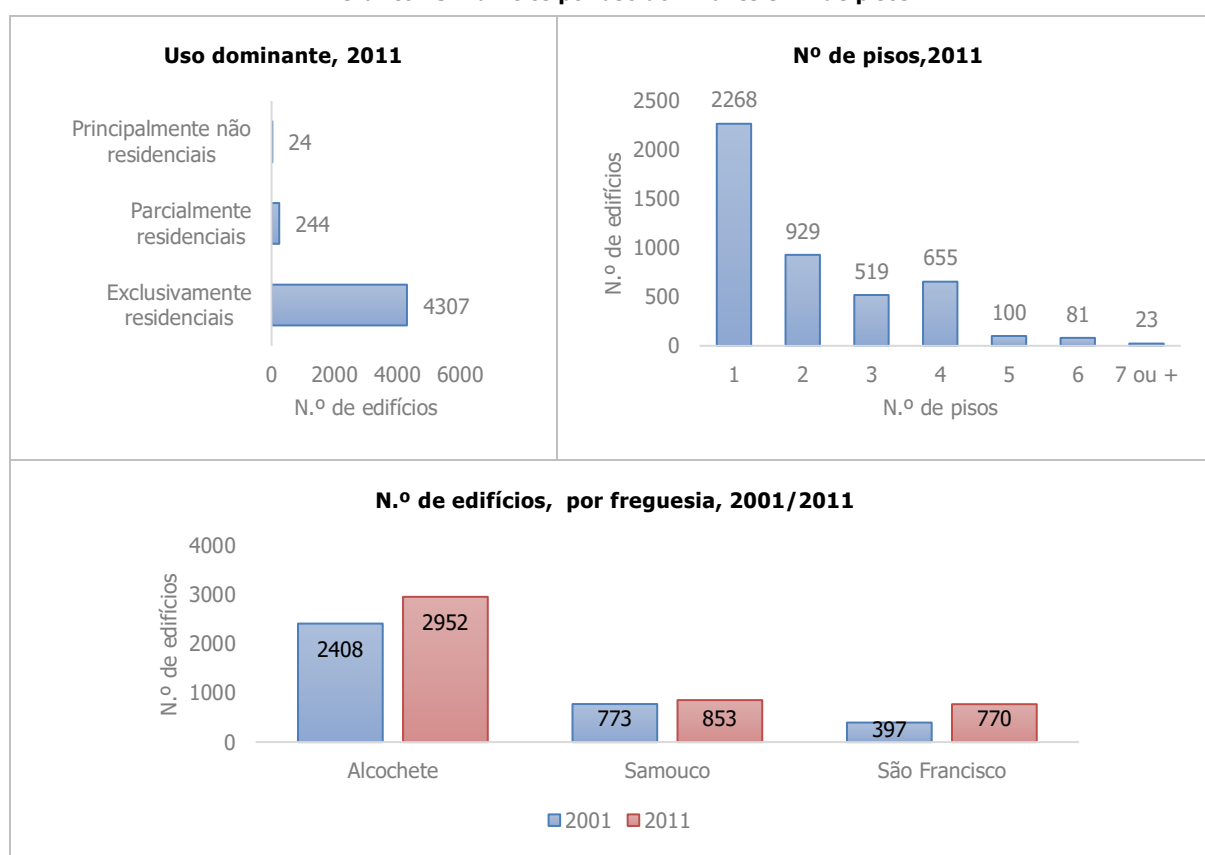
8.1 Parque habitacional-indicadores fundamentais de diagnóstico

8.1.1 Edifícios, Alojamentos e pressão habitacional

8.1.1.1 Edifícios residenciais segundo o tipo e o número de pisos

O parque edificado do concelho de Alcochete era constituído, em 2011, por 4575 edifícios residenciais²², cujo volume representa um acréscimo de quase mil novos edifícios relativamente a 2001, ou seja, mais 28%.

Gráfico 23: Edifícios por uso dominante e n.º de pisos



Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

No concelho de Alcochete são dominantes os edifícios exclusivamente residenciais (94%) e mais de 2/3 tem entre 1 e 2 pisos (70%), existindo uma relação direta entre este tipo de edificação (monofuncional) e de baixa densidade e a imagem que se pretende manter como identitária, de qualidade paisagística, patente nas suas características naturais associadas ao estuário do tejo e no carácter rural de grande parte do município.

²² Edifícios que têm pelo menos um fogo, podendo ter outras funções (comércio, serviços).

Fotografia 25: Edifícios com 1 ou 2 pisos dominantes



Fonte: NRV.2019

8.1.1.2 Alojamentos *versus* População

O parque habitacional do concelho de Alcochete era constituído, em março de 2011, por **8818 alojamentos familiares** para um total de 17569 pessoas residentes, o que permite um rácio de 2 pessoas/alojamento, apesar de 24% do mesmo não ser ocupado como residência habitual. Relativamente a 2001 registou-se um **incremento de 1860 novos alojamentos (42%)** para um acréscimo populacional de 4559 indivíduos (+35%).

Esta tendência, em consolidação, põe em evidência a crescente disponibilidade e capacidade atrativa de Alcochete para captação de população e construção de novas habitações.

Quadro 26: População e Alojamentos (2001/2011)

Freguesias	População			Alojamentos		
	2001	2011	Tx Var. 2001/11 (%)	2001	2011	Tx Var. 2001/11 (%)
Alcochete	9094	12239	34,6	4355	6215	42,7
Samouco	2788	3143	12,7	1321	1559	18,0
São Francisco	1128	2187	93,9	527	1044	98,1
Concelho de Alcochete	13010	17569	35,0	6203	8818	42,2
AML	2661850	2821876	6,0	1293851	1485795	14,8

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

No contexto metropolitano (acréscimo de 15% de alojamentos) e em termos de evolução recente, o concelho de Alcochete apresentou um comportamento bastante mais positivo ao nível dos alojamentos. Internamente, o comportamento verificado pelas 3 freguesias concelhias vai de encontro aos diferentes ritmos de crescimento populacional verificado: São Francisco quase duplica o seu parque de alojamentos, a freguesia de Alcochete fica-se pelos 43% e Samouco é a freguesia que aumenta menos o seu parque de alojamentos (18%).

8.1.1.3 Pressão habitacional

A dimensão média da família tem vindo a diminuir desde os anos 80, fenómeno que se tem manifestando na generalidade do território nacional, sendo que esta evolução é particularmente relevante quanto se sabe que este fenómeno tem implicações óbvias na produção de habitação. Em **2011**, o concelho de **Alcochete contava com 6798 famílias**, mais 1904 do que em 2001.

A ligeira redução da dimensão média das famílias, sobretudo na última década censitária, resultou do crescimento mais rápido do número de famílias do que do número de habitantes. Naquele período, as **famílias cresceram 39%**, mais 4 pontos percentuais que a população.

Em apenas duas décadas, a diminuição da dimensão média das famílias que, em 1991 era de 2,9 pessoas/família, passou a atingir as **2,6 pessoas/família**, em 2011.

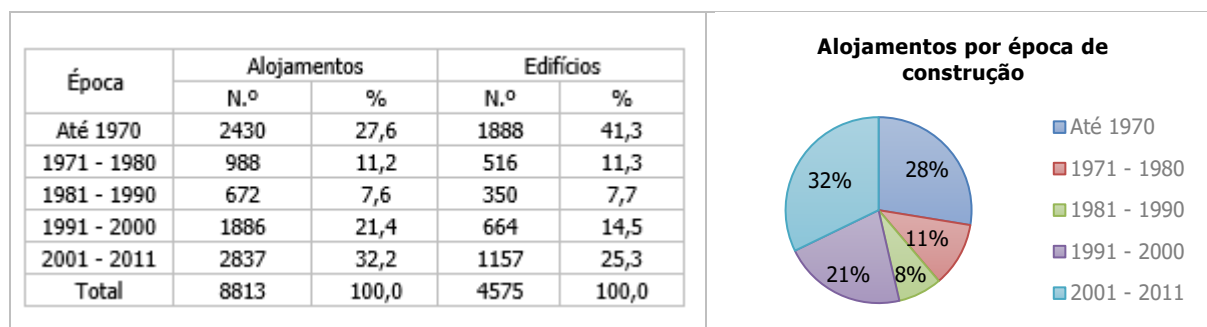
Os níveis de ocupação dos alojamentos podem ser, genericamente, avaliados, a partir de indicadores médios. Assim, este concelho registava em 2011, **0,8 famílias/alajamento** e **2 pessoas/alajamento**.

8.1.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento

8.1.2.1 Dinâmica construtiva intercensitária

O parque habitacional do concelho de Alcochete é relativamente recente, isto é, em 2011, 28% dos alojamentos eram anteriores a 1970 mas **mais de metade do parque habitacional foi construído depois de 1991**, fazendo jus à dinâmica demográfica desde então verificada.

Quadro 27: Edifícios e alojamentos segundo a época de construção, em % (2011)



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

8.1.2.2 Dinâmica populacional vs dinâmica construtiva pós-censitária: 2011 a 2017

Algumas estatísticas pós censitárias, também do INE, permitem dar a conhecer o sentido de evolução da população residente (estimativas provisórias) e da dinâmica construtiva ocorrida entre 2011 e 2017 (estatísticas da construção e da habitação). Segundo as estimativas provisórias da população residente, ter-se-á registado um incremento de 1716 pessoas (9,8%) nos 6 anos volvidos sobre o último RGP.

De que forma o parque habitacional terá respondido à procura gerada por esta nova população?

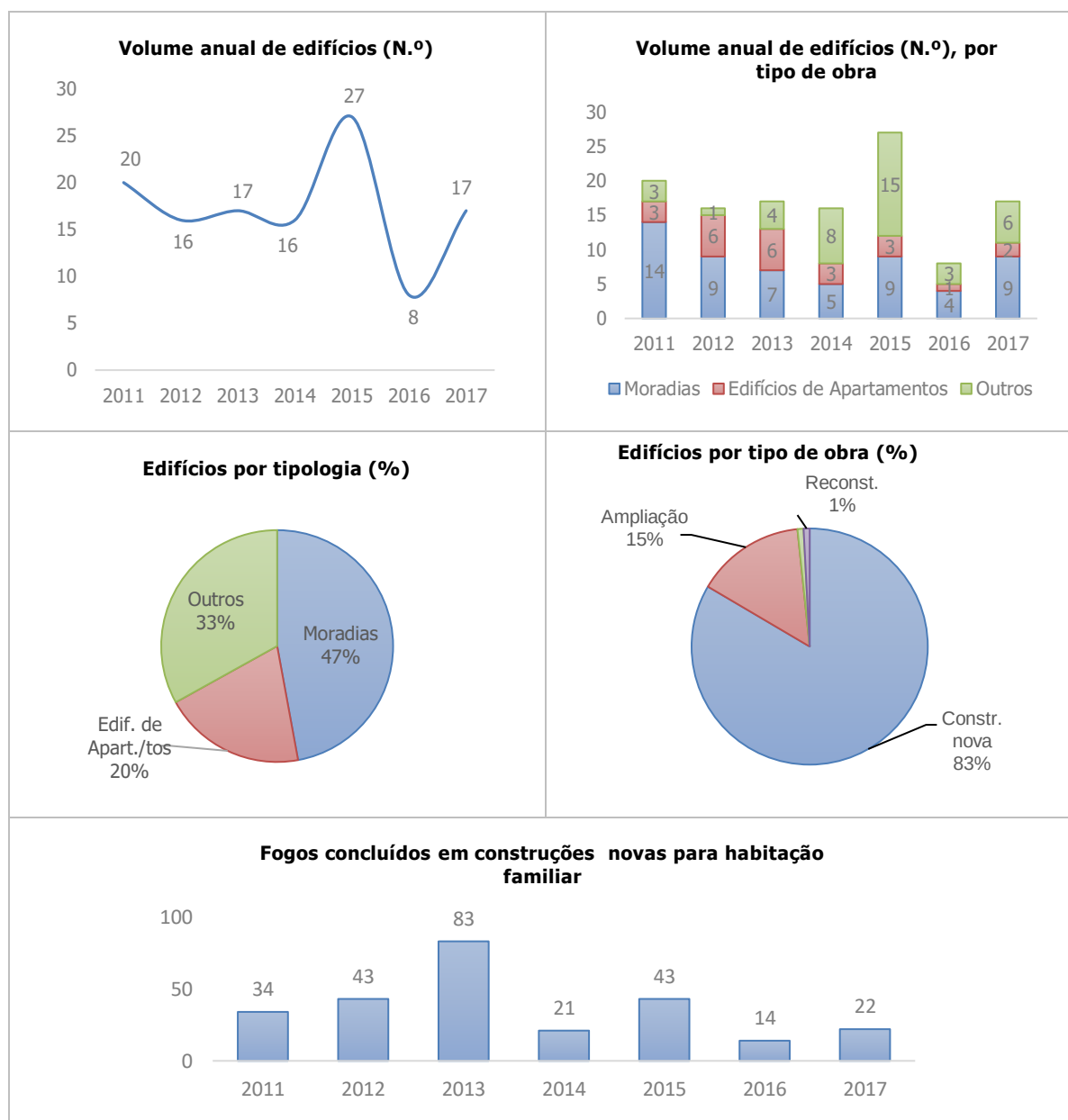
- em 2011, existiam 490 fogos para venda e 109 fogos para arrendamento;
- foram concluídos 121 edifícios (entre moradias, edifícios de apartamentos e outros) em resultado de construção nova (83%), ampliações (15%), reconstruções (1%) ou alterações (1%);
- foram concluídos 260 fogos resultantes de construção nova;

Considerando a dimensão média da família em 2011 e os alojamentos disponíveis no mercado de venda e arrendamento na mesma altura, juntamente com os fogos concluídos entre 2011 e 2017, resultantes de construção nova, estima-se que o município de Alcochete conseguiria albergar aproximadamente cerca de 2200 novos habitantes, assim sendo possível responder à procura potencialmente gerada.

Se estes cálculos estiverem corretos, o concelho de Alcochete continua a manter uma boa reserva de alojamentos vagos (cerca de 5 centenas) de modo a permitir a mobilidade residencial.

Um dos desafios que se colocam a Alcochete tem a ver com a sua capacidade de crescer e desenvolver, enfrentando e sustendo a pressão imobiliária e evitar fenómenos de suburbanização.

Gráfico 24: Edifícios concluídos entre 2011 e 2017 no concelho



Fonte: INE, Estatísticas da Habitação e da Construção/Obras concluídas, 2018

Fotografia 26: Exemplos da continuada dinâmica construtiva (5/2019)



Fonte:NRV.2019

8.1.3 Tipo de alojamentos e formas de ocupação

8.1.3.1 Tipo de alojamentos

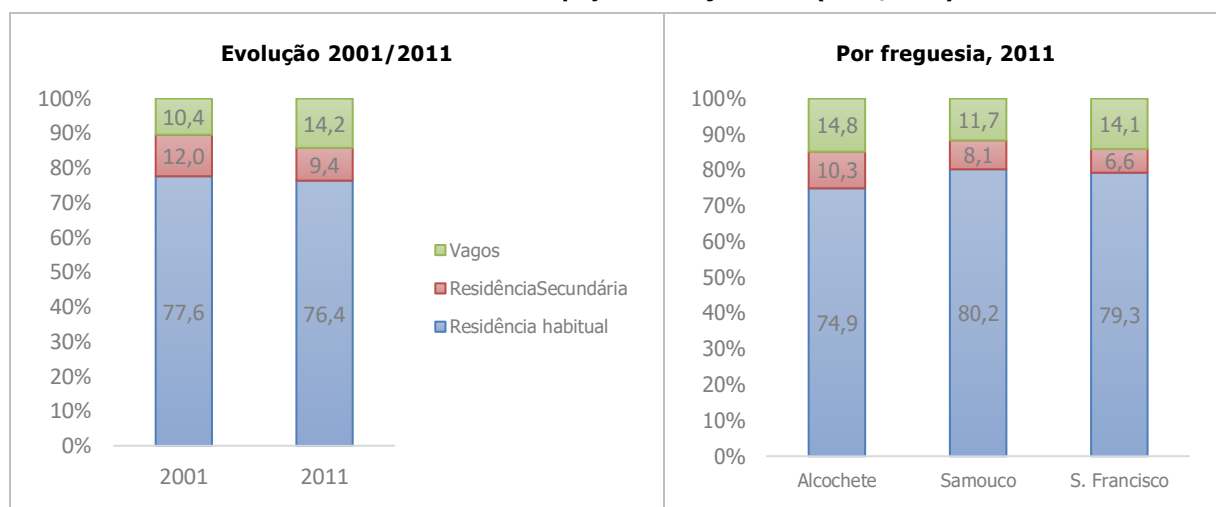
O parque habitacional do concelho de Alcochete é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos sendo insignificante o número de barracas e outros alojamentos improvisados. Do total de 8818 alojamentos, apenas 5 eram alojamentos não clássicos, ou seja, aqueles que não reuniam as condições mínimas de habitabilidades e que podiam assumir a designação de barracas ou outras improvisações. Este cenário, referindo-se aos quantitativos em questão, é irrelevante no contexto global, sendo de notar sobretudo que reduziu grandemente relativamente a 2001, data em que existiam 24 alojamentos não clássicos.

8.1.3.2 Formas de Ocupação dos alojamentos

O conhecimento da forma de ocupação dos alojamentos é particularmente relevante na gestão de um território, na medida em que as condições de acolhimento de população temporária (a que utiliza aos alojamentos de residência secundária) são substancialmente distintas da população que o habita permanentemente. Do mesmo modo, o conhecimento do volume de alojamentos vagos é fundamental no desenvolvimento de estratégias que contrariem o abandono das habitações e dos lugares, sob pena de se criarem maiores condições de degradação do parque edificado e de desqualificação dos espaços construídos.

Em 2011, dos 8813 alojamentos familiares clássicos, a **residência habitual** dos alojamentos era largamente predominante, contabilizando-se 6730 alojamentos **(76%)**, no entanto, os alojamentos devolutos tinham algum significado (14%). As residências secundárias (832 alojamentos) aproximavam-se dos 10%. Esta distribuição evidencia e consolida o que já se verificava na década anterior, nomeadamente a **função de município atrativo para a função residencial**, num contexto de proximidade e complementaridade a Lisboa para esta função. No entanto, a 2ª residência, registou um aumento de 12%, o que pode indiciar uma nova vertente deste concelho.

Gráfico 25: Forma de ocupação dos alojamentos (2001/2011)

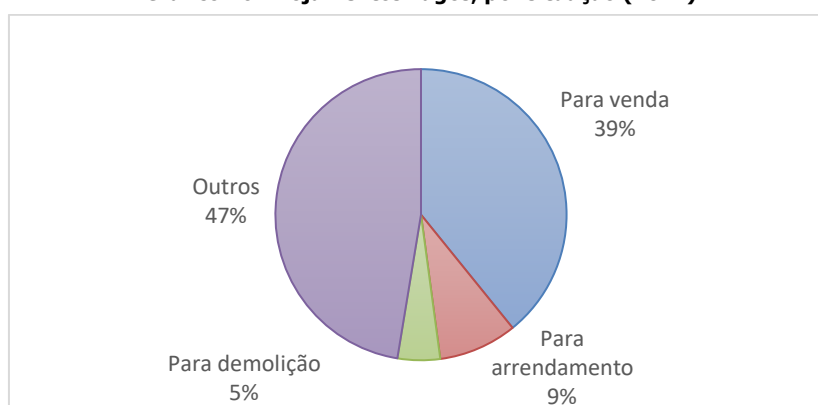


Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 e 2011

Dos **1251 alojamentos vagos**, apenas 109 se encontravam no mercado de arrendamento e 490 alojamentos encontram-se à venda. A maioria dos alojamentos vagos encontrava-se noutras situações e 59 alojamentos destinavam-se a ser demolidos.

Internamente, as freguesias de Samouco e São Francisco apresentavam maiores expressões de alojamento permanente em contraponto com a maior percentagem de alojamentos vagos. A freguesia de Alcochete possui menos alojamentos de residência habitual e mais vagos e de 2ª residência, facto que se associa às dinâmicas demográficas registadas no seu centro histórico (abandono, degradação).

Gráfico 26: Alojamentos vagos, por situação (2011)



Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 e 2011

8.1.4 Condições de habitabilidade

As condições de habitabilidade são um importante indicador de análise da qualidade de vida de uma população e podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores: dotação de infraestruturas básicas, instalações existentes nos alojamentos, tipo de ocupação e índices de lotação.

No âmbito do **serviço de infraestruturas** (eletricidade, abastecimento de água e saneamento básico) os alojamentos familiares de residência habitual estavam já bastante dotados em 2001. Em 2011, apenas 17 alojamentos não possuíam água canalizada e 26 não possuíam esgotos.

Relativamente às **instalações existentes nas habitações** (instalações de banho ou duche, ar condicionado e aquecimento), os alojamentos do município estão razoavelmente dotados: só 96 alojamentos não possuem instalações de banho ou duche e 688 (10%) não possui qualquer tipo de aquecimento; por sua vez apenas 25% dos alojamentos possui ar condicionado.

O tipo de ocupação dos alojamentos pode assumir a forma de **simples ou partilhada** (simples quando ocupada por uma só família e partilhada, quando ocupada por mais de uma família. Os índices de lotação dão indicação do excesso ou do défice de divisões assoalhadas relativamente à população que habita um alojamento.

A ocupação partilhada de um alojamento bem como a existência de **situações de sobrelotação**, denunciam, em termos teóricos e na maior parte dos casos, a ausência de condições dignas de habitabilidade. Tanto num caso como no outro, a situação não é muito expressiva: cerca de 110 famílias partilhavam o mesmo alojamento e cerca de 621 famílias viviam em alojamentos sobrelotados.

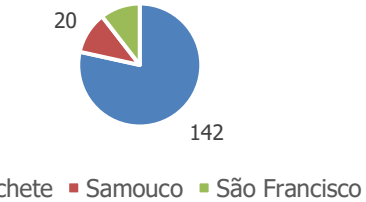
8.1.5 Estado de Conservação

O estado de conservação do parque edificado é globalmente razoável/bom, facto que está associado à sua relativa juventude, contudo os núcleos antigos apresentam espelham as situações de maior degradação.

Os Censo 2011 dão conta da existência de 4% dos edifícios em mau estado de conservação (a necessitar de grandes reparações e muito degradados), em oposição aos quase 3/4 de edifícios que se encontravam em bom estado e que, por isso, não necessitavam de qualquer tipo de reparação exterior.

Existia, no entanto, uma percentagem com algum significado (27%) necessitava de intervenções de reparação (1226 edifícios). Contudo, naquela data a situação não era preocupante pois, dos edifícios que necessitavam reparações, apenas 2,5% necessitavam de grandes reparações (114 edifícios). Estes, associados aos que se encontravam muito degradados (67 edifícios) perfaziam um total de 181 edifícios a necessitar de grandes intervenções.

Quadro 28: Edifícios, por necessidade de reparação (2011)

	N.º	%	Edifícios necessitados de reparação, por freguesia  ■ Alcochete ■ Samouco ■ São Francisco
Sem necessidade de reparação	3282	71,7	
Com necessidade de reparação	1226	26,8	
Pequenas reparações	831	18,2	
Reparações médias	281	6,1	
Grandes reparações	114	2,5	
Muito degradado	67	1,5	
Concelho de Alcochete	4575	100,0	

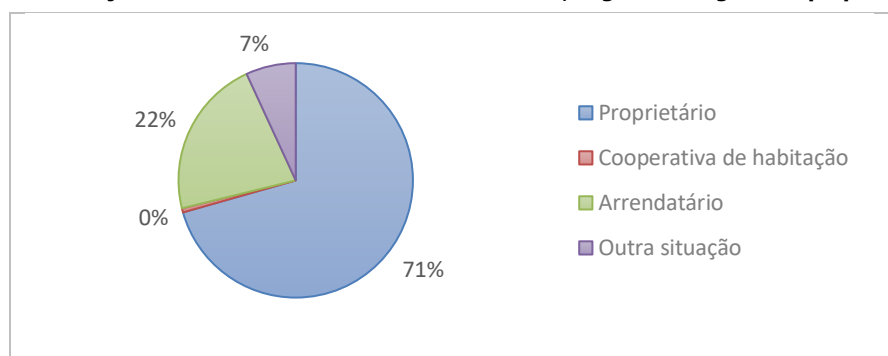
Fonte: INE- Portugal, Censos 2011

Dos edifícios que necessitavam de grandes reparações ou estavam muito degradados, a grande maioria inscrevia-se na freguesia de Alcochete (78%). São Francisco e Samouco tinham percentagens idênticas (10% cada).

8.1.6 Tipo de propriedade e mercado de arrendamento

Em 2011, a propriedade ou copropriedade era o regime predominante (71%) e o regime de arrendamento ou subarrendamento representava 22%, sendo as outras situações (cooperativas de habitação ou outros) pouco expressivas.

Gráfico 27: Alojamentos familiares de residência habitual, segundo o regime de propriedade (2011)



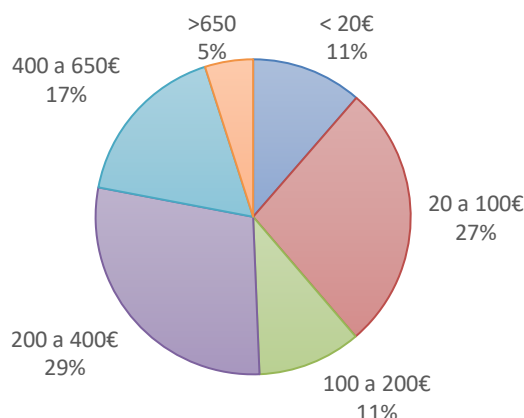
Fonte: INE- Portugal, Censos 2011

Ser proprietário imobiliário, quer em meio urbano quer em meio rural era, até há pouco tempo, um anseio que se apresentava como transversal à sociedade portuguesa por razões várias, mas onde se sublinhavam a rigidez do mercado de arrendamento ou a valorização social e económica que decorria da ampliação do património imobiliário individual/familiar. Contudo, este cenário, fruto da crise económica e das alterações sociais está em mutação, no sentido da crescente valorização e

dinamização do mercado de arrendamento, enquanto mercado mais flexível e adaptável às situações concretas que muitas famílias portuguesas estão a viver (maior mobilidade profissional e residencial).

Em 2011, o mercado de arrendamento (1477 fogos) do concelho de Alcochete representava 22% dos alojamentos de residência habitual.

Gráfico 28: Alojamentos arrendados, ocupados como residência habitual, segundo o escalão da renda (2011)



Fonte: INE. Portugal, Censos 2011

Dos alojamentos arrendados e ocupados como residência habitual do município, e no que respeita ao escalão mensal da renda, 38% correspondiam a rendas até 100€. A renda mais frequente situava-se entre os 200 e os 400€ (29%). Rendas superiores a 400€ já eram pagas em cerca de 22% dos alojamentos arrendados.

Esta distribuição pelos escalões de renda reflete a dinâmica demográfica e económica deste concelho. Alcochete apresentava-se, já em 2011, como um mercado atrativo do ponto da captação de novos residentes (existiam à venda 490 alojamentos). Contudo, do ponto de vista da mobilidade residencial, Alcochete ainda não estava preparado para o desenvolvimento do mercado de arrendamento, na medida em que só existiam no mercado 109 alojamentos para arrendamento.

8.1.7 Condições de acesso a edifícios a pessoas com mobilidade condicionada

Esta é uma questão central nos dias de hoje e remete para necessária e humana inclusão e equidade, devidas a qualquer cidadão. Contudo, sendo uma área cuja regulamentação é relativamente recente, verifica-se que muitos edifícios ainda não têm condições aceitáveis de acessibilidade. Alcochete apresenta, contudo, a particularidade de mais de 2/3 dos seus edifícios terem entre 1 e 2 pisos, o que facilita, desde logo, o acesso às pessoas com mobilidade reduzida.

Em 2011, cerca de 7% da população residente em Alcochete com mais de 5 anos possuía incapacidades motoras (cf evidenciado no subcapítulo da Caracterização Demográfica), *grossa modo*, diretamente relacionadas com a população idosa (em 2011, 16% da população concelhia tinha mais de 65 anos).

Da análise dos edifícios construídos para possuírem 3 ou mais alojamentos, constatou-se que no concelho de Alcochete existiam, em 2011, 666 edifícios nestas condições e, destes, 490 edifícios não possuíam entrada acessível à circulação em cadeira de rodas, dos quais 376 não tinham elevador. A realidade existente estará presente nos edifícios mais antigos e a crescente dinâmica construtiva já deverá ter em consideração a legislação vigente sobre esta matéria.

Quadro 29: Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos (2011)

Acessibilidade e existência de elevador	Edifícios segundo o número de pisos				
	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4 ou +
Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas	176	4	14	33	125
Com elevador	99	0	0	6	93
Sem elevador	77	4	14	27	32
Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas	490	4	50	112	324
Com elevador	114	0	1	8	105
Sem elevador	376	4	49	104	219
Concelho de Alcochete	666	8	64	145	449

Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2011

Deste modo, a realidade construtiva e da ocupação humana do território de Alcochete destacam a inexistência de grandes dificuldades acrescidas às pessoas com mobilidade condicionada no que diz respeito ao acesso a edifícios residenciais.

8.1.8 Habitação social

O município de Alcochete tem desenvolvido ao longo tempo um papel importante no que toca à tentativa de resolução dos problemas habitacionais das pessoas mais desfavorecidas. Já o Plano Geral de Urbanização que a autarquia promoveu há décadas atrás, deu origem à definição de áreas/núcleos, apropriadas ao desenvolvimento de iniciativas na construção de habitação privada e pública.

O PDM em vigor, definiu a área urbana do Valbom como Espaço Urbano Consolidado I. Esta, é constituída pela parte da vila de Alcochete que se desenvolve para sudoeste, com ocupação edificada consistente, dispondo de infraestruturas urbanísticas e de equipamentos e serviços que garantem um papel polarizador no território, destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente

habitacionais, podendo integrar outras funções, como atividades terciárias, indústria ou turismo, desde que pelas suas características sejam compatíveis com a função habitacional.

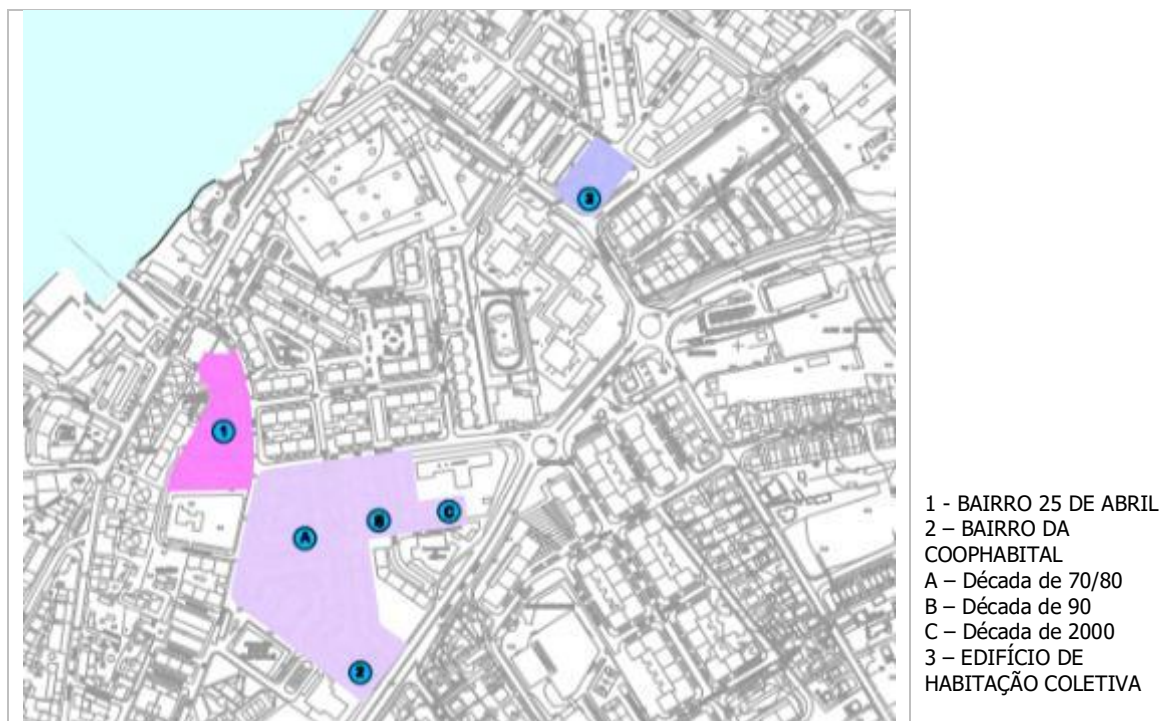
É nesta área urbana de Valbom que se inserem os três conjuntos habitacionais, designados de bairros de Habitação Social do município de Alcochete.

8.1.8.1 Bairros Sociais de Alcochete

Estes três conjuntos/bairros foram construídos entre a década de 70 e a 1ª do séc. XXI na zona de expansão da Vila de Alcochete, em terrenos camarários, tendo tido a autarquia um papel importante no desenvolvimento deste conjunto habitacional, constituído pelo Bairro 25 de Abril, Bairro da Coophabitacional, e Edifício Municipal de 43 fogos, todos integrados na malha urbana, envolvidos por prédios de iniciativa privada.

Além de edifícios de habitação, encontra-se nesta área urbana a maioria dos equipamentos públicos da vila de Alcochete, como o centro escolar, o pavilhão municipal de Alcochete, polidesportivo ao ar livre, campos de ténis, piscina municipal e equipamentos de lazer, como albergue de juventude e jardim publico e ainda o centro de saúde e o quartel de bombeiros.

Figura 45: Bairros de Habitação Social de Alcochete



Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

O **Bairro 25 de Abril** é o primeiro grande conjunto habitacional de iniciativa do Estado construído no concelho de Alcochete, na década de 70, da responsabilidade da Confederação das Caixas de Previdência, com a construção de 125 fogos para arrendamento social, construídos em terrenos cedidos pela autarquia, sendo esta responsável pela execução dos arranjos exteriores. Presentemente são da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social apenas 22 fogos, uma vez que os restantes foram alienados aos inquilinos.

O **Bairro da Coophabital** foi construído em terrenos cedidos pela autarquia à cooperativa do mesmo nome, para construção de 300 fogos ao abrigo de CDH, entre outros programas de financiamento do Estado. Foi construído em três momentos distintos no tempo. Um primeiro conjunto (A, na figura), constituído por 188 fogos, foi construído pela cooperativa Coophabital nas décadas de 70/80. O conjunto B, foi construído pela cooperativa Uchedes, na década de 90 e o conjunto C, foi construído na primeira década do século XXI, também pela cooperativa Uchedes. Foi neste Bairro que a autarquia realojou 38 famílias ao abrigo do Programa PER.

O **Edifício Municipal de 43 fogos** foi construído, entre 1982 e 1984, pela autarquia para dar resposta a problemas de carência habitacional de agregados familiares carenciados. O edifício insere-se no tecido urbano consolidado da vila de Alcochete. A autarquia é proprietária de 8 fogos, tendo alienado os restantes fogos aos inquilinos.

Fotografia 27: Habitação de génese social



Edifício Municipal



Bairro 25 de Abril



Bairro da Coophabital

Fonte:NRV.2019

Estes três conjuntos habitacionais ocupam mais de 50% dos fogos de toda a área urbana de Valbom. Os restantes fogos fazem parte de edifícios de habitação coletiva de iniciativa privada construídos para venda, existindo alguns fogos arrendados em mercado livre. Esta área é envolvida por bairros de habitação coletiva privada, ocupada por agregados familiares de classe média.

8.1.8.2 Habitação propriedade da autarquia de Alcochete

Presentemente (2019) a **autarquia é proprietária de 51 fogos**, todos localizados na freguesia de Alcochete, nos quais residem 47 famílias, sendo que 1 dos fogos está ocupado com serviço social (Centro Comunitário Cais do Sal) e 3 serão ocupados brevemente por famílias carenciadas. A sua identificação e localização consta do quadro seguinte.

Quadro 30: Parque habitacional propriedade do Município de Alcochete (2018)

Propriedade Total do Município de Alcochete									
Localização	Edifício	Fogos	Tipologia				Licença / utilização	Processo	Aquisição
	Nº	Nº	T1	T2	T3	T4			
Rua Virgílio Martinho nº 1	1	8		5	3		2002	B-100/99	2002
Rua Virgílio Martinho nº 3	1	8		5	3		2002	B - 99/99	2002
R. Alto do Castelo	1	2		2			Anterior a 1951	Sem	1999
R da Liberdade/Q. Valbom	1	1			1		Anterior a 1951	Sem	
Subtotal	4	19		12	7	0			
Propriedade Parcial do município de Alcochete									
R. da Liberdade lote 4	1	5			3	2	76/1994	B-53/87	95/97/99
R. da Liberdade lote 5	1	3		2		1	71/1994	B- 54/87	1995/97
R. da Liberdade lote 6	1	2		2			75/1994	B-55/87	1995
R. da Liberdade Lote 7	1	4			4		1994	Nº 52/87	1995/97
R. da Liberdade lote 12	1	1		1			82/1993	B- 56/87	1997
R. da liberdade lote 13	1	5			3	2	100/1996	B-62/87	95/97/99
R. da Cooperação lote 20	1	1	1				94/1995	B- 57/87	1995
R. Fernão Lopes 5	1	1			1		1987	Nº 94/80	2001
R Capitão Sagueiro Maia,3	1	2		2			31/2002	B-13/99	2002
Av. Restauração 1383/85	1	8	4	4			1984	93/099B	1984
Subtotal	10	32	5	11	11	5			
Totais	14	51	5	23	18	5			

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

As habitações adquiridas ao abrigo do Programa PER, foram atribuídas em regime de renda apoiada (calculada com base nos rendimentos do agregado familiar). As habitações arrendadas anteriormente, estão atribuídas em regime de rendas sociais.

As receitas provenientes das rendas têm-se revelado insuficientes para gerir este parque habitacional, agravadas pelo número significativo de incumprimentos no pagamento das rendas. Em virtude disto, os edifícios de habitação de propriedade municipal encontram-se degradados, nomeadamente ao nível das partes comuns, paredes exteriores, coberturas e caixa de escadas, apresentam degradação de rebocos, com fissuras o que permite a entrada de água no interior das frações prejudicando o conforto e o bem-estar dos moradores.

As habitações também necessitam de intervenção profunda ao nível de infraestruturas de águas e esgotos, substituição de equipamentos de cozinhas e instalações sanitárias e substituição de pavimentos que são em revestimento de cortiça e encontram-se bastante degradados devido a concentração de humidades nas habitações, provenientes do exterior.

Os equipamentos públicos necessitam de obras de conservação e reabilitação, reformulação de usos e aproveitamento de espaços para nova utilização adequadas as necessidades atuais dos idosos e de jovens.

8.2 Carências habitacionais

Apesar de se dedicar um subcapítulo a esta temática, importa salientar que a grande maioria do parque habitacional de Alcochete está em bom estado de conservação, tem respondido à procura e à maioria das necessidades da população residente, num contexto de grande crescimento demográfico nas últimas décadas. Inclusivamente, em 2001 existiam 24 alojamentos não clássicos (barracas ou outras improvisações) que foram praticamente erradicadas na década seguinte (em 2011, apenas foram recenseadas 5 situações). Não obstante, existe uma pequena percentagem de situações de carência que necessitam ser resolvidas, de modo a que todos os cidadãos tenham condições de habitabilidade dignas e constitucionalmente consagradas.

Quando se fala em carências habitacionais, neste, como em tantos outros municípios do país, não se trata da falta absoluta de alojamentos, mas a falta adequada aos escalões de rendimento da população residente. Neste sentido, é possível afirmar que a realidade concelhia se debate com duas situações antagónicas:

- por um lado, a existência de várias centenas de fogos devolutos (e estes em diferentes situações, em 2011: 109 fogos para arrendamento, 490 fogos para venda e 652 fogos noutras situações);
- por outro lado, um número significativo de famílias que tem dificuldade de aceder (compra, arrendamento ou até manutenção/conservação) a uma habitação adequada em função dos seus rendimentos.

Na perspetiva da autarquia, que lida diariamente com esta situação, os **principais problemas com que o parque habitacional** se confronta neste momento, são:

- Desajuste entre oferta e procura, assente em preços inoportáveis para os escalões de rendimento da população local;
- Agregados sem rendimento para pagar as casas ao banco;
- Incapacidade financeira da autarquia de fazer face à manutenção adequada da habitação municipal;
- Degradação das habitações;
- Existência de 1 Área Urbana de Génese Ilegal (Bairro do Maçãs);
- Mais recentemente, desvio de alojamentos de reduzidas dimensões, com preços baixos, para utilização de alojamento local/turístico.

Para além das situações vividas em grande parte do parque habitacional propriedade do município, existem outras situações, de génese distinta, com décadas de existência, e que se encontram a necessitar de resolução. É o caso de algumas situações isoladas e de núcleos perfeitamente identificados pela autarquia, onde residem famílias carenciadas que são incapazes de fazer face às suas necessidades em matéria habitacional. As situações identificadas, sistematizadas no quadro seguinte, poderão ter respostas diferentes, que poderão oscilar entre o realojamento e a reabilitação.

Quadro 31: Situações de carência habitacional, no concelho de Alcochete (2019)

Designação/Localização	Características	Intenção/Possibilidades de intervenção
Alto do Castelo	. 2 fogos . 2 agregados carenciados A parcela insere-se no PP dos Barris, num lote destinado a construção de 6 fogos para realojamento de famílias carenciadas.	. Construção de 6 fogos, com comparticipação (Programa 1º Direito).
Núcleo Antigo de Alcochete	. 3 fogos . Outras situações (em atualização) Edifícios muito degradados	. Reabilitação (Programa 1º Direito)
Canto do Pinheiro	. Prédio com 5 famílias imigrantes	Reabilitação do prédio (Programa 1º Direito) com comparticipação do proprietário
Dispersos em Alcochete e Samouco	. Pedidos de apoio de famílias carenciadas para aquisição/ realojamento. . Armazém atrás do cemitério do Samouco, ocupado por famílias oriundas de outros países para trabalhar na apanha de ameijoas. Não se conhece o nº de agregados familiares a residir no local. . Outros casos (em atualização)	Reabilitação (Programa 1º Direito)
Bairro do Terroal (AUGI)	. 38 alojamentos . 32 edifícios . 40 agregados . 101 residentes Construções clandestinas anteriores a 1975 e alguns casos de carência habitacional e económica. Possui infraestruturas urbanas, mas a maioria dos arruamentos não estão pavimentados	-
Bairro do Maças (AUGI)	. Situação idêntica ao Bairro do Terroal	. Sem indicação de carências habitacionais
Bairro do Passil	. 60 alojamentos . 54 agregados familiares . 153 residentes Construído pelo proprietário da herdade para os trabalhadores rurais.	- Demolição de anexos e reconstrução de habitações (Programa 1º Direito) - Execução de arruamentos e espaços verdes de utilização coletiva
Bairro Monte Laranjo	. 20 alojamentos . desconhecimento do nº de moradores e da situação socioeconómica . Sem água canalizada e eletricidade (recurso a furo e gerador) Construído pelo proprietário da herdade para os trabalhadores rurais.	
Bairro do Rilvas	. 16 habitações . 21 pessoas, maioritariamente, idosos que não querem sair do local Construído pelo proprietário da herdade para os trabalhadores rurais.	
Bairro Barroca D`Alva	. 30 alojamentos . 56 residentes . 26 agregados familiares Construído pelo proprietário da herdade para os trabalhadores rurais.	Não se identificam grandes carências devido à proximidade das edificações principais da herdade da Barroca D`Alva e à interajuda entre moradores.

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

No âmbito do novo quadro estratégico, legal e documental, que teve como ponto de partida a Estratégia Nacional de Habitação (RCM n.48/2015, de 15/7), foi efetuado um Levantamento das Necessidades de Realojamento, realizado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que antecedeu a publicação de uma série de documentos legislativos (Nova Geração de Políticas de Habitação, Programa Porta de Entrada e sua regulamentação, Programa 1º Direito e sua regulamentação). Naquele estudo foram contabilizadas cerca de 26 mil famílias com graves carências habitacionais, as quais se pretendem realojar, até 2024, através do Programa 1º Direito.

Do volume quantificado, concluiu-se que na Área Metropolitana de Lisboa residem 54% do total de famílias em carência habitacional. Na AML, os concelhos de Almada, Amadora e Loures são os que se encontram em situação mais gravosa, com percentagens de famílias a realojar no total das famílias do respetivo concelho, superiores a 3%.

Neste contexto e no âmbito da AML, o concelho de Alcochete tem uma participação residual no conjunto das necessidades de realojamento da AML (56 fogos), no entanto, encontra-se numa situação intermédia relativamente ao peso que estes possuem no total de famílias do concelho: o peso das famílias a realojar será de 0,8% no total das famílias do concelho, se aferidas as necessidades com a população residente em 2011. Contudo, se se confirmarem as estimativas provisórias da população residente (19.285 habitantes em 2017), aquela percentagem será ligeiramente inferior.

Quadro 32: Famílias com graves carências habitacionais, a realojar, na AML (2018)

Municípios	Famílias	Famílias a realojar		
	N.º	Famílias a realojar	% na AML	% no total de famílias concelho
Alcochete	6794	56	0,4	0,8
Almada	71901	2735	19,8	3,8
Amadora	73433	2839	20,5	3,9
Barreiro	33174	376	2,7	1,1
Cascais	82093	764	5,5	0,9
Lisboa	243892	2867	20,7	1,2
Loures	80464	2673	19,3	3,3
Mafra	28887	18	0,1	0,1
Moita	26137	92	0,7	0,4
Montijo	20576	0	0,0	0,0
Odivelas	57744	156	1,1	0,3
Oeiras	71584	221	1,6	0,3
Palmela	23677	0	0,0	0,0
Seixal	62261	526	3,8	0,8
Sesimbra	19274	20	0,1	0,1
Setúbal	48328	203	1,5	0,4
Sintra	144160	238	1,7	0,2
Vila Franca de Xira	53396	44	0,3	0,1
Total da AML	1147775	13828	100,0	1,2

Fonte: Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, IHRU, fevereiro de 2018

Como informação complementar e que, de certa forma, pode ser entendido como o volume de carências habitacionais em situação mais gravosa, existem, aproximadamente, uma centena e meia de pedidos de habitação referenciados na Câmara Municipal de Alcochete, distribuídos pelas três freguesias: 120 fogos na freguesia de Alcochete, 15 fogos na freguesia de Samouco e outros 15 fogos na freguesia de São Francisco (informação da autarquia em 2019). Este volume é o maior desde que há memória no concelho de Alcochete.

8.3 Medidas de Política habitacional

Consciente da situação vivida no seu território, a autarquia tem encetado várias iniciativas e abordado algumas possibilidades de resolução, sendo certo que o obstáculo à sua célere resolução, sempre foi e será, a questão financeira e burocrática associada, na medida dos encargos elevados que esta matéria implica.

As medidas levadas a cabo pela autarquia em matéria habitacional, bem como intenções recentes de intervenção são:

• **Apoio direto ao parque habitacional municipal** (51 fogos), nomeadamente através das seguintes ações:

- . Acompanhamento de agregados familiares problemáticos;
- . Encaminhamento de agregados com carências económicas para a Segurança Social.
- . Encaminhamento para a Comissão de Proteção de Menores de crianças em risco;
- . Encaminhamento de inquilinos idosos para o Lar da Misericórdia.
- . Colaboração nas obras de reabilitação de partes comuns de Imóveis;
- . Reabilitação das frações municipais devolutas, com verbas da autarquia, sem apoios.
- . Realojamento de novos agregados carenciados.
- . Concurso para atribuição de fogos a famílias carenciadas.

• **Potencial Ampliação do parque habitacional municipal.** Está em ponderação a possibilidade de transferência para a autarquia de 23 frações localizadas no Bairro 25 de Abril, atualmente propriedade do IGFSS.

• **Delimitação de ARU e realização de ORU.** A generalização da delimitação das ARU surgiu no país na sequência na mudança de paradigma (reabilitação versus construção nova) patente no novo quadro estratégico, legal e documental, pós 2015.

O processo de delimitação da ARU de Alcochete foi promovido em 2015, num contexto de crescente aposta na consolidação, reabilitação e valorização dos núcleos urbanos, tendo a Autarquia reconhecido que a “regeneração urbana do núcleo antigo da vila de Alcochete é uma exigência incontornável, depende da recuperação do parque edificado e da diversificação de usos, da revitalização do comércio tradicional e da capacidade de captação de novas atividades económicas, na instalação de equipamentos sociais e culturais e na melhoria das condições de acessibilidades.”

O perímetro da ARU integra o centro histórico onde se encontram as principais referências patrimoniais do concelho e a frente ribeirinha adjacente, dando enquadramento e continuidade às recentes intervenções promovidas no espaço público. Com esta delimitação ambicionou-se assegurar uma intervenção integrada que aliasse a reabilitação do edificado, a revitalização do tecido comercial, a qualificação do espaço público e acessibilidade.

• **Parceria/intermediação em Programas da Administração Central**

i) **Dos 51 fogos do Parque Habitacional da Autarquia, 38 foram adquiridos no âmbito do Programa PER**, com financiamento a fundo perdido do IHRU e pedido de financiamento pela autarquia através de empréstimos bonificados, em pagamento.

ii) **Criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDUS)**, enquanto instrumento de afirmação e de gestão das questões urbanas. Este plano mobilizou três prioridades de investimento previstas no Acordo de Parceria–Portugal 2020 tendo sido desenvolvidos 3 planos de Ação (PARU, PAICD E PAMUS), dos quais se destacam os dois primeiros, pelas implicações óbvias ao nível das condições de habitabilidade:

. Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), que incidiu sobre a ARU (ver também ponto 6.2.2.)

. Plano de ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), que incidiu sobre a área urbana de Valbom, incluindo os 3 Bairros Sociais anteriormente identificados, na freguesia de Alcochete, onde coexistem um conjunto de situações sociais críticas que, associadas à degradação do património edificado, concorrem para potenciar fenómenos de exclusão social.

A estratégia para a comunidade desfavorecida do Valbom está ancorada no objetivo estratégico “Reforçar a Coesão Territorial e a Inclusão Social”. Este, privilegia uma lógica de articulação e complementaridade entre as ações dirigidas às esferas física e social, no sentido de gerar uma nova dinâmica de apropriação do espaço, permitindo integrar a população e fomentar a coesão.

A regeneração física e económica é enquadrada na Prioridade de Investimento 9.8 (Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais) e a regeneração social tem enquadramento na PI 9.1 (Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade).

Figura 46: Área territorial de intervenção do PAICD



Fonte: CMA, PEDUS, 2015

Para esta área foram definidas várias intervenções, (cf. Quadros seguintes), as quais se resumem à desistência de uma das sete intervenções previstas, à execução física e financeira, em curso, de duas das intervenções e aguarda-se a publicação de avisos de concurso para as quatro intervenções restantes.

Quadro 33: Intervenções públicas previstas no PAICD e Ponto de Situação em 2019

TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO (5/2019)
Edificado	Reabilitação integral de edifícios de habitação social (PI 9.8)	Autarquia desistiu
Espaço Público	Reabilitação do espaço público e edifícios de habitação social (PI 9.8)	Em execução
Equipamentos de utilização coletiva	Reabilitação dos equipamentos de utilização coletiva (PI 9.8)	Em execução
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo	Agência do empreendedor jovem ((PI 9.1)	Não foram publicados avisos de concurso, até à data (5/2019) com abrangência territorial que incluísse o território de Alcochete, podendo ser objeto de revisão estas intenções de projeto previstas no PEDU de Alcochete para esta PI.
Ações de integração de imigrante e comunidades	Criação do Movimento Associativo de Imigrantes (PI 9.1)	
Formação profissional de jovens NEET	Orientação e formação profissional de jovens (PI 9.1)	
Intervenção e integração da população	Loja social (PI 9.1)	

Fonte: CMA, PEDUS, 2015

Quadro 34: Intervenções previstas no PAICD em execução física e financeira (5/2019)

DESIGNAÇÃO DOS PROJETOS/OPERAÇÕES EM EXECUÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO	VALOR DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL CONTRATUALIZADO	FINANCIAMENTO CONTRATUALIZADO
Reabilitação do Espaço Público do Valbom	Candidatura aprovada pelo POR Lisboa 2020, em 14/4/2018. Em execução física e financeira.	623.131,66€	311.565,83€
Reabilitação dos Equipamentos de Utilização Coletiva		688.760,34€	344.380,17€

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

iii) Intervenções previstas no âmbito de futura candidatura ao Programa 1^a Direito:

- Casos identificados no subcapítulo anterior (Alto do Castelo, Núcleo Antigo de Alcochete, Canto do Pinheiro, Dispersos em Alcochete e Samouco e Bairro do Passil)
- Para além dos casos identificados, a autarquia pretende intervir no Edifício de habitação Social sito na Av. da Revolução 1385: Edifício de habitação coletiva (1 dos 3 conjuntos/bairros sociais do concelho), com 43 fogos, dos quais 8 frações são propriedade da câmara. O edifício tem cobertura em fibrocimento a necessitar de intervenção. A intenção consiste na reabilitação das partes comuns do imóvel em colaboração com os restantes proprietários.

- **Realização da Estratégia Local de Habitação de Alcochete**, obrigatória para sustentar a candidatura ao Programa 1^o Direito, tendo sido concretizada a parceria entre o município e o IHRU (homologada pelo Governo) em maio de 2021. Essa parceria envolve um investimento superior a 14 milhões de Euros.

Considerações Finais – Quadro síntese

INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO:	
Edifícios, alojamentos e famílias	. Entre 2001 e 2011, os edifícios residenciais aumentaram 28%, os alojamentos 42% e as famílias 39%; . 2,6 pessoas/família; 0,8 famílias/aloj. e 2 pessoas /aloj.;
Épocas de construção e dinâmicas de crescimento	. 28% dos alojamentos anteriores a 1970; . 53% do parque habitacional é posterior a 1991; . entre 2011 e 2017 foram concluídos 121 edifícios (entre construção nova, ampliações, reconstruções e alterações); foram construídos 260 fogos resultantes de construção nova;
Tipo de alojamento e formas de ocupação	. Em 2011, quase totalidade dos alojamentos eram clássicos (apenas 5 alojamentos improvisados); . Forma de ocupação dominante é a residência habitual (76%), seguida pelos fogos devolutos (14%) e pelas residências secundárias (10%); . Dos fogos devolutos: 490 para venda, 109 para arrendamento, 59 para demolição e 593 fogos noutras situações (fora do mercado);

Condições de habitabilidade	. Serviço de infraestruturas e instalações nas habitações com dotação quase plena em 2011, com algumas exceções (17 alojamentos sem água canalizada, 26% sem esgotos,...) . 110 famílias partilhavam o mesmo alojamento; . 621 famílias viviam em alojamentos sobrelotados.
Estado de conservação	. O estado de conservação é globalmente razoável/bom, apesar de os núcleos antigos espelharem as situações de maior degradação; . Em 2011, 4% dos edifícios em mau estado de conservação (181 edifícios a necessitar de grandes reparações e muito degradados); . A maioria dos edifícios que necessitavam de grandes reparações /muito degradados localizava-se freguesia de Alcochete (78%); São Francisco e Samouco tinham percentagens idênticas (10% cada).
Tipo de propriedade e mercado de arrendamento	. Regime predominante: propriedade ou copropriedade (71%); o regime de arrendamento ou subarrendamento representava 22%; . Rendas do parque arrendado: 38% correspondiam a rendas até 100€; rendas superiores a 400€ em 22% dos alojamentos arrendados; . Já em 2011, mercado atrativo do ponto da captação de novos residentes (existiam à venda 490 alojamentos); do ponto de vista da mobilidade residencial, Alcochete ainda não tinha mercado de arrendamento significativo (109 alojamentos disponíveis);
Condições de acesso a edifícios por pessoas com mobilidade condicionada	. apenas 7% da população com mais de 5 anos tinha dificuldades motoras e visuais (em 2011); . a realidade construtiva e da ocupação humana do território de Alcochete (predomínio de edifícios térreos/2 pisos) revelam inexistência de dificuldades acrescidas às pessoas com mobilidade condicionada;
Habitação Social	. Existência de 3 bairros de génese social, construídos entre a década de 70 e a 1ª do séc. XXI na zona de expansão da Vila de Alcochete: Bairro 25 de Abril, Bairro da Coophabital, e Edifício Municipal de 43 fogos; . Da totalidade destes bairros, em conjunto com outras situações isoladas, a autarquia possui atualmente 51 fogos.
CARÊNCIAS HABITACIONAIS	. Duas situações antagónicas: i) existência de várias centenas de fogos devolutos (109 fogos para arrendamento, 490 para venda e 652 noutras situações); ii) um número significativo de famílias que tem dificuldade de aceder (compra, arrendamento ou manutenção/ conservação) a uma habitação adequada em função dos seus rendimentos; . Necessidade de realojamento de 56 famílias; . Volume de carências habitacionais: 150 alojamentos (referenciados na CMA) - 120 em Alcochete, 15 fogos Samouco e 15 fogos S. Francisco.
MEDIDAS DE POLÍTICA HABITACIONAL	. Apoio direto ao parque habitacional municipal; . Ampliação potencial do parque habitacional municipal; . Delimitação de ARU e realização de ORU; . Parceria /intermediação em programas da administração central (Criação do PEDUS, com enfoque para o PARU e o PAICD; dos 51 fogos do Parque Habitacional da Autarquia, 38 foram adquiridos no âmbito do PER; várias intervenções previstas no âmbito da candidatura ao Programa 1ª Direito; . Estratégia Local de Habitação de Alcochete

9 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

O nível de desenvolvimento socioeconómico de qualquer população pode ser traduzido também pela possibilidade de acesso a uma determinada gama de equipamentos coletivos, cabendo ao poder central e/ou local garantir que todos os indivíduos a eles tenham acesso, sendo este, por isso, um indicador de bem-estar social e de qualidade de vida.

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, ao apoio social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica.

Para além da componente social, os equipamentos de utilização coletiva são também elementos polarizadores do espaço envolvente e referências na paisagem urbana. A este papel determinante na organização do território acresce também a enorme importância na imagem e projeção exterior do território onde se localizam. Esta dupla função dos **equipamentos coletivos** reflete-se de alguma forma na competitividade dos lugares, e pode por isso considerar-se que estes **são, paralelamente, consequência e causa do processo de desenvolvimento económico e social de um território.**

O Município de Alcochete está razoavelmente equipado de equipamentos coletivos e é de salientar o crescente esforço, público e privado, na colmatação das necessidades emergentes, na medida do enorme dinamismo demográfico que se tem verificado no concelho, sobretudo nas duas últimas décadas. Ainda assim, há domínios que necessitam de ser reforçados e diversificadas as valências, de modo a conseguir-se um melhor apoio aos residentes, mais adequado, equitativo e de maior qualidade.

9.1 Equipamentos Educativos

Alcochete possui Carta Educativa homologada, com data de 2007. Contudo, as alterações sociodemográficas posteriores impuseram a sua desatualização e desajuste, pelo que a revisão da Carta Educativa está prevista, mas dependente da autorização da DGEST, cujo pedido já foi feito há vários anos.

O município de Alcochete, considerando tanto a iniciativa pública como a privada (muito expressiva neste concelho, sobretudo ao nível do pré-escolar e do 1º CEB), tem tido necessidade de aumentar a oferta de equipamentos educativos na sequência do contínuo crescimento populacional das últimas décadas.

A oferta de ensino no concelho de Alcochete abrange a educação pré-escolar, os três níveis do ensino básico e o ensino secundário. No ano letivo 2018/2019, a população escolar total do município de

Alcochete, desde o pré-escolar (público e privado) ao ensino secundário, totalizava os **3424 alunos**, mais 4 centenas que em 2010/2011 e, aproximadamente, mais 9 centenas que em 2005/2006. A proximidade a Lisboa e a dimensão populacional de Alcochete continuarão a justificar a inexistência de ensino superior ou mesmo de formação complementar ao ensino formal.

Em 13 anos letivos (2005/06 a 2018/19), o **concelho de Alcochete registou um aumento da procura global de ensino na ordem dos 33%**, numa linha ascendente iniciada após a construção da Ponte Vasco da Gama.

Para dar resposta à procura crescente, o município tem desempenhado uma função fulcral na programação da rede educativa e na realização de vários investimentos. Complementarmente, o sector privado também tido um papel decisivo, sobretudo ao nível do ensino pré-escolar e 1º CEB, tendo sido construídos alguns estabelecimentos nos últimos anos.

Quadro 35: Indicadores de educação por município (2016/2017)

	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico			
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Portugal continental	94,5	108,8	119	5,4	2,9	5,9	8,4
AML	87,8	107,8	126,5	6,5	3,2	7,9	10
Alcochete	94,4	95,9	92,4	4,2	2,1	2,4	8,2

Fonte: Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa, 2017 (edição 2018)

Tendo em conta a situação atual de Alcochete, a sua contextualização no seio da AML permite conhecer o seu quadro favorável ao nível de alguns indicadores de educação. Alcochete possui uma taxa bruta de pré-escolarização mais favorável do que a média da AML e apenas é inferior a Lisboa, Almada e Barreiro. As taxas brutas de escolarização²³ do ensino básico e do ensino secundário são inferiores à AML, mas a leitura deve ser cuidadosa devido ao facto de existir uma grande mobilidade estudantil de entrada e saída de estudantes de Alcochete, ainda que possa sinalizar algum insucesso e abandono escolar.

O parque educativo atual é composto por 9 estabelecimentos públicos e 5 privados. A ministrar o ensino pré-escolar existem 5 estabelecimentos públicos e 5 privados (IPSS ou entidades com fins lucrativos); o 1º CEB é ministrado em 6 estabelecimentos públicos e 2 privados; o 2º e 3º CEB é ministrado na EB2,3 Rei D. Manuel I e o Ensino Secundário na ES de Alcochete.

²³ Relação percentual entre o n.º de alunos matriculados num determinado nível de escolaridade, independentemente da idade, e a população residente em idade normal de frequentar esse nível de escolaridade.

Fotografia 28: Estabelecimentos de Ensino (2019)



Centro Escolar de São Francisco



EB1 do Samouco



EB2,3 El Rei D. Manuel I



EB1 de Monte Novo



Escola Secundária de Alcochete

Fonte: NRV.2019

Quadro 36: Nº de alunos do concelho, por nível de ensino (2018/2019)

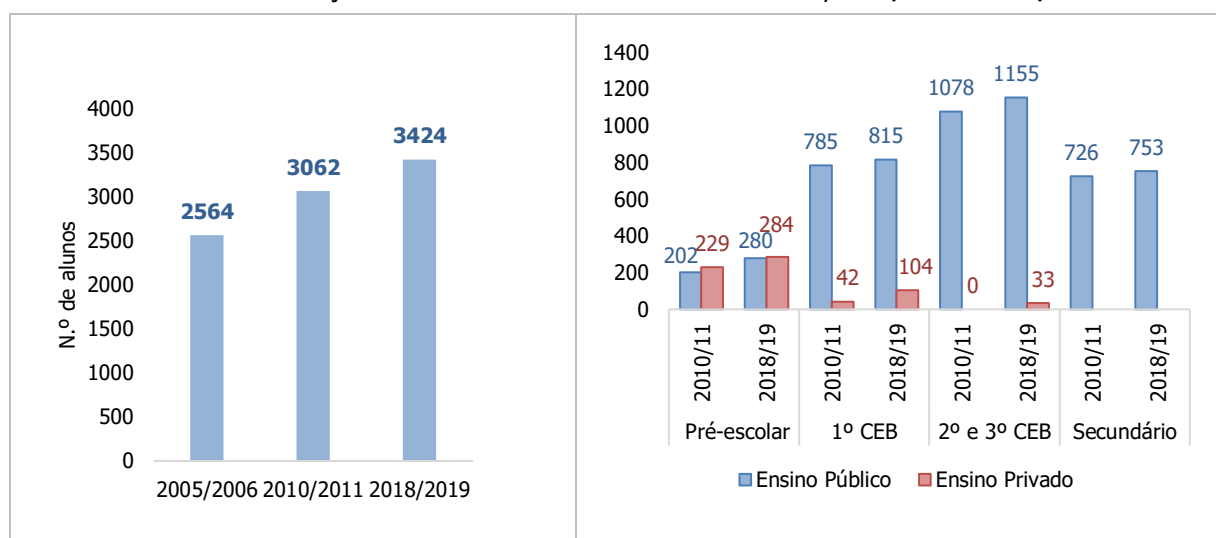
	Instituições de Ensino	JI	1º CEB	2º/3ºCEB	ES	Total
Público	EB1/JI da Restauração	45	200			3003
	EB1 nº2 de Alcochete (Valbom)		168			
	EB1 nº 1 de Alcochete (Monte Novo)	25	69			
	EB1/JI de Passil	25	31			
	EB2,3 El Rei D. Manuel I			1155		
	Escola Secundária de Alcochete				753	
	Centro Escolar de São Francisco EB1/JI	90	238			
	EB1 do Samouco		109			
	Jardim de Infância do Samouco	95				
Privado	Colégio Penas Real	60	91	33		421
	Colégio Quinta do Concelho	34				
	Refúgio dos Fidalguinhos	13	13			
	Colégio da Alameda*	35				
	JI da Fundação João Gonçalves Júnior*	142				
	Total do Concelho de Alcochete	564	919	1188	753	3424

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete e *Carta Social (dados de 2019)

Em linha com o crescimento demográfico, a população escolar tem vindo a crescer de forma continuada, sendo de destacar a crescente importância da oferta de ensino privado.

As necessidades emergentes têm sido crescentemente respondidas pela autarquia, a qual aponta como principal problema da rede educativa as condições (insuficiente/insatisfatórias) do parque escolar e como objetivo global da política educativa o combate ao insucesso e ao abandono escolar.

Gráfico 29: Evolução do n.º de alunos do concelho de Alcochete, 2005/2006 a 2018/2019



Fonte: Câmara Municipal de Alcochete e *Carta Social (dados de fev/2019)

9.1.1.1 Ensino pré-escolar

Este nível de ensino não é obrigatório, mas deverá sê-lo a prazo. Contudo, Alcochete verifica uma taxa de escolarização bruta muito satisfatória de 94,4%, em linha com a média nacional, mas superior à registada na AML (88%).

No ano letivo 2018/2019, o ensino pré-escolar foi frequentado por 564 alunos, em 10 estabelecimentos, dos quais 5 públicos e 5 privados. A maioria encontra-se na freguesia de Alcochete, mas as freguesias de Samouco e São Francisco também ministram este nível de ensino. Só entre 2010/11 e 2018/19, a população do pré-escolar aumentou 31%. O setor privado e o setor público são complementares e cada uma ministra este nível de ensino a cerca de 50% das crianças.

9.1.1.2 1º Ciclo do Ensino Básico

Este nível de ensino (1º ao 4º ano) foi lecionado a 919 alunos no ano letivo 2018/2019 e registou um incremento de 11% de alunos relativamente ao ano letivo 2010/11. O ensino público é dominante (89% dos alunos), embora o ensino privado tenha registado um grande aumento nos últimos 9 anos (148%). Na freguesia de Alcochete existem 6 estabelecimentos neste nível de ensino (4 públicos e 2

privados), em São Francisco há 1 estabelecimento (Centro Escolar de São Francisco) e no Samouco, também 1 estabelecimento (EB1 de Samouco).

9.1.1.3 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Os 2ºCEB (5º e 6º anos) e o 3º CEB (7º, 8º e 9º anos) foram ministrados a 1188 alunos no ano letivo 2018/2019., representando um acréscimo de alunos na ordem dos 10%, relativamente a 2010/2011. A quase totalidade dos alunos frequenta um único estabelecimento de ensino (a EB 2,3 El Rei D. Manuel I), localizada na vila de Alcochete. O único colégio privado teve neste último ano letivo 33 alunos matriculados.

9.1.1.4 Ensino secundário

Este nível de ensino foi ministrado a 753 alunos no ano letivo 2018/19 (incluindo os cursos profissionais, que rondam os 250 alunos), a mais 4% dos alunos existentes em 2010/11, na Escola Secundária de Alcochete.

9.2 Equipamentos Sociais

São as estruturas físicas onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas. Estes, visam a promoção e o desenvolvimento da proteção social, traduzindo-se na oferta de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis e visam 3 objetivos essenciais: i) combater situações de pobreza; promover a inclusão social e; iii) permitir a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

No concelho de Alcochete as valências existentes cobrem as populações-alvo "Crianças e Jovens", "Pessoas Idosas" e "Família e Comunidade", sendo especialmente sentida a falta de apoio social à população com deficiência. Sendo um município jovem, as principais respostas são dirigidas à infância e juventude.

Quadro 37: População-alvo e respostas sociais existentes no município de Alcochete (2019)

Populações-alvo	Respostas sociais (valências) existentes em Alcochete
Crianças e jovens	. Creche (8) . CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres (6)
Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência	-
Pessoas Idosas	. ERPI - Estrutura Residencial para Idosos (2) . CD - Centro de Dia (2) . SAD - Serviço de Apoio Domiciliário (2)
Família e Comunidade	. Centro Comunitário (1)
Pessoas Toxicodependentes	-
Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA	-
Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	-

Fonte: Carta Social (<http://www.cartasocial.pt>)

Dados estatísticos do início de 2019, do MTSS (Carta Social) dão conta da existência de:

- **apoio à infância:** 8 estabelecimentos com a valência Creche e 6 com a valência centro de Atividades de Tempos Livres (CATL);
- **apoio aos idosos:** existem 3 instituições que possuem as valências de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário
- **apoio à família e comunidade:** 1 Centro Comunitário
-

Quadro 38: Equipamentos sociais, por valência (2019)

Valência	Freguesia	Equipamento	Capacidade	Utentes	Entidade
APOIO À INFÂNCIA					
CRECHE	Alcochete	Planeta Brilhante	25	25	Lucrativa
		J.I. Fundação João Gonçalves	104	104	IPSS-Fundação
		Colégio Quinta do Concelho	38	31	Lucrativa
		Colégio da Alameda	38	32	Lucrativa
		Colégio dos Fidalguinhos	38	20	Lucrativa
	Samouco	CENSA - Centro Social São Brás do Samouco	33	33	IPSS-Associação
	São Francisco	Creche Mundo das Cores	33	29	Lucrativa
		Colégio Penas Real Alcochete	42	42	Lucrativa
	Subtotal		351	316	
CATL	Alcochete	Procenter	40	40	Lucrativa
		Colégio Quinta do Concelho	20	18	Lucrativa
		J.I. Fundação João Gonçalves	68	35	IPSS-Fundação
		Os pequenos Mestres	40	39	Lucrativa
	Samouco	CENSA - Centro Social São Brás do Samouco	40	18	IPSS-Associação
	São Francisco	ABC KID&Acute	80	50	Lucrativa
	Subtotal		288	200	
APOIO À POPULAÇÃO IDOSA					
C. DIA	Alcochete	Lar de Idosos da SCM	30	13	IPSS-SCM
	Samouco	CENSA - Centro Social São Brás do Samouco	25	22	IPSS-Associação
	Subtotal		55	35	
LAR	Alcochete	Lar de Idosos da SCM	85	79	IPSS-SCM
	Alcochete	Alcolar	27	22	Lucrativa
	Subtotal		112	101	
A. D.	Alcochete	Lar de Idosos da SCM	40	40	IPSS-SCM
	Samouco	CENSA - Centro Social São Brás do Samouco	15	14	IPSS-Associação
	Subtotal		55	54	
APOIO À FAMÍLIA E COMUNIDADE					
C. C.	Alcochete	Centro Comunitário - Cais do Sal	352	458	IPSS-Cooperativa
	Subtotal		352	458	

Fonte: Carta Social (<http://www.cartasocial.pt>)

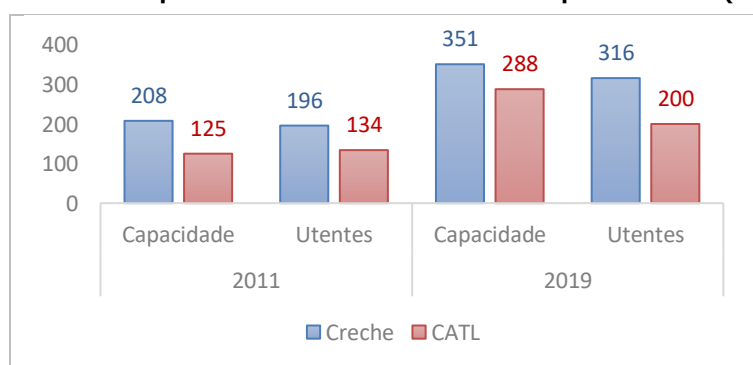
9.2.1.1 Apoio à Infância

O contínuo crescimento populacional após 1991 e a procura crescente de Alcochete por casais jovens tem originado uma procura crescente das valências creche e ATL.

A oferta do município relativa à **valência creche**, destinando-se a crianças até aos 3 anos, aumentou 69% nos últimos 8 anos, embora em ambos os momentos, a capacidade instalada fosse superior à procura. Esta realidade poderia traduzir um quadro de oferta satisfatório e suficiente em termos teóricos e quantitativos, contudo o facto das IPSS estarem no limite da capacidade e quase todas as entidades lucrativas terem oferta disponível, diz da desadequação da oferta relativamente à procura, ou seja, os rendimentos da população residente não permitem aceder a população aos equipamentos desta natureza.

Com efeito, as 8 creches existentes (uma Associação e uma Fundação, ambas IPSS, e 6 entidades com fins lucrativos), segundo os dados existentes, estão a funcionar perto do limite das suas capacidades, sendo que a oferta global de lugares de creche é de 351 e o número de crianças a frequentar os estabelecimentos ficava-se pelos 316. Contudo, deve destacar-se o facto de os dois estabelecimentos sem fins lucrativos (o CENSA e a Fundação João Gonçalves Júnior), estarem no limite da sua capacidade, sendo que a pouca disponibilidade existente no município, se encontra, como é natural, nas creches privadas.

Gráfico 30: Utentes e capacidade instalada nas valências de apoio à infância (2011/2019)



Fonte: Carta Social (<http://www.cartasocial.pt>)

Em 2002, foi definido no Conselho Europeu de Barcelona, uma meta em matéria de acolhimento de crianças neste segmento, de até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33% de crianças com menos de 3 anos. Este continua a ser ainda hoje o referencial. Não sendo possível fazer cálculos diretos e fidedignos, estima-se que Alcochete poderá, apesar das carências sentidas, ter ultrapassado esta meta.

Os **centros de atividades de tempos livres** são destinados a crianças entre os 6 e os 15 anos e funcionam em complementaridade com a escola no prolongamento do horário escolar. Nos últimos

anos cresceu substancialmente a oferta desta valência (mais 49% de alunos em 2018/19 relativamente a 2010/11). Também nesta valência existe uma capacidade de oferta superior à procura. A situação era declaradamente mais deficitária há uns anos atrás (em 2011, o número de crianças que utilizava os estabelecimentos existentes era superior à capacidade efetiva das instalações), mas foi feito um enorme investimento público e privado e hoje a oferta é superior à procura, existindo, aliás, oferta disponível (capacidade para 288 crianças, no entanto, em janeiro de 2019, só 200 crianças utilizavam os CATL existentes).

9.2.1.2 Apoio aos Idosos

O índice de envelhecimento não é muito elevado neste concelho, sendo dominante a população jovem (face aos idosos), daí que a oferta a este segmento da população não esteja muito desenvolvida em Alcochete, não obstante a oferta disponível ser, no presente, superior à procura.

O apoio aos idosos é realizado, no presente ano de 2019, através das valências Lar (ou Estrutura Residencial para Idosos), Centro de dia e Apoio Domiciliário e todas as freguesias possuem pelo menos uma unidade, sendo que se desconhece se existem listas de espera.

Em Samouco, existe o Centro Social São Brás do Samouco (CENSA), que possui as valências de Apoio Domiciliário e Centro de dia. Em Alcochete, a Santa Casa da Misericórdia possui as três valências e existe um Lar com fins lucrativos (Alcolar). Em S. Francisco também existe um lar com fins lucrativos.

Gráfico 31: Utentes e capacidade instalada das valências de apoio social aos idosos (2011/2019)



Fonte: Carta Social (<http://www.cartasocial.pt/>)/NRV.2019

No total do concelho, a capacidade instalada é de 222 lugares, sendo que, em janeiro de 2019, os utentes não iam além dos 190. O apoio domiciliário é prestado em todas as freguesias.

No total, Alcochete tem uma **oferta disponível para satisfazer as necessidades de 7% da população idosa** (o INE estimava que em 2017, as pessoas com mais de 65 anos eram 3171 indivíduos), embora só 6% usufrua de apoio social nesta faixa etária.

A este nível, a realidade em Alcochete encontra-se ainda distante da média nacional, que era, à data de 2018, de 12,6%²⁴.

9.2.1.3 Família e Comunidade

O **Centro Comunitário Cais do Sal**, localiza-se na vila de Alcochete e é um equipamento que tem como população-alvo a família e a comunidade. Pretende responder às necessidades sentidas pela população da comunidade e reúne um conjunto de respostas próximas, flexíveis, polivalentes e dinamizadoras.

O Centro Comunitário realiza uma intervenção descentralizada nas 3 freguesias do concelho de Alcochete, atuando nos seguintes domínios: i) Atendimento/Acompanhamento Social; ii) Animação Sociocultural; iii) Intervenção Psicológica; iv) Educação e Formação de Competências e v) Loja do Mercado

9.3 Equipamentos de Saúde

No município de Alcochete são prestados apenas cuidados de saúde primários (centros de saúde e extensões), no entanto o concelho é servido, ao nível dos cuidados secundários de saúde, pelo Centro Hospitalar Barreiro Montijo, que também serve os municípios do Montijo, Barreiro e Moita, através de duas unidades hospitalares: Hospital Distrital do Montijo e Hospital Nossa Senhora do Rosário.

Os equipamentos de saúde existentes, enquanto Unidades de Cuidados de saúde Personalizados (UCSP) em Alcochete são **o Centro de Saúde** de Alcochete, **duas Extensões** do Centro de Saúde que integram o Agrupamento de Centros de Saúde /ACES do Arco Ribeirinho, (serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, compostos por várias unidades funcionais), conjuntamente com os municípios vizinhos de Moita, Barreiro e Montijo.

A nível privado existem clínicas/centros médicos, laboratórios de análises clínicas, um centro de fisioterapia/reabilitação e clínicas dentárias e 5 farmácias.

²⁴ Carta Social- Rede de equipamentos e serviços, Relatório 2018, MTSSS

Quadro 39: Centro de Saúde e Extensões, do concelho de Alcochete (2021)

Freguesia/Lugar	Unidade	Tipologia	Nº de utentes inscritos	Estado de Conservação
Alcochete	UCSP Alcochete	Centro de Saúde*	-	Bom
Alcochete	UCSP - Polo do Passil	Extensão do CS	-	Bom
Samouco	UCSP - Polo do Samouco	Extensão do CS	-	Bom
Total da UCSP			18.316	

*No edifício do Centro de Saúde estão sedeadas outras unidades funcionais: UCC Alcochete/Montijo, USP Arnaldo Sampaio – Polo de Alcochete e URAP – Polo de Alcochete

Fonte: SNS, Registo Nacional de Utentes (RNU)

No total estavam inscritos nas unidades de saúde públicas concelhias, no início de 2021, aproximadamente 18 mil habitantes e todos os edifícios estão em bom estado de conservação.

As **5 farmácias** existentes (3 em Alcochete, 1 em Samouco e 1 em São Francisco), são consideradas suficientes face aos critérios da melhor cobertura farmacêutica. Indo ao encontro dos objetivos da política de saúde, nomeadamente da melhoria da acessibilidade do cidadão a todo o tipo de cuidados, incluindo, entre outros, da melhor cobertura farmacêutica da população, a Portaria n.º 352/2012, de 30 outubro, mantém a capitação de 3500 habitantes por farmácia. Contudo, uma das farmácias na freguesia de Alcochete está localizada no Freeport, o que se considera ser mais direcionada para uma procura exterior ao concelho e menos uma resposta de proximidade.

9.4 Equipamentos Desportivos

Na análise da dotação dos equipamentos desportivos do concelho de Alcochete e para efeitos da presente Revisão do PDM, consideraram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar, e os ginásios privados, contudo, apenas os relativos aos equipamentos desportivos de base formativos²⁵ (grandes e pequenos campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões desportivos e salas de desporto polivalentes e piscinas ao ar livre ou cobertas) são considerados (de acordo com orientações para o sector) para a avaliação da dotação de superfície desportiva útil por habitante (ou dimensão funcional útil/habitante).

É da análise da capitação das áreas desportivas destes equipamentos pela população residente que se afere se um território está devidamente dotado de instalações desportivas, sendo que essa avaliação é feita de acordo com as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGOTDU) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), segundo as quais deve ser atribuída a

²⁵ Segundo o DL n.º 141/2009, de 16/6, são as instalações concebidas e destinadas para a educação desportiva de base e atividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento do treino desportivo, cujas características funcionais, construtivas e de polivalência são ajustadas aos requisitos decorrentes das regras desportivas que enquadram as modalidades desportivas a que se destinam

quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante. Aquela área desportiva deve repartir-se pelas seguintes tipologias, de modo a atribuir cerca de: 95% das áreas para atividades ao ar livre em terrenos de jogos e de atletismo; 2 a 2,5% para salas de desporto e 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas e ao ar livre.

Evidentemente que se trata de uma base normativa, sem carácter rígido e que deve adaptar-se com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território.

Podem (e devem) coexistir em qualquer território outros tipos de equipamentos desportivos, que poderão assumir, segundo o Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, a tipologia de equipamentos desportivos de base recreativos, especializados ou monodisciplinares e especiais para o espetáculo desportivo, todavia, as áreas destes não entram na contabilização da área desportiva útil/habitante.

A oferta de equipamentos desportivos de base formativos em Alcochete, à data de 2019, materializa-se na predominância dos pequenos campos de jogos (17), seguidos pelos pavilhões e salas de desporto (15), pelos grandes campos de jogos (5), por uma piscina e uma pista de atletismo. A Academia do Sporting não foi considerada nesta contabilidade, dada a sua utilização muito específica e estritamente profissional, não sendo de acesso à população em geral do concelho (equipamento desportivo especializado e monodisciplinar).

Quadro 40: Equipamentos desportivos, por freguesia e área (2019)

	Nome	Tipologia	Área (m ²)
Freguesia de Alcochete	Salão do Grupo Desportivo da Fonte da Senhora	Sala de Desporto	88
	Salão de Ginástica da Fonte da Senhora	Sala de Desporto	88
	Ginásio da EB2,3 El Rei D. Manuel I	Sala de Desporto	210
	Ginásio QV	Sala de Desporto	500
	Ginásio New Space	Sala de Desporto	300
	Ginásio da EB1/JI da Restauração	Sala de Desporto	74
	Mini Ginásio da Fundação João Gonçalves Júnior	Sala de Desporto	251
	Piscina Municipal de Alcochete	Piscina	173
	Polidesportivo da EB1/JI do Passil	Pequeno Campo de Jogos	788
	Polidesportivo da EB1 nº1 do Monte Novo	Pequeno Campo de Jogos	403
	Polidesportivo da EB2,3 El Rei D. Manuel I	Pequeno Campo de Jogos	2736
	Polidesportivo de Alcochete	Pequeno Campo de Jogos	800
	Polidesportivo da Escola Secundária	Pequeno Campo de Jogos	2100
	Courts de Ténis do Valbom	Pequeno Campo de Jogos	662
	Polidesportivo da EB1 nº2 do Valbom	Pequeno Campo de Jogos	400
	Court de Badminton	Pequeno Campo de Jogos	82
	Centro de Estágio Albergue da Juventude	Sala de Desporto	700
	Pavilhão de Alcochete	Sala de Desporto	800
	Pavilhão da Escola EB2,3 El Rei D. Manuel I	Sala de Desporto	420
	Pavilhão da Escola Secundária	Sala de Desporto	800
	Campo de Futebol do Passil	Grande Campo de Jogos	7350
	Campo de Futebol José Samuel Lupi	Grande Campo de Jogos	6767
	Complexo Desportivo do GDA-Estádio*	Grande Campo de Jogos	7420
	Complexo Desportivo do GDA- Campo de Futebol	Grande Campo de Jogos	6800
	Complexo Desportivo do GDA- Courts de ténis	Pequeno Campo de Jogos	1600

	Nome	Tipologia	Área (m ²)
		(2)	
	Complexo Desportivo do GDA - Pequeno Campo	Pequeno Campo de Jogos	1624
	Pista de Atletismo com caixa de saltos	Pista de Atletismo	1920
	Total da Freguesia de Alcochete		45857
Freguesia de Samouco	Mini Ginásio da Ass. Desportiva Samouquense	Sala de Desporto	125
	Salão da Soc. Filarmónica PeL Samouquense	Sala de Desporto	375
	Campo de Futebol de Praia	Pequeno Campo de Jogos	800
	Polidesportivo do Parque de Merendas	Pequeno Campo de Jogos	800
	Polidesportivo da EB1 do Samouco	Pequeno Campo de Jogos	648
	Polidesportivo ao Ar Livre da Quinta dos Alfaiates	Pequeno Campo de Jogos	800
	Pavilhão Municipal do Samouco	Sala de Desporto	800
	Campo de Futebol da Quinta da Praia	Grande Campo de Jogos	7350
	Total da Freguesia de Samouco		11698
S. Francisco	Polidesportivo de S. Francisco	Pequeno Campo de Jogos	800
	Polidesportivo da EB1 S. Francisco	Pequeno Campo de Jogos	570
	Court de ténis de S. Francisco	Pequeno Campo de Jogos	662
	Ginásio do CF S. Francisco	Sala de Desporto	80
	Total da Freguesia de São Francisco		2112
	Total do Concelho		59667

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

A freguesia de Alcochete, como era de esperar, é a mais bem-dotada, possuindo 27 dos 39 equipamentos existentes no concelho.

Quadro 41: Número e área (m²) das instalações desportivas (2019)

Freguesias	DFU Total (m ²)	Grandes Campos de Jogos		Pequenos Campos de Jogos		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas		Pista de Atletismo	
		N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)
Alcochete	45857	4	28337	10	11196	11	4231	1	173	1	1920
Samouco	11698	1	7350	4	3048	3	1300				
S. Francisco	2112	0		3	2032	1	80				
Concelho	59667	5	35687	17	16276	15	5610	1	173	1	1920

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

Em 2011, a dotação de equipamentos desportivos do concelho de Alcochete era satisfatória quando aferida do ponto de vista dos seus potenciais utilizadores, na medida em que cada habitante tinha, em média, 3,4m² de superfície desportiva útil²⁶ (59667 m² de área desportiva útil total/17.569 habitantes), cuja dimensão não chega a atingir o valor de capitação recomendado pelas normas oficiais. Contudo, se se confirmarem os dados populações das Estimativas Provisórias da População Residente para 2017, a Dimensão funcional Útil por habitante poderá estar mais próxima dos 3,1m²/habitante.

²⁶ De notar que este valor é aproximado, uma vez que a área dos equipamentos desportivos reporta a 2019 e os dados populacionais a 2011.

Fotografia 29: Equipamentos desportivos (2019)

		
	Pavilhão Gimnodesportivo de Alcochete	Campos de Ténis de São Francisco
		
Complexo Desportivo de Alcochete	Polidesportivo da EB1 do Samouco	Polidesportivo da EB1 n.º 2 de Valbom

Fonte: Google/NRV.2019

Esta dotação por freguesia aponta para uma boa dotação das freguesias de Alcochete e Samouco, mas bastante insatisfatória da freguesia de São Francisco (1 m²/hab.).

Quadro 42: Dimensão Funcional Útil por habitante (2011/2017)

Freguesias	População		Dimensão Funcional Útil / Habitante (m ² /hab.)	
	2011	2017	2011	2017
Alcochete	12239	-	3,7	-
Samouco	3143	-	3,7	-
S. Francisco	2187	-	1,0	-
Concelho de Alcochete	17569	19285	3,4	3,1

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

A distribuição percentual da área desportiva está um pouco desfasada da recomendada pelos critérios oficiais, sendo que os equipamentos ao ar livre apresentam um ligeiro défice (representam 90% da área total quando deveriam atingir os 95%), a favor das salas de desporto, que devendo representar 2 a 2,5% da área total, chegam a atingir os 9% em Alcochete. Por sua vez, os planos de água (0,3%) também estão ainda aquém dos valores de referência, que se situam nos 1,5%.

Quadro 43: Dimensão Funcional Útil recomendada e existente no concelho, por tipologia (2019)

Tipologias	Área Recomendada	Área Existente em Alcochete	
	(%)	Nº (m²)	%
Ar Livre	95	53883	90,3
Salas Desporto	2 a 2,5	5610	9,4
Planos de água	1,5	173	0,3
Total		59667	100

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

Para além destes, o Concelho possui outros equipamentos de carácter mais especializado ou de base recreativa que não se inscrevem, como se referiu inicialmente, no âmbito dos equipamentos de base formativos, mas que concorrem para ampliar e diversificar a oferta desportiva do Município, nomeadamente:

Equipamentos desportivos de base recreativos:

- Parque do Valbom (10.000m²). É um espaço desportivo e de lazer, que possibilita a prática de diferentes atividades, tanto desportivas como de lazer. Este espaço, que outrora foi uma quinta, apresenta-se atualmente como uma ampla área de lazer com espaços verdes, com um espaço infantil, uma zona de estar, percursos pedonais, que fazem a ligação entre os diferentes equipamentos, e mobiliário urbano diversificado para usufruto de toda a população. É possível praticar atletismo, ginástica de manutenção, ténis e jogging.
- Circuito de Manutenção Pinhal das Areias (120.000m²). Espaço vocacionado para orientação, passeios pedestres, passeios de bicicleta, circuito de manutenção, desportos radicais
- Circuito Pedonal do Samouco (1.200 m)
- Circuito Pedonal de S. Francisco/ Vilas do Duque (1.200m)
- Centro de Estágio Albergue da Juventude
- Skate Parque da Praia dos Moinhos

Equipamentos desportivos especializados ou monofuncionais:

- Academia Sporting Clube de Portugal (50ha)
- Centro Hípico da Barroca D' Alva (14.420m²)
- Picadeiro da Quinta da Horta da Fonte da Senhora (2.825m²)

Em síntese, pode concluir-se que o município de Alcochete está relativamente bem-dotado de instalações desportivas, as quais permitem **um rácio de, 3,1 m² de área desportiva útil**

/habitante (dados populacionais estimados para 2017), sendo que as freguesias de Alcochete e Samouco são as mais bem-dotadas. Complementarmente, existem vários outros equipamentos que não sendo de “Base Formativos”, permitem a prática desportiva livre, frequente e ao ar livre em condições de conservação e utilização muito boas, como é o caso do Parque do Valbom, do Circuito de Manutenção Pinhal das Areias e os Circuitos Pedonais do Samouco e de São Francisco.

A **distribuição tipológica dos equipamentos desportivos encontra-se um pouco desfasada da recomendada oficialmente**. Neste sentido e porque se espera que a população de Alcochete mantenha a linha tendencial de crescimento nos próximos anos, o município de Alcochete poderá incrementar e diversificar os seus equipamentos desportivos devendo privilegiar os equipamentos ao ar livre e os planos de água e aumentar a dotação privilegiadamente da freguesia de São Francisco, não só por ser presentemente, a menos dotada mas também porque em 2011 era a freguesia mais jovem do concelho e aquela que está a registar dinâmicas demográficas e construtivas mais expressivas.

9.5 Equipamentos Culturais

Em termos de equipamentos culturais (estruturas fixas), existem, no concelho os seguintes equipamentos: Fórum Cultural, Biblioteca Municipal, Museu Municipal (atualmente com 2 núcleos – Núcleo sede e Núcleo Arte Sacra), Galeria Municipal, 5 Salões de Festas, Posto de Turismo, Praça de Touros e várias Associações Culturais, Recreativas e Desportivas.

Para além da vida associativa intensa (número elevado de associações com grande dinamismo na promoção das mais diversas atividades), também a promoção autárquica tem tido um papel importante na dinamização de várias atividades culturais, bem como tem proporcionado espaços de lazer disseminados pelo município.

Contudo, a quase totalidade dos equipamentos culturais localizam-se na vila de Alcochete, sendo, essa, a localização mais ajustada, justificada não só pela proximidade aos outros dois polos mais importantes do concelho, como também por ser na sede concelhia que se devem localizar os equipamentos de nível superior.

Quadro 44: Equipamento cultural no concelho de Alcochete (2019)

Designação do Equipamento/ Tipologia	Valências	Nº de Unidades	Freguesia e Lugar
Fórum Cultural	. Exposições . Congressos . Produções musicais . Cinema . Teatro . Outras atividades de carácter cultural, científico e lúdico.	1	Alcochete

Designação do Equipamento/ Tipologia	Valências	Nº de Unidades	Freguesia e Lugar
Biblioteca Municipal	- Empréstimo, consulta local - Atividades de formação e de animação da leitura - Exposições - Outras atividades de carácter cultural, científico e lúdico.	1	Alcochete
Praça de Touros	- Corridas de toiros e outros eventos tauromáquicos	1	Alcochete
Museu Municipal	. Núcleo-Sede . Núcleo de Arte Sacra - Exposições - Outras atividades de carácter cultural, científico e lúdico. - Venda de publicações locais	1 (2 núcleos)	Alcochete
Galeria Municipal	- Exposições - Outras atividades culturais	1	Alcochete
Salão de Festas	-	5	S. Francisco; Passil; Alcochete; Samouco
Posto de Turismo	- Informação turística - Visitas guiadas - Passeios na embarcação "Alcatejo" - Venda de publicações locais	1	Alcochete
Associação	Associação cultural e recreativa	43	Todas as freguesias

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

A **dotação cultural atual é bastante satisfatória** sobretudo se se considerarem as alternativas ao mais alto nível, proporcionadas pelas cidades de Lisboa e num segundo plano, do Montijo. Mesmo assim, Alcochete conseguiu ancorar a sua intervenção cultural em 4 equipamentos cruciais para o concelho, importantes dinamizadores das especificidades da cultura local: o Fórum Municipal, o Museu Municipal, a Biblioteca Municipal e a Praça de Touros.

Fotografia 30: Equipamentos culturais



Museu municipal de Alcochete



Fórum cultural



Praça de Touros



Biblioteca Municipal

Fonte: NRV.2019

9.6 Equipamentos de Segurança e Proteção Civil

As funções de segurança e proteção civil são asseguradas no concelho de Alcochete pelos Bombeiros e pelas forças de segurança, nomeadamente pela GNR, ambos com instalações localizadas na sede de concelho.

Por sua vez, Gabinete Municipal de Proteção Civil, integrado na estrutura orgânica da Câmara Municipal, tem por missão promover a segurança, individual e coletiva, do seu município, nomeadamente através da divulgação das atitudes mais adequadas em situações de emergência.

Ambos os equipamentos de segurança e proteção civil possuem dimensão suficiente face às necessidades de funcionamento, sendo que as instalações são próprias e encontram-se em bom estado de conservação.

10 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

10.1 Enquadramento

O concelho de Alcochete está localizado na margem sul do Estuário do Tejo, integra a Área Metropolitana de Lisboa, e beneficia de um conjunto de acessibilidades através da Ponte Vasco da Gama, autoestrada do Norte, IC 32 e a ligação à A2.

Neste capítulo será desenvolvida a caracterização das infraestruturas viárias e do sistema de transportes do Concelho de Alcochete, nomeadamente a sua rede rodoviária (incluindo a análise das acessibilidades servidas, funções desempenhadas e suas características físicas) e o serviço de transporte público, procurando estabelecer uma análise dos seus atuais níveis funcionais e operacionais.

A sistematização da informação recolhida e o conhecimento adquirido relativamente à problemática associada à mobilidade e ao sistema de transportes concelhio, possibilitou a caracterização do sistema nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências e perspetivando a sua previsível evolução, alicerçando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada que, no âmbito da presente Revisão do PDM, se traduza numa melhoria efetiva da sua qualidade e eficácia.

Procedeu-se, então, à análise e caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, no que diz respeito à sua inserção na rede exterior, acessibilidades servidas, estrutura e hierarquia atual e das suas características físicas e geométricas, salientando ainda alguns dos aspetos mais significativos relativamente às suas perspetivas de evolução de médio/longo prazo. Foi igualmente caracterizado o serviço de transporte público coletivo que serve o concelho, tendo em particular atenção a oferta e as condições de articulação e interface entre os diferentes modos existentes.

10.2 Rede Viária

10.2.1 Inserção Nacional, Regional e Local

10.2.1.1 Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como fator determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, devendo ser analisada a sua adequação à estrutura, características e importância dos troços que a constituem.

Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior assume papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais polos de geração/atração de deslocamentos, relacionadas, em larga medida, com a qualidade das ligações existentes.

A entrada em serviço de algumas infraestruturas rodoviárias da Rede Nacional – IP1 (Ponte Vasco da Gama e A12) e IC32 (CRIPS) – no final dos anos 90, introduziu uma profunda alteração do quadro de acessibilidades e dos padrões de mobilidade do Concelho de Alcochete, inserido na “margem” Sul da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e na sub-região da Península de Setúbal, o qual passou a beneficiar de uma localização privilegiada a este nível. Neste contexto, são de salientar os seguintes aspetos:

- O Concelho é servido pelo **IP1** (lanços Lisboa/A1 - Montijo/IC32 – Setúbal/A2) através do Nó do Montijo, localizado cerca de 6.0km a Sul da Sede de Concelho o qual, atendendo à estrutura da rede viária existente e à sua inserção territorial, assegura as funções de maior relevo a este nível; Este Itinerário Principal (IP) integra as **Rede Nacional Fundamental e de Autoestradas** e estabelece ligação à margem Norte do Estuário do Tejo através da “Ponte Vasco da Gama” e, na direção Sul, através da A12, que se articula com o IP7/A2 no Nó de Setúbal, proporcionando desta forma um vasto conjunto de ligações;
- **Na direção** Sul, a partir do Nó do Montijo (A12), as principais acessibilidades são asseguradas pelo **IC32/A33** (lanço Coina/IC21 - Montijo) – integrado na designada Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS) – que, para além do conjunto de acessibilidades de âmbito local asseguradas, constitui igualmente uma alternativa de acesso a Lisboa (via IP7/A2, “Ponte 25 de Abril) e à zona Poente da Grande Lisboa;
- O sua continuidade é assegurada pelo **troço comum aos IC3 e IC13** – coincidente com o traçado da **antiga EN118** a Norte do Nó de Alcochete – o qual assegura igualmente funções de enorme relevo a este nível, com importância acrescida na sequência da implementação da Autoestrada A13 (parte integrante dos IC3 e IC11), constituindo uma alternativa eficaz (relativamente ao trajeto assegurado pela Ponte Vasco da Gama) nas ligações à Lezíria do Tejo (Santarém) e às regiões Norte e Centro;

Quadro 45: Principais Ligações à rede exterior

Via	Principais Ligações Asseguradas (Nível)		
	Nacional / Internacional	Regional	Local
IP1 (Pte. V. Gama)	Lisboa (Norte) Região Centro (IP1/A1) Região Norte (IP1/A1)	Grande Lisboa Oeste Santarém	
IP1/A12	Algarve Espanha (Caia)	Setúbal Alentejo ¹⁾	Palmela
EN118 (IC3/IC13)		Santarém Lezíria do Tejo Alto Alentejo	V. Franca de Xira Benavente
IC32 (CRIPS)	Lisboa (Sul) ²⁾	Península de Setúbal (Poente)	Montijo Moita Barreiro
EN4	Espanha (Caia) Algarve	Alentejo Central Évora	
ant EN119			Montijo
ER5 ³⁾		Alentejo ¹⁾	

1) Alentejo Central, Litoral e Baixo Alentejo; 2) Via Pte 25 de Abril; 3) articulação c/ant EN118;

Fonte: NRV

- Por seu turno, a **EN4** (Montijo/IC32 - Vila Boim/IP7) atravessa transversalmente a zona Sul do território e, pela sua articulação com alguns eixos radiais da rede concelhia (antiga EN118 e EM502) desempenha uma alternativa relevante nas acessibilidades ao Sul do País (pela conexão com o IC11/A13 em Pegões) e ao Alentejo Central e a Espanha, possibilitando um encurtamento da distância a percorrer na ligação ao IP7/A6 (Vendas Novas) e, sobretudo, uma redução significativa do custo associado ao pagamento de portagem em Autoestrada;
- Por fim, a **ER527** (Montijo - Marateca) toca tangencialmente a zona Sul do território concelhio e desempenha funções equiparadas à anterior, embora com um âmbito mais restrito, dada a sua localização excêntrica e, logo, a sua menor capacidade de captação de deslocações geradas internamente.

A entrada em serviço do referido conjunto de infraestruturas resultou numa nítida perda de importância das funções desempenhadas pelas antigas **EN118 e EN119**, assumindo-se sobretudo como eixos distribuidores a nível interno.

27 Via integrada na categoria das Estradas Regionais

Tendo por referência a região central e ponte, saliente-se ainda a importância assumida por um conjunto significativo de vias municipais que estabelecem acessibilidades à cidade do Montijo, a qual exerce uma enorme atratividade a nível local, não só pela importância da sua dimensão, mas também pela oferta de transporte proporcionada através do Cais do Seixalinho nas ligações fluviais com Lisboa.

Para além destas, existe ainda um conjunto de vias municipais que asseguram ligações exteriores de importância nitidamente inferior a nível concelhio, servindo sobretudo o acesso de algumas zonas mais periféricas aos concelhos limítrofes, nalguns casos, através de caminhos rurais não pavimentados.

10.2.1.2 Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais é sempre determinada em função da distância e das características das infraestruturas viárias que os unem. Assim, a análise seguinte foi efetuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas pelo conjunto de vias existente, apresentando-se no

Quadro 46 as distâncias registadas entre a sede de concelho e os principais polos geradores de importância nacional, regional e local. Apesar da sua localização territorialmente excêntrica, a sede de concelho beneficia da proximidade imediata aos eixos rodoviários mais importantes, sendo de salientar que estes padrões de acessibilidade diminuem significativamente nas zonas mais periféricas e com conexões menos favoráveis a estes.

Tal como já referido, o facto de o Concelho ser servido diretamente por itinerários integrados na Rede Nacional Fundamental e Complementar, confere-lhe satisfatórias condições de acessibilidade rodoviária, sendo possível constatar que, à exceção de Lisboa, se registam naturalmente distâncias consideráveis relativamente aos restantes polos de importância nacional considerados (na sua totalidade servidos por ligações em Autoestrada), circunstância que decorre diretamente da sua localização geográfica.

Refira-se, contudo, que, apesar dos claros benefícios introduzidos com a implementação de diversas infraestruturas da Rede Nacional como a A12 (IP1), A33 (IC32) e A13 (IC3/IC11), estas tiveram como consequência direta um aumento da pressão populacional nesta área da “margem” Sul, bem como uma indução de novos comportamentos em termos de mobilidade e de repartição modal. Deste modo, as acessibilidades em transporte individual à cidade de Lisboa são fortemente condicionadas pelo grau de congestionamento associado aos períodos de maior procura (horas de ponta), não refletindo proporcionalmente o enorme encurtamento da distância física proporcionado por estas.

Quadro 46: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Polos Geradores

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Principais Vias Utilizadas
Polos Nacionais	Lisboa ¹⁾	30	IC3/IC13, IP1
	Porto	330	IC3/IC13, IP1
	Coimbra	220	IC3/IC13, IP1
	Faro	290	IC3/IC13, IP1, IC4
Polos Regionais	Setúbal	30	IC3/IC13, IP1, IC3
	Santarém ²⁾	80	EN118 (IC3/IC13), EN119 (IC13), IC11, IC3, IC10
	Évora ³⁾	115	IP1, IP7, EN114
Polos Locais	Benavente	34	EN118 (IC3/IC13), EN118 (IC3)
	Montijo	5	ant. EN119
	Moita	16	IC3/IC13, IC32
	Barreiro	23	IC3/IC13, IC32, ant. EN11
	Palmela	30	IC3/IC13, IP1, IP7
	Sesimbra	53	IC3/IC13, IP1, IP7, EN378
	Almada	42	IC3/IC13, IP1, IP7
Fronteiras	Caia	200	IP1, IP7

1) Altern. Via Pte. 25 Abril = 50km; 2) 95km via IP1 (Pte. V. Gama); 85km via V. F. Xira; 3) 105 via EN4 (V. Novas);

Fonte: NRV

A **nível regional**, a proximidade a Setúbal constitui um fator bastante positivo, podendo, de um modo global, considerar-se que o grau de acessibilidade relativamente aos polos regionais considerados oscila entre o elevado e o médio – no caso de Santarém e Évora, com uma importância nitidamente inferior no contexto das deslocações concelhias – beneficiando todos eles de ligações eficazes através de vias integradas na Rede Nacional de Autoestradas.

A **acessibilidade local** é traduzida nas ligações às sedes dos restantes concelhos integrados na sub-região da Península de Setúbal. A reduzida dimensão física desta área territorial tem como consequência natural a existência de distâncias relativamente reduzidas, fator que nalguns casos não se reflete diretamente em padrões de mobilidade e acessibilidade adequados face ao tipo e importância das relações de proximidade existentes.

Neste âmbito, importa salientar a debilidade e os constrangimentos existentes nas ligações entre os diversos polos urbanos do designado “Arco Ribeirinho Sul”, decorrentes quer da configuração do território e das limitações impostas pelo estuário do Tejo, quer da reduzida capacidade e fluidez disponível na rede viária urbana que assegura as respetivas ligações. Por último é de assinalar a favorável acessibilidade à fronteira do Caia (Badajoz), beneficiando das excelentes características proporcionadas pelo IP7 (A2 e A6), inserida no eixo internacional Lisboa - Madrid, aspeto que assume enorme relevância como fator de desenvolvimento concelhio e regional.

10.2.2 Rede Viária Concelhia

10.2.2.1 Estrutura e Hierarquização

A rede viária concelhia é fundamentalmente composta por **quatro níveis hierárquicos**, diferenciados quanto à respetiva categoria administrativa, a saber:

- Vias integradas na Rede Nacional Fundamental – Itinerários Principais (IP) – de acordo com o Plano Rodoviário Nacional - PRN2000 em vigor
- Vias integradas na Rede Nacional Complementar – Itinerários Complementares (IC) e Estradas Nacionais (EN) – e na categoria das Estradas Regionais (ER);
- As antigas Estradas Nacionais, desclassificadas no âmbito do PRN2000, passando a integrar a Rede Municipal;
- A restante Rede Municipal, constituída por estradas e caminhos (EM, CM e vias não classificadas).

A última revisão do plano rodoviário nacional ocorreu em 1998 (PRN2000) para dar resposta ao desenvolvimento socioeconómico verificado após a adesão de Portugal à União Europeia. Foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Retificações nº 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de agosto.

Neste Plano incluiu-se uma rede nacional de autoestradas com cerca de 3 000 km, correspondendo a cerca de metade da extensão da rede de Itinerários Principais (IP) e Complementares (IC). O PRN2000 prevê um total de cerca de 16 500 km, dos quais cerca de 5000km foram incluídos numa nova categoria - Estradas Regionais. Esta nova categoria de estradas, de interesse supramunicipal e complementar à Rede Rodoviária Nacional, tinha subjacente que apenas se manteriam provisoriamente na responsabilidade da administração central, admitindo-se que transitariam para as futuras regiões (refira-se que, no que diz respeito aos troços desclassificados/a desclassificar, a implementação do PRN2000 tem como consequência uma redução pouco significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização).

Tendo em consideração o prazo de vigência da presente Revisão do PDM e sendo expectável que a passagem à competência da autarquia da **antiga EN118** (na presente data, único troço ainda não transferido) venha a ocorrer ao longo desse período, considerou-se desde já, para efeitos de análise, esta como parte integrante da Rede Municipal.

Quanto à **ER5**, reintegrada na Rede Nacional na **categoria das Estradas Regionais**, é de referir que, não estando ainda claramente definido o respetivo estatuto de competência, esta poderá, tal como previsto no referido DL (Art.º 13º), vir igualmente a fazer parte da Rede Municipal, mediante protocolo a celebrar com a autarquia em condições semelhantes às estabelecidas relativamente às antigas EN's.

Por fim, no que diz respeito à Rede Municipal, é de salientar que a classificação administrativa em vigor resulta de legislação antiga – DL 42271 (de 20/5/59) e DL 45552 (de 30/1/64) – e desajustada face à evolução entretanto verificada, o que tem como consequência a existência de um elevado número de **vias sem classificação atribuída**, as quais, para efeitos de análise, foram designadas através de letras (vias A a R).

Tal como referido, o território concelhio é atravessado pelo **IP1** – formado pela “Ponte Vasco da Gama” e pela A12 e integrado na **Rede Nacional de Autoestradas** – que serve a Sede de Concelho a uma distância relativamente reduzida (através do Nó do Montijo) e assume, naturalmente, um papel fundamental ao nível das suas acessibilidades externas.

Da **Rede Nacional Complementar** fazem parte **dois troços** que desempenham um papel estruturante no contexto da sua rede viária. Para além das ligações exteriores asseguradas (ver ponto anterior), assumem a nível interno funções bastante diferenciadas:

- O **IC3/IC13/A33** – traçado comum a estes dois itinerários –, assegura a continuidade ao **IC32 (CRIPS)/A33** e, para além da articulação com o IP1, assegura exclusivamente o principal acesso a Alcochete;
- A Norte do seu prolongamento ao exterior é coincidente com o traçado da antiga EN118, estando em fase de Estudo Prévio a definição do seu traçado futuro;
- Por seu turno, a EN4 (troço Montijo - Pegões) serve diretamente a Freguesia de Atalaia (confinante com o limite do Concelho) e, para além das conexões com algumas vias da rede municipal (com destaque para a antiga EN118 no lugar de Passil) assume essencialmente funções de atravessamento de importância supramunicipal.

A categoria das **Estradas Regionais** integra unicamente um curto troço da **ER5** (Montijo - Marateca) que atravessa tangencialmente o extremo Sul do território, igualmente com conexão à antiga EN118.

No que diz respeito às **antigas Estradas Nacionais**, os três troços existentes assumem igualmente funções bastante diferenciadas, a saber:

- A antiga EN118, desenvolve-se na direção Sul entre o Nó de Alcochete (IC3/IC13/A33), a EN4 (Passil) e o Concelho de Palmela (ER5), constituindo um eixo radial estruturante da região Nascente do território;
- O troço Norte da antiga EN119 (já transferida na sua totalidade para a autarquia) assegura o acesso ao núcleo tradicional da Vila de Alcochete, tendo sido parcialmente objeto de profunda remodelação no âmbito da instalação da unidade comercial “Freeport”;
- Por fim, o troço Sul da antiga EN119 assegura a ligação entre a zona Poente de Alcochete e a Freguesia de S. Francisco, bem como a ligação mais direta à Cidade do Montijo e ao terminal fluvial do “Cais do Seixalinho”.

A **restante Rede Municipal** abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, assegurando algumas ligações exteriores de importância secundária – com destaque para a EM502 e para os CM's 1004 e 1005 – e, sobretudo, ao nível das deslocações internas, no acesso aos principais núcleos urbanos ou a outros polos concelhios (zonas industriais, Base Aérea 6) e, em diversos casos, funções de carácter exclusivamente urbano, como sucede no caso das vias integradas na malha viária da Vila de Alcochete.

Esta análise, servirá de enquadramento a uma **proposta de hierarquização funcional da rede**, diretamente relacionada com as funções desempenhadas pelas vias (independentemente da sua categoria administrativa), constituindo matéria a tratar em fase posterior, tendo por objetivo concreto a definição de **níveis hierárquicos com diferentes exigências operacionais** e, logo, das suas adequadas características físicas, geométricas, condições de ocupação e acesso marginal, aspetos a contemplar ao nível do Regulamento do Plano.

10.2.2.2 **Caracterização Física**

Extensões Viárias

A rede viária objeto de análise englobou a totalidade dos troços que desempenham funções relevantes no contexto da rede concelhia, nomeadamente, todos os que asseguram acessibilidade a aglomerados urbanos, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal.

Como elemento base, foi levado a efeito localmente um inventário exaustivo das suas **características físicas e geométricas** – extensões, perfis transversais, traçado, pavimentação, condições de ocupação marginal, etc. –, as quais assumem uma influência determinante na sua avaliação qualitativa, com repercussões ao nível da capacidade, segurança, economia e conforto de utilização da rede.

Assim, a extensão total da rede considerada é da ordem dos 98km, a que corresponde uma densidade viária global de 762m/km², valor que traduz uma cobertura territorial bastante satisfatória, sobretudo se tivermos em conta a reduzida densidade de inúmeras áreas rurais e florestais, com acentuado destaque para a região Nascente, bem como da área correspondente ao estuário do Tejo e às zonas inundáveis.

Quadro 47: Extensões Viárias por Categoria Administrativa

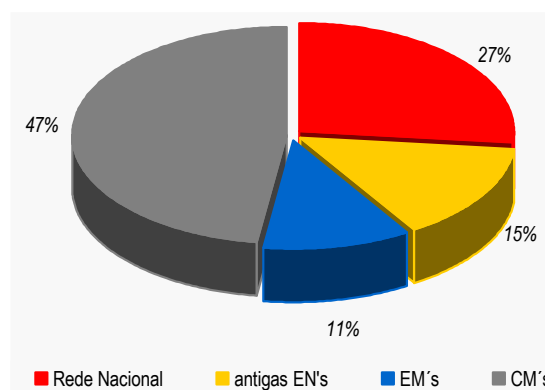
Tipos de Vias	Extensão (km)	
Rede Nacional	26.1	26.7%
Fundamental (IP)	12.5	47.9%
Complementar (IC + EN)	12.6	48.3%
Estradas Regionais (ER)	1.0	3.8%
Rede Municipal	71.7	73.3%
antigas EN's	14.2	19.8%
Estradas Municipais (EM)	10.7	14.9%
Caminhos Municipais (CM) ¹⁾	46.8	65.3%
Total	97.8	

1) Engloba as vias não classificadas

Fonte: NRV

A sua repartição relativamente à categoria administrativa denota o peso significativo assumido pelas vias da Rede Nacional (27% do total) sobretudo, considerando o facto de os troços do IP1 e do IC3/IC13 que atravessam o concelho representarem 63% da sua extensão total, as quais, com exceção da EN4, não desempenham qualquer função no âmbito das deslocações intra-concelhias. Esta estrutura traduz o cenário resultante da municipalização dos troços desclassificados da antiga EN118 o que representará, em termos globais, um aumento da ordem dos 16% relativamente à extensão da Rede Municipal e, consequentemente, atribuições e competências acrescidas para a autarquia ao nível da sua gestão, exploração e manutenção.

Figura 47: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia



Fonte: NRV

Em termos funcionais, esta repartição permite concluir que a rede se apresenta relativamente bem estruturada, com as extensões mais elevadas a corresponderem às vias que asseguram predominantemente funções distribuidoras ou de acesso local (sistemas Secundário e Terciário), obviando à ocorrência de sobreposições funcionais significativas ao longo das vias principais.

O quadro seguinte apresenta a identificação, extensão e principais ligações asseguradas.

Quadro 48: Rede Viária Concelhia – Inventário Físico e Acessibilidades

Via	Extensão (km)	Dimensões larg. FR (m)	Principais Ligações Asseguradas
Rede Nacional			
IP1 ¹⁾	12.5	2 x 10.5	Rio Tejo (Pte V. Gama), Nó do Montijo (IC32 e IC3/IC13), LC Palmela
IC3/IC13	3.9	2 x 7.0 ²⁾	Nó do Montijo (IP1/A12 e IC32), Nó de Alcochete (EN118), LC Benavente
EN4	8.7	5.5 - 6.8	LC Montijo (Atalaia), ant EN118 (Passil), LC Palmela
ER5	1.0	6.0	LC Montijo (prox Alto do Estanqueiro), LC Palmela
sub Total (Rede Nacional)	26.1 27%		
Rede Municipal			
ant EN118	9.7	5.5 - 6.5	ER5, LC Palmela, EN4 (Passil), Z. I. Passil, Alcochete (IC3/IC13)
ant EN119	2.5	7.0 - 2 x 7.0	troço Norte: Alcochete (Alpendrada), "Freeport", IC3/IC13
"	2.0	5.5	troço Sul: LC Montijo, S. Francisco, Alcochete (Variante Urbana)
sub Total (antigas EN's)	14.2 20%		
EM501	4.1	6.5	Alcochete, Samouco, LC Montijo
EM501-1	1.2	7.0 - 8.0	EM501 (Samouco), Zona Desportiva, Porto da Praia
EM502	5.4	6.0 - 6.5	Alcochete, CM1004 (Pinh. Cruz), V. Resina, LC Montijo (Atalaia), EN4
sub Total (EM's)	10.7 15%		
CM1002	1.2	4.0 - 5.0	Alcochete (Cardieiras), Hortas
CM1003	5.0	4.5 - 7.0 ³⁾	Alcochete (Qta Major Ramos), EM502, S. Francisco (ant EN119), EM501
CM1004	4.0	5.5 - 6.0	ant EN118 (Entroncamento), EM502, LC Montijo (prox S. Francisco)
CM1005	1.5	5.5	CM1004, LC Montijo
CM1006	0.4	5.0	EM502 (prox Atalaia), LC Montijo (lig EN4)
Vias n/Classif			
A	1.9	2 x 7.0	"Variante Urbana de Alcochete"
B	2.8	5.0	Alcochete, CM1003 (V. Figueira), CM1004, CM1005
C	2.6	4.5 - 7.0	Alcochete, Z.I. Batel, CM1003, CM1004
D	1.8	4.5 - 7.0	Via B, CM1003, ant EN119 (prox Alcochete)
E	1.0	7.0 - 8.0	Via C (Z.I. Batel), CM1003
F	0.5	7.0	Samouco (EM501-1), Base Aérea Nº6 (BA6)
G	1.3	4.0 - 6.5	S. Francisco (CM1003), LC Montijo, CM1004
H	1.5	n. inv.	CM1004 (Pinh. Cruz), Via I
I	2.7	n. inv.	CM1004, Z.I. Passil (Via J)
J	2.3	4.0 - 7.0	ant EN118, Z.I. Passil, Pinhal do Concelho, EM502
K	1.6	4.0	ant EN118, Barroca de Alva
L	0.8	4.0 - 6.0	Via J (Z.I. Passil), Terroal, EN4 (Passil)
M	2.3	4.0 - 6.0	EM502 (Atalaia), Fonte da Senhora, Via L (Terroal)
N	0.7	6.0	Via M, EN4
O	5.2	3.5 - 5.2	EN4, "Academia do Sporting", LC Palmela (Malhada de Meias)
P	1.6	4.5	ant EN118, LC Montijo (lig EM502)
Q	2.6	4.0 - 4.5	Via P, Rego da Amoreira, ER5 (prox Alto do Estanqueiro)
R	1.5	4.0	Via Q, ant EN118
sub Total (CM's + n/Class.)	46.8 65%		
sub Total (Rede Municipal)	71.7 73%		
TOTAL	97.8		

1) "Ponte Vasco da Gama" e A12 (AE Setúbal - Montijo); 2) troço coincidente com traçado da EN118 (a Norte de Alcochete), com PT simples (7.0m); 3) troço ant EN119 - Via C;

Fonte: NRV

As principais deficiências estruturais da rede, acentuadamente radial e centrada na Vila de Alcochete, resultam da reduzida acessibilidade de algumas áreas urbanas aos principais eixos rodoviários da Rede Nacional que servem o Concelho (exclusivamente através dos respetivos nós de ligação), com destaque para as freguesias de S. Francisco e do Samouco, que foram alvo de crescente pressão urbanística, penalizando significativamente a mobilidade das respetivas populações.

No que diz respeito à vila de Alcochete (destacadamente, o principal polo gerador), esta circunstância é significativamente atenuada pela configuração da rede, com os eixos viários mais importantes a desenvolverem-se radialmente a partir do seu perímetro, ou com acesso situado na sua periferia próxima, servindo, portanto, de forma adequada as suas principais deslocações.

Por seu turno, o grau de cobertura proporcionado pelos cerca de 72km de vias que integram a Rede Municipal é bastante significativo, em diversos casos constituindo ramificações dos eixos nacionais, com alguns troços de hierarquia inferior (CM's) a desempenharem um papel complementar no acesso a lugares de menor dimensão, ou na interligação entre troços de maior importância na estrutura da rede.

Saliente-se ainda a existência de uma rede relativamente extensa de **caminhos rurais** (em terra batida), na sua maioria, com características adequadas às funções desempenhadas, assumindo um papel fundamental no apoio às diversas explorações rurais e áreas florestais existentes.

Pavimentação

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização. A quase totalidade das vias referidas encontra-se pavimentada em betuminoso

Em termos qualitativos, importa salientar as insuficiências registadas ao nível da marcação rodoviária por pintura, sinalização vertical e colocação de guardas de segurança, aspetos para os quais deverá ser dada especial atenção, sobretudo nos troços que efetuam travessias de aglomerados urbanos, bem como naqueles que apresentam maiores condicionalismos em termos de traçado, como se verifica em diversos casos.

Por fim, refira-se a escassa aplicação de mecanismos limitadores da velocidade adequados na travessia de aglomerados urbanos, bem como de medidas de ordenamento e de requalificação do espaço urbano (à semelhança das recentemente implementadas na zona central de Alcochete) envolvendo, por exemplo, a construção de passeios, a delimitação de zonas de estacionamento, ou a implementação de passadeiras sobrelevadas para travessia de peões, permitindo atenuar os efeitos indesejáveis daí decorrentes.

De um modo geral, verifica-se que as melhorias introduzidas nos últimos anos ao nível da Rede Municipal (através da sua pavimentação e/ou beneficiação), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais.

Características Geométricas e de Ocupação Marginal

As características geométricas das vias (perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta), tal como as suas condições marginais de ocupação (travessias urbanas, conflitos com peões ou veículos

estacionados) têm igualmente uma influência determinante nas condições de operação da rede viária, com reflexos diretos ao nível dos parâmetros enunciados anteriormente.

Numa análise sucinta, verifica-se que a maior parte dos troços da Rede Nacional apresentam dimensões adequadas às características do tráfego servido e à sua inserção territorial. Contudo, são de assinalar as dimensões da EN118 (IC3/IC13) com perfil simples e 7.0m de faixa de rodagem, algo limitado face à importância estratégica que assume como principal eixo de ligação externa na direção Norte.

Relativamente à sede de concelho, será desejável que a autarquia proceda tão breve quanto possível à conclusão da “Variante Urbana”, permitindo obviar à ocorrência de situações de conflito entre o tráfego local e o de passagem, nomeadamente na ligação entre os dois troços da antiga EN119 (circunstância de certo modo atenuada pelo conjunto de eixos radiais que servem a Vila).

Quanto à Rede Municipal, apesar de algumas operações de beneficiação, subsistem ainda características físicas algo limitativas ao nível do perfil transversal de algumas delas, como faixas de rodagem de 4,0m - 4,5m de largura, cumprindo, ainda assim, satisfatoriamente as funções desempenhadas atendendo às reduzidas solicitações por parte do tráfego que as utiliza.

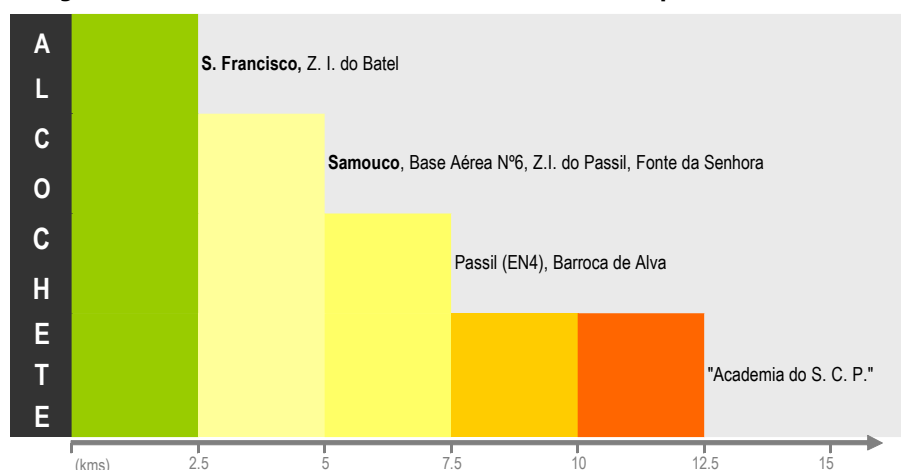
Por fim, são igualmente de assinalar os estrangulamentos motivados pelo atravessamento de alguns aglomerados, contribuindo negativamente para a sua qualidade de vivência urbana e, em simultâneo e proporcionalmente à importância das funções desempenhadas, constituindo uma penalização efetiva das suas condições de utilização

Estes aspetos, deixam antever a necessidade de adoção de medidas de ordenamento adequadas ou, nas situações mais sensíveis, a eventual implementação de variantes a alguns dos núcleos mais importantes, devendo esta opção colocar-se, em primeira instância, no que diz respeito às vias com maiores exigências em termos de mobilidade/velocidade e uma utilização mais intensiva por parte de tráfego de passagem.

10.2.2.3 Análise das Acessibilidades Internas

Neste ponto efetua-se uma análise das acessibilidades intra-concelhias, nomeadamente, das ligações entre Alcochete, as restantes duas sedes de freguesia e, ainda, a outros polos geradores significativos, baseada nas respetivas distâncias, estrutura e características da rede existente.

Figura 48: Distâncias Entre a Sede de Concelho e os Principais Pólos Geradores



Fonte: NRV

Deste modo, tendo em conta a localização geográfica da Vila de Alcochete, a reduzida dimensão e a configuração do território e a sua estrutura viária, podemos proceder à agregação dos diferentes polos considerados em três grandes zonas com condições de acessibilidade distintas:

- a zona Poente, abrangendo as freguesias de Alcochete, S. Francisco e Samouco com distâncias reduzidas (< 5 km) e, portanto, beneficiando de um grau de acessibilidade muito elevado;
- uma zona central, aonde se localizam o lugar de Passil (cruz. EN4) e a Herdade de Barroca de Alva, servida essencialmente através da antiga EN118 ou por ramificações desta, situada a distâncias da ordem dos 7.5 km e uma acessibilidade média a elevada;
- os restantes polos situados a Nascente ("Academia do Sporting"), e a Sul da EN4 com distâncias a percorrer da ordem dos 10 a 13km e, portanto, com uma acessibilidade média.

Deste modo, apesar da sua localização excêntrica, esta análise permite constatar a relativa centralidade geográfica da Sede de Concelho, verificando-se distâncias da mesma ordem de grandeza nas ligações a polos geradores situados em diferentes quadrantes, sendo as respetivas acessibilidades favorecidas pela configuração radial da rede e pelas razoáveis características de grande parte das vias utilizadas. Considerando a agregação espacial anteriormente apresentada, pode classificar-se globalmente, como um elevado grau de acessibilidade interna, com a esmagadora maioria dos polos geradores situadas a distâncias inferiores aos 7.5km em relação à Vila de Alcochete.

Saliente-se que, embora o grau de dependência relativamente à Sede de Concelho (associada a serviços, equipamentos, emprego, ensino, etc.) constitua um fator determinante na matriz de mobilidade interna, é de referir que, alguns aglomerados urbanos territorialmente mais periféricos mantêm igualmente relações de proximidade com concelhos limítrofes, com a cidade do Montijo a assumir uma elevada polaridade relativamente à totalidade do Concelho.

10.2.3 Perspetivas de Evolução

Globalmente, e no que respeita à Rede Municipal, verifica-se que as melhorias introduzidas nos últimos anos através da construção, pavimentação e/ou beneficiação de diversos troços, permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e, nalguns casos, promovendo o fecho de malhas viárias significativas.

Enumeram-se a seguir os aspetos mais significativos no que diz respeito às perspetivas de evolução futura da rede, decorrentes das intervenções previstas, quer a **nível nacional e regional**, com a gradual implementação do PRN2000, quer a **nível local**, através da reclassificação viária prevista ao abrigo do mesmo, construção de novas vias ou da beneficiação das existentes, tendo em particular atenção aquelas que mais diretamente se relacionam com a melhoria da mobilidade e das acessibilidades concelhias.

Neste âmbito, será essencial a auscultação prévia das diferentes entidades envolvidas, no sentido de permitir a salvaguarda dos espaços canais indispensáveis à sua implementação, bem como uma adequada planificação dos investimentos previstos, quer em termos temporais, quer em termos quantitativos.

A concretização dos diversos investimentos planeados ao **nível da Rede Nacional** que serve a Sub-região da Península de Setúbal e a sua envolvente próxima traduzir-se-á numa melhoria sensível das suas acessibilidades externas, tal como se verificou aquando da conclusão do IP1 (finais dos anos 90), ou com a entrada em serviço da A13 (Almeirim - Setúbal), e com a conclusão do IC32 (CRIPS)/A33 através da construção do lanço Funchalinho/IC20 - Coina/IC21, infraestrutura de importância vital no fecho do "Arco Ribeirinho Sul", salientando-se os seguintes:

- Estabelecendo a continuidade ao IC32, a implementação do IC3/IC13 (traçado comum na ligação ao Nó do Infantado da A13) assume igualmente uma importância estratégica, quer como alternativa ao IP1 nas ligações às regiões Centro e Norte, quer nas acessibilidades ao Alto Alentejo (IC13);

No território concelhio, estes Itinerários Complementares apresentam um traçado comum, tendo sido desenvolvidas duas soluções base em fase de Estudo Prévio, bastante diferenciadas entre si:

- a) a Solução A, com início no atual Nó de Alcochete (IC3/IC13/A33) e com um traçado aproximado ao da antiga EN118, cuja apreciação em sede de Avaliação de Impacto Ambiental mereceu parecer desfavorável em 2000 dada a sua interferência com a ZPE do Estuário do Tejo;
 - b) a Solução B, com início no IP1/A12, através dum novo nó a instalar imediatamente a Sul da EN4, desenvolvendo-se para Nascente com um traçado aproximadamente paralelo ao desta, infletindo na direção Norte apenas após o limite do Concelho;
- A "Variante à Atalaia" (EN4), interligando o IC32/A33 (Nó do Montijo) e o cruzamento do Passil com a antiga EN118), estabelecendo-se a partir deste ponto o acesso ao futuro IC3/IC13/A33".

Face a estas perspetivas, é possível constatar o potencial acrescido de que o Concelho e a região poderão beneficiar, constituindo a implementação deste conjunto de infraestruturas da Rede Nacional um facto de enorme importância no âmbito das suas acessibilidades regionais, nacionais e internacionais, com reflexos diretos em termos de desenvolvimento económico e da sua inserção territorial.

A **nível concelhio**, a implementação do PRN2000 envolve uma redução pouco significativa da extensão de troços ainda integrados na Rede Nacional (apenas 9.7km relativos à EN118) através da sua passagem à tutela municipal, devendo para o efeito ser previamente efetuadas as *"intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante protocolo equitativo com a respetiva autarquia"* (DL n.º 222/98, Art.º 13º).

Tendo em conta o prazo de vigência da presente Revisão do PDM e sendo previsível que a sua passagem definitiva à competência da autarquia venha, entretanto, a ocorrer, estes foram, desde já, considerados como parte integrante da Rede Municipal.

Por iniciativa da autarquia, para além da beneficiação de algumas estradas e caminhos municipais, está planeado ou em curso, um conjunto de investimentos com relevância sobretudo no âmbito das acessibilidades e da mobilidade urbana da Vila de Alcochete. De entre estes, salienta-se a conclusão da designada "Circular Interna" – cuja implementação faseada dependerá, em parte, de algumas operações de loteamento previstas ao longo do seu traçado – que envolverá por completo o seu núcleo central. Para além da distribuição de diversas deslocações locais, esta via permitirá segregar parte substancial do tráfego de atravessamento à sua zona central, através da interligação entre os dois troços da antiga EN119.

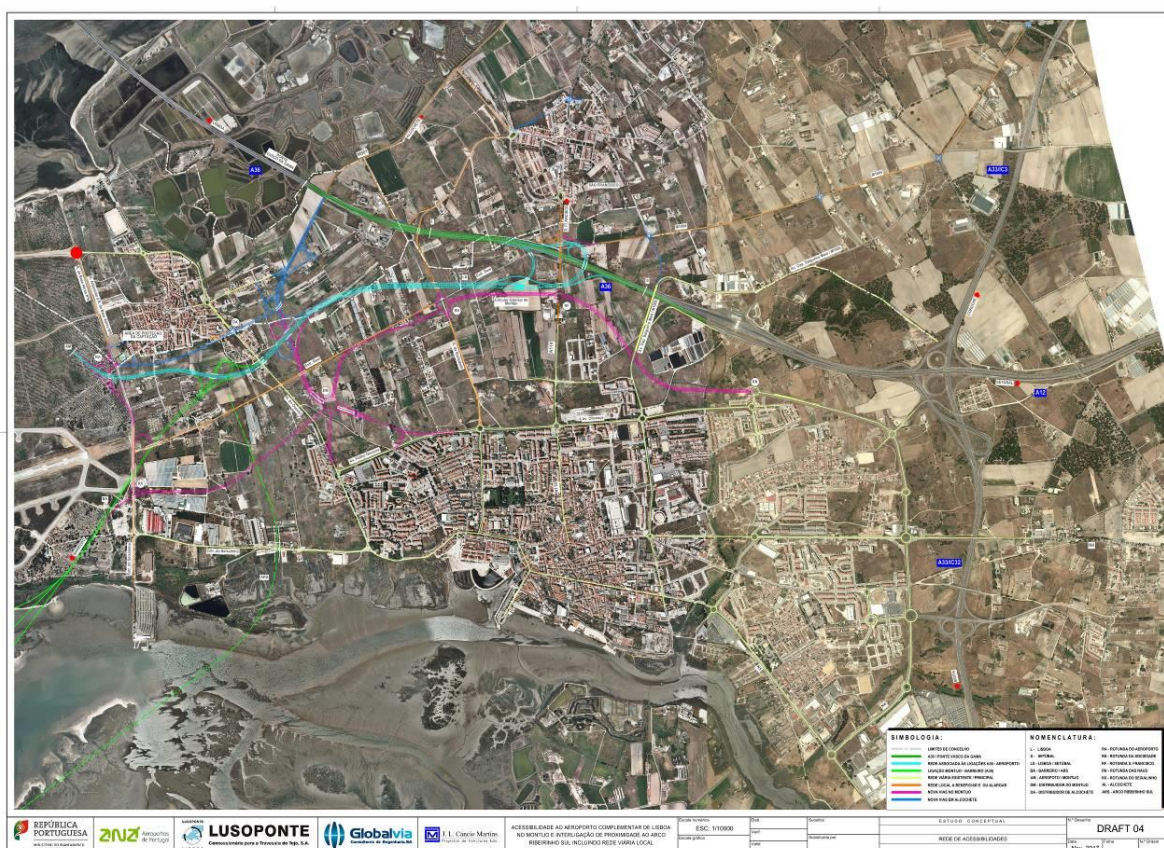
Este conjunto de investimentos, configura desde já um cenário bastante positivo, implicando, no caso das intervenções que envolvam a construção de novos troços ou a retificação dos existentes, a definição em tempo útil das respetivas soluções de traçado, tendo em vista a sua consideração no âmbito da presente revisão e o desenvolvimento de propostas que conduzam à sua correta articulação com a restante rede, elemento determinante na otimização das acessibilidades concelhias.

Paralelamente, a ANA — Aeroportos de Portugal e o Estado assinaram a 8 de janeiro o acordo para a expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa, cujo aeroporto se encontra próximo da capacidade máxima. A solução prevê um investimento de 1,15 mil milhões de euros até 2028 e inclui a extensão da atual estrutura Humberto Delgado (em Lisboa) e a transformação da base aérea do Montijo num aeroporto complementar. Relativamente ao aeroporto do Montijo, o estudo de impacte ambiental foi concluído em abril deste ano. Apesar do projeto não estar ainda elaborado, prevê-se a construção de uma rede de acessibilidades ao aeroporto complementar e a interligação de proximidade ao Arco Ribeirinho Sul, incluindo rede viária local.

O projeto irá compreender a construção de um novo nó de ligação entre IP1/A12 e a futura **A39: Ligação do Montijo ao Barreiro**, passando pela **Circular Exterior do Montijo**, no Samouco. Esta circular desenvolve-se paralelamente ao IP1/A12 entre as localidades de Estrada do Vau e o Seixalinho, com ligação ao CM 1005 nas proximidades de Lagoa Cheia, e ao CM 1004 e à EM 501 no Samouco.

Fazem ainda parte do projeto a beneficiação e/ou alargamento de várias vias no concelho de Alcochete, nomeadamente o CM 1004, EN119 e EM501.

Figura 49: Rede de Acessibilidades ao novo aeroporto complementar de Lisboa no Montijo



Fonte: Acessibilidade ao Aeroporto complementar de Lisboa no Montijo e Interligação de Proximidade ao Arco Ribeirinho Sul, incluindo Rede Viária Local - Estudo Conceptual

10.3 Transporte público de passageiros

10.3.1 Transporte Rodoviário

A nível concelhio, o **serviço de transporte coletivo rodoviário** é assegurado por um único operador, a TST – TRANSPORTES SUL DO TEJO, sendo constituído por um conjunto de carreiras regulares suburbanas (com exceção da 419, local):

- 410: Alcochete (Freeport) - Barreiro (Estação) - via Alcochete (Vila) e Samouco;
- 412: Alcochete (Freeport) - Montijo (Cais do Seixalinho) - via Alcochete (centro), Valbom e Samouco;
- 413: Alcochete (Freeport) - Setúbal - via S. Francisco, Montijo, Pinhal Novo e Palmela;
- 414: Canha – Montijo - via Passil (EN4) e Atalaia;
- 415: Passil - Montijo (Cais do Seixalinho) - via Passil (EN4) e Atalaia;
- 416: Canha – Montijo (via Pegões X) – via Passil (EN4) e Atalaia;
- 419: Alcochete – Atalaia (Cruzeiro-Mor) - via Alcochete (Escola Secundária e EM502) e Passil (EM1205 e EN4);
- 431: Lisboa – Montijo (Estação) – via Praça José Queirós, Freeport, Alcochete (EN119, Canto do Pinheiro, centro, Escola Secundária, Salineiro), Valbom, Samouco e Bº Saldanha;
- 432: Atalaia – Lisboa – (via Alcochete);
- 435 - Lisboa – Samouco (via Montijo) - via Praça José Queirós, Montijo (Estação);
- 437: Lisboa – Montijo (Via S. Francisco) - via Praça José Queirós, Freeport, Alcochete (EN119, Canto do Pinheiro, centro, Escola Secundária, Salineiro), Valbom, S. Francisco, Samouco e Bº Liberdade.

Para além destas, o Concelho é servido por carreiras do tipo Expresso que asseguram ligações a alguns polos de importância nacional e regional.

Conforme se pode observar, apenas cinco destas carreiras têm pontos terminais ou intermédios na sede de Concelho, sendo o serviço prestado a nível local assegurado por paragens intermédias em alguns aglomerados urbanos situados ao longo dos eixos viários percorridos.

De igual modo, importa salientar que as carreiras suburbanas que percorrem a zona Sul (via EN4 e ER5) assumem uma importância relativamente diminuta a nível concelhio, uma vez que não efetuam qualquer interface eficaz que permita o estabelecimento de ligações locais ao restante território concelhio.

Ainda assim, observando a configuração da rede servida por estas carreiras, constata-se que a sua cobertura territorial é razoável, concluindo-se contudo, pelo escasso número de circulações diárias disponíveis, pela existência de um serviço adaptado a níveis de procura relativamente diminutos e com necessidades de mobilidade muito específicas, como sucede no caso do acesso da população estudantil aos estabelecimentos de ensino situados em Alcochete ou no Montijo, bem como no acesso ao terminal fluvial do “Cais do Seixalinho”.

Em síntese, atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, podemos considerar como reduzido o grau de cobertura do serviço.

Em termos de **infraestruturas de apoio**, o concelho não dispõe de qualquer terminal rodoviário que permita apetrechar o serviço de melhores condições de comodidade para os utentes, sendo igualmente de assinalar a quase total ausência de abrigos adequados junto das paragens situadas ao longo dos percursos servidos, o que representa igualmente um fator de fraca atratividade e de desconforto de utilização.

Complementarmente, é da competência da Câmara Municipal organizar e financiar a **rede de transportes escolares**. A Câmara Municipal de Alcochete considera que o acesso à educação constitui um pilar fundamental para o progresso e equidade social, pelo que devem ser proporcionadas as condições necessárias para que as crianças e jovens em idade escolar possam usufruir de um ensino público de qualidade. O Transporte escolar abrange os alunos residentes no concelho de Alcochete e destina-se a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e possibilitar a continuação dos estudos até à conclusão da escolaridade obrigatória.

O transporte é gratuito para os alunos na escolaridade básica obrigatória e participado em 50% para os alunos do ensino secundário, traduzindo-se na prestação de serviço de transporte entre o local de residência dos alunos e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, desde que a distância seja igual ou superior a 4 km's ou não exista nas escolas do concelho a opção de ensino pretendida.

Os alunos que residam na freguesia de S. Francisco, por se encontrarem a menos de 4 km's de qualquer estabelecimento de ensino do Concelho de Alcochete, não teriam assim, direito a transporte escolar. No entanto, tendo por base os princípios da equidade, coesão e solidariedade social, a Câmara Municipal disponibiliza um apoio complementar no âmbito da Ação Social Escolar para os alunos que se encontrem dentro da escolaridade obrigatória, com o escalão de abono de família 1, 2 ou 3, a comparticipação de 100%, 50% e 25% respetivamente. Para os alunos do Ensino Secundário, a comparticipação é de 50% para os alunos que integrem o 1º e 2º escalões do abono de família e de 25% para os que integrem o 3.º escalão.

A rede de transportes escolares do concelho de Alcochete integra a rede de transportes públicos, que serve os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos, e uma rede complementar de circuitos municipais. Esta rede complementar destina-se a alunos que residem em locais que não dispõem de estabelecimentos de ensino, nem de transportes públicos em horários compatíveis com a atividade letiva, sendo-lhes facultada uma alternativa adequada de transporte escolar. Os percursos dos circuitos complementares de transporte escolar, as paragens e horários, são, anualmente, definidos pela Câmara Municipal, em função das especificidades dos alunos a transportar e da sua área geográfica. Para o transporte escolar são utilizados, preferencialmente, os transportes públicos, que servem os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos, cujo título de transporte seja o menos dispendioso. O transporte escolar abrange os alunos residentes no concelho

de Alcochete e destina-se a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e possibilitar a continuação de estudos até ao limite de idade legalmente estabelecida.

Por fim, referência para o serviço de transporte público prestado pelos táxis licenciados no concelho, os quais apresentam uma importância significativa no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte coletivo.

10.3.2 Transporte Fluvial

O Concelho de Alcochete, sobretudo a sua zona Noroeste, beneficia da proximidade ao “Cais do Seixalinho”, no concelho do Montijo, a partir do qual são efetuadas ligações regulares a Lisboa (Cais do Sodré), asseguradas pela TRANSTEJO/SOFLUSA.

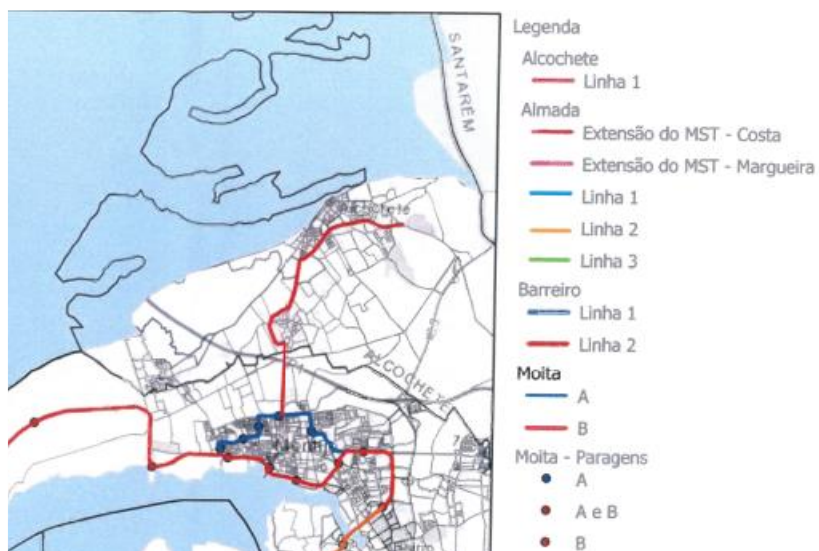
Este Interface Rodo-Fluvial foi inaugurado em dezembro de 2002 e dispõe duma oferta de 1400 lugares de estacionamento, proporcionando um serviço de embarcações do tipo “Catamarã” que efetuam a travessia em cerca de 25 minutos, representando uma alternativa bastante eficaz relativamente à utilização do modo rodoviário, nomeadamente, ao recurso ao transporte individual (TI). A frequência de travessias nos dias úteis varia entre períodos de 30/30 minutos nas horas de maior procura de manhã e da tarde, e a cada hora nos restantes períodos do dia, num total de serviço entre as 6h00 e as 23h. Aos sábados as travessias são asseguradas entre as 6h00 e as 21h, e aos domingos e feriados entre as 8h00 e as 21h.

As ligações intermodais são estabelecidas por autocarro pelos TST – Transportes Sul do Tejo ou por táxi.

10.3.3 Transporte de Metro

Encontra-se em fase de estudo a **Expansão do Metro Sul do Tejo**, que se prevê venha a ligar o centro de Alcochete (Linha 1) ao Montijo (Linha Alternativa).

Figura 50: Expansão do Metro Sul do Tejo



Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

Com a construção do novo aeroporto no Montijo, é previsível que esta expansão venha ser coordenada com a rede de acessibilidades ao mesmo.

11 INFRAESTRUTURAS URBANAS

Um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, rede elétrica e telecomunicações e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa ótica de otimização dos sistemas.

Desde a data de publicação do atual PDM foram introduzidas algumas melhorias a este nível, destacando-se, neste contexto, ao nível das águas residuais a dotação de sistemas de saneamento aos aglomerados mais periféricos (Fonte da Senhora e Passil), a construção de novas Estações Elevatórias integradas no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, a melhoria dos sistemas de tratamento de efluentes com a construção da nova ETAR de Alcochete que substituiu a existente, e ao nível dos resíduos sólidos urbanos (RSU) o investimento na recolha seletiva.

A AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A., foi constituída em 1997, tendo-lhe sido atribuída a concessão de exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Tratamento e de Recolha Seletiva de resíduos urbanos da Margem Sul do Tejo, por um período de 25 anos e alargado até 2034, numa revisão efetuada em 2016. A AMARSUL é responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos dos 9 municípios da Península de Setúbal (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal).

Com a publicação do D.L. n.º 286/2003, de 8 de Novembro, foi criado a SIMARSUL — Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A, a quem é adjudicado o exclusivo da exploração e gestão do sistema de águas residuais domésticas da Península de Setúbal, em regime de concessão, por um prazo de 30 anos. Com a publicação do D.L. n.º 34/2017, esta sociedade foi extinta e constituída nova sociedade, a SIMARSUL — Saneamento da Península de Setúbal, S. A., e a atribuição à mesma, da concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, pelo prazo de 30 anos. O novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal tem como utilizadores os municípios que já eram utilizadores do sistema multimunicipal com o mesmo nome, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro, e extinto pelo mesmo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ou seja, os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e

Setúbal. Esta sociedade tem como objetivos centrais ajudar a preservar a qualidade do ambiente e dos recursos hídricos da região e melhorar a qualidade de vida das populações.

Seguidamente procede-se, então, à caracterização da situação atual das Infraestruturas Urbanas no concelho de Alcochete, com base em informação disponibilizada pela Câmara Municipal e em informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística e das restantes entidades com responsabilidades neste domínio.

11.1 Infraestruturas de Abastecimento de Água

Refere-se o presente capítulo à caracterização das infraestruturas de abastecimento de água para consumo humano existentes em Alcochete, identificando e avaliando as condições existentes, nomeadamente no que se refere à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede. O abastecimento de água encontra-se a cargo da Câmara Municipal de Alcochete.

Segundo dados das “Estatísticas de Ambiente” do INE (Anuário Estatístico da Região Área Metropolitana de Lisboa 2017), 99% da população do concelho encontrava-se servida por água potável, sendo o abastecimento efetuado através de captações subterrâneas. Ao nível dos aglomerados urbanos não se verificam carências a este nível sendo o grau de cobertura de 100%.

O Sistema de abastecimento de água do Município está dividido em três zonas / Subsistemas:

- Zona A - Subsistema Alcochete / S. Francisco
- Zona B - Subsistema Samouco
- Zona C - Subsistema Fonte da Senhora/Passil

A água fornecida é de origem subterrânea e é captada em furos existentes no território municipal. A desinfecção da água distribuída é efetuada em postos de cloragem associados às captações.

A zona de abastecimento A, que integra as freguesias de Alcochete e São Francisco, serve uma população de 11.401 habitantes. A zona B, corresponde à freguesia de Samouco, serve uma população de 2.788 habitantes. Por último a zona C, integra os lugares da Fonte da Senhora e do Passil e serve 903 habitantes equivalentes.

As infraestruturas que integram o sistema de abastecimento de água do Município são as seguintes:

- Captações - 7 unidades
- Instalações de tratamento – 6 unidades
- Estações elevatórias – 1 unidade
- Adutoras – 3,3 km
- Reservatórios - 4 unidades
- Rede de distribuição de água – 119,18 km

- **Captações**

O sistema de abastecimento de água integra sete captações, ativas e em funcionamento. A caracterização é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 49: Caracterização das captações de água

Subsistemas	Designação	Freguesias
Zona A	JK3 - Batel	Alcochete e São Francisco
	PS5 - Batel	
	FR1 - Batel	
Zona B	CBR2 - Samouco	Samouco
	FR2 - Samouco	
Zona C	CBR1 - Fonte da Senhora Desativada e selada em 2018	Alcochete
	FR3 - Fonte da Senhora	
	CR1 – Fonte da Senhora	

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

- **Instalações de Tratamento**

A água distribuída para consumo humano é tratada em seis postos de cloragem associados às captações.

Quadro 50: Caracterização dos Postos de Cloragem

Subsistema	Designação	Freguesias	População Abastecida
Zona A	JK3 - Batel	Alcochete e São Francisco	11.401
	PS5 - Batel		
	FR1 - Batel		
Zona B	CBR2 e FR2 Samouco	Samouco	2.788
Zona C	FR3 - Fonte da Senhora	Alcochete	903
	CR1 – Fonte da Senhora	Alcochete	S/Inf

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

- **Estações Elevatórias**

O sistema de abastecimento de água integra uma estação elevatória na zona de abastecimento A (Subsistema Alcochete / S. Francisco), a qual se encontra em bom estado de funcionamento, servindo as freguesias de Alcochete.

Quadro 51: Caracterização da Estação Elevatória

Subsistema	Designação	Freguesias	Potência (kw)
Zona A	EE Batel	Alcochete	5,5

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

•

• **Adutoras/ Condutas Elevatórias**

O sistema de abastecimento de água para consumo humano totaliza 3,3 km de condutas adutoras, o que corresponde a 1,2 km na Zona A, 0,38 km na Zona B e 1,65 km na Zona C.

Quadro 52: Caraterização das Adutoras / Condutas Elevatórias

Subsistema	Designação	Freguesia	Compr.(m)
Zona A	JK3	Alcochete e São Francisco	570
	PS5		15
	FR1		672
	Batel Apoiado/ Batel Elevado		5,6
Zona B	CBR2	Samouco	320
	FR2		58
Zona C	FR3	Alcochete	1.650

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

• **Reservatórios**

O sistema de abastecimento de água para consumo humano inclui quatro reservatórios que totalizam 3.290 m³ de capacidade de armazenamento, distribuindo-se do seguinte modo:

Quadro 53: Caraterização dos Reservatórios

Subsistema	Designação	Freguesia	Vol. (m ³)
Zona A	Batel Apoiado	Alcochete e São Francisco	1500
	Batel Elevado	Alcochete	140
Zona B	Samouco Elevado	Samouco	150
Zona C	Fonte da Senhora e Passil Apoiado	Alcochete	1500

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

• Rede de Distribuição

O sistema de abastecimento de água para consumo humano totaliza cerca de 119 km de rede de distribuição.

Quadro 54: Caracterização da Rede de Distribuição

Subsistema	Designação	Freguesia	Comprimento (m)
Zona A	Alcochete	Alcochete	62.368
	São Francisco	São Francisco	21.937
Zona B	Samouco	Samouco	15.276
Zona C	Fonte da senhora	Alcochete	19.602
Total			119.183

Fonte: Câmara Municipal de Alcochete

Em resumo, as **zonas de abastecimento de água** podem descrever-se da seguinte forma:

Zona A - Subsistema Alcochete / S. Francisco

Este subsistema é abastecido por três captações subterrâneas. A água proveniente das captações é bombeada para dois reservatórios: um deles possui uma célula elevada e capacidade para 140 m³, que abastece a zona industrial do Batel, a zona do Entroncamento e parte das habitações existentes ao longo do CM1004; e outro que integra duas células apoiadas com capacidade para 750 m³ cada uma e que abastece os aglomerados de Alcochete e S. Francisco. A cada uma das captações encontra-se associada uma Estação de Tratamento de Água.

Zona B - Subsistema Samouco

Este subsistema é abastecido por duas captações subterrâneas, ambas localizadas no interior do aglomerado.

A água proveniente destas duas captações é bombeada para o mesmo reservatório, do tipo elevado e com capacidade para 150 m³ e serve apenas a população da freguesia.

De referir ainda a existência de uma Estação de Tratamento de Água.

Zona C - Subsistema Fonte da Senhora / Passil

Este subsistema é abastecido por uma captação subterrânea, designada por FR3 – Fonte da Senhora. Encontra-se já equipado e em pleno funcionamento o novo furo CR1 - Fonte da Senhora, incluindo a respetiva conduta elevatória com 1,1 km. A água captada é conduzida para o reservatório existente que integra duas células apoiadas com capacidade para 750 m³ cada uma. Encontra-se em serviço apenas uma das células que funciona em alternância aquando das operações de higienização do reservatório. Este sistema abastece para além de Fonte da Senhora, Passil e Terroal, a zona industrial do Passil Norte.

De referir ainda a existência de um Sistema de Abastecimento de Água para Rega em Alcochete, constituído pelos seguintes órgãos:

- Furo de captação JK2 na Soalheira;
- Reservatório elevado nos Barris (capacidade: 220 m³).

Com este sistema o município pretende uma redução de perdas na rede de abastecimento de água para consumo humano; poupança no tratamento da água, uma vez que não é para consumo humano; controlo de consumos de rega; possibilidade de integrar num futuro próximo, a reutilização de água tratada da ETAR.

• **Qualidade da Água**

Relativamente ao tratamento de água efetuado nas ETA, a câmara municipal, enquanto entidade gestora do serviço de abastecimento de água para consumo humano, elabora anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano civil seguinte, através do Setor de Águas e Saneamento (SAS) atualmente sob a direção da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (DISU), que segue posteriormente para aprovação pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

O Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) integra os seguintes elementos:

- Mapa de colheitas, com indicação das datas de colheita para análise;
- Pontos de amostragem;
- Parâmetros a analisar de acordo com a legislação em vigor.

No Programa de Controlo Operacional (PCO), também elaborado com a mesma periodicidade, pelos serviços ou pela DAS, constam as seguintes ações:

- Leitura bi-diária do pH e Cloro em vários pontos da rede de abastecimento público,
- Higienização periódica dos reservatórios de água para consumo humano da Autarquia;
- Elaboração de um conjunto de análises mais extenso e em mais pontos das redes de abastecimento, em complemento ao plano definido no PCQA;
- Elaboração de um conjunto de análises trimestralmente nas captações.

Os pontos de colheita são definidos de acordo com o estabelecido no art. 7.º do Dec-lei 306/ 2007, nomeadamente, na torneira do consumidor, em instituições públicas, em refeitórios e restaurantes, em edifícios municipais e em pontos de utilização pública na rede, tais como bebedouros e chafariz. No Plano Controlo Operacional estão incluídos os pontos dos furos de captação e reservatórios associados às zonas de distribuição.

De acordo com o DL n.º 236/98 de 1 de agosto, no seu art.º. 16.º, compete à APA efetuar os testes necessários à determinação da qualidade das águas subterrâneas, com vista à verificação da sua

conformidade com a norma de qualidade fixada nesse diploma. Em Alcochete estas colheitas e análises são feitas semestralmente.

No âmbito do controlo operacional da qualidade da água para consumo humano, e pelo histórico existente das análises efetuadas, de acordo com a legislação vigente, os parâmetros a analisar não se limitam aos definidos pelo diploma, incluindo a análise complementar de alguns parâmetros definidos no referido diploma.

Assim, complementarmente aos parâmetros de rotina fixados (Rotina CR1 e Rotina CR2), são considerados no Programa Operacional mais parâmetros do que os definidos no diploma. Relativamente aos parâmetros do controlo de inspeção, são considerados apenas os previstos no diploma. Com base no histórico das análises que têm vindo a ser realizadas, e nas características das captações, o município considera importante manter um conjunto de parâmetros a analisar, que denomina de “Controlo de Segurança – Cs”.

Através do programa de monitorização do controlo da qualidade da água para consumo humano, a Câmara Municipal de Alcochete, através do Setor de Águas e Saneamento (SAS) atualmente sob a direção da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (DISU), cumpre o estipulado na legislação, garantindo o controlo e qualidade desde a origem ao ponto de abastecimento do consumidor e corrigindo eventuais inconformidades em algum parâmetro ou em algum ponto de amostragem.

Em 2017, segundo dados das “Estatísticas de Ambiente” do INE (Anuário Estatístico da AML 2017), Alcochete apresentava uma taxa de conformidade de 99,13% em relação às análises realizadas, sendo que, em 604 controlos realizados, apenas 4 não cumpriam com os valores paramétricos regulamentares.

Quadro 55: Qualidade da Água para Consumo Humano

I.2.2	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico		Água segura
	N.º	N.º	N.º	Total	Em incumprimento do valor paramétrico	%
				%		
Portugal	545 212	551 656	516	423 848	5 078	98,71
Continente	503 421	509 604	513	391 850	4 627	98,72
A. M. Lisboa	79 264	80 730	0	63 003	174	99,72
Alcochete	604	604	0	462	4	99,13

Fonte: INE, Anuário Estatístico da AML 2017

Como previsto no Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de setembro, e Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, a câmara municipal de Alcochete procede à divulgação das análises trimestrais, à qualidade da água para consumo humano. De acordo com o último edital publicado (Edital nº 40, relativo ao 4º trimestre de 2018), verificava-se um cumprimento do valor paramétrico (VP) de 100% às análises realizadas.

Em relação à produção de água, em 2017, do volume global de água captado, 1.610.605 m³, 1.157.600 m³ foram consumidos efetivamente, o que representa uma parcela de 24% de perdas no sistema de abastecimento de água.

Quadro 56: Água abastecida pelas entidades gestoras

I.2.3	Água captada					Água distribuída	Perdas nos sistemas de abastecimento de água
	Total	Origem do caudal					
		Águas subterrâneas	Águas de superfície				
Portugal	x	x	x	x	x		
Continente	829 289 813	239 333 748	557 882 688	615 147 879	x		
A. M. Lisboa	74 552 680	72 871 752	292 497	223 642 070	x		
Alcochete	1 610 605	1 610 605	0	1 157 600	383 549		

Fonte: INE, Anuário Estatístico da AML 2017

Em síntese, a situação do sistema de Abastecimento de Água em Alcochete é a seguinte:

- Da análise realizada é possível concluir que a totalidade dos aglomerados concelhios se encontra servida por rede de abastecimento de água, correspondendo os 1% de população que não é abastecida a população dispersa (em particular na zona Sul do concelho), que recorre a captações particulares.
- As condutas que compõem os sistemas de abastecimento de água do concelho de Alcochete são, na maioria, em PVC PN10, encontrando-se em razoável estado de conservação.
- Através do programa de monitorização do controlo da qualidade da água para consumo humano, a Câmara Municipal de Alcochete, através da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, cumpre o estipulado na legislação, garantindo o controlo e qualidade desde a origem ao ponto de abastecimento do consumidor.
- As perdas representam uma parcela de 24% comparativamente à produção de água.
- A Câmara Municipal de Alcochete tem previsto alguns investimentos no Sistema de Abastecimento de Água, mas o impasse relativamente ao aeroporto do Montijo, condiciona de alguma forma as opções e tomadas de decisão.

11.2 Infraestruturas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Os problemas ambientais resultantes da produção de resíduos são vários e complexos. Mas, apesar de serem uma potencial fonte de poluição, os resíduos podem constituir recursos naturais secundários

com consequências económicas e efeitos ambientais diretos de relevância fundamental no delinear de estratégias económicas, de desenvolvimento tecnológico e de consumo.

Neste subcapítulo procede-se a uma breve caracterização das redes de drenagem de águas residuais no concelho de Alcochete, bem como dos equipamentos e métodos aplicados no tratamento destes resíduos.

Nos últimos anos foram introduzidas algumas melhorias no concelho de Alcochete, nomeadamente através da implementação de novas redes e órgãos do sistema em alta, do aperfeiçoamento das existentes e da melhoria dos equipamentos de tratamento dos efluentes, nomeadamente na construção da nova unidade de tratamento de Alcochete.

Em termos de organização administrativa, a SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., é a instituição responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal, do qual o município de Alcochete é utilizador, designadamente pela parte em alta dos sistemas, ou seja, Sistemas Elevatórios e Estações de Tratamento de Águas Residuais. A Câmara Municipal de Alcochete é responsável pela exploração e gestão do sistema em baixa, ou seja, a parte correspondente aos ramais de ligação e coletores públicos de recolha de águas residuais.

A percentagem de população do concelho de Alcochete servida por rede de águas residuais atingia, em 2004, cerca de 90%, valor bastante satisfatório, mas ainda assim abaixo da média da Península de Setúbal (92,2%) e da região de Lisboa (96,5%). Em 2017, segundo dados das "Estatísticas de Ambiente" do INE (Anuário Estatístico da Região Área Metropolitana de Lisboa 2017), 91% da população do concelho encontrava-se servida por drenagem de águas residuais. Não houve assim um aumento significativo da cobertura da rede, mantendo-se abaixo da média das áreas indicadas, designadamente Península de Setúbal e da região de Lisboa.

Quadro 57: Drenagem e tratamento das águas residuais, no concelho de Alcochete (2000/2017)

	2000	2004	2017
Caudais Efluentes Produzidos (1000 m ³)	489	857	1 221
População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais (%)	90,0	90,0	91,0
Caudal Tratado (1000 m ³)	271	667	855
População Servida com ETAR (%)	50,0	70,0	--

Fonte: INE, Anuários Estatísticos- "Estatísticas do Ambiente"

Dos dados apresentados no quadro acima é possível concluir que, entre 2000 e 2017, no concelho de Alcochete, as principais alterações verificaram-se ao nível do tratamento de águas residuais e caudais

efluentes produzidos. Relativamente à relação entre caudal produzido e caudal tratado, também este valor observou um expressivo aumento, tendo passado de 55,4% em 2000 para 70% em 2017.

O sistema de drenagem de águas residuais domésticas de Alcochete está dividido em subsistemas, no que se refere às bacias drenantes e destino final de tratamento, conforme se descreve de seguida:

Sistema de Alcochete

Rede de drenagem da vila de Alcochete e Entroncamento – drena para os sistemas elevatórios em Alcochete com destino à ETAR de Alcochete.

Rede de drenagem da freguesia de S. Francisco com destino à ETAR de Alcochete.

Sistema de Samouco

Rede de drenagem da vila de Samouco – drena para o sistema elevatório de Samouco com destino à ETAR do Seixalinho no Montijo.

Sistema da Fonte da Senhora e Passil

Rede de drenagem da Fonte da Senhora e Passil – drena para o sistema elevatório do Passil com destino à ETAR do Afonsoeiro no Montijo.

De referir que o município tem desenvolvido um esforço no sentido de separar os sistemas de drenagem pseudo-separativos existentes no Concelho, criando para o efeito nas zonas urbanas, redes separativas de drenagem de águas pluviais. Desta forma a Autarquia assegura que as águas pluviais não entram no sistema de drenagem de águas residuais domésticas evitando desta forma o aumento de caudal nas Estações Elevatórias de Esgotos e na ETAR.

A SIMARSUL é a responsável pela gestão da ETAR de Alcochete, que descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo e foi dimensionada para tratar um equivalente populacional de 27.750 hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 8.350 m³/dia.

Fotografia 31: ETAR de Alcochete



Fonte: SIMARSUL (www.simarsul.adp.pt)

Para além desta, existe uma ETAR da Barroca d'Alva que é gerida pela Câmara Municipal de Alcochete e por ter sido classificada como uma estação de tratamento modelo não foi incluída no contrato de concessão com a SIMARSUL.

A funcionar desde 2001 esta FITO ETAR foi uma das primeiras a ser construída no distrito de Setúbal e apresenta desde então resultados muito favoráveis, no que diz respeito aos valores de tratamento das águas residuais domésticas provenientes da Barroca d'Alva, que inclui, além de habitações, um hotel rural e um estúdio de filmagens.

Construída e desenvolvida de acordo com o sistema e patente Kickuth, esta ETAR de Plantas está dimensionada para 500 heq, sendo que o tratamento biológico, quer do efluente, quer das lamas, ocorre ao nível da rizosfera criada em leitos plantados com *Phragmites australis*.

Fotografia 32: ETAR de Barroca d'Alva



Fonte: Apresentação PowerPoint, Vista Técnica a Operadoras de Sistemas de Saneamento em Portugal, 2018

O efluente tratado é descarregado numa linha de água afluente ao estuário do Tejo, em zona sensível.

Apresentam-se abaixo as principais características das ETAR do concelho.

Quadro 58: Características das ETAR no concelho de Alcochete

Subsistema	Designação	População (hab. eq.)	Tratamento Previsto
Alcochete	ETAR de Alcochete	27.750	Lamas Activadas Desinfecção por Ultravioleta
Barroca	ETAR da Barroca	500	Leitos de macrófitas de fluxo horizontal sub-superficial

Fonte: SIMARSUL e Câmara Municipal de Alcochete

Os efluentes que não são conduzidos a ETAR são drenados para fossas sépticas individuais, cujas lamas são conduzidas para a ETAR de Alcochete.

Os emissários e condutas elevatórias possuem diâmetros que variam entre os 90mm e os 500mm, sendo a generalidade em PEAD. Verifica-se ainda que, na rede em baixa, existem diversos coletores em grés e betão, estando nos troços novos da rede de drenagem a ser privilegiado o uso de PVC ou PP Corrugado SN8.

11.3 Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

A nível nacional, é de frisar o crescente investimento que se tem feito no domínio do tratamento de resíduos sólidos e o empenho que os municípios têm demonstrado na melhoria dos sistemas de recolha, deposição e tratamento dos RSU.

De acordo com a legislação nacional e comunitária referente a este assunto, é possível definir três linhas estratégicas a seguir:

- Implementar mais unidades de valorização de matéria orgânica, seguindo o estipulado na Diretiva Aterros;
- Criar condições para que se proceda à reciclagem/valorização dos resíduos de embalagem, investindo na sensibilização das populações, na eficiência das estruturas de recolha seletiva e de triagem, assim como na investigação, para que cada vez mais resíduos possam ser reciclados;
- Garantir que as infraestruturas de tratamento, entretanto construídas, são geridas de forma adequada, reforçando a fiscalização/ inspeção e o recurso a auditorias externas certificadas por entidades certificadas.

Desde 2001 que a totalidade da população concelhia se encontra servida pelo sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). No âmbito das competências da Área da Higiene e Limpeza Urbana, cabe à Câmara Municipal cumprir um serviço público ao:

- Assegurar as operações de remoção, transporte e deposição final dos resíduos sólidos urbanos domésticos;
- Garantir as operações de limpeza urbana e outras no âmbito da higiene e salubridade;
- Colocar contentores de deposição de resíduos sólidos domésticos nas vias públicas e outros recipientes, como papeleiras para os resíduos de menor dimensão, dispensadores para colocação dos dejetos caninos;
- Assegurar a limpeza das instalações municipais.

A recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados é da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados (contentores de superfície com capacidade para 800l, contentores de semienterrados ou enterrados e *Molok* com capacidade volúmica variável entre 3000 a 5000 litros, respetivamente). Podem ainda ser solicitados à Autarquia, a título de empréstimo, contentores de 90, 120 e 240l, para colocação de resíduos exclusivamente orgânicos. A recolha é realizada segundo dois circuitos que operam diariamente nas zonas urbanas, das 00H00-06H00 e nas zonas rurais/industriais das 06H00-12H00. Estes contentores são os mais adequados para os eventos no Concelho e para estabelecimentos de restauração que produzem um grande volume de resíduos.

Fotografia 33: Meios de recolha de resíduos indiferenciados



Fonte: NRV.2019

Os resíduos verdes e *monos domésticos* de pequenas dimensões podem ser depositados junto dos contentores de RSU, de preferência ao final do dia, entre 2ª e 5ª feira. Se o seu volume ou dimensão for grande ou não puder ser recolhido pelos meios normais de remoção, é possível requisitar serviço de recolha à autarquia, ou depositar gratuitamente no Ecocentro de 2ª a 6ª das 9h00 às 18h00 e aos sábados das 9h00 às 12h30.

Todos resíduos indiferenciados provenientes dos contentores disponibilizados pelas entidades municipais são encaminhados para os Ecoparques de Palmela ou do Seixal da AMARSUL (no caso de Alcochete para o de Palmela), sendo depositados em unidades de pré-tratamento mecânico para a

separação da fração orgânica dos demais resíduos, antes de seguirem o seu destino final, o Aterro. A partir deste momento cessa a responsabilidade da Câmara Municipal, ficando o resto do processo a cargo da AMARSUL.

A matéria orgânica obtida neste processo é transportada para a Central de Valorização Orgânica, para ser transformada em composto. O processo de separação da matéria orgânica permite à AMARSUL produzir uma maior quantidade de composto, para utilização como fertilizante em fins agrícolas, bem como uma redução da quantidade de resíduos em aterro, aumentando o seu período de utilização. A AMARSUL procede ainda à valorização energética a partir da extração do biogás libertado pelos resíduos depositados em aterro e na Central de Valorização Orgânica, produzindo energia elétrica que é injetada na Rede Elétrica Nacional.

Foi no domínio da recolha seletiva de resíduos que se verificaram melhorias mais expressivas ao longo dos últimos anos, decorrentes da instalação de ecopontos um pouco por todo o território concelhio. A gestão da recolha seletiva no Município é da responsabilidade da AMARSUL que recolhe, armazena e encaminha os resíduos para um tratamento mais adequado.

A AMARSUL disponibiliza um conjunto de equipamentos e instalações próprios para a deposição de resíduos recicláveis, nomeadamente Ecopontos e o Ecocentro. Distribuídos por pontos estratégicos, os Ecopontos são contentores diversificados (vidrão, embalão, papelão e pilhão) utilizados para a recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos.

Existem no concelho 46 ecopontos completos, 10 vidrões, 2 papelões e 1 oleão. O processo de recolha de resíduos recicláveis é efetuado por tipologia de material, através de viaturas próprias. São efetuados dois tipos de recolha: recolha doméstica, destinada a resíduos produzidos nos Ecopontos instalados na via pública e nas habitações, e recolha ao comércio e serviços, destinada a entidades comerciais, produtoras de quantidades muito elevadas de resíduos recicláveis.

Fotografia 34: Ecopontos



Fonte: NRV.2019

O processo de recolha de ecopontos é efetuado todos os dias úteis entre as 6h e as 22h, estando os circuitos de recolha otimizados e adequados às necessidades da população. A AMARSUL disponibiliza

informação completa acerca de cada contentor de ecoponto instalado na sua área de intervenção, através de uma plataforma digital, sendo possível a qualquer cidadão ter conhecimento acerca da data da próxima recolha e localização.

O processo de recolha dos resíduos das entidades comerciais com uma elevada produção de resíduos recicláveis é efetuado à medida das suas necessidades, sendo a recolha efetuada regularmente em estabelecimentos aderentes ou através de pedidos pontuais.

Os óleos alimentares e os minerais, pela sua composição, têm processos de reciclagem diferentes e por isso são recolhidos e encaminhados de forma distinta. Para a deposição de óleos alimentares existe um oleão localizado na via pública, disponibilizado pela Câmara Municipal, podendo também proceder-se à sua deposição no ecocentro. Os grandes produtores deste tipo de resíduos podem solicitar a sua recolha junto de entidades licenciadas.

O Ecocentro de Alcochete é um parque de acesso público com funcionamento diário, localizado próximo de Batel, dotado de contentores de grandes dimensões e constituindo um centro de receção diferenciada, onde são separados os resíduos para valorização e reciclagem nas unidades adequadas.

São admitidos no Ecocentro resíduos entregues apenas por particulares, e que representem quantidades inferiores a 2m³/semana, de vidro, embalagens plásticas e metálicas (de uso doméstico), papel e cartão, resíduos verdes e *monos domésticos*. São também aceites embalagens de madeira não danificadas (paletes e caixas de fruta), óleos minerais (nunca provenientes de oficinas de reparação/manutenção automóvel) e alimentares, em quantidades máximas de 50l/semana e pilhas e acumuladores de uso doméstico em quantidades máximas de 0,5kg / semana. Agricultores de grandes explorações, empresas de manutenção de espaços verdes, e unidades comerciais e industriais deverão dirigir-se aos Ecoparques de Palmela, Seixal ou Setúbal.

Não são aceites no Ecocentro RCD (Resíduos de Construção e Demolição), nem REEE (Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos). Os RCD podem ser depositados nos Centros de Receção da AMARSUL de Palmela, Seixal e Sesimbra. Para os munícipes que vão efetuar obras na sua habitação, a Autarquia disponibiliza, a título de empréstimo, sacos (*big-bag*) para acondicionar os entulhos, sendo aplicada uma tarifa por cada saco requisitado (é permitido requisitar no máximo 8 sacos de 1 m³ (equivalente a 1TON) por obra, sendo que por semana só é permitido requisitar 2 sacos).

Relativamente aos REEE, segundo do DL nº20/2002 de 30 de janeiro, os estabelecimentos que comercializam estes equipamentos têm que encaminhar o material velho para o destino mais adequado, deste que o mesmo seja equivalente ao que vai ser comprado. Quanto às pilhas e baterias recarregáveis, e de acordo com a Portaria n.º 572/2001 de 6 de junho, quem comercializa baterias e pilhas recarregáveis é obrigado a aceitar dos detentores finais, os materiais do tipo e marca que comercializam para que, posteriormente, sejam enviados para tratamento adequado. No Concelho de Alcochete, existem vários locais de receção dos REEE, nomeadamente Bombeiros Voluntários de

Alcochete, Pontos Eletrão (Junta de Freguesia de Alcochete, Freeport e GALP – Áreas de serviço da Ponte Vasco da Gama) e Pontos Eletrão para lâmpadas (Freeport).

De referir que em 2016, de acordo com as *Estatísticas do Ambiente* (INE), das 9857 toneladas de resíduos urbanos recolhidos no município de Alcochete, 8289 toneladas eram referentes a recolha indiferenciada e 1568 toneladas a recolha seletiva. Relativamente ao tipo de destino final, das 9521 toneladas de resíduos urbanos geridos, 7398 toneladas foram colocadas em aterro sanitário, 1325 toneladas foram aproveitadas para valorização orgânica e 799 toneladas para valorização multimaterial (não sendo feita valorização energética).

A informação apresentada anteriormente é completada pela peça desenhada n.º 14, na qual foram representados, por aglomerado, o número de ecopontos e *Molok* existentes. Na mesma planta são ainda representados os contentores de resíduos indiferenciados (de superfície e enterrados/semienterrados), bem como a localização do Ecocentro.

A Câmara Municipal e a AMARSUL têm desenvolvido diversas iniciativas no campo da sensibilização e da educação ambiental junto da população em geral, mas principalmente das camadas mais jovens, no sentido de alertar para o problema dos RSU e para a importância da implementação da política dos *cinco R* (*Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar*), procurando conduzir à adoção de comportamentos favoráveis a uma relação saudável e responsável com o ambiente.

11.4 Infraestruturas Elétricas, de Comunicação e Gasistas

O processo de avaliação das infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas a efetuar no âmbito do PDM de Alcochete deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.

Nesta perspetiva, as infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas (IECG) não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes constituindo um fator tantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a existência de IECG de qualidade, fiáveis e a preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atração do espaço físico a ser ocupado por potenciais investidores.

A operacionalização da gestão integrada destas infraestruturas no contexto autárquico pode passar pela constituição de um órgão de coordenação e consulta entre as distribuidoras e a autarquia, visando a tomada de decisões e a definição de estratégias de desenvolvimento em tempo útil.

No âmbito do PDM será apenas efetuado um breve enquadramento do serviço prestado pelas diversas entidades, já que, as IECG devem ser consideradas no Plano para efeitos de condicionantes à ocupação do território.

11.4.1 Infraestruturas Elétricas

No concelho de Alcochete o abastecimento de energia elétrica encontra-se assegurado a toda a população.

Nos quadros seguintes é representada a evolução do consumo doméstico, agrícola e industrial, assim como do número de consumidores por cada tipo de consumo.

Quadro 59: Evolução do número de consumidores entre 2000 e 2016, no concelho de Alcochete

Sector	Consumidores																Tx. Var. 2000-2016
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Doméstico	5373	5736	6852	7119	7551	7932	8188	8338	8489	8802	8860	8738	8589	8542	8669	9313	73,3
Agrícola	502	501	502	504	499	482	462	449	424	385	375	266	219	155	131	132	-73,7
Industrial	197	183	198	189	200	178	169	155	147	114	124	125	78	66	69	148	-24,9

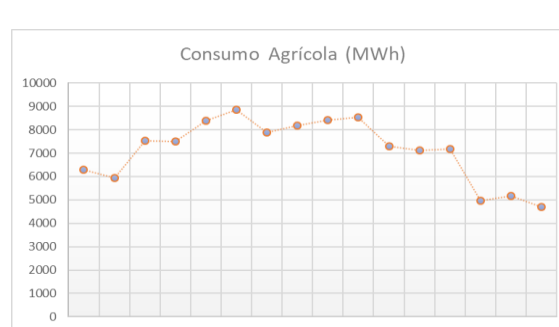
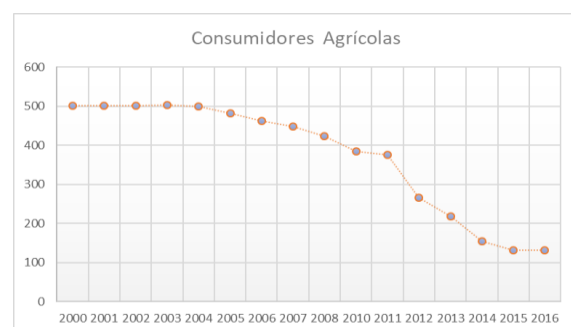
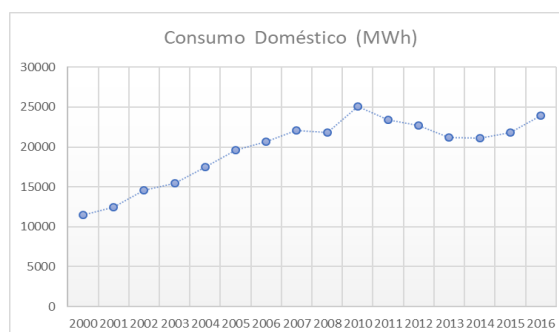
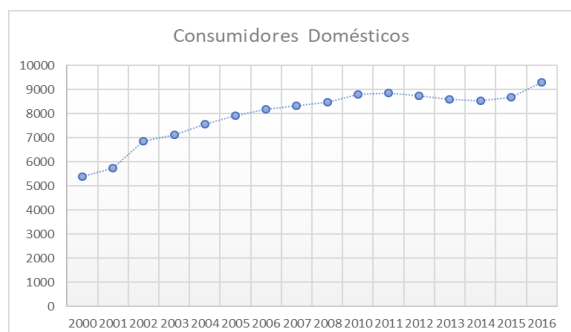
Fonte: INE, Anuários Estatísticos

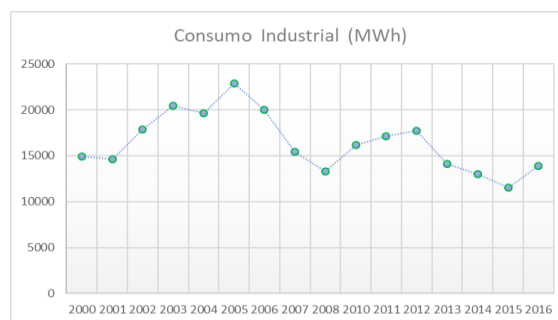
Quadro 60: Evolução do consumo e eletricidade entre 2000 e 2016, no concelho de Alcochete

Sector	Consumo (MWh)																Tx. Var. 2000-2016
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Doméstico	11504	12426	14587	15452	17510	19636	20648	22092	21799	25112	23432	22676	21174	21093	21845	23900	107,8
Agrícola	6302	5927	7524	7509	8385	8849	7881	8171	8421	8545	7298	7124	7186	4955	5159	4706	-25,3
Industrial	14933	14656	17875	20457	19641	22863	20024	15418	13290	16170	17102	17741	14104	13000	11514	13910	-6,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos

De seguida a demonstração gráfica relativa ao quadro anterior de evolução de número de consumidores e consumo:





Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Para o sector doméstico, a análise dos quadros permite verificar que nos últimos anos tendencialmente houve um aumento expressivo e relativamente equilibrado (o crescimento do consumo é de certa forma semelhante ao aumento do número de consumidores), tanto do número de consumidores como do consumo de energia elétrica, facto explicável se se atender ao crescimento urbano que o concelho observou. Porém, o referido equilíbrio já não se verifica nos consumos agrícolas e industriais em que há um decréscimo substancial e de certa forma contínuo do número de consumidores. Relativamente aos consumos agrícolas e industriais vão flutuando com tendência a diminuir de forma reduzida, mas nada relacionada com a abrupta redução do respetivo número de consumidores, levando assim a uma subida da taxa de consumo por consumidor.

Relativamente à **Rede Nacional de Transporte (RNT)**, de acordo com a informação disponibilizada pela REN - Redes Energéticas Nacionais, no concelho encontram-se presentes as seguintes infraestruturas:

- duas linhas de 400kV: Palmela – Fanhões (1986) e Palmela – Ribatejo (2004);
- uma linha de 220kV: Carregado – Seixal (2000);
- duas linhas de 150kV: Porto Alto – Palmela 1 (1982) e Porto Alto – Palmela 2 (1983).

De salientar a evolução da estrutura da RNT em 2017 com a abertura da nova subestação 400/60KV de Alcochete, alimentada através da abertura da linha a 400KV Palmela – Fanhões. Este novo ponto injetor de 170MVA veio melhorar as condições de alimentação aos consumos sobretudo nos concelhos do Montijo e de Alcochete.

Em relação à Rede de Distribuição de Energia a EDP possui a subestação de São Francisco 60/3015KV no limite do concelho com potência instalada de 63MVA. Na proximidade existem as subestações do Montijo e do Pinhal Novo, ambas a 60/15KV e potência instalada de 31,5MVA.

11.4.2 Infraestruturas de Comunicação

De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE), considera-se que o concelho de Alcochete está bem servido ao nível de infraestruturas de comunicação. O quadro

seguinte apresenta os indicadores de comunicação prestados no concelho em 2017, verificando-se que os acessos telefónicos e de internet estão próximos da média nacional.

Quadro 61: Indicadores de Comunicações em 2016

	Acessos telefónicos por 100 habitantes	Acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por 100 hab.
Alcochete	42,81	35,8
Média Nacional	46,90	34,7

Fonte: INE, Anuário Estatístico

Relativamente aos acessos a telefone e internet fixos verifica-se nos últimos anos a tendência para um aumento do número de subscrições tanto na parte residencial como não residencial.

Quadro 62: Acessos a telefone e internet fixo no concelho de Alcochete

Ano	Acessos telefone fixo		Acessos internet em local fixo	
	Residenciais	Não Residenciais	Residenciais	Não Residenciais
2017	6442	1757	5978	874
2016	5559	1351	5046	652
2015	5543	1269	4787	858

Fonte: INE, Anuário Estatístico

Foram efetuados pedidos de informação às três operadoras móveis no sentido de conhecer o grau de cobertura de cada uma no concelho de Alcochete e de localizar as respetivas antenas²⁸, no entanto, não foi até à data disponibilizado qualquer tipo de informação. Estes dados serão integrados numa fase posterior, caso venham a ser fornecidos.

11.4.3 Infraestruturas Gasistas

Na Península de Setúbal a Setgás é a empresa com a concessão da distribuição do gás natural. No concelho de Alcochete a rede encontra-se implementada, não tendo sido fornecida atempadamente informação relativamente aos locais em que é prestado esse serviço. De referir que o concelho é atravessado, no sentido Sul-Norte por um gasoduto de 1º escalão (Setúbal-Braga) e por um ramal industrial de 2º escalão.

²⁸ Note-se que, segundo parecer emitido pela ANCOM, as antenas de comunicação móveis não constituem servidão administrativa, todavia, seria conveniente conhecer a sua localização.

12 RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da disciplina das intervenções no território.

Com a questão das alterações climáticas na ordem do dia, este domínio assume crescente protagonismo, sendo reconhecido o papel que os IGT podem assumir no incremento da capacidade de adaptação dos territórios, no aumento da sua resiliência e na mitigação dos seus efeitos.

Conforme refere o Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de SIG de base municipal *"a identificação, a caracterização e a avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades são passos fundamentais no adequado desenvolvimento dos procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território"*.

A reforçar esta ideia a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo estabelece como fins *"aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos de erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética e carbónica"*, bem como *"prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens"*.

De assinalar no contexto do planeamento de emergência, o facto do município de Alcochete não dispor de um Plano Municipal de Emergência (PME) o que introduz algumas dificuldades ao nível da consideração desta temática no âmbito da revisão do PDM, uma vez que esse seria o instrumento adequado (e fundamental) à identificação, caracterização e gestão dos riscos a nível municipal, e cujas orientações deveriam ser posteriormente vertidas para o PDM, no sentido de conformar o modelo de ordenamento à minimização dos conflitos e mitigação dos riscos.

Assim, na ausência de PME, a presente análise recorreu a outros elementos e estudos disponíveis que abordam questões relacionadas com os riscos e a proteção civil no concelho, fazendo-se, seguidamente, uma breve identificação das diferentes tipologias de risco presentes, e com relevância no contexto da revisão do PDM.

Em 2015 foi elaborado pela AML o **Estudo de Caracterização e Identificação de Riscos do município de Alcochete**, que procede à elaboração de uma matriz de análise do risco de acordo com os procedimentos metodológicos vertidos no Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil (ANPC, 2009); neste contexto, o risco é

classificado pela interseção entre a probabilidade de ocorrência do evento perigoso e o grau de gravidade dos danos potenciais que o mesmo pode produzir.

A par deste Estudo, também o **Diagnóstico** elaborado no âmbito da **Alteração ao PROTAML**, que embora não vigore dispõe de elementos de análise de reconhecida valia, constitui um importante referencial para a presente análise. Foi assim opção seguir a abordagem metodológica deste instrumento completando, sempre que se entendeu mais adequado, com a informação disponível no Estudo de Caracterização e Identificação de Riscos do município de Alcochete.

Neste contexto a perigosidade da região é avaliada distinguindo as seguintes componentes:

1. **Perigos naturais**, que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais (sismos, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações);
2. **Perigos tecnológicos**, que potenciam acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (acidentes industriais, acidentes no transporte de substâncias perigosas);
3. **Perigos ambientais**, em que se combinam os resultados de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (incêndios florestais, contaminação de cursos de água, de aquíferos e de solos).

A intervenção neste domínio, a nível nacional, tem sido feita mais numa perspetiva reativa do que preventiva, ou seja, embora se tenham vindo a introduzir melhorias significativas ao nível do conhecimento dos riscos em presença, a atuação está ainda muito direcionada para o que fazer no caso de ocorrência da catástrofe e não tanto na forma de evitá-la ou de minimizar as suas consequências em termos de danos sobre pessoas e bens. É neste domínio que os IGT assumem um papel de destaque, podendo contribuir de forma determinante para esta mudança de paradigma – conforme refere o PROT *"a gestão preventiva dos riscos constitui um instrumento da integração "pessoas-território", visando garantir a correta utilização do recurso território, em condições de segurança e em benefício do ser humano"*.

Assim, e atendendo ao enunciado inúmeras vezes no Diagnóstico da alteração ao PROTAML alguns dos perigos em presença no território metropolitano *"apresentam elevado potencial destruidor"*, facto gerador de riscos elevados atendendo a que se está em presença de áreas densamente povoadas. Por este motivo a gestão preventiva dos riscos deve ser assumida como um objetivo estratégico, sobretudo na disciplina das formas como é feita a ocupação de áreas onde a suscetibilidade à ocorrência de catástrofes é maior.

De notar que alguns planos e estudos em elaboração terão também um importante contributo a dar na atualização e para completar alguma da informação relativa a esta temática, designadamente o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas e a delimitação da carta de Reserva Ecológica Nacional.

Para além dos riscos referenciados há um conjunto de outros que, embora de grande relevância no contexto da proteção civil e salvaguarda de pessoas e bens, não encontram relação “direta” com a disciplina do ordenamento do território, mas serão devidamente considerados num contexto de uma abordagem e âmbito mais alargado em etapa posterior de elaboração de propostas.

Por fim enfatizar que a compilação da informação que se segue será fundamental para, em fase subsequente da revisão do PDM se poderem identificar as “Áreas de risco ao uso do solo”, de modo a que o Plano possa contribuir para a prevenção e para a minimização e mitigação de danos e impactes a estes associados.

12.1 Perigos Naturais

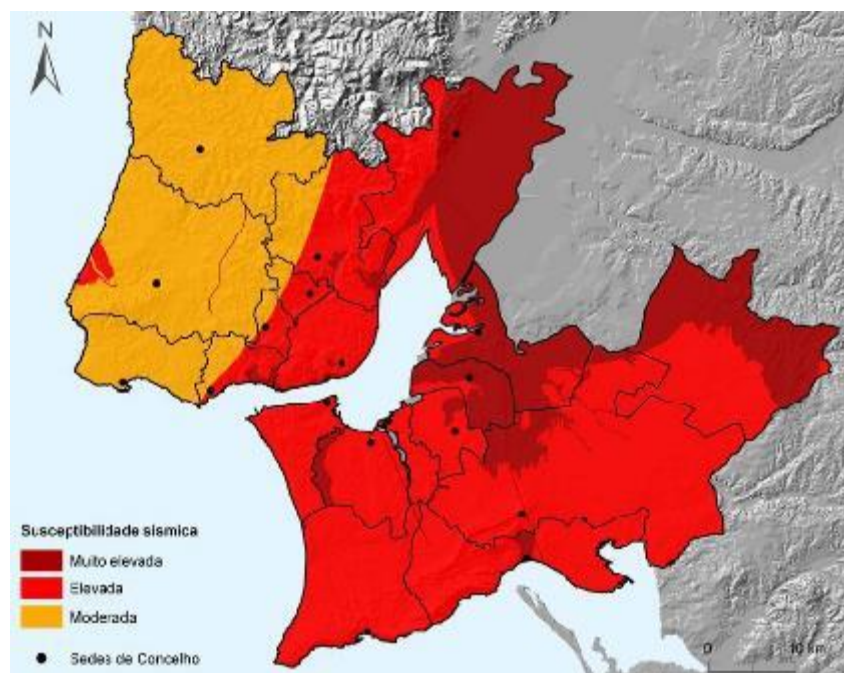
12.1.1.1 Sismos

A distribuição espacial das intensidades sísmicas máximas, com base na sismicidade histórica, mostra que a AML se situa nas zonas de maior intensidade sísmica de Portugal continental (intensidade Mercalli modificada X a VIII). A perigosidade sísmica é elevada devido, não só à proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais como o de 1 Novembro de 1755, mas também, à falha (ou zona de falhas) do Vale Inferior do Tejo, onde o concelho de Alcochete se insere, sendo de destacar a falha do Pinhal Novo – Alcochete, uma vez que corresponde a uma estrutura tectónica ativa, capaz de gerar sismos de magnitude superior a 6, com ciclos sísmicos médios muito longos, da ordem dos 3000 a 11000 anos, de acordo com os *Estudos de Identificação e Caracterização de Riscos Município de Alcochete* (Município, EM, SA, 2015).

Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da AML é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco, associada à grande concentração de população, de infraestruturas e de atividades económicas.

O concelho de Alcochete, tal como o de Vila Franca de Xira e o do Montijo, apresenta uma suscetibilidade sísmica elevada com base na análise efetuada no PROT AML.

Figura 51: Suscetibilidade sísmica na AML



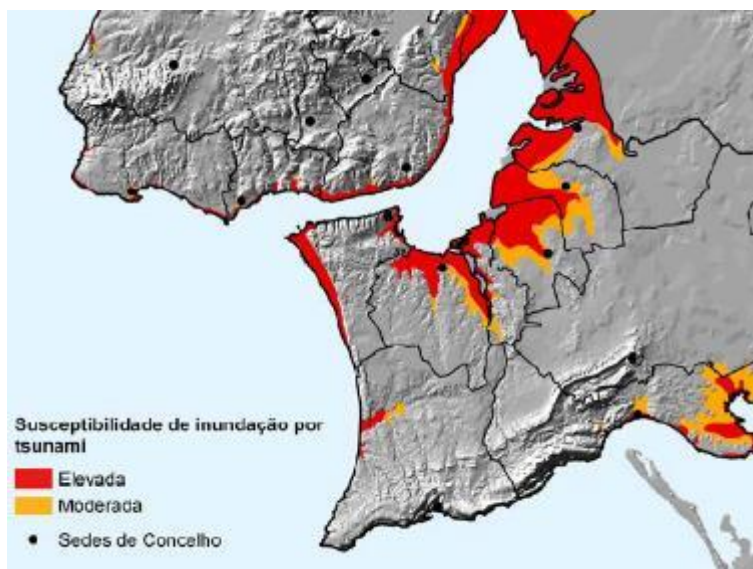
Fonte: PROTAML, Diagnóstico Sectorial: Riscos e Proteção Civil – novembro/2010, CCDRLVT

12.1.1.2 Tsunamis

A AML possui, de acordo com estudos específicos e modelações efetuadas, uma suscetibilidade elevada à inundação por tsunami em 6,6% do território da AML, constituindo pontos críticos as costas baixas arenosas e os estuários do Tejo e do Sado, com destaque para as zonas ribeirinhas dos concelhos de Alcochete, Moita, Barreiro, Almada e Seixal.

No concelho de Alcochete, atendendo a que os principais centros urbanos se localizam na faixa ribeirinha, esta problemática assume particular relevância, sendo expetável que, em caso de ocorrência de um fenómeno desta natureza (probabilidade baixa) os danos sejam muito elevados e com graves consequências para pessoas e bens.

Figura 52: Suscetibilidade de inundação por tsunami na AML



Fonte: PROTAML, Diagnóstico Sectorial: Riscos e Proteção Civil – novembro/2010, CCDRLVT

12.1.1.3 **Instabilidade de Vertentes**

As áreas suscetíveis à instabilidade de vertentes na AML encontram-se essencialmente no sector NW da AML e no sector Sul, correspondente à Cadeia da Arrábida. Estas áreas distribuem-se pelos terrenos da Orla Sedimentar Ocidental, especialmente nas formações detríticas do Jurássico Superior e do Cretácico. Por conseguinte, conclui-se que a uma escala regional o concelho de Alcochete não apresenta instabilidade de vertentes.

Refira-se que cerca de 65% das zonas potencialmente instáveis, que representam uma fração praticamente inexpressiva do território do concelho (cerca de 0,023% do concelho), tem uma suscetibilidade fraca a nula de ocorrerem movimentos de massa de vertentes. As restantes zonas do concelho de Alcochete potencialmente instáveis (35%) apresentam uma suscetibilidade à instabilidade de vertentes média, não tendo sido identificadas situações de forte ou muito forte suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa de vertentes.

Grande parte das zonas de potencial instabilidade está associada aos taludes artificiais do IP7/A12, cujo perfil foi definido de forma a garantir as condições de estabilidade e de segurança exigidas no âmbito da exploração de vias rodoviárias, devendo provavelmente ser alvo de monitorização periódica para acompanhamento e avaliação da evolução das mesmas e, em caso de necessidade, proceder às necessárias intervenções de estabilização.

As restantes zonas de suscetibilidade à instabilidade de vertentes ocorrem sobretudo em algumas das margens dos cursos de água que atravessam o concelho e em situações pontuais de taludes naturais ou artificiais com maior inclinação, não apresentando em nenhuma situação condições geológicas ou

geomorfológicas que potenciem movimentos de massa de vertentes de dimensões particularmente significativas.

No extremo Norte do concelho, na zona de confronto com o estuário do Tejo, encontram-se dos taludes mais declivosos (entre 20° e 25°). Embora estes taludes estejam sujeitos à ação erosiva da água de precipitação e de escorrência superficial, a suscetibilidade à ocorrência de uma situação de instabilidade é relativamente restrita e de reduzido risco. Refira-se ainda que estes taludes se encontram protegidos, em toda a extensão do sopé, por uma estrutura de retenção que impede a ondulação de exercer pressão hidráulica e abrasiva e, conseqüentemente, despoletar movimentos de massa de vertente associados à erosão da ondulação.

Fotografia 35: Taludes do IP7/A12



Fotografia 36: Taludes que marginam o estuário do Tejo



Fonte: NRV.2019

Em resumo, no concelho de Alcochete não foram identificadas vertentes com características geológicas e geomorfológicas de particular sensibilidade ou suscetíveis de evoluir no sentido de um movimento de massa de vertente de grandes dimensões e que justifiquem a sua delimitação cartográfica no âmbito da caracterização dos riscos naturais concelhios, de forma a proteger os sistemas e processos biofísicos e garantir a prevenção desses mesmos riscos.

Figura 53: Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes



Fonte: Estudos de identificação e caracterização de riscos – janeiro/2015, Município

12.1.1.4 Áreas sujeitas a inundações

As inundações provocadas pelas cheias na bacia do rio Tejo causam, muitas vezes, avultados prejuízos, que se estendem às demais zonas envolventes e sobretudo ribeirinhas. É um rio ciclicamente sujeito a cheias de grande impacte no tecido socioeconómico.

Na AML, as cheias podem ser desencadeadas ou por períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, diminuindo drasticamente o efeito regularizador das barragens, que podem potenciar picos de cheia com as respetivas descargas (cheias progressivas), ou por episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas (cheias rápidas).

Segundo o PROT AML, a localização ribeirinha faz de Alcochete um concelho suscetível à ocorrência de cheias progressivas, frequentes no rio Tejo, sendo a par da Moita e de Vila Franca de Xira, onde se registam as situações mais desfavoráveis associadas à ocorrência deste fenómeno.

O concelho de Alcochete, sendo uma zona ribeirinha, encontra-se vulnerável às variações do estuário do Tejo em situações de tempestade e forte precipitação, conjugada com período de maré cheia, que

muitas vezes leva à propagação da onda de cheia, originando situações de cortes de diversas estradas e alagamento de campos agrícolas.

Na sequência do estudo desenvolvido para a elaboração do sistema da REN “Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos” conclui-se que no concelho de Alcochete este risco está associado, naturalmente, ao rio Tejo, mas também à ribeira Vale de Palmela, à vala da Amieira e à ribeira Vale dos Vinte e Um.

Em relação ao rio Tejo a área sujeita a inundação abrange a praia do Samouco e edificações envolventes, as salinas do Samouco, a praia dos Moinhos e edificações envolventes, a Avenida D. Manuel I e a zona confinante ao Largo Barão de Samora Correia e jardim do Rossio e a zona do Sapal das Hortas.

No que se refere às outras linhas de água, as áreas inundáveis abrangem somente zonas agrícolas com exceção feita para a zona da Barroca d’Alva onde algumas edificações poderão ser afetadas com a subida do nível da água.

12.2 Perigos Tecnológicos

12.2.1.1 Acidentes industriais

Este perigo encontra-se associado à presença de estabelecimentos industriais com potencial para desencadear acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (produtos químicos e combustíveis, por exemplo). No concelho de Alcochete há a registar a unidade instalada na área da antiga fábrica de explosivos (Maxampor), associada ao desmantelamento de armamento, bem como uma outra unidade industrial, que embora em território do vizinho concelho do Montijo se encontra na área de fronteira com Alcochete, pelo que, naturalmente, em caso de acidente as repercussões se farão sentir sobre toda a área de vizinhança.

Relativamente ao risco de acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas, na Maxampor, O Estudo de Caracterização do Risco conclui ter associado um risco baixo, decorrente da baixa probabilidade de ocorrência e do baixo grau de gravidade associado.

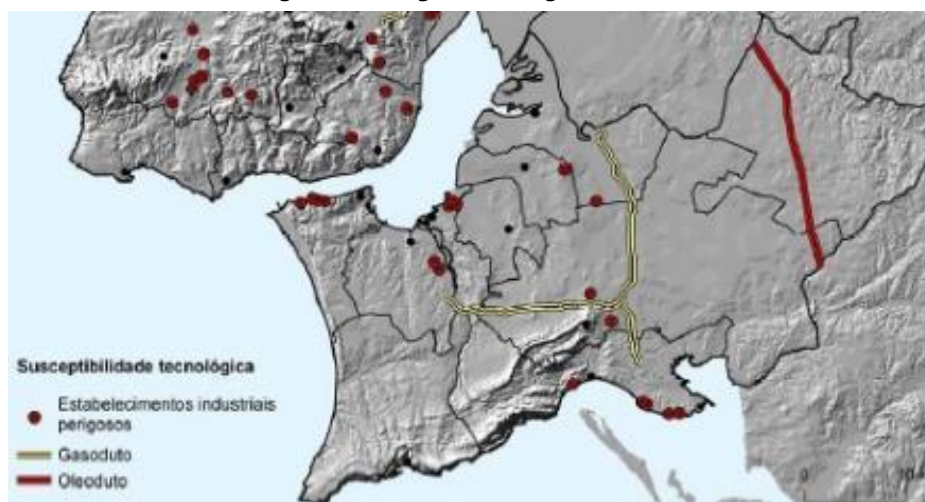
12.2.1.2 Acidentes com substâncias perigosas

O concelho de Alcochete é atravessado por um gasoduto de alta pressão, ao longo do qual se processa o transporte de gás natural em estado gasoso. Os acidentes potenciais associados a esta infraestrutura decorrem de possibilidade de ocorrência de fugas de gás, provocadas por uma enorme diversidade de fatores – por exemplo, perfuração em escavações; interferências de dragagens, arrastamentos de terrenos e/ou amarrações; corrosão; acidentes rodoviários ou ferroviários; movimentos de massa; sismo, etc.

Os riscos associados ao atravessamento do concelho por esta conduta, segundo enunciado no PROTAML, incluem: asfixia provocada pelo gás na ausência de ignição; incêndio originado pela ignição do gás e sua regressão ao ponto de fuga; elevados níveis de radiação térmica associados a uma chama ancorada no orifício da fuga; e sobrepressão resultante da explosão, se esta ocorrer.

Há ainda que assinalar a ocorrência de acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas, associado sobretudo às principais vias nacionais e regionais, onde se registam maiores fluxos de tráfego de mercadorias. Este é contudo um risco de difícil enquadramento ao nível do ordenamento do território uma vez que a ausência de dados (vias com maior procura, períodos preferenciais de utilização, etc.) torna impossível avaliar a expressão territorial dos riscos associados.

Figura 54: Perigos Tecnológicos na AML



Fonte: PROTAML, Diagnóstico Sectorial: Riscos e Protecção Civil – Novembro/2010, CCDRLVT

À parte a questão do transporte do gasoduto as situações que poderão ter associado um maior risco são os percursos que as viaturas de transporte de explosivos realizam após carregadas nas instalações Maxampor, porém, o Estudo de Caracterização do Risco sistematiza desta forma o risco associado ao transporte de substâncias perigosas:

Quadro 63: Risco associado ao transporte de substâncias perigosas

Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
	População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Média-baixa	Reduzido	Moderado	Residual	Reduzido	Baixo

Fonte: Estudo de caracterização do risco

12.3 Perigos Ambientais

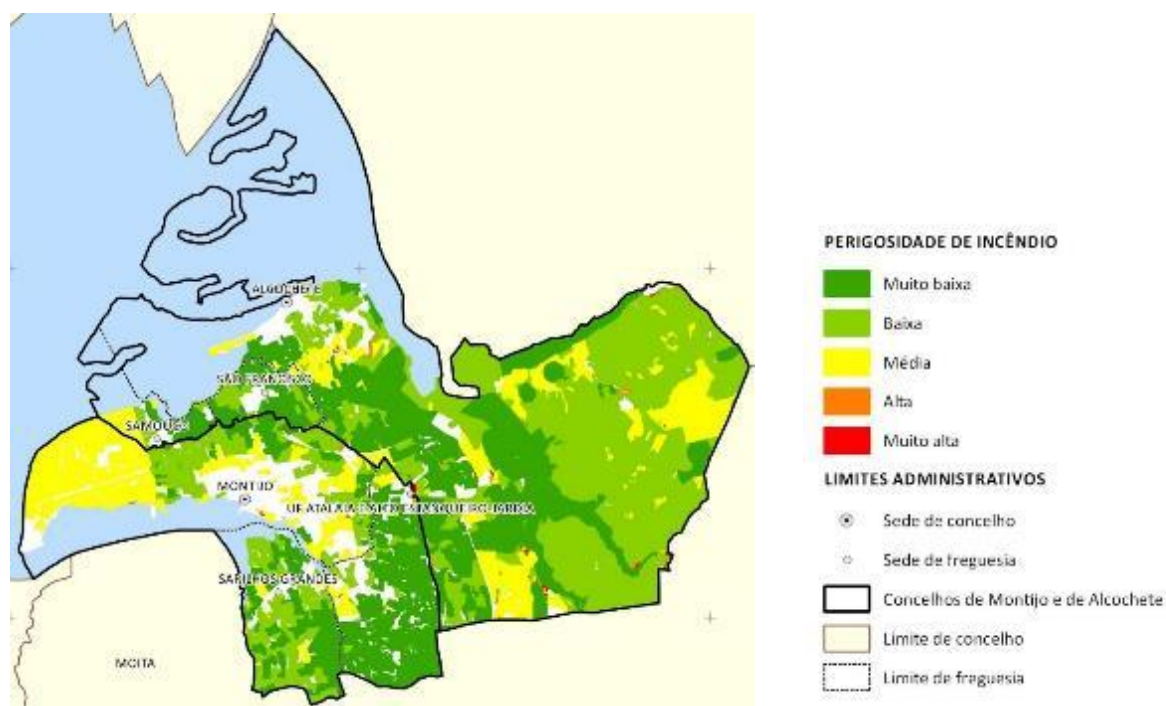
12.3.1.1 Incêndios Florestais

Embora se registre uma reduzida suscetibilidade à ocorrência deste fenómeno na AML, sobretudo em comparação com outras áreas do território nacional, este não deverá ser descurado, atendendo a que é o maior risco que os espaços florestais enfrentam, com graves consequências, quer ambientais, quer socioeconómicas.

Neste domínio, tendo em atenção que o concelho dispõe de um Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (elaborado em conjunto com o concelho do Montijo), para a caracterização deste perigo recorre-se à informação disponibilizada por esse documento, elaborado em 2015.

Conforme orientação da AFN (2012), no âmbito da caracterização dos riscos, o que importa cartografar é a perigosidade do território face à ocorrência de incêndios florestais, que resulta da combinação entre suscetibilidade (espaço) e probabilidade (tempo). Assim, conclui-se que a perigosidade de incêndio florestal é média na quase totalidade do concelho, verificando-se algumas áreas residuais onde esta é alta ou muito alta, conforme a Figura 55. Este facto deve-se sobretudo à presença de modelos de combustível do grupo herbáceo e às condições climáticas do concelho. Em termos de risco – que combina perigosidade com dano – a quase totalidade do concelho de Alcochete apresenta um risco baixo a muito baixo.

Figura 55: Perigosidade de Incêndio Florestal no concelho de Alcochete



Fonte: PIMDFCI de Montijo e Alcochete, CIMDFCI - julho de 2015

12.3.1.2 Contaminação de aquíferos e de cursos de água

Conforme diagnostica o PROT-AML a região possui “quatro sistemas aquíferos, três detríticos (T1 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita; T3 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda; T7 - Aluviões do Tejo) e um cársico na Orla Ocidental (O28 – Pizões-Atrozela)”, sendo que o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, sobre o qual se encontra o concelho de Alcochete (à semelhança da generalidade da Península de Setúbal), se destaca pela importância estratégica nacional que possui uma vez que integra 53% das reservas de águas subterrâneas extraíveis em Portugal continental. É também esta a principal origem do abastecimento de água a importantes aglomerados, unidades industriais e à agricultura, muito embora a elevada vulnerabilidade dos “sedimentos terciários não consolidados com ligação hidráulica com a água superficial”.

De acordo com os estudos hidrogeológicos realizados no âmbito da delimitação da REN do concelho de Alcochete, as características geológicas e hidrogeológicas do concelho, nomeadamente a permeabilidade dos terrenos aflorantes e a capacidade que os meios geológicos possuem para propagar uma substância contaminante, refletem-se na significativa vulnerabilidade à poluição de grande parte da massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, nomeadamente no aquífero superficial livre.

A aplicação do Índice de Suscetibilidade ao aquífero superior livre abrangido pelo concelho de Alcochete, evidencia o seguinte:

- 67% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição muito elevada;
- 28% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição elevada;
- 4% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição moderada a alta;
- 1% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição moderada a baixa;
- 0,02% possui uma suscetibilidade à poluição baixa.

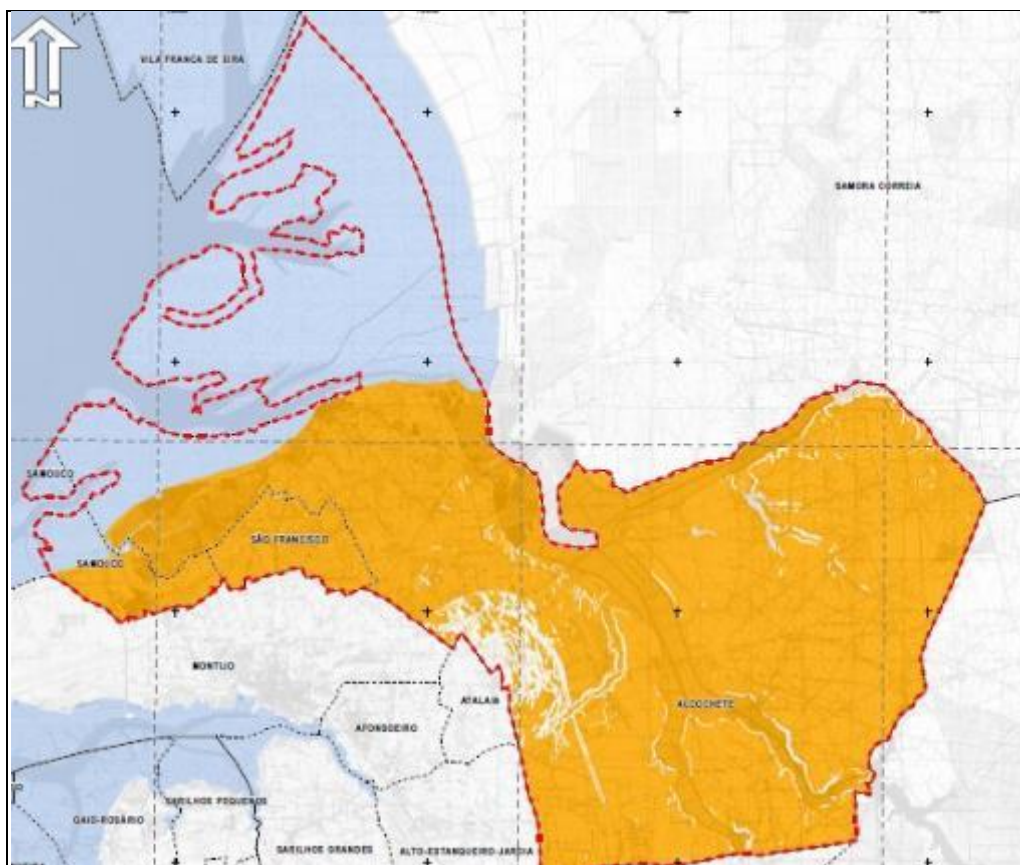
Estes resultados são a expressão dos seguintes aspetos:

1. o nível freático encontra-se relativamente pouco profundo em grande parte do concelho, sendo muito reduzida a espessura da zona não saturada. Deste modo, o contacto de uma substância contaminante com a zona saturada é feito de forma relativamente rápida;
2. o material que constitui o aquífero superficial é essencialmente arenoso, poroso e permeável, favorecendo a circulação de contaminantes em profundidade com elevadas velocidades de propagação de poluentes;
3. a topografia (relevo é pouco acentuado) facilita a infiltração de poluentes – 93% da área do concelho de Alcochete possui declives inferiores a 5%.

Desta forma, e aplicando o Índice de Suscetibilidade, identificam-se na Figura seguinte, as áreas estratégicas de proteção e recarga do aquífero superficial da massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, sobre o qual se desenvolve o concelho de Alcochete. Estas áreas

correspondem às Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, delimitadas na proposta da REN (2019) e representam 47,08% da área do concelho de Alcochete.

Figura 56: Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA)



Fonte: Proposta de Delimitação da REN para o Município de Alcochete, Maio de 2019

Estes resultados são consonantes com a análise desenvolvida no âmbito do PROT-AML que, embora utilizando uma metodologia e uma escala de trabalhos diferentes do presente trabalho, concluem que o concelho de Alcochete apresenta uma suscetibilidade à contaminação dos aquíferos elevada a extremamente elevada em grande parte do seu território – no referido plano a suscetibilidade à contaminação dos aquíferos elevada a extremamente elevada representa 50% a 75% da área do concelho.

12.4 Proteção Civil e Segurança

Conforme já enunciado o PROTAML vai um pouco mais além das diretrizes nacionais que têm vindo a ser emanadas pelos diversos documentos que abordam a temática do risco e proteção civil, manifestando a necessidade de *“garantir a regra de «Evitar o Risco», por razões de precaução, prevenção, eficácia e economia nos territórios perigosos identificados na AML que não se encontram*

ocupados por estruturas e infraestruturas". No entanto, atendendo à densidade de ocupação do território regional verifica-se que em inúmeras situações já não é possível atuar "evitando o risco", sendo por isso fundamental agir no sentido da sua mitigação, minimizando as consequências danosas sobre pessoas e bens. Embora sem caráter vinculativo, por se reconhecer a sua relevância enquanto estratégia orientadora, enunciam-se de seguida algumas das normas que constam da alteração ao PROTAML e que se considera fundamentais numa abordagem territorial da prevenção dos efeitos da ocorrência de riscos.

A Norma *C.4.3 Medidas de Proteção Estrutural e não Estrutural* do Plano, estabelece um conjunto de diretrizes e medidas que procuram envolver diversas entidades e organismos (ARH, CM, ICNF, etc.) na implementação de:

- *uma cultura de prevenção do risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afetam o território;*
- *medidas de reforço estrutural, nas áreas de suscetibilidade sísmica elevada;*
- *uma faixa litoral de proteção progressivamente livre de construções fixas.*

A Norma *C.4.4 Planos de Emergência e Socorro e Sistemas de Alerta* coloca a tónica na relevância assumida pelos PME e sistemas de alerta das populações, fundamentais na minimização dos danos, sobretudo para pessoas, em situações de catástrofe.

Complementarmente o Estudo de Caracterização do Risco identifica um conjunto de medidas e estratégias de prevenção e mitigação do risco, que deverão ser devidamente consideradas no âmbito das propostas a apresentar na presente revisão do PDM sempre que adequadas à sua escala e âmbito.

Os Planos de Emergência de Proteção Civil são instrumentos que "*definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil imprescindíveis à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente*". Tratam-se, pois, de documentos desenvolvidos com o objetivo "*de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta*", devendo ainda "*permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência*".

Integrado na estrutura orgânica da CMA, o Gabinete Municipal de Proteção Civil aposta na promoção da segurança, individual e coletiva, nomeadamente, da divulgação das atitudes mais adequadas em situações de emergência. Os serviços e instituições de prevenção e segurança existentes no município de Alcochete são: o Serviço Municipal de Proteção Civil (cujo responsável máximo é o Presidente da Autarquia), a Guarda Nacional Republicana (posto territorial de Alcochete) e os Bombeiros Voluntários

de Alcochete. O município dispõe ainda de um Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Alcochete com *"funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de experiências e a cooperação entre as entidades que têm intervenção ou estão envolvidas nas questões relacionadas com a segurança e tranquilidade da população, com a marginalidade, bem como com a inserção social das pessoas"*.

Assim, e em conformidade com as orientações nacionais e regionais, a necessidade de promover a elaboração do **Plano Municipal de Emergência** é urgente atendendo à suscetibilidade do concelho em matéria de riscos, sobretudo naturais e ambientais, de acordo com o enunciado acima e em consonância com a legislação vigente e com as orientações da ANPC. Refira-se que na definição das suas competências o Serviço Municipal de Proteção Civil tem inscrita a elaboração dos Planos Municipais de Emergência para riscos específicos na área do município.

Em sede de Proposta de Plano esta temática será retomada, através de uma abordagem integrada, que permitirá identificar potenciais situações de conflito entre os riscos presentes e a ocupação e utilização do solo, regulamentando formas de as mitigar ou minimizar, sendo certo, que o modelo de ordenamento que vier a ser proposto deverá procurar, antes de mais, não criar situações de introdução ou agravamento de riscos e conflitos, contribuindo sim para o aumento da segurança de pessoas, bens e atividades.

13 ANEXOS

- . Anexo I - Imóveis/Elementos com Interesse Patrimonial**
- . Anexo II - Património Arqueológico**

Anexo I – Imóveis/Elementos com Interesse Patrimonial

Número	Designação	Freguesia	Tipologia
9	Ermida de Santo António da Ussa	Alcochete	Arquitetura Religiosa
10	Ermida de Nossa Senhora Conceição dos Matos	Alcochete	Arquitetura Religiosa
11	Capela do Cemitério do Samouco	Samouco	Arquitetura Religiosa
12	Capela de São Sebastião	Alcochete	Arquitetura Religiosa
13	Solar de Estevão Oliveira	Alcochete	Arquitetura Civil
14	Edifício - Largo do Troino, 25	Alcochete	Arquitetura Civil
15	Edifício - Largo do Troino, 22 ao 24	Alcochete	Arquitetura Civil
16	Centro Paroquial Padre Cruz / Antiga Casa dos Gouveia Abrantes	Alcochete	Arquitetura Civil
17	Edifício - Rua da Quebrada, 4 a 8	Alcochete	Arquitetura Civil
18	Antigo Solar dos Netos / Paço de São João	Alcochete	Arquitetura Civil
19	Casa dos Beirados	Alcochete	Arquitetura Civil
20	Casa dos Bustos	Alcochete	Arquitetura Civil
21	Casa Moysém	Alcochete	Arquitetura Civil
22	Coreto	Alcochete	Arquitetura Civil
23	Casa de António José Garrancho	Alcochete	Arquitetura Civil
24	Edifício - Rua Dr. Ciprião de Figueiredo, 38 a 44	Alcochete	Arquitetura Civil
25	Edifício da Sociedade Imparcial	Alcochete	Arquitetura Civil
26	Edifício - Largo António Santos Jorge, 9	Alcochete	Arquitetura Civil
27	Edifício dos forcados Amadores de Alcochete	Alcochete	Arquitetura Civil
28	Edifício - Largo António Santos Jorge, 1 e 2	Alcochete	Arquitetura Civil
29	Vivenda Matilde	Alcochete	Arquitetura Civil
30	Conjunto de casas com azulejo	Alcochete	Arquitetura Civil
31	Solar da Quinta da Praia das Fontes / Solar dos Soydos	Alcochete	Arquitetura Civil
32	Edifício - Largo de São João, 19 e 20	Alcochete	Arquitetura Civil
33	Edifício - Largo de São João, 11 e 12	Alcochete	Arquitetura Civil
34	Edifício - Largo de São João, 8	Alcochete	Arquitetura Civil
35	Edifício - Largo de São João, 4	Alcochete	Arquitetura Civil
36	Edifício - Largo de São João, 19 e 20	Alcochete	Arquitetura Civil
37	Paços do Concelho / Antigo Solar dos Pereiras	Alcochete	Arquitetura Civil
38	Casa António Silva	Alcochete	Arquitetura Civil
39	Lar e Sede da Stª Casa da Misericórdia de Alcochete	Alcochete	Arquitetura Civil
40	Antiga Escola Primária Conde de Ferreira	Alcochete	Arquitetura Civil
41	Casa onde nasceu Padre Cruz	Alcochete	Arquitetura Civil
42	Edifício - Largo Barão Samora Correia, 6 e 7	Alcochete	Arquitetura Civil
43	Edifício - Largo Barão Samora Correia, 34	Alcochete	Arquitetura Civil
44	Edifício - Rua José André dos Santos, 21 a 29	Alcochete	Arquitetura Civil
45	Edifício - Rua José André dos Santos, 48	Alcochete	Arquitetura Civil
46	Edifício - Largo Coronel Ramos da Costa, 31 e 32	Alcochete	Arquitetura Civil
47	Edifício - Largo Coronel Ramos da Costa, 19 a 23	Alcochete	Arquitetura Civil
48	Edifício - Largo Coronel Ramos da Costa, 7 ao 9	Alcochete	Arquitetura Civil
49	Edifício - Largo Coronel Ramos da Costa, 24 a 28	Alcochete	Arquitetura Civil
50	Edifício - Rua João de Deus, 14 a 22	Alcochete	Arquitetura Civil
51	Edifício - Rua da Praça, 2 a 6	Alcochete	Arquitetura Civil
52	Edifício - Rua da Praça, 5	Alcochete	Arquitetura Civil
53	Solar no Largo da República	Alcochete	Arquitetura Civil
54	Edifício - Largo da República, 4 e 4B	Alcochete	Arquitetura Civil
55	Edifício - Largo da República, 7 a 9	Alcochete	Arquitetura Civil
56	Edifício - Largo da República, 5	Alcochete	Arquitetura Civil
57	Antiga Estalagem	Alcochete	Arquitetura Civil
58	Antigo Hospital de Alcochete	Alcochete	Arquitetura Civil
59	Edifício - Largo da Revolução, 4 e 5	Alcochete	Arquitetura Civil

Número	Designação	Freguesia	Tipologia
60	Armazém - Avenida D. Manuel I, 4	Alcochete	Arquitetura Civil
61	Armazém - Avenida D. Manuel I, 8	Alcochete	Arquitetura Civil
62	Villa Palmira	Samouco	Arquitetura Civil
63	Edifício - Rua 1º de Dezembro, 29, 31e 33	Samouco	Arquitetura Civil
64	Edifício - Praça da República, 25 e 26	Samouco	Arquitetura Civil
65	Edifício - Rua Diário de Notícias, 12	Samouco	Arquitetura Civil
66	Junta de Freguesia do Samouco	Samouco	Arquitetura Civil
67	Edifício - Rua Ruy de Sousa Vinagre, 5	Samouco	Arquitetura Civil
68	Edifício Mirante	Samouco	Arquitetura Civil
69	Edifício - Rua Manuel Gonçalves Caixeiro, 31	Samouco	Arquitetura Civil
70	Edifício - Rua João José Alves, 17	Samouco	Arquitetura Civil
71	Edifício Antiga Extensão do Centro de Saúde	Samouco	Arquitetura Civil
72	Casa de Marcelino Vespereira - Largo de São Brás, 2 e 3	Samouco	Arquitetura Civil
73	Edifício - Rua Dr. Justino de Carvalho, 14 e 16	Samouco	Arquitetura Civil
74	Quinta de São Brás	Samouco	Arquitetura Civil
75	Quinta do Brito	Alcochete	Arquitetura Civil
76	Quinta do Duque	São Francisco	Arquitetura Civil
77	Quinta da Praia	Alcochete	Arquitetura Civil
78	Quinta do Brasileiro	Samouco	Arquitetura Civil
79	Quinta Vale de Mouros	Alcochete	Arquitetura Civil
80	Herdade da Coutadinha	Alcochete	Arquitetura Civil
81	Quinta do Atalaia	Alcochete	Arquitetura Civil
82	Monte Laranjo	Alcochete	Arquitetura Civil
83	Rilvas	Alcochete	Arquitetura Civil
84	Monte do Pontão	Alcochete	Arquitetura Civil
85	Herdade da Barroca D'Alva	Alcochete	Arquitetura Civil
86	Moinhos de Vento do Serradinho da Praia	Alcochete	Arquitetura Industrial
87	Moinho e Vento do Canto do Pinheiro	Alcochete	Arquitetura Industrial
88	Moinho de Vento do Vale da Rosa	Alcochete	Arquitetura Industrial
89	Moinho de Vento da Quinta da Atalaia	Alcochete	Arquitetura Industrial
90	Moinho de Vento da Barroca	Alcochete	Arquitetura Industrial
91	Fonte da Senhora	Alcochete	Estruturas Antrópicas Várias
92	Marco dos 3 Concelhos	Alcochete	Estruturas Antrópicas Várias
93	Marco Geodésico do Batel	Alcochete	Estruturas Antrópicas Várias
94	Ponte do Entroncamento	Alcochete	Estruturas Antrópicas Várias
95	Salinas de Alcochete / Samouco	Alcochete	Estruturas Antrópicas Várias
96	Salinas do Batel ou das Enguias	Alcochete	Estruturas Antrópicas Várias

Fonte: CMA;DGPC, 2019/2021

Anexo II – Património Arqueológico

Nº	Sítio /Natureza	Cronol.	Or	Gr	CNS
1	Quinta da Praia I (Estação ar livre)	Neolítico	001	II	22692
2	Quinta da Praia II (Estação ar livre)	Neolítico	002	II	22661
3	Quinta da Praia III (Estação ar livre)	Neolítico	002	I	22698
4	Samouco (Núcleo de povoamento)	Moderno / Contemp.	003	I	-
5	Samouco – Bairro da Esperança (Estação ar livre)	Paleolítico	004	III	5884
6	Conceição (Estação ar livre)	Paleolítico	005	II	11570
7	Alto da Pacheca I (Estação ar livre)	Paleolítico	006	III	5885
8	Santa Maria de Sabonha (Igreja e convento)	Med / Mod / Contemp.	007	I	16196
9	Forno Alto do Castelo (Forno)	Moderno	008	I	21526
10	Alcochete (Núcleo de povoamento)	Pré-história recente / Romano / Med / Mod / Contemp.	009	I	-
11	Alcochete – Salinas Camarate (Estação ar livre)	Paleolítico	010	III	7711
12	Batel (Estação ar livre)	Paleolítico	011	III	5882
13	Moinho Manuel da Costa (Estação ar livre)	Paleolítico	012	II	5883
14	Cascalheira (Estação ar livre)	Paleolítico	013	II	7712
15	Santo António d'Ussa (habitat, fornos (?))	Romano	014	II	22699
16	Barroca d'Alva (Fornos)	Moderno	015	II	21993
17	Fonte da Raposa (Forno)	Romano	016	II	22702
18	Vale Simões (Forno (?))	Romano	017	II	22703
19	Vale da Palha I (Fornos)	Romano	018	I	2801
20	Vale da Palha II (Habitat)	Romano	019	I	22704
21	Vale da Palha III (Habitat)	Romano	020	III	22705
22	Vale da Palha IV (Habitat (?))	Romano	020	III	22706
23	Caparica I (Edifício)	Moderno	021	I	22707
24	Ponte da Caparica I (Forno (?))	Romano	022	II	22711
25	Ponte da Caparica II (Forno (?))	Romano	023	II	22712
26	Vale do Rafeiro I (Habitat (?))	Romano	024	III	22719
27	Vale do Rafeiro II (Habitat (?))	Romano	024	III	22727
28	Porto dos Cacos (Fornos, necrópole)	Romano	025	I	4143
29	Vale Sorrechão I (Habitat, forja (?))	Romano	026	II	22714
30	Vale Sorrechão II (Casal rústico (?))	Moderno	026	II	22716
31	Monte Laranjo (Casal)	Romano	027	II	14778
32	Freeport/Antiga Fábrica da Firestone (Estação de ar livre)	Paleolítico	-	-	16147
33	Ponte da Caparica III (Casal)	Moderno	022	II	31400
34	Ponte da Caparica IV (Casal)	Romano	023	II	31401
35	Ponte da Caparica V (Casal)	Romano	028	II	31402
36	Ponte da Caparica VI (Casal)	Romano	028	II	31403
37	Ponte da Caparica VII (Casal)	Romano	028	II	31404
38	Porto dos Cacos II (Casal)	Romano	025	I	31405
39	Ponte da Caparica VIII (Forno (?))	Romano		II	30076
40	Alto da Pacheca II (Estação de ar livre)	Paleolítico		II	30963
41	Alto da Pacheca III (Casal)	Romano		II	-
42	Moinho de Maré de Alcochete	Moderno			-
43	Moinho de maré do Samouco	Moderno			-

Fonte: CMA;DGPC, 2019/2021